

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
GEORGIANE GARABELY HEIL VÁZQUEZ

**DA MÃE QUE NÃO FUI: A EXPERIÊNCIA DA AUSÊNCIA DE
MATERNIDADE AO LONGO DO SÉCULO XX**

CURITIBA

2015

GEORGIANE GARABELY HEIL VÁZQUEZ

**DA MÃE QUE NÃO FUI: A EXPERIÊNCIA DA AUSÊNCIA DE
MATERNIDADE AO LONGO DO SÉCULO XX**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em História, ao curso de Pós Graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Vosne Martins.

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Vázquez, Georgiane Garabely Heil

Da mãe que não fui: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX.

– Curitiba, 2015.

254 f.

Orientadora: Profª Drª Ana Paula Vosne Martins

Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,

Universidade Federal do Paraná

1. História – psicologia – maternidade.
2. Família – modernidade – século XX. 3. Mulheres – aspectos sociais – maternidade. I. Título.

CDD 301.4176463



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 715, fone/fax + 55 (41) 3360-5085.
80.050-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: opghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **GEORGIANE GARABELY HEIL VÁZQUEZ** intitulada: **Da mãe que não fui. A experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, vinte e cinco de setembro de dois mil e quinze.

Profa Dra Ana Paula Vosne Martins (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora

Profa Dra Marília Gomes de Carvalho (UTFPR)
1º Examinador

Profa Dra Nadia Maria Guariza (Unicentro)
2º Examinador

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
3º Examinador

Profa Dra Roseli Boschilia (UFPR)
4º Examinador

Não tive chamado da Natureza nem despertou em mim nenhum relógio biológico. Nunca vinculei meu ser à maternidade. Vivi intensos anos apenas como filha, e como gostava desta condição. Porém, e definitivamente falo apenas por mim e meus sentimentos, a maternidade se tornou em minha vida uma experiência avassaladora e feliz. Com Victória e Davi, compreendi que existe saudade física, mas também entendi que preciso criá-los para além de mim. Meus filhos não são a continuação de mim. Eles são outros seres humanos, com desejos e sentimentos próprios.

Eu não preciso de Victória e Davi para ser Georgiane. Mas confesso que diante daquelas pequenas mãos que tocam meu rosto diariamente às 7 h da manhã eu me sinto feliz e sonolenta. Escuto-os brincar, eles usam tão intensamente a imaginação. Gosto de ouvi-los no mundo deles, nas músicas, sons e cheiros. Felizmente os recebi assim: com olhos de jabuticaba, com cabeleira negra e cacheada, inteligentes e muito amorosos.

O que quero mais da vida? Nossa.... quero tantas outras coisas! Maternidade e carreira nunca foram opções separadas para mim. O preço disso ainda é alto. Vou “pagando” em prestações.

Não fiz esta tese por eles, fiz por mim. Minhas ambições, meu desejo de pesquisa, meu gosto pela história. Mas à eles, Victória e Davi, dedico esta tese.

À todas as mulheres que me permitiram compartilhar de suas histórias,
memórias, amores, dores e alegrias.

Afirmar que o sujeito é construído não significa afirmar que ele é determinado;
pelo contrário, o caráter constituído do sujeito é a própria pré-condição de sua
agência.

(Judith Butler)

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é processo longo, lento e, por vezes, solitário. Escrever é para mim uma das expressões mais sensíveis que podemos expor aos semelhantes. Texto, muito mais do que aglutinação de palavras, é forma de demonstrar sentimentos. Quando a caminhada da escrita vai se findando é momento de agradecer a todos aqueles que, em alguma medida, ajudaram para que a pesquisa e o texto se tornassem possíveis.

De forma muito especial quero agradecer a minha orientadora, professora Ana Paula. Já temos uma longa e fraterna caminhada. À ela agradeço por incentivar reflexões, sugerir bibliografias e apontar caminhos. Mas também agradeço pela sempre gentil presença e compreensão. Levarei de Ana Paula o mais firme e belo exemplo do que seja trilhar um caminho de pesquisa e do que seja ter uma postura feminista diante da vida.

Agradeço também aos professores da linha de intersubjetividade que apontaram sugestões, leituras e possibilidades para este trabalho. De forma especial às professoras Ana Paula Vosne Martins, Renata Senna Garraffoni, Miriam Adelman, Marion Brepohl e ao professor Carlos Antunes (em memória) pelas contribuições que deram a minha formação intelectual durante as disciplinas do doutorado.

Sou grata especialmente às professoras Marília Carvalho, Nádia Guariza, Roseli Boschilia e ao professor Robson Laverdi por terem aceito o convite de avaliar este trabalho.

Agradeço à Joana Maria Pedro e a Maria Simone Vione Schwengber que também haviam aceitado o convite para avaliação do trabalho mas, infelizmente, questões orçamentárias impediram.

À Roseli Boschilia e Marlene Tamanini, pelas preciosas observações feitas no momento da qualificação dessa tese.

Não posso esquecer de agradecer minha querida Maria Cristina, que sempre de forma competente nos auxilia na secretaria da pós graduação e por

tantas vezes solucionou problemas burocráticos; uma espécie de anjo da guarda.

À CAPES agradeço a sensatez. Vivi uma gestação e passei pela licença maternidade durante o período do doutorado. Felizmente, pude me afastar e gozar da licença mantendo a bolsa de estudo. Além disso, tive a prorrogação de quatro meses (para compensar a licença) e também na prorrogação mantive bolsa. Demorou, mas felizmente a partir de 2012 as mulheres que buscam uma pós graduação e engravidam ao longo do caminho conquistaram este direito.

Aos funcionários do setor do Obras Raras da Biblioteca de Manguinhos – FIOCRUZ. Agradeço em especial à Maria Cláudia pela disponibilidade para consulta e ajuda para fotografar a documentação.

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná pela sempre gentil forma com que me trataram e possibilitaram a consulta dos exemplares da Revista Pais e Filhos.

Aos professores do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa tenho um duplo agradecimento a fazer. Em primeiro lugar agradeço aos que foram meus professores na graduação. Foram eles a base e o incentivo que tive para me aventurar em um mestrado e posteriormente a este doutorado. Em segundo lugar agradeço por me possibilitar estar entre vocês como professora colaboradora. Me sinto muito honrada de hoje lecionar onde fui aluna.

Aos meus amigos e amigas da Faculdade União e da Faculdade Sagrada Família. Obrigada pelo carinho, amizade e pelos anos de convivência e afeto.

Aos amigos que fiz na UFPR. Pessoas maravilhosas que encontrei ao cursar as disciplinas do doutorado. Agradeço à Carla Conradi, Gregory Balthazar, Kety March, Sereza, Carlos Barros, Manuel Guerreiro, Mateus Henrique Buffone, Fernando Botton, Daniele de Souza, Dulce Tonet e Juliana Fleig Bueno. Agradeço também à Andressa e Tiago bolinha, por dividirem seu apartamento comigo quando cursei as disciplinas do doutorado.

À todos os meus familiares que sempre me incentivaram e apoiaram nessa caminhada. Em especial meus tios, tias e primos.

Às amigas queridas que sempre estavam por perto para ouvir, dar um abraço e apoiar de diferentes formas. Agradeço à Aila Bolzan, Ana Paula Ferreira, Luíza, Celinha, Adelle, Kelly Viana, Flávia da Silva Oliveira, Eliane Parise, Salete, Ana Carolina Pilatti, Ana Paula Soukef, Lilia Debas, Adriana Cançado, Andrea Schactae e Luciana. Mulheres que admiro.

Ao Ilton, por ser amigo e ser impulso.

Ao meu ex marido, Mario Vazquez, agradeço pela ajuda com as crianças para que eu pudesse escrever e por ser um pai maravilhoso.

Aos meus irmãos, Ricardo, Regiane e Guilherme. Obrigada pelo carinho e também pelo incentivo.

À minha mãe dedico os sentimentos mais lindos de gratidão e amor. Dona Jane, obrigada por ficar com meus filhos quando estou em congressos, obrigada por ajudar de diferentes formas todas as vezes que recorri e principalmente, obrigada por ter me mostrado qual o melhor caminho a seguir. Suas palavras, conselhos e até seu colo são fundamentais para mim. Eu te amo muito.

RESUMO

Esta pesquisa propôs a análise da experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX. Assim, buscou-se problematizar sobre como mulheres não-mães reconstroem suas recordações a respeito da maternidade, ou seja, como elas se colocam diante de tão vasta campanha desfraldada ao longo do século XX em prol da suposta obrigação feminina em ser mãe. Para atingirmos os objetivos centrais da tese optou-se pela divisão de capítulos tendo como fio condutor os múltiplos sentimentos que podem envolver a maternidade e sua ausência. Para fins metodológicos esta pesquisa se ancora nos princípios da história oral com o intuito de debater sobre as reconstruções e significações da memória sobre a experiência de não ser mãe, abordando sentimentos como o amor, desejo de conhecer, paixão, ausência e solidão. As entrevistas das mulheres não-mães estão divididas em três grandes grupos. O primeiro grupo é ocupado por mulheres que nasceram nas décadas de 1920 e 1930 e desta forma entraram na vida sexual-reprodutiva nas décadas de 1940 e 1950. O segundo grupo é composto por mulheres que nasceram nas décadas de 1940 a 1950 e desde o início de sua vida sexual reprodutiva (nas décadas de 1960 e 1970) já conviveram com a chamada 'revolução sexual', a criação da pílula e a popularização de outros métodos anticoncepcionais. Já o terceiro grupo é formado por jovens senhoras que nasceram em plena revolução sexual, isto é, nas décadas de 1960 e 1970 e assim iniciaram sua vida sexual e reprodutiva nas décadas de 1980 e 1990. Com o intuito de verificar a consolidação do estereótipo materno ao longo do século XX bem como os debates travados a respeito da infertilidade e da esterilidade optamos por analisar teses médicas apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro datadas da primeira metade do século XX. Para compreender a intermediação desse discurso médico consolidado no início do século e as mulheres, optamos por analisar a Revista Pais e Filhos, fundada em 1968 e existente no mercado editorial até a atualidade. Todavia o período de exemplares analisados abarca os anos de 1968 até 2000, fechando assim o século XX. A escolha da revista se deve pelo fato de ser a primeira revista brasileira a tratar específicos da gestação e da maternagem. Consideramos a revista como uma mediadora entre o conhecimento médico e as mulheres, portanto um veículo de divulgação de saberes e práticas a respeito da maternidade bem como da ausência de filhos.

Palavras- Chave: maternidade, sentimentos, gênero, subjetividade.

ABSTRACT

This research proposed the analysis of the experience of the absence of motherhood throughout the twentieth century. Thus, we sought to discuss how non-mother women rebuild their memories about motherhood, that is, as they stand before such a vast campaign unfurled throughout the twentieth century for the sake of supposed female obligation to be a mother. To achieve the main objectives of the thesis we opted for the chapters division having as a guide the multiple feelings that may involve motherhood and its absence. For methodological purposes this research is anchored on the principles of oral history in order to discuss the reconstruction and meanings of memory about the experience of not being a mother, addressing feelings such as love, desire to know, love, absence and loneliness. The interviews of non-mother women are divided into three major groups. The first group is occupied by women born in the 1920s and 1930s and thus entered the sexual-reproductive life in the 1940s and 1950s. The second group consists of women born in the decades from 1940 to 1950 and from the beginning of their reproductive sexual life (in the 1960s and 1970s) have lived with the so-called 'sexual revolution', the creation of the pill and the popularization of other contraceptive methods. The third group consists of young ladies who were born in the sexual revolution, that is, in the 1960s and 1970s and so began their sexual and reproductive lives in the 1980s and 1990s. In order to verify the consolidation of maternal stereotype throughout the twentieth century as well as debates about infertility and sterility we chose to analyze medical thesis presented to the College of Medicine of Rio de Janeiro dated from the first half of the twentieth century. To understand the intermediation of this medical discourse, consolidated at the beginning of the century, and the women, we chose to analyze the "Pais e Filhos" magazine, founded in 1968 and existing in the publishing market until today. However, the period analyzed covers the years 1968 to 2000, thus closing the twentieth century. The magazine's choice is due to the fact of being the first Brazilian magazine to deal specifically with pregnancy and motherhood. We consider the magazine as a mediator between medical knowledge and women, therefore, a dissemination vehicle of knowledge and practices regarding motherhood and the absence of children.

Key-words: motherhood, feelings, gender, subjectivity.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CORPO FEMININO	94
FIGURA 2 – CORPO FEMININO - GESTANTE.....	95
FIGURA 3 – CRIANÇA COM SÍFILIS	106
FIGURA 4 – CLASSIFICAÇÃO ADOTADA POR LAGOS GARCIA SOBRE INTERSEXUALIDADE.....	108

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1- PACIENTE CLASSIFICADA COMO INTERSEXUAL - 1929.....110

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- POR QUE TEMOS FILHOS?	75
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PLANO DE TESE	24
PRÓLOGO: AS MULHERES ENTREVISTADAS E SUAS MEMÓRIAS.....	32
1.DO AMOR E DO DEVER DE AMAR.....	41
1.1 SOBRE A MÃE QUE NÃO FUI E MEU AMOR	42
1.2 SOBRE A MÃE QUE TIVE E SEU AMOR.....	58
1.3 SOBRE A MÃE QUE TIVE E SEU DESAMOR.....	73
2 DO DESEJO DE CONHECER: MÉDICOS, REVISTAS E CORPOS FEMININOS	87
2.1 OS MÉDICOS, AS TESES, AS MULHERES	89
2.2 A INFERTILIDADE NAS PÁGINAS DA REVISTA <i>PAIS E FILHOS</i>	114
3 “A PELE QUE HABITO”: VIVÊNCIAS, PAIXÕES E CASAMENTOS	129
3.1 MEMÓRIAS DA INFÂNCIA: VIVÊNCIAS, SOCIABILIDADES E SONHOS.....	130
3.2 O AMOR E AS SOLTEIRAS	138
3.3 DOS AMORES VIVIDOS E SOBREVIVIDOS: AS CASADAS	151
4 MEMÓRIAS DE UMA AUSÊNCIA: AS MULHERES E OS FILHOS QUE NÃO EXISTIRAM	168
4.1 MULHERES SEM FILHOS CONSTRUÍDAS NA REVISTA <i>PAIS E FILHOS</i>	169
4.2 DO FILHO QUE QUIS E NUNCA TIVE	177
4.3 NEM SÓ, NEM MAL ACOMPANHADA	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	213
ANEXO A- FOTOS USADAS EM REPORTAGENS DA REVISTA <i>PAIS E FILHOS</i>	215

ANEXO 1- REVISTA PAIS E FILHOS, MARÇO, 1976. REPORTAGEM	
“TITIA: ELA NÃO TEM FILHOS MAS TAMBÉM É MÃE”	215
ANEXO 2- REVISTA PAIS E FILHOS, MAIO DE 1977. REPORTAGEM	
“O OFÍCIO DE SER MÃE”	216
ANEXO 3 – REVISTA PAIS E FILHOS, DEZ. DE 1976. REPORTAGEM	
“ ESTOU SOZINHA. COMO CRIAR MINHA FILHA?”	217
ANEXO 4 – REVISTA PAIS E FILHOS, OUTUBRO, 1972. REPORTAGEM	
“ MÃE E FILHO: UMA LINGUAGEM DE AMOR”	218
ANEXO5- REVISTA PAIS E FILHOS, MARÇO, 1969. REPORTAGEM	
“ SOU MÃE SOLTEIRA: DEVO DAR MEU FILHO?”	219
ANEXO 6- REVISTA PAIS E FILHOS. SETEMBRO, 1968. REPORTAGEM	
“SEU FILHO SABE QUE VOCÊ O AMA?”	220
ANEXO 7- REVISTA PAIS E FILHOS, ABRIL, 1973. REPORTAGEM	
“MAMÃE GOSTA MAIS DELE”	221
ANEXO 8- REVISTA PAIS E FILHOS, MAIO, 1972. REPORTAGEM	
“DOUTOR, POSSO SER MÃE?”	222
ANEXO 9-REVISTA PAIS E FILHOS, MARÇO,1977.	
REPORTAGEM “VASECTOMIA”.	223
ANEXO 10- REVISTA PAIS E FILHOS, FEVEREIRO, 1969.	
REPORTAGEM “HOMEM TAMBÉM É ESTÉRIL”	224
ANEXO 11- REVISTA PAIS E FILHOS, SETEMBRO, 1978.	
REPORTAGEM “CADA VEZ MAIS CASOS DE ESTERILIDADE TEM UM	
FINAL FELIZ”	225
ANEXO 12- REVISTA PAIS E FILHOS, JANEIRO, 1973.	
REPORTAGEM: NOVAS DESCOBERTAS NA CURA DA ESTERILIDADE.	226
ANEXO 13- REVISTA PAIS E FILHOS, SETEMBRO, 1973.	
REPORTAGEM “ESTERILIDADE: UM MAL QUE PODE SER INTEIRAMENTE	
CURADO.”	227
ANEXO 14- REVISTA PAIS E FILHOS, MAIO, 1971. REPORTAGEM	
“ VOCÊ É OBRIGADA A TER FILHO”	228

ANEXO 15. REVISTA PAIS E FILHOS, DEZEMBRO, 1982.	
REPORTAGEM “INSTINTO MATERNO:EXISTE ESTA FORÇA MÁGICA QUE NOS CONDUZ A SER MÃE	229
ANEXO 16. REVISTA PAIS E FILHOS, JANEIRO, 1986.	
REPORTAGEM: “AMOR MATERNO: FRÁGIL, IMPERFEITO, BELO	230
ANEXO 17. REVISTA PAIS E FILHOS, FEVEREIRO, 1981.	
REPORTAGEM “EU ROUBEI UM BEBÊ”	231
FONTES.....	232
LISTAGEM DE REPORTAGENS DA REVISTA PAIS E FILHOS.....	232
TESES MÉDICAS.....	251
ENTREVISTAS COM MULHERES.....	252

INTRODUÇÃO

Não deixe que a mão rude do inverno apague o verão que foi você e que o moldou; Em algum frasco guarde, em algum lugar mantenha, o tesouro da beleza que antes existiu. Este ato não é usura proibida(...) Cabe a você, em outro se tornar. Dez vezes o seu eu se torna mais feliz, se dez de você em outros dez o criarem. O que pode então fazer a morte se você parte deixando os seus eus vivos na posteridade? Não seja um alvo da vitória da morte, deixando os vermes como herdeiros.
(Shakespeare)

Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.
(Machado de Assis)

23 de março de 2015. A casa de Renata¹ estava em perfeita ordem e sobre a pequena mesa da copa um chá para acompanhar longas falas, memórias quentes. A anfitriã recebeu-me com alegria e certa intimidade, sem nenhum tipo aparente de receio pelas perguntas que seriam feitas ou sobre as possíveis respostas.

Renata, como tantas outras mulheres nascidas na segunda metade do século XX, escolheu não ter filhos. Ela nasceu em Cambé, no interior do Paraná. Casou-se, separou-se e, por fim, casou-se novamente. Em todas as suas relações afetivas e sexuais buscou evitar a gravidez e, ao longo da entrevista, chegou a mencionar que nunca sentiu “necessidade de barriga”, ou seja, necessidade de ser mãe.

Sua entrevista vai ao encontro de tantas outras entrevistas analisadas nesta tese. Sonhos, amores, amizades nas memórias sobre a infância, o casamento, sobre o que é viver solteira e sobre a vida sem filhos. Porém, Renata mencionou algo único, algo que ajudou a compor parte das reflexões que resultaram nesta tese. Entre uma pergunta e outra, surgiu a questão sobre a possibilidade de adoção. Ela

¹ Os nomes das mulheres que concederam entrevistas para esta pesquisa foram todos alterados. Não optei por identificá-las pelas iniciais por considerar muito impessoal. Os novos nomes que receberam foram escolhidos pelas próprias entrevistadas ou foram fornecidos por mim, nos casos em que elas preferiram deixar tal tarefa para mim.

mencionou que já havia pensado nisso como algo remoto e não como um desejo constante. Mas, ao responder essa questão, Renata forneceu a exemplificação da tirania do modelo de maternidade que ainda impera em nossa sociedade.

Renata ponderou que a adoção poderia trazer algumas mudanças em sua vida e ao fazer isso recordou de sua própria mãe:

A minha mãe, ela trabalhou o dia inteiro e de noite você acha que ela tinha vontade de sentar e brincar com a gente? Não. Ela nunca tinha. Ela estava esgotada. E hoje a minha mãe, ela se cobra. Ela fala que deveria ter ficado mais com a gente, que passou muito rápido, porque ela chegava estressada. Imagina: ela era professora, trabalhava dois períodos, coitada... Eu não sentia isso quando era criança [não sentia que a mãe era ausente]. Eu tenho uma grande amiga de infância e a gente falou sobre isso porque a mãe dela também trabalhava. A mãe da Helô também era professora e trabalhou o dia inteiro sempre. Mas nós não temos uma memória de ausência delas. Nós sabemos que elas trabalhavam e pronto. Estavam em casa quando dava. Nem eu nem a Helô sentimos ausência de mãe. Quem se cobra são elas, as mães, e não é o filho. A mãe fala que agora ela vai fazer tudo pros netos dela. Contar história e brincar, ela faz tudo isso com os netos... faz com a neta e fará com o neto que acabou de nascer. Ela se cobra, engraçado! (Renata).²

Na memória dos sentimentos narrados por Renata, a cobrança não é sua, mas de sua mãe, por não ter conseguido ser “apenas mãe”. Esse fragmento narrativo coloca em relevo a construção normatizadora sobre a maternidade e a inquietação por ela suscitada, sendo esse o ponto de partida para a construção desta tese.

Dessa forma, inicialmente ao propor esta pesquisa, procurei compreender como se construiu nas mulheres nascidas no século XX uma concepção específica de maternidade. A vinculação da maternidade como dever, como abdicação de parte da vida pessoal e de parte da vida profissional e como devoção ao filho. No entanto, não questionei tais concepções para mulheres que já haviam vivenciado a experiência de maternidade, afinal há diversos estudos históricos e sociológicos sobre o exercício da maternidade. Optei por buscar compreender como as mulheres que nunca haviam tido filhos percebiam essa construção normativa a respeito da maternidade, ou seja, por uma história da ausência e, como pude perceber ao longo da pesquisa, uma história do silêncio.

A questão norteadora da tese foi entender como mulheres que não foram mães lidam com a ausência de maternidade ao longo do século XX, um período histórico de extrema valorização da maternidade e da infância. A partir dessa

² Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 23 de março de 2015.

questão, várias outras surgiram e foram fundamentais para a condução da pesquisa e para a escrita da tese. Busquei compreender como diferentes discursos, em especial o discurso médico e da imprensa especializada, ajudaram a compor essa normatização da maternidade. Procurei analisar como as mulheres que entrevistei incorporaram, rejeitaram ou, parcialmente, aceitaram tais discursos sobre o papel da mãe, a ideia de felicidade vinculada à maternidade e a necessidade de ser mãe de alguém. Além disso, esta pesquisa entra no terreno escorregadio das subjetividades e dos sentimentos. Para se analisar a experiência de ausência de maternidade não há como fugir do debate sobre quais sentimentos tal ausência ajuda a construir nas mulheres. Como as mulheres entrevistadas compreendem o que seja “amor materno”? Como as narrativas dessas mulheres traçam a experiência de maternidade de suas mães? Como os discursos médico e da imprensa ajudaram a estabelecer normatizações sobre a maternidade e sua ausência nas subjetividades femininas? Como é viver sem filhos sendo solteira? Como é viver sem filhos sendo casada? Como é viver sem filhos em diferentes momentos do século XX? Qual o impacto da ausência de maternidade para a construção de sujeitos mulheres?

Esta tese trata de sentimentos e de subjetividades relacionados à ausência da maternidade, portanto não há como estabelecer um recorte geográfico homogêneo. A maternidade, sua normatização e a construção do mito do amor materno são partes constituintes de um projeto de modernidade. O discurso sobre a educação das mulheres para a maternidade não está circunscrito a um lugar específico, apesar de reconhecer que existem algumas particularidades como, por exemplo, as diferenças culturais e sociais entre mulheres que vivem em meios urbanos e as que vivem nas áreas rurais, bem como as diferenças de grau de escolaridade.³

Mulheres que nasceram e viveram boa parte de suas vidas em regiões como o estado do Amazonas, a capital e o interior de São Catarina, a capital e o interior de São Paulo, a capital e o interior do Paraná são as protagonistas desta pesquisa. Meu objetivo não foi o de estabelecer diferenciações discursivas entre essas mulheres a partir de variáveis como origem, classe ou acesso à escola, mas analisar

³ No prólogo, tratarei de comentar sobre cada uma das mulheres protagonistas desta tese. Optei por criar ainda na introdução deste trabalho uma parte específica para mencionar dados significativos das mulheres que apareceram na pesquisa. Dessa forma, o leitor e a leitora poderão recorrer a esse campo para compreender melhor e obter alguns detalhes sobre as personagens e as experiências de ausência de maternidade problematizadas aqui.

e compreender os diferentes sentimentos relacionados à ausência de maternidade presentes nessas mulheres, bem como a maneira como elas se construíram narrativamente como sujeitos sem a experiência da maternidade.

Refletir e construir uma narrativa histórica tendo como eixo norteador os sentimentos ainda não é uma investida familiar e convencional para historiadores e historiadoras. Todavia, esta tese foi estruturada tendo como eixo norteador os sentimentos construídos e narrados por mulheres sem filhos. A partir da escuta e da análise das entrevistas, estabeleci como principais sentimentos destacados por elas o amor materno, o desejo de conhecer seus corpos, o amor conjugal e a ausência de filhos. Portanto, amor, desejo de conhecimento, paixão e ausência foram as bases para analisar as narrativas discursivas dessas mulheres. É evidente que tal proposta de tese apresenta como complicador a concepção pré-estabelecida de que os sentimentos pouco podem contribuir para a História. Via de regra, as emoções foram relegadas às narrativas literárias ou ao domínio da psicologia e da psicanálise. Contudo, a partir da década de 1970, com a chamada “virada linguística” e as mudanças epistemológicas no campo historiográfico, as temáticas ligadas aos sentimentos e às construções subjetivas começaram a ganhar espaço nas pesquisas e nas problematizações historiográficas.

Esta tese se vincula a um posicionamento epistemológico que visa romper com modelos explicativos binários ou deterministas para compreender processos históricos e a agência dos indivíduos. Tal atitude foi fundamental para este estudo, na medida em que, quando se trata de mulheres sem filhos, campos de oposição tendem a surgir. As egoístas (que escolhem a carreira e nunca desejaram ser mães) versus as sofredoras (que desejam ardentemente a maternidade mas são impossibilitadas de engravidar). Esse modelo binário foi questionado nesta tese. Seguramente existem mulheres que vivenciam parte de um ou de outro modelo supracitado. Compreendo que esta pesquisa histórica procurou, portanto, recusar os diversos tipos de generalizações e determinismos que poderiam ser construídos socialmente a respeito de mulheres sem filhos. Com isso, não quero dizer que tais generalizações não sejam significativas, tendo em vista que em algumas entrevistas encontrei indícios das generalizações dos discursos normativos a respeito da maternidade. Todavia, não encontrei apenas isso.

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa, foram compreendidas como sujeitos e, dessa forma, suas manifestações e recusas com relação aos discursos

normativos sobre a maternidade foram analisados. As opções, seja pela tentativa de engravidar ou pela recusa veemente à gravidez, os comportamentos, pertencimentos e, portanto, os sentimentos que vivenciaram e narraram foram os objetos de análise.

As mulheres protagonistas desta tese forneceram narrativas de si e foi por meio delas que pude conhecer parcialmente as subjetividades e representações de mulheres que vivenciam a experiência da ausência de maternidade. Como já dito, as narrativas construídas por elas no momento da entrevista não podem ser tomadas como uma espécie de generalidade comportamental. Ao tratar de mulheres que por diferentes motivos não foram mães, trato, em essência, de sujeitos. Dessa forma, as experiências, os sentimentos, as dúvidas e até mesmo as possibilidades que a ausência de filhos produziu no cotidiano de cada uma dessas mulheres foi singular. Cada sujeito age, sente e deseja construir um discurso sobre si no momento da entrevista. Desse modo, as mulheres que forneceram vestígios de suas lembranças, representações e subjetividades são protagonistas das histórias que narraram, mesmo que, em alguns momentos, fosse possível identificar fragmentos dos discursos normativos e da patologização construídos acerca das mulheres sem filhos pela medicina e mesmo pela imprensa. Elas aceitaram e rejeitaram tais discursos, num jogo constante de tensão entre normas sociais e suas experiências, limitações e possibilidades.

Os discursos normativos sobre a maternidade e sua ausência são construções sociais, portanto são intercambiáveis e podem se modificar dependendo de contextos e de saberes específicos. Médicos e alunos de Medicina foram paulatinamente construindo saberes e representações sobre as mães e sobre os corpos femininos que não conseguiam engravidar. A construção desses discursos como verdades, e as formas como se disseminaram em veículos de comunicação e entre as próprias mulheres, são percebidas de maneira variada. Tal fato demonstra que, embora existam fortes e recorrentes discursos que valorizam a gestação e a maternagem, as mulheres os interpretam, aceitam ou rejeitam (sempre em termos parciais) dependendo de seus contextos.

A tese tem dois grandes eixos. Um mais central e significativo, a narrativa das mulheres, sujeitos históricos, sobre suas subjetividades, sentimentos e experiências a partir da ausência de maternidade. E um eixo mais secundário, porém de extrema significação, sobre as normatizações socioculturais estabelecidas

pela Medicina e pela imprensa especializada sobre a maternidade e a ausência de filhos ou as dificuldades em consegui-los. Tratei, portanto de registrar a tensão entre as narrativas dessas mulheres e as narrativas consideradas “legítimas” do saber sobre as mulheres sem filhos.

Ao estabelecer esses eixos, trato, por consequência, da maternidade e de sua ausência. Compreendo que não há modo de analisar as experiências de mulheres não-mães sem relacioná-las com discursos normatizadores construídos acerca da maternidade. Tal afirmação se baseia na própria seleção das entrevistadas. As mulheres que concederam entrevistas foram procuradas justamente pelo fato de não serem mães. As condições econômicas, religiosas, afetivas e geográficas não foram critérios de escolha para se construir o rol de entrevistadas. Assim, em certa medida, tais mulheres foram escolhidas justamente pelo que elas não eram, ou seja, foram escolhidas pelo fato de não serem mães. Esse critério mostrou-se epistemologicamente relevante, como se vê ao longo da tese.

A construção do sentimento materno, apresentado pelo senso comum e por muitos especialistas como algo pertencente a todas as mulheres, embora já questionado por estudos históricos e sócio antropológicos, continua permanecendo como uma das mais fortes representações sociais de “feminilidade”.

Este estudo, ao se vincular com a abordagem analítica de gênero a respeito de mulheres que nunca foram mães, e que, portanto, não geraram biologicamente um filho⁴ nem tampouco se propuseram a adotar um, procurou compreender como essas mulheres reconstruíram suas experiências de não-mães em um período histórico de extrema valorização da maternagem. Ao longo do século XX, a maternidade foi alvo de uma intensa campanha por parte dos governos e da sociedade de um modo geral, não sendo por acaso que o referido século se consolidou como “o século da criança”. Nesse sentido, a maternidade não deveria ser definida apenas como um fenômeno biológico (mulheres engravidam porque seus corpos foram concebidos para isso), mas como fundamental para a continuidade da espécie, daí a defesa e a reiteração do argumento da afetividade, do amor materno e incondicional. (BADINTER, 1985). Construiu-se a ideia de que

⁴ As mulheres que, por problemas biológicos ou de outra espécie, não geraram um filho mas adotaram crianças não fazem parte deste estudo. Parto do princípio que a maternidade é mais social do que biológica e, dessa forma, a adoção efetiva de uma criança caracteriza a vivência da experiência de maternidade.

mulheres tinham, portanto, uma dupla tendência à maternidade, uma de caráter biológico e outra de caráter sentimental. Essa construção histórica a respeito da relação mãe/filho desencadeou sentimentos de perplexidade e até mesmo de revolta quando uma mulher biologicamente capaz de gerar se recusava a engravidar ou optava pela eliminação do feto. As mulheres que se recusaram a levar a cabo uma gestação já iniciada foram condenadas no plano moral, ou seja, foram afastadas ao menos temporariamente de sua rede de amizades e relacionamentos, além de terem seus corpos e suas vidas vasculhadas por juristas, médicos, parentes e até curiosos. (PEDRO, 2003).

Assim, na tentativa de compreender a ausência de maternidade, verifiquei que os discursos normatizadores sobre a “obrigação de maternidade” ainda são muito presentes. Para Germaine Greer (1987, p. 44-65), a importância da fertilidade (ao menos nas sociedades tradicionais) relaciona a noção de dignidade feminina diretamente ao fato de ter filhos, e de preferência filhos sadios, para fornecer ao grupo social. Assim, a mulher não-mãe não teria contribuído de maneira significativa para o bom desenvolvimento social. As condenações aumentavam se a mulher que não gerou filhos possuísse um vínculo matrimonial e amoroso estável. Sendo casada, uma mulher que chegasse próximo ao fim de sua vida reprodutiva e não houvesse produzido um filho era caracterizada como egoísta e incapaz de sentir o “amor verdadeiro” (aquele entre mãe e filho). Ou então poderia ser vista como uma coitada, uma infeliz, uma imperfeita e estéril, por certo.

Fato peculiar é que na maioria das sociedades, em um primeiro momento, sempre se presumiu que os homens eram férteis, pois deveriam sempre apresentar uma energia sexual vigorosa e uma disposição maior para o sexo (ao menos na teoria). Para Germaine Greer (1987, p. 47), “[...] o motivo pelo qual a esterilidade masculina raramente é reconhecida é porque tal reconhecimento afetaria a própria essência da moral: toda a ordem e coerência social estariam em risco”. Essa representação da virilidade e da volúpia masculina em detrimento da sexualidade feminina esteve amparada nas desigualdades de gênero que foram construídas ao longo da história. Assim, o “problema” da impossibilidade de gerar filhos esteve vinculado culturalmente a uma incapacidade feminina, uma falha, uma imperfeição no corpo da mulher. A construção da fertilidade foi estabelecida nas sociedades como uma das mais importantes funções da vida adulta, devido a isso, uma série de cuidados, preparações e até “rituais” foram estabelecidos para enaltecer a

reprodução humana e, no extremo oposto, a dificuldade em procriar ou mesmo a opção pela ausência de filhos se tornaram problemas de grandes dimensões nas diferentes sociedades.

Magali Engel (1997) afirma que as mulheres que ficaram à margem da maternidade foram representadas de um modo caricaturesco e até mesmo consideradas inferiores. Por ser o século XX um período de extrema valorização da criança, a maternidade foi vista como a verdadeira essência da mulher, ou seja, inscrita numa espécie de “natureza feminina”. Mas para aquelas mulheres que não quisessem ou não pudessem realizar ser mães, os médicos e a sociedade eram implacáveis nas acusações e na marginalização. Eram vistas como seres física, moral ou psicologicamente incapazes, além disso, as não-mães, para a literatura médica de até metade do século XX, teriam uma disposição maior para a loucura e a insanidade. O fato de não desejarem filhos ou de não possuírem condições concretas para gerar crianças tirou essas mulheres da normalidade. Não cumprindo suas obrigações biológicas e sociais, a esposa, ou simplesmente a mulher, estava sujeita aos mais variados julgamentos, da piedade até a condenação moral.

É importante mencionar que ser mãe ou não ser mãe é antes de tudo uma experiência cultural. Dessa forma, considero significativas as reflexões de Françoise Thébaud (1986), a qual afirma existir um campo de estudos sobre a maternidade que ainda carece de inúmeras investigações. O filho, desejado ou recusado, e a gravidez, levada a cabo ou interrompida, ajudam a compor a historicização da maternidade. Tal processo é fundamental para evidenciar que entre “a mãe” e a “não-mãe” há uma pluralidade de experiências, subjetividades e sentimentos, nem sempre coerentes ou coesos com o ideal social formulado sobre elas.

Para compor uma parte da história de mulheres que não foram mães, este estudo se debruçou sobre variada documentação e questionamentos que serão apresentados a seguir.

PLANO DE TESE

Ao se propor uma análise cultural a respeito do amplo sentido que a ausência de maternidade significa para as mulheres, são inúmeras as dificuldades e percursos que se pode enfrentar e percorrer.

As representações e discursos a respeito de mulheres que não foram mães acabaram por cristalizar um determinado estereótipo, uma visão singular a respeito de tais mulheres, exclusivamente pela escolha ou impossibilidade da maternidade. Tal fato está vinculado parcialmente à questão de que a maioria das mulheres foi mãe, assim a não-maternidade foi paulatinamente sendo caracterizada como algo patológico ou então como uma opção egoísta da mulher. Uma experiência que devia permanecer no terreno do não dito.

Para compreender parte do fenômeno do controle da fertilidade e ausência da maternidade em um período histórico de supervalorização das crianças, este estudo procurou problematizar as configurações das subjetividades e da memória feminina, bem como os discursos e saberes construídos pela Medicina e pela imprensa caracterizaram as mulheres sem filhos. As problematizações tiveram como objetivo compreender como as mulheres não-mães se sentiam ao perceberem que chegavam próximas do fim da vida reprodutiva sem um descendente. Também foi um dos objetivos dessa análise perceber como as mulheres que não tiveram filhos lidam com tamanha valorização da maternidade e do bebê. Outro ponto debatido foi como se perceberam a partir da perspectiva do grupo social diante de sua condição de não-mãe. Busquei compreender as subjetividades e os sentimentos vivenciados por mulheres não-mães com relação a si próprias, aos seus relacionamentos afetivos e também aos seus amigos e familiares.

Foram realizadas dezessete entrevistas com mulheres que não tiveram filhos. As entrevistas estão divididas em três grandes grupos, que classifiquei neste trabalho como três gerações. O primeiro grupo, que chamo de primeira geração, é composto por mulheres que nasceram nas décadas de 1920 e 1930, ou seja, são mulheres nascidas ainda na primeira metade do século XX e que, portanto, iniciaram sua vida sexual-reprodutiva antes da chamada revolução sexual. Dessa forma, a primeira geração de mulheres viveu sua mocidade numa época de pouca opção para se evitar filhos. Via de regra, o celibato para mulheres solteiras e o coito

interrompido ou abortos caseiros para as casadas eram as formas encontradas para evitar a maternidade. É significativo mencionar foram feitas três entrevistas com mulheres pertencentes a primeira geração. Embora o número pareça reduzido, considero que qualitativamente as entrevistas possibilitaram reflexões sobre a ausência de maternidade na primeira metade do século XX.

Outro ponto que merece ser mencionado ainda tratando da primeira geração é que, embora tenha procurado por diferentes meios, só consegui mulheres solteiras e sem filhos pertencentes a esta geração. Acredito que a maternidade era fortemente valorizada como uma espécie de “consequência natural” do casamento e, portanto, as mulheres casadas que não conseguiam ter filhos biológicos, via de regra, adotavam ou “pegavam para criar”, alguma criança da família ou alguma criança abandonada. Desta forma, não foi possível encontrar casadas e sem filhos pertencentes à primeira geração.

O segundo grupo, ou segunda geração, é composto de mulheres nascidas nas décadas de 1940 e 1950, tendo iniciado sua vida sexual-reprodutiva em plena revolução sexual. Já o terceiro grupo, com mulheres nascidas nas décadas de 1960 e 1970, iniciou a vida sexual após a revolução sexual e muitas das mulheres pertencentes ao mesmo ainda possuem chances (idade, saúde) de gerarem filhos.

As mulheres da terceira geração já conviveram com discursos acerca de reprodução assistida, a disponibilidade comercial da pílula e mesmo a “barriga fraterna ou solidária”.⁵ Elas, portanto, possuem um leque mais amplo de escolha sobre ter ou não ter filhos. Porém, por motivos variados, ainda não viveram a experiência da maternidade ou simplesmente optaram pela não-maternidade, visto a grande quantidade de métodos anticoncepcionais disponíveis atualmente.

A estratégia de dividir mulheres por gerações não partiu de uma visão estanque na forma como pensam e agem tais pessoas. Não verifiquei nenhuma exclusividade de sentimentos com relação à ausência de maternidade na primeira, na segunda ou na terceira gerações. Meu intuito foi, antes de tudo, tentar organizar, de alguma maneira, a engrenagem do tempo. Propor um estudo que abarque quase um século é tarefa complexa, e a estratégia metodológica de dividir as entrevistas

⁵ Chama-se de “barriga fraterna ou solidária” quando a mulher não possui condições de manter a gestação e seu óvulo é introduzido, já fecundado, em outro útero. Essa prática, segundo a legislação brasileira, não pode envolver pagamento de espécie alguma e deve ser realizada entre membros da família da mulher. É mais comum que a mãe ou a irmã gerem o filho para a mulher impossibilitada de gestar.

por categorias geracionais foi a forma encontrada para melhor sistematizar a pesquisa.

Jean-François Sirinelli (2006), ao abordar o uso do conceito de geração para a pesquisa com história oral, levanta seus obstáculos e potencialidades. Para ele, uma das principais dificuldades é que existe uma noção de periodização que nos remete à regularidade vinculada à ideia de geração. Essa noção deve ser problematizada a fim de que suas limitações fiquem salientes. Os fatos inauguradores de uma época, ou de “uma geração”, se sucedem de forma irregular, ou seja, questões econômicas, sociais, políticas e culturais não avançam ou retroagem com a mesma intensidade ou o mesmo ritmo. Assim, “as gerações” relacionadas aos diferentes registros históricos não podem ser formuladas de maneira “geométrica”, mas sim com flexibilidade.

A flexibilidade sugerida pelo autor foi levada em consideração nos momentos em que as entrevistas foram realizadas e analisadas. Falas semelhantes aparecem em gerações diferentes e, portanto, não é o ano de nascimento que determina certo pensamento ou sentimento com relação à ausência de filhos. A geração serviu para estabelecer uma divisão metodológica no momento de realizar as entrevistas, mas também ficou evidente que é uma interessante “[...] escala móvel do tempo.” (SIRINELLI, 2006, p. 135). Esse fato limita parcialmente o uso do conceito de geração como sinônimo de “periodização”, porém não elimina sua possibilidade de uso como forma de compreender parte da história. A noção de geração se transformou em um potente instrumento categorial e de análise, pois evidenciou que as transformações e as permanências não se dissolvem obrigatoriamente com a passagem dos anos e dos dias. Mais especificamente, possibilitou analisar as pluralidades das visões multifacetadas e as discontinuidades relativas aos sentimentos e desejos sobre a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX.

Considero pertinente mencionar que outro fator me levou a usar como estratégia metodológica a geração. Esse fator diz respeito à determinação da idade do grupo de mulheres selecionadas. Procurei fazer entrevistas com mulheres acima de 35 anos em virtude das questões do corpo e das possibilidades de gravidez. Segundo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em 1981, a menopausa, também conhecida como climatério, começaria por volta dos 35 anos de idade e terminaria aos 65 anos, ou seja, duraria 30 longos anos. Ainda segundo

esse documento, nos primeiros 10 anos, dos 35 aos 45, as mulheres teriam um período pré-climatério, dos 45 aos 55 anos, seria o climatério propriamente dito, e dos 55 até os 65 anos um período pós-climatério. Assim, para os médicos, a partir dos 35 anos, a mulher entraria num momento de definhamento de sua vida reprodutiva, sendo que a partir dos 45 a gravidez não é recomendada ou possível de ser concretizada para a grande maioria das mulheres.

Para a Medicina, com o avanço da idade e a consequente chegada da menopausa, todos os atrativos apontados como femininos vão se reduzindo. Assim, a escolha por entrevistar mulheres que estariam próximas do climatério ou que já o atravessaram não se deu por compactuar com essa concepção médica sobre os corpos femininos, mas sim na tentativa de problematizá-la. É necessário se ter clareza de que “[...] a menopausa e o envelhecimento fazem parte de um processo biológico inexorável, quando todas as fêmeas da espécie humana param de produzir hormônios, significando somente o final da vida reprodutiva e não o fim da vida.” (AMARAL, 2002, p. 139). Destarte, o processo biológico da menopausa deveria ser visto como mais um dos inúmeros ritos de passagem que os antropólogos apontam no decorrer da vida humana e não como uma crise profunda. O período da menopausa é uma fase de transição e não um período de “crise de produção”, pois as capacidades femininas e o papel efetivo das mulheres em toda a teia de relações sociais não podem ser determinados pela capacidade ou incapacidade em produzir crianças, como se fossem máquinas biológicas.

Todas as mulheres selecionadas para este estudo já atravessaram ou estão próximas do climatério, pelo menos do que poderíamos chamar de primeira fase do climatério, e entender a chegada a esse momento vital, sem a geração de um filho, foi um dos objetivos desta pesquisa.

Devo mencionar que o contato com parte das entrevistadas foi estabelecido utilizando as “redes sociais” de convivência, ou seja, elaborei junto com as mulheres mais velhas da família uma lista de parentes, conhecidas e amigas que nunca tiveram filhos. Uso a expressão “rede”, me aproximando das reflexões de Baechler (1995), para designar todo o conjunto de laços formados entre os indivíduos, e não apenas o conjunto de pessoas com as quais os indivíduos estão em contato. Assim, as redes sociais se apresentam com grande amplitude, podendo ser usadas como caminhos para a história ou, como no caso desta pesquisa, um meio para se chegar até as mulheres cujas memórias compõem parte das fontes desta tese. Esse tipo de

relação entre atores sociais, cuja variedade e densidade podem oscilar dependendo do parentesco, da vizinhança, da classe, do mercado de trabalho e de outras variáveis, pressupõe que existam ligações de intimidade, reciprocidade e proteção, podendo ser formadas de indivíduos para indivíduos ou de grupos para grupos.

Os arranjos e rearranjos dessas redes podem variar de acordo com o ciclo de vida dos indivíduos, pois se observa uma presença mais marcante de amigos durante a juventude, de colegas durante a idade madura e dos parentes durante a velhice. (BAECHLER, 1995, p. 78-80).

De acordo com Baechler, as redes de sociabilidades são fortemente influenciadas pelas relações tradicionais de gênero, ou seja, cabem às mulheres, em primeiro lugar, as relações com os mais próximos, como parentes e vizinhos. Esses vínculos podem ser fortes ou fracos. As relações mais duradouras pressupõem uma ligação mais forte, acarretando em uma intensidade maior nas emoções que despertam. Quanto mais intensos forem esses laços, mais essa rede tende a fechar-se sobre si mesma e afastar-se de outras redes em uma espécie de “enquistamento social”. Essa ideia de “rede fechada em si mesma” foi percebida quando tentei organizar a lista de entrevistadas. Em um primeiro momento, busquei contato com algumas mulheres de idade mais avançada, mas as expectativas foram frustradas por uma série de telefonemas não respondidos e pelo silêncio quando mencionada a possibilidade de uma entrevista para tratar da ausência de maternidade. Todavia, quando recorri ao auxílio de mulheres mais velhas da família, ou seja, de minha rede sócio afetiva, houve um significativo aumento no número de interessadas e na disposição das candidatas à entrevista.

Falar sobre a ausência de filhos a pedido de uma pessoa mais jovem não lhes pareceu adequado, mas falar sobre esse mesmo tema atendendo a uma solicitação de uma amiga da mesma idade ou com idade próxima foi bem visto, principalmente em se tratando de mulheres da primeira e da segunda gerações. Assim, contando com o auxílio de tias, tias-avós e de minha mãe, consegui chegar a algumas das mulheres entrevistadas.

Além das entrevistas, também fazem parte do corpo documental desta tese, exemplares da revista *Pais e Filhos* desde seu início, em setembro 1968, até o ano 2000, fechando assim o século XX. Foram analisadas 384 revistas que estão disponíveis na Biblioteca Pública do Estado do Paraná, em Curitiba. Desse total, foram selecionados 134 artigos de diferentes sessões da revista que considerei

pertinentes para compreender a construção e a divulgação de saberes sobre a esterilidade, a infertilidade, a ausência de maternidade e mesmo o desejo de maternidade. Para tal empreitada, como estratégia metodológica, utilizei as técnicas de análise de discurso para que fosse possível visualizar um modelo de maternidade e de ausência de maternidade na revista.

Foi um dos eixos centrais da pesquisa, entender como a revista mais antiga do país a tratar dos assuntos da gravidez e da maternagem construiu saberes supostamente educativos para as grávidas e para as mães, mas também para as mulheres que não conseguiam engravidar ou optavam por não serem mães. Trabalhei com a análise da produção do discurso construído pela revista e não com a ideia de recepção de leitura ou público leitor. A revista *Pais e Filhos* molda suas narrativas visando um público específico, uma ideia de leitora ideal. Nesse sentido, as reportagens são discursivamente construídas pensando sempre na valorização da maternidade e tratando a ausência de filhos com algum grau de incômodo.

De acordo com as considerações de Schwengber (2007), a politização da maternidade e até mesmo dos corpos grávidos ganha espaço no contexto de um artefato específico da mídia brasileira, a revista *Pais e Filhos*. Esse fato demonstra a importância que a mídia assume, ocupando posição de destaque no processo de constituição de sujeitos contemporâneos e suas subjetividades. Ainda segundo Schwengber (2007), é importante destacar que para essa revista a mulher e a mãe praticamente não convivem no mesmo corpo. Dessa forma, para a *Pais e Filhos*, o exercício da maternidade exigiria tamanho grau de dedicação e abdicação que toda a estrutura sexual da mulher ficaria comprometida, ajudando a moldar um ideal de maternidade que deveria ser alcançado por todas as mulheres. Isso se deu com maior intensidade até o final da década de 1980.

Além disso, a revista realizou uma importante articulação entre Medicina e maternidade, na medida em que nos primeiros anos de sua publicação os saberes do discurso médico eram proeminentes, definindo-se como o discurso que respondia de forma quase absoluta pelo processo da gravidez e dos cuidados com os bebês. (SCHWENGBER, 2007).

Percebendo que havia uma forte articulação entre o saber médico e a “necessidade de crianças”, chegamos ao terceiro grande grupo de fontes que dá sustentação a esta pesquisa: as teses médicas sobre infertilidade, neo-

malthusianismo e dificuldades para engravidar, datadas da primeira metade do século XX, apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Os médicos formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro compõem o que se chamou de uma “elite intelectual” da Medicina brasileira na primeira metade do século XX. Dessa forma, nos quadros de formandos, temos médicos de diversos estados brasileiros que ao final do curso deveriam apresentar e publicar uma tese.

Consultando os arquivos da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, no setor de obras raras da Biblioteca de Manguinhos, foi possível encontrar e fotografar quinze teses que versam especificamente sobre as temáticas analisadas nesta pesquisa. Essa documentação foi preciosa para compreender os termos e o debate travado a partir da revista *Pais e Filhos* décadas mais tarde. Destaco que a escolha por teses da primeira metade do século XX se deu justamente pelo fato de compreender como tal campo de conhecimento formulou discursos sobre as mulheres e a gestação que seriam posteriormente utilizados por diferentes setores sociais, dentre eles a imprensa e em especial a Revista pais e Filhos.

Por meio da análise das teses médicas e, posteriormente, de artigos da *Pais e Filhos*, defendo que existe uma articulação de saberes a respeito dos corpos femininos e da experiência de maternidade. Foi possível verificar os discursos médicos formulados e consolidados na primeira metade do século XX sobre as mulheres que não conseguiam ou que não desejavam a gravidez, e estabelecer um paralelo com os saberes divulgados pela *Pais e Filhos* já na segunda metade do século XX. A revista procurou ser uma ponte entre as mulheres e o conhecimento médico. A partir do lançamento da *Pais e Filhos*, não seria mais preciso aguardar longos dias ou mesmo meses para uma consulta preliminar a respeito da ausência de maternidade, pois a própria revista apresentava sempre o que de mais moderno existia para as mulheres. Funcionava, portanto, como um atalho seguro entre as complicações e limitações do corpo e o conhecimento possível para tratá-las.

Com esse corpo documental, dividi a tese em quatro capítulos, tendo como eixo norteador os sentimentos. No primeiro capítulo, trato do amor materno. Usando como fontes as entrevistas com mulheres não-mães e reportagens da revista *Pais e Filhos*, procurei efetuar um cruzamento da documentação a fim de mostrar que existe um padrão normativo de mulheres sem filhos para a revista, mas que os sentimentos e as experiências das entrevistadas não são lineares com o padrão

construído socialmente. Existem, portanto, arranjos e rearranjos para as normatizações a respeito da “necessidade de amar” filhos e de ter sido amada por suas mães. Trato, em tal capítulo, do amor e do desamor materno, suas idealizações e as memórias de mulheres não-mães sobre suas próprias mães.

O segundo capítulo trata do desejo de conhecimento. São apresentadas e analisadas as teses médicas sobre a ausência de maternidade datadas da primeira metade do século XX, bem como os artigos da revista *Pais e Filhos* que tratam especificamente da infertilidade e da esterilidade, procurando demonstrar o entrecruzamento de saberes e discursos existentes entre a revista e o campo médico a respeito da impossibilidade ou da escolha em não se ter filhos.

O terceiro capítulo retoma a análise sobre o amor, porém, dessa vez, analisando especificamente as entrevistas com mulheres não-mães e suas relações amorosas. Esse capítulo me ajudou a traçar as diferentes formas de conviver com a ausência de filhos nas relações afetivas duradouras e também nas passageiras.

O capítulo quatro traz à tona a experiência de ausência. Nesse capítulo, procurei tratar das maneiras com que a revista *Pais e Filhos* aborda as mulheres que não foram mães, bem como o ideal de amor materno que a revista ajudou a divulgar. São analisadas, ainda, as narrativas que mencionam o sentimento de ausência, de falta de crianças. É necessário destacar que essa ausência não foi reconfigurada pelas memórias de uma só maneira. Existem, portanto, diferentes modos de sentir a ausência de filhos, e existe, também, a possibilidade de não sentir a ausência de filhos, de nunca tê-los desejado.

Por meio dessa estrutura e das fontes selecionadas, acredito ser possível colaborar com a escrita da história da ausência de maternidade, ainda pouco conhecida pela historiografia, mesmo pela história das mulheres. Recusar o papel de mãe ou não ter condições de exercê-lo é fato significativo dentro do período histórico que mais valorizou a infância e o papel da mulher-mãe. Sendo assim, é necessário conhecer parte da história dessas mulheres que, por diferentes motivos, não foram mães. Valendo-me das reflexões de Mary Del Priore (2001), considero que seja necessário o estudo de mulheres cujos papéis sociais continuam a contrariar o ideal feminino que lhes é cobrado pela sociedade em que viveram, ou seja, uma história de sujeitos não adequados. Tais estudos devem ter como um de seus objetivos fazê-las continuar a existir, viver e ser. Essa é, afinal, uma das principais potências da história.

PRÓLOGO: AS MULHERES ENTREVISTADAS E SUAS MEMÓRIAS

Beatriz Sarlo (2007) faz significativas considerações sobre a memória como um bem comum e a respeito do discurso narrativo que é emitido a partir dela. Quando Sarlo trabalhou com testemunhos de crimes cometidos nas ditaduras, argumentou que existe um núcleo de verdade inquestionável nos fatos narrados, mas o discurso de seus narradores não estava protegido por essa ideia de núcleo inquestionável. Da mesma forma, compreendo que minhas entrevistadas, ao construírem estratégias narrativas a respeito de suas escolhas e sobre a ausência de maternidade, estão, em essência, produzindo discursos. Sabe-se que os discursos, por mais verdadeiros que se pretendam, são narrativas permeadas de singularidades, de lacunas e de reconstruções a partir da memória acionada no momento da entrevista.

Existe, portanto, uma diferença significativa entre o processo histórico e a narração em si. Para pontuar essa diferença, Sarlo (2007) recorre às reflexões de Paul Ricoeur sobre o presente como o momento da narrativa. Assim, o presente é o tempo dos discursos enunciados sobre o passado e, portanto, o momento presente do entrevistado interfere diretamente em sua narração sobre o passado.⁶ Existe, portanto, a marca do presente ao se narrar o passado. Dessa forma, as experiências e os sentimentos narrados no momento da entrevista dependem intrinsecamente da condição efetiva da vida da pessoa que lembra nesse momento.

Para Sarlo, existe uma espécie de “utopia do relato”, pois a possibilidade de recuperar detalhes, “reviver” sentimentos e narrar com precisão algumas passagens, pode levar à ilusão de que o concreto sobre a experiência passada foi capturado pelo discurso no momento da entrevista.

Defendo que narrar-se é, em seu cerne, reconstruir-se. As mulheres que entrevistei, por diversas vezes, “me entrevistavam” também. Respondiam perguntas e ao mesmo tempo me perguntavam sobre como era minha experiência de

⁶ Esse foi o fator definidor para que esta pesquisa não abordasse mulheres em situação asilar. A possibilidade de entrevistar mulheres sem filhos que vivem em abrigos até foi considerada no início da pesquisa, mas se tais entrevistas fossem realizadas abriria um novo campo, para além das gerações de mulheres que me propus entrevistar, ou seja, o campo das memórias de pessoas asiladas. Entrevistar mulheres asiladas, implicaria em tratar de abandono, de laços familiares rompidos. Considerei que nesse momento deveria tratar apenas das mulheres sem filhos que convivem com familiares, que trabalham e que vivenciam a ausência de maternidade para além das paredes de um asilo.

maternidade. Por inúmeros momentos, senti que algumas delas queriam ouvir o que eu pensava sobre a ausência de maternidade.

As narrativas que as mulheres entrevistadas forneceram foram construídas, portanto, a partir de jogos e negociações sutis. As lembranças que acessaram serviram para a construção discursiva de uma imagem sobre si mesmas.

Candau (2014), em diálogo com Ricoeur, acredita que existe uma reprodução ininterrupta de lembranças que estão em reconfiguração permanente. Para Candau, a memória fornece uma espécie de “conservação de si” ao longo do tempo, e suas articulações e interdição de esquecimentos são fatores centrais na configuração de nossas subjetividades. Sem a memória, o “sujeito” é aniquilado. Porém, a memória não fornece o passado em si, mas reconfigurações narrativas sobre o passado. Ou seja, lembrar é sempre uma narrativa e não uma verdade sobre o acontecido.

De acordo com Candau (2014), pensar o tempo significa classificá-lo, ordená-lo, denominá-lo e datá-lo. Ao separar as mulheres entrevistadas por grupos geracionais, procurei estabelecer algum critério de ordenação temporal. Todavia, ainda segundo Candau, a memória ignora a cronologia rigorosa da história e as datas precisas que balizam contextos, e o fluxo do tempo não possui o mesmo rigor quando acessado pelas teias complexas das lembranças.

As entrevistadas das três gerações formularam narrativas sobre o passado que fluíam entre o presente no qual vivem e a ressignificação dos processos históricos que viveram. Suas subjetividades e experiências foram narradas e reconfiguradas a partir da licença que obtive para partilhar de seu “tempo privado”, ou seja, de suas intimidades. Algumas me concederam maior espaço, narraram momentos íntimos, tristes e alegres. Outras, com maior reserva, responderam com mais formalidade, muitas vezes silenciando ou dando respostas rápidas e imprecisas. Suas histórias, sentimentos e vivências foram as inquietações centrais dessa tese.

Dessa forma, considerei significativo apresentá-las aqui. Embora ao longo dos capítulos as informações centrais sobre elas sejam retomadas, nesse espaço optei por apresentá-las, a fim de compreender melhor de onde falam.

Afinal, quem são as mulheres que cederam partes de suas histórias e aceitaram conceder uma entrevista tratando da temática de ausência da maternidade? Como já mencionado, elas compõem um grupo heterogêneo com

mulheres nascidas ao longo do século XX. As suas datas de nascimento determinaram seu pertencimento à primeira, à segunda ou à terceira gerações de mulheres entrevistadas para a pesquisa.

A mulher mais idosa entrevistada nessa tese é Esther. Ela nasceu em 27 de julho de 1929, em Ireneópolis, no interior de Santa Catarina. Esther narrou sua infância repleta de brincadeiras e companheirismo entre os irmãos. A rua da frente de sua casa, a escola e os deveres escolares são reconstruídos numa narrativa discursiva detalhada, onde o gosto pelo estudo sempre teve um papel central ao longo de toda a entrevista.

Esther migrou para o Paraná junto com sua família. Fez faculdade na cidade de Ponta Grossa, onde atuou durante muitos anos como professora dos Ensinos Fundamental e Médio da rede pública estadual. Nunca casou. Chegou a namorar durante algum tempo, mas teve apenas um namoro mais sério e chegou a ficar noiva. O moço, entretanto, faleceu antes do casamento e Esther, a partir de então, não manteve nenhuma relação afetiva com pretensão de casamento. Hoje, já há muitos anos aposentada, ela vive só. Seu apartamento, suas lembranças, seus livros e suas revistas de palavras cruzadas compõem boa parte de seu cotidiano. Eventualmente, ela sai para tomar sol e nesses momentos comecei a questionar sobre o seu cotidiano e sobre a possibilidade de uma entrevista. Desde o primeiro momento, ela aceitou e a entrevista foi realizada em seu apartamento.

Outra mulher que pertence à primeira geração é Ernestina. Nascida em 14 de janeiro de 1934, em uma comunidade rural do interior do Paraná, denominada Tereza Cristina, pertencente ao município de Cândido de Abreu, Ernestina ficou receosa em conceder entrevista. Ela só aceitou falar sobre sua vida pessoal, a ausência de filhos e seu atual cotidiano, após o pedido de mulheres mais velhas de minha família que a conheciam de longa data.

Ernestina viveu boa parte de sua mocidade em Cândido de Abreu. Já na idade adulta foi para a cidade de Ponta Grossa. Nessa cidade, ela ajudou a criar os sobrinhos, os quais considera como se fossem seus filhos. Também em Ponta Grossa, ela acompanhou os últimos dias de vida de uma de sua irmã, companheira de moradia. Na ocasião da entrevista, Ernestina já morava só. Sua irmã havia falecido há mais de um ano, mas ela se recusava a mudar e viver na casa de algum sobrinho. Vive na casa em que viveram seus pais e irmãos, e nunca chegou a conviver maritalmente com alguém.

A terceira mulher pertencente à primeira geração é Maria Clara. Nascida na cidade de Reserva, interior do Paraná, em 22 de agosto de 1939, ela ainda vive na mesma cidade. Ao narrar sua infância, mencionou as dificuldades e trabalhos na lavoura. Filha de sitiantes de Reserva, Maria Clara sempre viveu no campo e teve poucos namorados. Nunca chegou a se casar ou mesmo a trazer namorado para casa. Hoje continua vivendo em um pequeno sítio, bem próximo à cidade de Reserva, junto com sua irmã, também solteira e sem filhos.

Houve também dois casos em que mulheres pertencentes a primeira geração que foram consultadas sobre a possibilidade de entrevista e aceitaram. Porém, no momento que cheguei para realizar a entrevista elas preferiram não falar. Não me foi apresentado nenhum motivo ou argumento longo para a negação da entrevista, simplesmente ocorreu a opção pelo silêncio, o pedido de compreensão e o adeus. Cabe registrar que em momento algum insisti, pois entendo que a decisão sobre falar ou silenciar foi e será sempre delas. Em uma das “entrevistas negadas”, considero que cometi um erro grave. Tentei realizar a entrevista com uma senhora da primeira geração durante meu processo de gravidez (2012). Estava com cerca de oito meses de gravidez quando me dirigi até a casa dessa senhora para entrevistá-la. A senhora que havia inicialmente aceitado conceder a entrevista preferiu não falar. Ao me despedir dela, recebi um forte abraço e as seguintes palavras: “Vá cuidar de seu filho que vai nascer e largue dessas coisas tristes”. Depois desse episódio, adiei todas as entrevistas, pois considerei que o fato de estar grávida prejudicaria de alguma forma o processo da entrevista e, em alguma medida, poderia ser um empecilho para que novas entrevistas fossem realizadas.

Retomando a apresentação das mulheres que aceitaram conceder entrevista temos Catarina, irmã mais nova de Maria Clara. Ela nasceu em 17 de fevereiro de 1946, também na região rural do município de Reserva. Catarina cronologicamente pertence à segunda geração de mulheres estudada nesta tese (nascidas nas décadas de 1940 e 1950). Ela e a irmã apresentaram alguma resistência à entrevista. Somente pude realizar a escuta de suas narrativas quando usei a interferência de vizinhas mais idosas e principalmente de minha mãe, que precisou se deslocar até a localidade de moradia de Maria Clara e Catarina para explicar-lhes os motivos da entrevista e mencionar que seus verdadeiros nomes não seriam publicados.

Outra mulher que pertence à segunda geração é Maria Luiza. Nascida em 26 de janeiro de 1941, na cidade de Prudentópolis, Paraná, foi abandonada pela mãe biológica, que nunca chegou a conhecer ou sequer a saber o nome.

Maria Luiza foi adotada ainda bebê por uma família de posses da cidade de Reserva. Nessa cidade, passou sua infância e juventude. Estudou, formou-se “professora normalista” e deu aulas para minha mãe. Esse fato foi o facilitador da entrevista. Minhas tias-avós estabeleceram o primeiro contato e minha mãe solicitou a entrevista. Atendendo a um pedido de amigas e de uma ex-aluna, Maria Luiza aceitou narrar partes de sua história e de suas escolhas. Contou-me que ainda na mocidade conheceu seu futuro marido. Mesmo a contragosto de sua mãe adotiva, casou-se. Maria Luiza e o marido viveram juntos durante 30 anos, mas ao rememorar seu casamento ela deixa claro que enfrentou muitas dificuldades, principalmente financeiras. Ela não teve filhos por problemas físicos de seu marido. Ele, devido a uma doença, não poderia engravidá-la sem a ajuda de algum tratamento. O casal nunca chegou a procurar qualquer tipo de ajuda médica para tentar a gestação, por questões financeiras.

Ainda na segunda geração, temos Ione, nascida em 8 de setembro de 1954, na cidade de União da Vitória, Paraná. Ela se formou em História e posteriormente em Psicologia. Mudou-se para Curitiba, casou-se e no momento da entrevista estava separada. Ione poderia ter filhos, mas optou por não os ter. Considerou que a vida que possuía, cheia de compromissos, trabalhos e tarefas não comportava a presença de uma criança. Escolheu deliberadamente a ausência de filhos e afirmou não se arrepender da escolha. Seu casamento foi desfeito por outros motivos, mas durante os treze anos que permaneceu casada estabeleceu um acordo com o então marido de que não teriam filhos. Optou pela carreira, por continuar estudando, por fazer outras atividades e, na sua vida, uma criança não teria espaço.

A terceira geração aqui tratada compõe o grupo mais numeroso de mulheres. As nascidas nas décadas de 1960 e 1970 somam um total de onze entrevistadas. Nesse grupo, temos a história de Salvina, nascida em 19 de janeiro de 1960, na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Salvina viveu boa parte de sua juventude e idade adulta no norte do Brasil. Em suas memórias encontrei mágoas, violência paterna e uma narrativa de responsabilidade dela para com os irmãos. Desde muito jovem, Salvina teve que assumir os cuidados com os irmãos mais novos para que a mãe pudesse trabalhar fora de casa. Ela se mudou

para Curitiba e posteriormente para Ponta Grossa. Atualmente, uma parte de sua família está no Paraná, e outra parte permanece no Amazonas. Ela vive em união estável, mas como iniciou seu casamento quando já estava com 48 anos de idade, encontrou dificuldades para engravidar e o casal optou por não investir tempo e dinheiro em alguma técnica de reprodução assistida. Contudo, Salvina gostaria muito de ter sido mãe. Ao longo da entrevista, ela comentou por diversas vezes que se dedica aos sobrinhos que ajudou a criar, mas que gostaria de ter tido um filho biologicamente seu. Fato que até o momento da entrevista não tinha se realizado.

Outra entrevistada desse grupo é Carolina, nascida em 8 de dezembro de 1966, em Ponta Grossa, onde vive atualmente, embora tenha trabalhado em Guarapuava e feito mestrado em Curitiba. É advogada e professora universitária. Carolina teve vários namorados, casou-se e chegou a engravidar depois de o marido passar por tratamento para infertilidade, mas sofreu um aborto espontâneo e junto com seu então companheiro decidiram que não tentariam mais ter filhos. Posteriormente, o casal se separou e ela, durante a entrevista, demonstrou que não existem sentimentos com relação ao desejo de filho.

Carolina mencionou que desejou muito ser mãe, que sofreu por não ser durante algum tempo. Mas, aos poucos, a vida foi tomando outros rumos e ela, no momento da entrevista, enfatizou que foi melhor não ter sido mãe e que, atualmente, não sente vontade de engravidar ou de adotar uma criança.

Patrícia, também pertencente à terceira geração, nasceu em Reserva, em 28 de março de 1970. É professora de matemática na rede pública de ensino e, embora viva um namoro de muitos anos, não pretende casar. Ela e seu companheiro decidiram que não irão morar juntos e que não terão filhos. Na entrevista, mencionou que não pensa em ser mãe e não sente nenhuma falta de vivenciar a experiência materna. Vive com sua mãe, hoje viúva, e pretende permanecer na casa materna. Sua vida é dividida entre viagens, aulas e o namorado.

Outra mulher que concedeu entrevista foi Victória. Nascida em 21 de setembro de 1972, em Ponta Grossa, Victória desejou ser mãe. Casou-se e foi contaminada pelo vírus HIV, fato que para ela impede a maternidade. Já separada, Victória concluiu o Ensino Superior e, atualmente, é professora de Sociologia na rede pública de ensino. Sua narrativa é marcada pela dor gerada pelo fato de não ter filhos. A adoção foi pensada e repensada muitas vezes por ela. Mas, ao fim, decidiu

por não adotar, em virtude dos constantes exames e medicamentos que necessita tomar por causa do vírus.

Regina, nascida em Florianópolis, em 14 de outubro de 1974, nunca desejou ter filhos. Naquela cidade, conheceu seu marido e permanece casada até hoje. Ela mencionou que existe uma espécie de acordo entre o casal para evitar a gestação. Para Regina um dos principais motivos de sua união ser duradoura é o fato de que seu marido, assim como ela, nunca desejou ter filhos. Ela se formou em História e possui mestrado na mesma área. Assim, decidiu se dedicar à profissão e nem cogita a possibilidade de um dia vir a engravidar.

Flávia nasceu em 23 de fevereiro de 1974, em Telêmaco Borba, no Paraná. Ela se casou e, desde o início da relação, seu companheiro informou que havia feito vasectomia, pois ele já possuía dois filhos do primeiro casamento. Não houve nenhum tipo de resistência ou tristeza por parte dela com relação ao fato de seu marido não poder ter filhos. Ela se formou em Contabilidade e em Direito e não pensa em tentar engravidar de alguma maneira ou mesmo em adotar uma criança.

Regiane também nasceu em 1974, no dia 10 de janeiro. Viveu boa parte de sua infância e juventude no interior do município de Reserva, numa localidade rural chamada Barra do Encontro. Pouco conseguiu estudar devido às dificuldades financeiras de sua família. Desde muito jovem, começou a trabalhar como diarista, emprego que ainda mantinha em 2013, momento da entrevista. Ela deseja ser mãe e possui um noivo, mas, quando a entrevistei, Regiane estava “impedida” de casar em virtude da doença de seu pai, que estava sobre seus cuidados. Seu tempo é dividido entre as tarefas domésticas das diferentes casas onde trabalha e os cuidados com o pai: alimentar, trocar fraldas, dar remédios são atividades destinadas pelas demais irmãs a ela com o argumento de que “possui tempo”, pois não tem filhos.

Ainda na terceira geração, temos a história de Ana, nascida em Ponta Grossa, em 2 de novembro de 1974. Ainda muito jovem, ela migrou para Santa Catarina, a fim de cursar Direito e, posteriormente, fazer mestrado nessa área. Ana se casou, mas sua união durou apenas três anos. Em sua entrevista, afirmou que aos poucos, ao longo do casamento, percebeu que não desejava ter filhos. Ela optou pela separação e, em consequência, também adiou a maternidade que no início do casamento até se mostrava como uma possibilidade. Durante a entrevista ela estava solteira e já havia se decidido por não ser mãe.

Jane nasceu em 30 de abril de 1974, na cidade de União da Vitória, onde mora atualmente. Ela trabalhou como costureira, posteriormente fez faculdade de História e mestrado na mesma área. Casou-se e no momento da entrevista permanecia casada. Segundo ela, desde o início do casamento não havia um desejo de ter filhos. Aos poucos, isso foi ganhando corpo até que a decisão do casal em não ter filhos foi consolidada. Jane considera egoísmo de algumas mulheres a procura de métodos clínicos para estimular uma gestação quando se tem ainda tantas crianças em filas de adoção. Dedicar-se à profissão, aos seus cachorros e à sua família. Não deseja engravidar, nem pensa em adoção como algo necessário para sua vida.

Renata nasceu em 20 de novembro de 1976, na cidade de Cambé, no Paraná. Viveu boa parte de sua vida entre a cidade natal e Londrina. Casou-se duas vezes. No primeiro casamento, realizado quando era ainda muito jovem, ela evitou a gravidez para conseguir cursar a faculdade. Separou-se de seu primeiro marido e permaneceu um longo período solteira ou tendo namoros esporádicos. Em 2010, iniciou o relacionamento que resultaria em seu segundo e atual casamento. O casal não pretende ter filhos. Ela afirmou que nunca tentou engravidar e que o atual companheiro não desejava ter filhos, ideia que foi aceita por Renata. Segundo ela, não sente nenhuma falta de criança ou desejo de engravidar. Atualmente, cursa doutorado e é professora na rede pública estadual do Paraná.

A mais jovem das mulheres entrevistadas para esta tese quer ser mãe. Ana Júlia nasceu em Tupã, no estado de São Paulo, em 2 de julho de 1977. Embora a maternidade não seja algo fundamental em seu casamento, Ana Júlia, no momento da entrevista, estava iniciando o tratamento para a endometriose. Ela havia, por diversos meses, tentado engravidar e não obteve sucesso. Exames constataram que ela tem endometriose e tal doença impede ou dificulta a gravidez. Ela pensa em inseminação artificial, em tratamentos médicos, mas, até o momento da entrevista, não havia feito nada para estimular a gestação.

Por esse breve panorama das mulheres entrevistadas, se percebe que existe uma ampla variedade de histórias, de desejos e de sentimentos acerca da maternidade e de sua ausência. Tais mulheres nunca foram mães, esse é o fato que as aproxima. Todavia, esse fato não as unifica. Conhecer parte de suas vidas, de seus planos, de seus sentimentos e de suas subjetividades é o que pretendi ao

escrever esta tese, bem como colocar sob suspeição os discursos e as verdades sobre o destino da maternidade.

1 DO AMOR E DO DEVER DE AMAR

Por que Deus permite que as mães vão-se embora?
Mãe não tem limite, é tempo sem hora,
luz que não apaga quando sopra o vento
e chuva desaba, veludo escondido
na pele enrugada, água pura, ar puro,
puro pensamento. Morrer acontece
com o que é breve e passa sem deixar vestígio.
Mãe, na sua graça, é eternidade.
Por que Deus se lembra — mistério profundo —
de tirá-la um dia? Fosse eu Rei do Mundo,
baixava uma lei. Mãe não morre nunca,
mãe ficará sempre junto de seu filho
e ele, velho embora, será pequenino
feito grão de milho.

(Carlos Drummond de Andrade)

Ao estabelecer como eixo norteador da tese os sentimentos, considereirei que o primeiro a ser abordado seria o *amor*. Todavia, a problemática central deste capítulo será um tipo específico de amor: o *amor materno*. O que se procura compreender é o amor maternal como um fenômeno cultural e não como um instinto cravado na “natureza humana”, ou mesmo algum tipo de virtude de seres biologicamente nascidos e categorizados como “mulher”.

Ao propor um capítulo sobre o sentimento do amor materno, me alinho a um segmento historiográfico que visa questionar a supremacia da racionalidade como única forma de explicar o mundo social e mesmo o político. Essa historiografia, iniciada no princípio do século XX com o movimento dos Annales, tem uma guinada rumo às questões que abarcam os sentimentos após a chamada “virada linguística” dos anos de 1970 e as propostas desconstrutivistas.

Pensamos que problematizar historicamente os sentimentos e seu papel nas sociabilidades, nas subjetividades e mesmo nas ações sociais individuais e coletivas, seja relevante, tendo em vista que em nenhuma cultura os sujeitos agiram, propuseram ou silenciaram por uma determinação que não tivesse a ver com suas aspirações, temores, ódios, apegos, simpatias e amores.

Nesse sentido, a análise a respeito do amor materno se mostra como uma oportunidade para problematizar as subjetividades de mulheres não-mães, personagens centrais desta tese. Sentimentos são entendidos aqui como

experiências e percepções que se ligam à dimensão afetiva e sensível da experiência humana. Eles participam da vida social, definindo identificações, estabelecendo ou rompendo vínculos sociais, criando ou negando afinidades. Dessa forma, os debates sobre a construção social a respeito do amor, bem como a exaltação desse sentimento na configuração subjetiva das mulheres e, em especial, daquelas que não foram mães, serão destacados neste capítulo.

O amor que se pretende tratar aqui é a “construção de um amor-obrigação”, um “amor-dever”, que historicamente se transformou na concepção de amor ao filho.

1.1 SOBRE A MÃE QUE NÃO FUI E MEU AMOR

A força da maternidade é maior que as leis da natureza.

(Barbara Kingsolver)

01 de maio de 2013. Na rua calma, entre meninos brincando de bicicleta e jogando futebol, encontrei a casa de número 625. A recepção fraternal com desejos de boas-vindas mal conseguia camuflar a ansiedade de minha anfitriã.

Falar sobre si, narrar-se e, de algum modo, vasculhar seu íntimo a respeito da vida sexual e da ausência de filhos não é tarefa fácil, nem para a entrevistadora e tampouco para as entrevistadas. Olhares curiosos do irmão, louças sujas esperando para ser lavadas, um bolo de chocolate no forno e uma conversa sobre a vida sem filhos e os caminhos que até aqui a fizeram chegar.

De repente, a formalidade pré-existente é quebrada por um convite: “Vamos pro meu quarto, professora? A senhora se importa de sentar na minha cama?” Rapidamente o convite foi aceito e iniciamos uma longa e dolorosa conversa, na qual os mitos sobre a feminilidade e, em especial, sobre a maternidade afloraram por diversos momentos.

E, assim, reproduzindo de diversas formas os mitos sobre modelos e ideias de “mulher-mãe”, Victória⁷, uma de minhas primeiras mulheres entrevistadas, me

⁷ Victória pertence à terceira geração de mulheres entrevistadas para esta tese. Nascida em 21 de setembro de 1972, na cidade de Ponta Grossa-PR, onde ainda reside atualmente. Cabe destacar

introduziu em seu quarto, em seu mundo e em seu conjunto variado de representações sobre a maternidade.

Conheci suas dores, seus medos e desencantos. Ela contou de seu sonho de maternidade interrompido pelo fim de um casamento e pela descoberta de ser portadora do vírus HIV⁸, o que para ela impede a maternidade tão desejada.

Aminata Forna (1999) nos lembra que a ideia central do mito da maternidade é a “mãe-perfeita”. Um único modelo de mulher, de mãe e de maternidade ainda é operacional no senso comum, de forma atemporal, ou seja, sem levar em consideração as novas e diferentes formas de família e de maternidade.

Sobre a escolha por não ter filhos, ou mesmo sobre o arrependimento em tê-los, só há silêncio, pois “[...] na linguagem do mito, é importante acreditar que todas as mulheres são feitas com o mesmo molde, com as mesmas respostas biologicamente programadas.” (FORNA, 1999, p. 14).

A maternidade foi cobrada das mulheres em diferentes formas, até mesmo como elemento capaz de mudar, em certa medida, a personalidade de cada uma. Nesse sentido, a “mãe” se descola da “mulher”, pois, para as representações do senso comum, a mãe assume um papel diferenciado e superior em relação à mulher “não-mãe”. Da mesma forma, para algumas mulheres que, assim como Victória, compartilham da vontade impossível da maternidade, a ausência de criança causa dor e sofrimento.

Quando perguntei se para ela existia alguma diferença na mulher que se tornava mãe, assim me respondeu:

Eu acho que sim. A minha irmã mesmo diz, que se eu tivesse [filho], eu ia entender minha mãe. Sei lá... Eu acho que muita coisa na gente muda com filho. A gente pensa diferente, apesar de eu ser medrosa, se eu tivesse um filho eu não ia ser mais. Faculdade, essas coisas nunca que eu ia fazer com filho. Talvez até ter ficado com o marido mesmo tendo descoberto ele num

que, justamente por compreender a “geração” como uma forma possível de ordenar o tempo e não como algo rígido e estanque, considere desnecessário tratar as mulheres, suas memórias e experiências seguindo a ordem cronológica geracional. Ao longo da tese, o leitor será informado da geração e do ano de nascimento da entrevistada, mas não encontrará uma sequência geracional ou tampouco a exclusividade de uma geração de mulheres ao longo de um capítulo ou tópico.

⁸ Segundo informado em entrevista concedida em 01 de maio de 2013, Victória teria flagrado seu marido em adultério num prostíbulo no centro da cidade de Ponta Grossa. Ela invadiu o local acompanhada de seu pai e, ainda segundo seu relato, foi humilhada moralmente pelo então marido que se recusou a sair do local em sua companhia. Posteriormente, fez exames de sangue nos quais foi constatada a presença do vírus HIV. Ela atribui a aquisição do vírus às infidelidades do marido.

bordel, numa zona⁹, e sabendo depois da doença HIV, eu ficaria com ele. Porque o meu sonho não era ter filho, era ter família. Uma família minha. Porque se fosse pra ter um filho solteira eu tinha tido... Porque pra criança né... pai e mãe... ter uma família, um lar. Não era só um desejo egoísta de ter um filho meu, ser mãe solteira. Aquele filho tinha que vir com os benefícios, um lar, um pai... Eu sempre fui bem determinada nisso, pra você ter filho tem que ter uma família... (Victória- terceira geração).¹⁰

Pelo relato de Victória, observa-se claramente a construção de um ideal de “mulher-mãe”. Uma construção socialmente elaborada que, em certa medida, aprisiona mulheres em uma única representação maternal. Dentro desse ideal de maternidade e de “mulher-mãe” existe pouco espaço para a pluralidade. A mãe é poderosa, é aquela que aguenta até uma traição para manter a família, ou aquela que deixa de lado seus próprios projetos, a faculdade ou o emprego, para exercer a maternidade. Esse é o ideal de boa mãe apresentado por Victória e comungado por inúmeros outros homens e mulheres a respeito da maternidade.

Para Victória, a mãe é diferente das demais mulheres, possui condição especial e, como relatado, somente com a condição de mãe ela seria capaz de entender sua própria mãe.

Outro ponto que considerei relevante nesse trecho do depoimento de Victória foi o reforço da ideia de “filho-família”. O casamento era algo central para o exercício da maternidade, na visão dela. Victória teve outros parceiros sexuais e namorados antes do casamento, mas em nenhum momento considerou ou desejou engravidar nesses relacionamentos anteriores, tendo em vista a ausência da “relação oficial”, ou seja, ausência de casamento.

Göran Therborn (2006, p. 197-204), ao tratar da importância do casamento ao longo do século XX, apontou que o casamento humano é uma instituição homossexual e, dessa forma, é parte central de um complexo institucional amplo, classificado como família. Sendo assim, o casamento foi também visto como um arranjo para a procriação e o cuidado dos “frutos” da sexualidade. Para Victória, essa concepção de casamento apresentada por Therborn é compreendida como legítima. Ela queria não apenas o filho, mas a família. O pai para ajudar a cuidar da criança, a presença de um marido para legitimar sua prole tão desejada. Dessa forma, o casamento atinge outros aspectos da vida social, como, por exemplo, o

⁹ Victória rememorou com gestos e alterações de voz o momento em que encontrou seu marido com uma garota de programa.

¹⁰ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de maio de 2013.

status. Therborn argumenta que a união de pessoas pelo casamento é um importante mecanismo para estabelecer o *status* da vida adulta em diferentes sociedades. Embora na sociedade capitalista ocidental a entrada na vida adulta se dê por diferentes motivos e, dentre eles, provavelmente um dos mais significativos seja o aspecto da independência econômica, não se pode menosprezar o papel que o casamento ainda tem para auxiliar na construção do *status* social da vida adulta.

Um filho e um casamento eram os grandes desejos de Victória, que, articulados às representações de uma família ideal, também compreendia a ausência de filhos como uma ruptura na ideia de ciclo vital, como pode ser observado no trecho seguinte da entrevista. Quando perguntei como definiria uma mulher sem filhos, ela respondeu:

É uma mulher triste. É como uma pessoa sem história... como se descreve uma solidão muito profunda. Dá impressão que você nunca vai ter aquele amor que seja só teu. Acho que aquela sensação assim do bebê no ventre, a mulher que não passa por aquilo eu acho que não é ser completo... (choro). Não é completo (longo período de choro) [...].¹¹
Mas vamos retomar, a gente tem que engolir, né, professora?!

Georgiane: Você não sente nenhum benefício por não ter filho?

Victória: Benefício... as pessoas falam que a liberdade, né?! Que não tem preocupação... Ah! Porque quem tem filho perde o sossego. Mas eu não acho um benefício. Às vezes as pessoas falam as coisas... você reclama da vida com a boca cheia, tem teu carro, casa própria, teu serviço e a tua liberdade. Eles pensam que o filho é um peso... Às vezes eu vou pegar meu dinheiro, ah! vou viajar... Mas viajar sozinha? Não tô falando de companheiro, mas sim de companhia. Você seja uma mãe né, é outra coisa. A minha mãe era muito brava, mas eu nunca deixei de amar ela. Porque as pessoas não amam a gente totalmente... e um filho ama. Mesmo que você bata nele hoje, amanhã ele tá te abraçando, é um amor incondicional né... assim... na minha visão né?! (Victória- terceira geração).¹²

Ao procurar dar sentidos para a fala de Victória, considereei pertinentes as reflexões desenvolvidas pela historiadora Maria Izilda Matos (2005), ao tratar das emoções e subjetividades. Para Matos (2005), o trabalho histórico que se aventura em dar foco às subjetividades, coloca-as como uma importante crítica aos conceitos universalistas. Nesse sentido, as emoções de Victória e suas concepções sobre a maternidade e a ausência de maternidade não refletem simplesmente um padrão único. Victória chorou em determinados pontos da entrevista, outras mulheres

¹¹ Nesse ponto, a entrevista foi interrompida, o gravador desligado a pedido da entrevistada e eu e Victória tentamos acalmar uma a outra, tentando sufocar o duplo choro. Choro de uma por falar, e de outra por ouvir.

¹² Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de maio de 2013.

choraram em outros pontos e muitas delas não choraram. As emoções tão variadas que demonstraram minhas entrevistadas são indícios para a compreensão de que aquele modelo de maternidade, apresentado como único possível, não é universal. Da mesma forma, a ausência de filhos é vivenciada de maneira diversa e desperta, portanto, sentimentos diversos. Observar o choro, a intensidade do choro, a ausência do choro, o silêncio, o riso, a gargalhada me possibilitou afirmar que é urgente a eliminação da dicotomia “Mãe = felicidade” e “Não-Mãe = tristeza”. Via de regra, os sentimentos são identificados como universais e naturais, todavia, eles são múltiplos e expressos de formas variadas. Quando se trata do sentimento de amor materno, a cobrança social recai fortemente na ideia de incondicionalidade. As mulheres, sujeitos históricos e com vivências afetivas e sexuais variadas, ainda são fortemente relacionadas com a necessidade de maternidade.

Para a psicóloga Luci Helena Mansur (2003, p. 21), nos últimos anos a sexualidade feminina já não se ancora exclusivamente na maternidade, tendo em vista a falência dos modelos convencionais de conjugalidade, sendo, no entanto, o ideal de mãe e maternidade ainda muito valorizado. Tal fato pode ser verificado não apenas pela entrevista de Victória como de outras mulheres não-mães que refletiram sobre sua ausência de maternidade.

A construção social da maternidade como algo que engrandece a mulher também pode ser percebida na entrevista de Ernestina, uma senhora que pertence à primeira geração de mulheres entrevistadas para esta tese. Nascida em 1934, no município de Cândido de Abreu, Paraná, Ernestina vive sozinha em uma casa do bairro da Ronda, em Ponta Grossa.

Quando perguntei a Ernestina se, na opinião dela, a maternidade era capaz de modificar as mulheres a resposta foi: “Eu acho que deve mudar. Porque fica mãe, né?!... mãe... A gente que não é mãe... nem sei o que é... [silêncio].” (Ernestina-primeira geração).¹³

Por essa frase, acompanhada de longo silêncio e da recusa em tocar nesse ponto novamente, ela se define como um “não-ser”. Para ela, a maternidade tem força para transformar as mulheres, via de regra, em algo melhor. Todavia, a ausência de filhos acaba, na visão relatada por ela, por desqualificar a vida feminina. Ernestina nos diz que não foi mãe e, em virtude disso, não sabe o que chegou a ser.

¹³ Entrevista concedida à Georgiane Garabely Heil Vazquez, em 03 junho de 2013.

Magali Engel (1997) nos lembra que historicamente a maternidade era entendida como a própria essência da mulher, era, portanto, algo da “natureza feminina” que ajudava as mulheres a se redimir de seus “desvios”. Dessa forma, a maternidade era um dos papéis centrais na construção do ideal de feminilidade.

Caberia às mulheres o desenvolvimento da vocação maternal e mesmo da vida doméstica, pois a mulher que não segue esse caminho estaria se desviando de sua natureza, tornando-se, como nos relatou Ernestina, algo que “nem sei o que é”.

Por meio de diversos discursos maternalistas construídos ao longo de séculos, mas evidenciados pelos Estados na modernidade, pelos saberes médicos e mesmo pelos atores sociais com maior veemência a partir do século XIX, supostamente a “normalidade” feminina estaria vinculada à maternidade.

Ao analisar as não-mães, esta pesquisa não pretende apenas “dar voz àquelas que nunca falaram” sobre esse tema, mas sim desenvolver uma reflexão sobre as múltiplas construções em torno da maternidade e da sua ausência, por conseguinte, sobre as mulheres e a construção de suas subjetividades e, dessa forma, o recorte das entrevistas me permitiu compreender como tais mulheres se classificam no mundo, como se constroem discursivamente em relação à condição de mulher sem filhos.

Quando Ernestina me relatou: “A gente que não é mãe... nem sei o que é...”, ela se coloca num lugar inferior em relação às mulheres mães e, portanto, como diferente. Ao trabalhar a questão da diferença, Gilberto Velho (1985) apontou que para o âmbito do senso comum o problema do desviante (aqui caracterizado como a não-mãe) é geralmente remetido à patologia.¹⁴ De modo geral, os comportamentos alheios aos padrões convencionais são considerados sintomas de desequilíbrio, ou mesmo de doença. Parte da psicologia caracteriza o indivíduo como desviante quando ele se recusa a cumprir com as expectativas sociais. Nessa linha, o ‘desvio’ seria uma característica individual, pois é o próprio indivíduo que se recusa ao papel social de forma consciente. Outra perspectiva é a que busca determinar como a estrutura sociocultural favorece o comportamento socialmente desviado, sugerindo a possibilidade de “sociedades doentes” ou “grupos doentes”.

¹⁴ Cabe destacar que esta pesquisa não classifica as mulheres sem filhos em nenhuma espécie de patologia, desvio ou incompletude. Todavia, buscou-se aqui retratar e analisar as concepções sobre maternidade e ausência de maternidade nas vivências de mulheres sem filhos, bem como as variadas representações sociais de revistas e médicos acerca de mulheres que não tiveram filhos.

Velho aponta que essa mudança de enfoque implica tão somente no deslocamento da 'patologia individual' para a 'patologia social', constatando que o estudo sobre os comportamentos caracterizados como desviantes têm, tradicionalmente, oscilado entre os campos da explicação psicológica (individual) e sociológica (grupo).

A grande maioria das pesquisas realizadas na perspectiva psicológica foi feita dentro de quadros teóricos que prescrevem a parentalidade e condenam a não-maternidade como um comportamento problemático, senão mesmo patológico, questionando a identidade de mulheres não-mães. Já as perspectivas prevalentes no campo da sociologia baseiam-se nas condições sociais favoráveis ou desfavoráveis à parentalidade ou maternidade, muitas vezes concluindo que a não-maternidade é uma escolha de vida feita sem oscilações.

A partir dessas considerações, acredito que é necessária uma análise histórica sobre a não-maternidade para que as construções feitas ao longo dos tempos a respeito da maternidade e da sua ausência possam ser analisadas e relatadas pelas próprias mulheres. A perspectiva histórica, vinculada à área dos estudos de gênero, não caracteriza de forma alguma a ausência de maternidade como algo patológico, nem em termos individuais e tampouco sociais. É necessário historicizar a experiência da ausência de maternidade para verificarmos como um discurso maternalista, construído ao longo de séculos, foi ou não assimilado por mulheres que não tiveram filhos.

Para Elizabeth Badinter (1985), o ideal de amor materno foi construído em termos de instinto e, devido a isso, o desejo de maternar uma criança foi considerado como um imperativo para todas as mulheres. Consolidou-se, portanto, uma obrigação de amor, um dever de amar e, mais precisamente, uma necessidade de gestar um bebê. Tais imperativos acabaram por tornar a maternidade e o amor que a acompanharia em algo inscrito em todas as mulheres e toda exceção a essa regra seria um desafio lançado à natureza.

Assim, quando as entrevistas realizadas para esta tese foram analisadas, não foi difícil encontrar trechos narrando o sofrimento por não se enquadrar nesse padrão de normalidade, nesse padrão de mãe, de "mulher normal". No entanto, a tristeza por não ter tido filhos não foi um sentimento unânime demonstrado pelas entrevistadas. Parte delas gostaria de ter sido mãe e não foi por diversos motivos. Outra parte optou pela não maternidade. Todavia, as que narraram a experiência da

não-maternidade como uma dor acabaram por construir uma imagem discursiva sobre si próprias como mães em potencial. A narrativa de algumas mulheres que desejavam filhos e não os tinham foi construída como se o sofrimento pela ausência de maternidade servisse para demonstrar que seriam boas mães caso tivessem filhos, ou seja, não havia uma “anormalidade” naquela ausência. O fato de não serem mães, nos casos em que são relatados desejos de maternidade, se deu por fatores externos às vontades individuais, tais como a solteirice e a falta de um companheiro fixo, uma doença ou mesmo a idade avançada.

Ao se narrarem como não-mães, essas mulheres constroem um discurso no qual a memória é evocada como parte da elaboração da identidade e do passado. Para Pollak (1989, p. 10), “[...] o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo.”. Todavia, é preciso explicitar que o conceito de identidade, ou, mais especificamente, de uma “contra-identidade” – “não-mãe”, não se refere a algo fixo e estanque.

A construção da identidade precisa ser bem problematizada, pois o conceito de “identidade” vem sendo revisto pelos estudos históricos, na medida em que o que se entende por identidade fixa, que identifica o indivíduo perante todos os demais, simplesmente não existe, ou melhor, é um construto social e histórico, mutável, instável. Para Judith Butler (2000), a “identidade” é performativamente construída e, sendo assim, o conceito de subjetividade que sempre é processual, é mais adequado para entender construções sociais e individuais sobre aqueles que se narram. Falo em construção social, pois as individualizações referem-se a um processo de construção particular, mas sobretudo social e, portanto, são atravessados por práticas discursivas e de poder.

Assim, para Butler, os corpos são vividos como manifestações concretas dessas práticas discursivas, ou seja, pesam sobre os corpos e as sexualidades as atribuições conferidas a eles pelo sistema sexo/gênero. Dentro dessa lógica binária e conservadora, mulheres “completas” devem submeter e adequar o corpo e a mente às práticas de maternagem e, quando impossibilitadas disso, deveriam demonstrar por meio de suas memórias e de seus comportamentos que se inquietam com tal situação de ausência de filhos.

Tal conjunto de significados não está presente apenas nas memórias das mulheres que compõem a chamada primeira geração de entrevistadas (nascidas nas décadas de 1920 e 1930), mas também nas memórias de mulheres mais jovens,

como é o caso de Victória, e até mesmo o de Regina, uma jovem nascida em 1974, na cidade de Florianópolis, com mestrado e decidida a não ter filho, mesmo estando em uma união estável há vários anos.

Ao narrar-se, Regina deixou bem claro que optou e continua optando por não ter filhos. Toma anticoncepcional regularmente e afirma que um dos motivos da relação afetiva com seu companheiro ser duradoura é o fato de que os dois concordam em não querer filhos. Dessa forma, Regina retrata parte de sua subjetividade sublinhando sua independência e mesmo rompendo com os estereótipos tradicionais vinculados às ideias de mulher e de mãe. Todavia, quando perguntei se teria algum tipo de conhecimento a respeito da maternidade e do cuidado com crianças, ela respondeu:

Sim. Veja bem... uma coisa muito importante...só agora percebi como pode soar frio tudo o que falei antes... [silêncio prolongado] O fato de eu não querer ter filho, não querer ser mãe, não significa que eu não goste de criança. Eu já troquei muita fralda do meu sobrinho. Não é que eu não goste de criança. Só que eu não quero uma pra mim. (Regina- terceira geração).¹⁵

Nesse instante da entrevista, Regina rapidamente interrompeu a narrativa, pegou o seu celular e mostrou sua “foto de tela”, onde aparecia a imagem feliz de seu sobrinho mais novo, de apenas um ano de idade. Buscando redefinir parcialmente para mim e para ela a identidade, ou melhor, uma faceta mais sensível de sua subjetividade, Regina afirmou: “Tenho foto dele, tenho vídeo dele no celular. Ele é meu fofo, coisa mais linda do mundo. Não quero, mas gosto, não tenho problema nenhum com criança.” (Regina – terceira geração).¹⁶

A entrevista foi parcialmente paralisada para vermos uma série de fotos nas quais o sobrinho era a personagem central, e Regina, reforçando a ideia de ternura, procurou se vincular a um enquadramento de amor: o amor pelas crianças, ou melhor, por seu sobrinho.

Ao falar sobre suas escolhas e vivências, pela ativação da memória, todos os indivíduos passam por um processo de reconstrução de si mesmos e, assim, tendem a definir ou redefinir seu lugar social e sua relação com os demais. (POLLAK, 1989, p. 13).

¹⁵ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vazquez, em 01 de abril de 2014.

¹⁶ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vazquez, em 01 de abril de 2014.

Nesse sentido, em certo momento da entrevista, Regina considerou importante falar sobre uma criança, mesmo que não fosse sua, para demonstrar que em alguma medida se enquadrava no lugar social estipulado socialmente para as mulheres, a maternagem. Talvez seu discurso racionalizado sobre a escolha em não ser mãe tenha soado, no momento da entrevista, como excessivo, como uma não adequação a uma representação sensível de si mesma. E sabemos o quanto as mulheres “precisam” ser sensíveis.

Esse “amor necessário” para com as crianças, em especial as crianças da família, foi, ao longo do século XX, reforçado de diferentes maneiras. Por essa razão, propõe-se analisar também a revista *Pais e Filhos*, um dos veículos de divulgação mais significativos e conhecidos no período analisado acerca desse “amor necessário”.

A tarefa complexa de refletir sobre o dever de amar, ou seja, sobre a consolidação da ideia de instinto maternal a partir das fontes escolhidas, só pode ser entendida quando a própria historiografia inicia a reflexão sobre o processo de sobreposição do político com o cotidiano. Nesse sentido, a família, as posturas corporais e, principalmente, os sentimentos ganham espaço dentro dos estudos históricos. Assim, o cotejamento da revista com as entrevistas me ajudaram a percorrer um caminho mais amplo para a compreensão do “amor necessário” que deveria estar inscrito pela “natureza” nas mulheres.

Rosa Fischer (2002) destaca que as mídias, de diferentes maneiras, constituem papel importante na formação das subjetividades contemporâneas. Dessa forma, ser mulher, ser mãe ou não ser mãe, são fatores que acabam sofrendo interferências dos veículos midiáticos dos quais, nesse estudo, especifica-se a revista *Pais e Filhos*.

Quando analisei algumas entrevistas com mulheres não-mães, foi possível perceber que mesmo aquelas que declaravam sua opção consciente pela ausência de filhos frisavam que amavam sobrinhos e gostavam de crianças, ou seja, de algum modo elas partilhavam de uma representação coletiva de maternidade, da mesma forma que a entrevista supramencionada. Acredito que essa representação é disseminada em diferentes níveis e por diversos segmentos, mas a mídia, com destaque para uma categoria específica de mídia, que seria um ramo maternalista de cuidados com mães, bebês e famílias, se destaca nesse processo.

Tal reflexão se respalda na análise de reportagens da revista referenciada, onde a construção da ideia de amor à criança se mostra presente de forma inequívoca. Em março de 1976, tal revista publicou a reportagem “Titia: ela não tem filho, mas também é mãe”. A capa remete à reportagem, que ocupa duas folhas inteiras na revista e traz uma fotografia em tamanho grande de uma criança pequena sentada no chão. A criança brincava junto a uma jovem deitada ao seu lado com os olhos fixos na alegria expressa pelo rosto do infante. A jovem também apresentava um largo sorriso nos lábios. (ANEXO 1)

Ainda sobre a foto da capa, a revista publicou as seguintes linhas:

Houve um tempo em que ela era considerada apenas a titia: uma mulher carente de afeto, que não casou, não teve filhos, e vivia em função dos sobrinhos ou dos filhos dos outros. Esta imagem mudou e, longe de ser uma caricatura, a mulher solteira, ou que não tem filhos, é geralmente alguém com muita disposição para educar uma criança para a vida, mesmo que não tenha sido gerada por ela. *A titia é a prova viva de um dos instintos inatos e mais poderosos da mulher: a maternidade.* E, em muitos casos, uma excelente substituta para preencher o vazio afetivo que qualquer perda provoca. (PAIS E FILHOS, março de 1976, p. 39, grifo nosso).

Badinter (1985) destaca que foi somente a partir do final do século XVIII que a imagem da mãe amorosa ganhou destaque. Segundo a autora, foi nesse período que inúmeras publicações começaram a recomendar às mães o cuidado pessoal dos filhos: “Elas impõem à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno.” (BADINTER, 1985, p. 145).

Como se vê pela revista *Pais e Filhos*, o mito do instinto amoroso natural continuou sendo reforçado ainda na segunda metade do século XX e no discurso universalista que afirma que todas as mulheres são mães, porque possuem o instinto maternal, sendo essa afirmação uma verdade inconteste dos especialistas. Para a revista, mesmo aquelas mulheres que não puderam, ou então não desejaram um filho biológico, são naturalmente mães, pois nelas se inscreve “o instinto”. A maternidade e a maternagem são apresentadas fora do plano imperativo da “obrigação”, e construídas como práticas naturais de todas as mulheres. Como do natural ninguém escapava, todas as mulheres poderiam viver a maternidade, mesmo que não passassem pelas experiências da concepção, da gestação e do parto.

No caso da reportagem de março de 1976, a tia é descrita como uma substituta da mãe (que faleceu) e, sendo ela portadora desse “instinto inato e poderoso”, se apresentava como essa figura da substituta, ou seja, iria preencher o vazio e, em certa medida, também teria a ausência preenchida, visto que pela reportagem a ausência de filhos acabava por transformá-la em uma mulher incompleta.

Maternar, eis o “dom” conferido às mulheres que a revista, nessa edição de 1976, buscou consolidar. Quando tal revista afirma que “[...] acolher uma criança é um dom inerente à mulher.” (PAIS E FILHOS, março de 1976, p. 40), reforça as considerações feitas por Badinter (1985) a respeito do papel das publicações na consolidação do “mito do amor materno”. Tal processo é verificado pela exaltação do amor materno como um valor que possui uma dupla dimensão: de um lado, é um valor natural, pois é favorável à manutenção da espécie humana; e, de outro lado, é um valor social, pois boas mães forneceria bons filhos à sociedade, e mesmo que a maternidade não fosse biológica o instinto de cuidar, maternar, proteger, acabaria por transformar a mulher em mãe de alguém.

Ao longo dessa reportagem, a revista reforça a ideia de que a capacidade de cuidar de uma criança é inata nas mulheres, porém adverte que:

Uma mulher sã e madura tem uma boa relação com o marido e a família. Existem no entanto aquelas que são enfermas, e as emocionalmente imaturas. Estas não podem assumir o papel que qualquer mulher desempenha na lógica da natureza. Consequentemente, elas se sentem deprimidas, ansiosas, desconfiadas ou, simplesmente confusas. [...] Há mulheres que, pela impossibilidade de serem mães, contentam-se em ser tia. Através dessa compensação elas podem desempenhar sua capacidade materna e exercitar sua tendência criadora. [...] Todas estas situações comprovam a capacidade criadora da mulher e seus instintos maternos. Ela é dotada de uma reserva potencial de afeto, capaz de acolher um filho. (PAIS E FILHOS, março de 1976, p. 40).

A lógica apresentada pela *Pais e Filhos* é a de que a maternidade, física ou sentimental, estava constantemente presente na vida das mulheres, e caso elas não cumprissem o papel destinado “na lógica da natureza”, poderiam ser caracterizadas como enfermas, imaturas, infelizes. Engel (1997) nos lembra que os médicos acreditavam que o exercício da maternidade seria capaz de prevenir e até mesmo curar alguns distúrbios psíquicos. Nesse sentido, a maternidade e, mais especificamente, o amor materno, é apresentado como redentor e, portanto, um

conjunto de saberes variados acabou por consolidar esse “dever de amar” e de maternar as crianças.

A tia, apresentada como substituta natural da mãe, é caracterizada como uma “mulher parcial”, pois só se tornaria completa caso pudesse exercitar o amor maior, o amor materno. Todavia, essa representação padronizada na revista é relativizada quando da realização das análises das entrevistas.

Retomando a entrevista com Regina, percebi que socialmente ela própria se identificava como possível substituta da mãe. As fotos no celular mostram o sobrinho como personagem central, com lembranças e frases onde o “amor-dever” fica evidente. Contudo, quando ela relata a experiência que teve de convivência diária com o sobrinho mais velho, que durante alguns meses chegou a morar com ela e seu marido, nota-se a tensão entre a ideia de “instinto materno” e a possibilidade real de se ter uma criança presente na vida conjugal.

Minha irmã tem quatro filhos... por isso que eu não tenho filhos. Minha irmã já fez por mim. Eu já fiquei com os filhos dela, cuidando. E o mais velho dela ficou morando comigo em União da Vitória uns três ou quatro meses quando tinha uns 10 anos. Ele queria sair de lá [casa materna], estava começando aquela idade de adolescência... e ele sempre gostou de mim, porque eu e meu marido somos duas crianças crescidas, temos videogames... é o paraíso pra uma criança. Mas daí sentiu falta da mãe, dos irmãos e daí quis voltar pra casa. Esse foi o Test-Drive pra me convencer de que estou certa... porque aquela coisa de acordar de manhã, dar café, escovar o dente, mandar colocar uniforme, levar pra escola... ah não, isso não é pra mim não. Tem que olhar, ver se fez o dever... ah, não! (Regina-terceira geração).¹⁷

Receber e cuidar de uma criança, assim como mencionou a *Pais e Filhos* em março de 1976, foram as ações de Regina quando solicitada pelo sobrinho. Ela se responsabilizou por questões cotidianas como higiene pessoal, tarefas, cuidados em geral, mas, ao contrário do ideal propagado pela revista, ela não se sentiu perfeitamente encaixada nesse papel que exigia os ditos “cuidados maternos”. Longe de representar um peso na consciência, admitiu não se enquadrar no papel materno, porém a aceitação da presença do sobrinho em sua casa foi uma “atitude natural”, pois em momento algum ela aventou a possibilidade de negar o pedido.

Aminatta Forna (1999) é categórica ao afirmar que esse estilo de maternidade, a normatização da maternidade como essência, como natureza inscrita nas mulheres, foi uma invenção constituída principalmente a partir da publicação do

¹⁷ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de abril de 2014.

livro de Jean-Jaques Rousseau, *Emílio, ou Da Educação*. Embora não seja possível traçar uma linha de continuidade na história dos afetos e dos cuidados com os filhos, diversas autoras, dentre elas Badinter (1985; 2011) e Forna (1999), concordam que a publicação do livro de Rousseau, em 1762, teve importante papel na forma como a maternidade passou a ser vivida pelas mulheres.

Dessa forma, pode-se dizer que a publicação da obra de Rousseau causou uma espécie de revolução sobre o ideal de mãe e o amor materno. Para Forna (1999), a partir de então, “[...] as mulheres deveriam estar prontas a todos os sacrifícios, pequenos e grandes, em favor dos filhos.” (FORNA, 1999, p. 35). Esses filhos poderiam ser os biológicos ou então sobrinhos ou enteados. O que realmente importava era a necessidade que todas as mulheres desenvolvessem o “instinto maternal”.

Em maio de 1977, a revista *Pais e Filhos* publicou uma reportagem em homenagem às mães. O título era “O Ofício de ser mãe”, e a foto de capa da reportagem mostrava uma mulher com um bebê roliço sendo amamentado no peito. Tal imagem reforça positivamente o dever da mãe em amamentar, ou seja, a amamentação é um dos pontos centrais do bom exercício do “ofício de ser mãe”. Ainda na capa, a revista publica algumas linhas enaltecendo as mulheres que se dedicam à maternidade. (ANEXO 2)

[...] Ser mãe, nos tempos atuais, deixou de ser tarefa simples. Pelo contrário, a mãe moderna pode ser confundida com uma super profissional que acumula as mais diversas funções no lar e que, muitas vezes, ainda trabalha fora. Porém, desde que filhos e marido se mostrem satisfeitos, ela faz tudo com humor e tolerância. À mãe moderna, neste mês de maio, nossa homenagem é esta: mostrar a enorme dimensão de seu trabalho”. (PAIS E FILHOS, maio de 1977, p. 15).

Não basta apenas dar a luz a uma criança. A maternidade moderna é cheia de obrigações e normatizações que, via de regra, recaem majoritariamente sobre as mulheres, sejam elas as mães biológicas ou não. A reportagem segue, e uma de suas frases iniciais é: “Dar de comer nas horas certas e ajudar a fazer os deveres é ofício de mãe.” (PAIS E FILHOS, maio de 1977, p. 16).

Porém, o cumprimento de atividades corriqueiras, como alimentar e ajudar com tarefas, na opinião do editorial da *Pais e Filhos*, não são os únicos deveres vinculados às mães. Quando se trata de homenagear as mães em maio, a palavra mais utilizada é *amor*. Seguindo essa lógica, a revista argumenta que “[...]”

desdobrar, fibra por fibra, o coração, parece ser a principal atividade de qualquer mãe que se preza”. A homenagem segue:

Cantada em verso e prosa nas mais diferentes latitudes, sua figura tem, desde os mais remotos tempos, marcado a História e servido de inspiração para as mais diversas obras de arte. Todos os artistas, todos os clássicos modernos, têm realçado sua abnegação, desprendimento, carinho. Ofício poético, romântico e gratificante, o ser mãe constitui o sonho da grande maioria das mulheres. E foi para elas, durante séculos, a única oportunidade de realização. Preparada especialmente para casar, ter filhos e educá-los, a mulher ficou até bem pouco tempo confinada no seio da família, zelando pelo perfeito funcionamento da casa e pelo conforto de seus habitantes recebendo, em troca, o amor e a gratidão de sua prole. Hoje, pelo menos em tese, a mãe não é mais a mulher dedicada exclusivamente ao marido e aos filhos [...] Ela, entretanto continua como a principal responsável pelo bom andamento da casa e pela boa educação dos filhos, tendo, ainda, que zelar para que o relacionamento com o marido não venha a sofrer com a sobrecarga de atividades. (PAIS E FILHOS, maio de 1977, p. 16).

É importante mencionar que ao longo da reportagem a revista destaca a pluralidade da “mulher moderna”. Além de mãe e dona-de-casa, ela também cuida de parte do orçamento e tem uma profissão. Contudo, o eixo que vincula mãe e filho permanece intacto. Essa mulher que abriu espaço em sua vida para outras experiências não pode, em hipótese alguma, fazê-lo em detrimento da maternidade.

O cuidado que se tinha com a criança significou, historicamente, em “conservá-las”, ou seja, evitar suas mortes. Tais atitudes, desenvolvidas mais racionalmente a partir do século XVIII, causaram uma reorganização na constituição da família e fixaram comportamentos educativos, não só para as crianças, mas também para as mulheres e a forma de exercer a maternidade. Segundo Donzelot (1986), essas modificações se deram de maneiras distintas, variando conforme a classe social. Nas classes mais privilegiadas, o maternar apoiou-se na propagação de uma espécie de “medicina doméstica”, ou seja, um aparato de saberes e técnicas que permitiram aos mais ricos “salvar” seus infantes das influências negativas de empregados sem a educação necessária para ensinar. Dessa forma, ensinar, cuidar, verificar o horário e o conteúdo das refeições, passou a ser “ofício da mãe”. Em contrapartida, nas camadas menos favorecidas economicamente, essa reorganização da família a partir da construção da ideia de amor materno apoiou-se na tática da filantropia, que se distingue da noção de simples caridade, na medida em que busca articular “[...] todas as formas de direção da vida dos pobres com o

objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução.” (DONZELOT, 1986, p. 22). Iniciou-se, portanto um coeso e extensivo aparato de tutela sobre os pobres.

Porém, como ressaltam Araújo e Moura (2004), sendo mães ricas ou mães pobres, a valorização da maternidade passou a ser cobrada das mulheres, pois a

Devoção e presença vigilantes da mãe surgem como valores essenciais, sem os quais os cuidados necessários à preservação da criança não poderiam mais se dar. A ampliação das responsabilidades maternas fez-se acompanhar, portanto, de uma crescente valorização da mulher-mãe, a “rainha do lar”, dotada de poder e respeitabilidade. (ARAÚJO; MOURA, 2004, p. 47).

Nesse sentido é que o ato de parir transformou-se no ato de maternar, e o amor, sentimento complexo e intenso, que evidentemente pode sofrer variação ao longo da vida, se tornou um sentimento natural e obrigatório. Como já apontamos, essa transformação na história dos afetos maternos iniciou-se em meados do século XVIII e continuou a se fazer presente de maneira intensa, seja nas publicações da revista *Pais e Filhos*, no século XX, seja nas entrevistas com mulheres que por diferentes motivos não vivenciaram a experiência da maternidade.

A ausência de maternidade é sempre pensada a partir da vivência da maternidade. Dessa forma, não parir, não maternar, foram “experiências fracassadas”, deslocadas para o campo da disfunção ou mesmo do patológico, do desviante, da imperfeição. É evidente que as pessoas, *a priori*, não desejam ser enquadradas em situações de tamanha negatividade, sendo assim, o discurso de algumas das entrevistadas também reforça ideologicamente o amor materno. Mesmo não sendo mães, de várias formas, elas relatam que sabem maternar, porque sentem o instinto, ou seja, não são anormais, só não tiveram a fortuna de engravidar e dar à luz.

A experiência da ausência de maternidade é diversificada porque envolve muitas situações, porém sempre se articula a uma imagem de mãe. Mães que não foram, mas mães que tiveram. Nessa linha, as mulheres que não foram mães foram amadas (ou não) por suas próprias mães. Se o amor materno é uma construção sociocultural, pode-se dizer que o amor de filha também o é, afinal, são relações complexas que abarcam as subjetividades materno-filiais que constituem as vivências desse amor ou desamor. Entender parte da pluralidade de relações e sentimentos que existem entre as mulheres não-mães e suas mães é o próximo

passo dado neste capítulo, afinal entendo que a construção da imagem da mãe é fundamental para entender sua contra imagem, a não-mãe.

1.2 SOBRE A MÃE QUE TIVE E SEU AMOR

Refletir sobre o amor materno é uma tarefa complexa. Primeiro por se tratar de um sentimento que está inscrito no terreno das emoções e das sensibilidades, e, em segundo lugar, mas não menos importante, por evocar a memória a respeito do sentimento que nossas mães nos dispensaram ao longo da vida. Esse é um terreno pantanoso que mistura fantasias e experiências lembradas. E inquietações no estilo “fui amada por minha mãe?” acabam por surgir quando se constata que o amor, assim como todos os demais sentimentos humanos, é inconstante, variável, incerto.

No início da proposta desta tese, a reflexão sobre as mulheres não-mães e suas mães, não estava no horizonte. Todavia, quando o estudo de campo foi avançando e as entrevistas estavam sendo realizadas, ficou evidente que a figura da mãe na vida das entrevistadas não-mães era um dos eixos centrais na evocação da memória. Nas primeiras entrevistas, eu não perguntava sobre a mãe que tiveram. Via de regra, perguntava apenas de forma geral sobre a infância e a família. Contudo, elas falavam de suas mães, principalmente as entrevistadas mais jovens. Mesmo sem haver uma pergunta específica, quando a entrevista evocava a memória da infância, adolescência e família, a narrativa sobre a mãe ocupava um tempo significativo e maior se comparado com as demais narrativas familiares.

Tendo constatado isso, comecei a fazer perguntas específicas sobre suas mães. Narrar sua própria relação com a mãe foi feito sempre, nas entrevistas, de forma intensa e com sentimentos contraditórios. A mãe é apresentada como heroína, figura amorosa, ou então, sem muitos contornos, distante dos filhos, quase que um ser não amoroso e não relacional. Em ambos os polos narrativos, existe intensidade emocional, muitas vezes lembranças carregadas de fortes emoções.

Foi assim a entrevista realizada com Salvina, nascida no ano de 1960, em Manaus/AM, mas que vive a oito anos na cidade de Ponta Grossa/PR. Devido à difícil situação econômica enfrentada, Salvina não pôde ir para a universidade quando jovem e somente agora, na casa dos 50 anos, é que ingressou no Ensino

Superior. Assim, a entrevista com ela foi realizada em uma pequena sala reservada na biblioteca de uma das faculdades particulares de Ponta Grossa. Embora por vezes durante a entrevista pudéssemos perceber alguns olhares curiosos de outros alunos ou de funcionários, Salvina chorou como se estivesse sozinha em seu quarto, rodeada das lembranças reconstituídas naquele momento da entrevista.

Com as emoções despertadas pela memória, ela iniciou sua história tentando recompor parte da infância e também dos valores e vivências familiares em Amazonas, ao longo dos anos de 1960 e início dos de 1970. Quando perguntei “Como a senhora descreveria seus pais?”, ela iniciou:

Eu fui muito amada pela minha mãe, ela que me defendia. Já pelo meu pai... pelas condições dele de lá [Amazonas] não podia me dar o que era preciso... porque quando minha mãe casou ela já estava grávida da minha irmã e logo em seguida ela engravidou de novo [gestação de Salvina]. E aí ele pediu até pra minha mãe abortar e minha mãe disse que fez tudo pra abortar, mas eu fui tão teimosa que nasci. (Salvina- terceira geração).¹⁸

É interessante notar como sua narrativa se constrói por antinomia, iniciando pelo amor materno, que paradoxalmente está associado pelas tentativas maternas de aborto e por sua “teimosia” em nascer. Salvina não se abalou ao falar sobre a tentativa de aborto que a própria mãe admitiu ter realizado, mas se emocionou ao falar do amor, do zelo da mãe em oposição ao abandono afetivo que, na concepção dela, era realizado pelo pai. É como se a frase “fui muito amada pela minha mãe” servisse como justificativa para a tentativa de aborto, e também compensasse, em alguma medida, o desamor do pai que ela narrou em seguida:

Eu fui crescendo e meu pai me dizia que eu não era filha dele, que eu me afastasse dele, que eu fui muito rejeitada por ele. Daí minha mãe tinha que dar uma explicação pra mim. Por que tanta rejeição... daí ela contou isso. [tentativa de aborto a pedido do marido, pois tinham uma filha ainda pequena]. Acho que eu tinha 8 pra 9 anos. A questão é que eu atrapalhei, eu vim pra atrapalhar... talvez os projetos dele... eu tive muita raiva, não só dele como da minha vó, que era mãe dele, até uns 17 ou 18 anos, eu tive muita raiva. Por que? Era assim... ele chegava com os presentes em casa quando a gente era criança e tinha certinho 4 brinquedos, então não tinha brinquedo pra mim.¹⁹ (Salvina – terceira geração).²⁰

¹⁸ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 04 de maio de 2013.

¹⁹ Salvina teve, ao todo, quatro irmãos. Ela foi a segunda filha de um total de cinco.

²⁰ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 04 de maio de 2013.

Em oposição ao pai que desprezava, Salvina, em suas memórias, construiu uma mãe que amava, e esse amor a confortava. As mães são estereotipadas tanto quanto as mulheres que não possuem filhos. Porém, esses estereótipos são articulados em campos discursivos diferentes. A mãe, que socialmente é reconhecida como “digna de tal título”, é estereotipada positivamente. É a mulher protetora, que ampara e ama. A mãe suporta tudo, as dores pelos filhos, os dissabores conjugais, tudo por amor à prole. É essa linguagem do mito que estabelece um discurso universalizante sobre a mãe e a maternidade. Daí o dito popular de que todas as mães são iguais.

Em contraponto, a mãe que se desvia do caminho pré-estabelecido pelo mito, as mães que expressam desinteresse, desamor e que até chegam a matar seus filhos são retiradas da história de suas vidas e colocadas no campo estéril da patologia, sendo caracterizadas como monstros cruéis. (VÁZQUEZ, 2014).

Forna (1999) salienta que a existência de estereótipos referentes às mães e ao modelo de mãe que a sociedade espera das mulheres extrapola o ato de parir e maternar. Ações como doar a vida, ou parte da vida, em função da prole são bem vistas para a classificação da mulher como “boa-mãe”.

As lágrimas de Salvina se intensificavam na medida em que ela narrava a coragem materna de enfrentar o pai, de lutar pelo bem-estar dela e de seus irmãos. Em nenhum momento ela considerou que a maternidade é modelada pela cultura e que pode ser flexível, pois em um primeiro momento a mãe de Salvina aceitou a ideia do aborto, e até por volta de seus 8 anos não se manifestava contrária aos abusos de autoridade do pai, especialmente o desprezo dele por Salvina. Somente após alguns anos vivendo nessa situação é que a mãe decidiu optar pelos filhos, em especial por Salvina, e romper com o casamento:

Pra compensar minha mãe trazia brinquedo pra mim... a minha relação com minha mãe não é de filha e mãe... é de irmã. Hoje eu tenho 53 e minha mãe tem 67/68 anos. Depois que minha mãe se separou, a minha mãe ficou sendo o pai da família e eu sendo a mãe, assumi esse papel até as meninas [irmãs] casarem, daí depois eu assumi os sobrinhos... e assim vai...²¹
(Salvina- terceira geração).²²

²¹ Salvina ajudou a criar dois sobrinhos. Sempre que se refere ao sobrinho que morou com ela, classifica-o como “o meu menino”.

²² Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 04 de maio de 2013.

Por ser uma das filhas mais velhas, Salvina acompanhou o processo de separação da mãe, e tal vivência acabou por reforçar a figura da mãe como heroína.

A mais velha não era filha dele. Ele casou com minha mãe grávida de 8 meses, mas o filho não era dele, e ele sabia. Ele casou pra amparar minha mãe. Ele era apaixonado por ela. O que matou mesmo foi a família dele. Imagine aceitar que um homem case com uma mulher grávida de outro. A mais velha foi aceita por ele. O que era mais frustrante pra minha mãe foi isso. Parece alguma coisa de espiritismo, porque só eu fui rejeitada... e, a filha que não era dele foi aceita... ninguém entende. Minha mãe se separou... ela fugiu com a gente. Ele era muito violento, quando batia no meu irmão, deixava meu irmão de cama. Eu enfrentava ele desde criança... nós fomos pra outro bairro, bem distante, um bairro em Manaus que nem existia no mapa... ficamos isolados lá. Saímos de um lugar que a gente tinha luxo, empregada... pra um lugar de chão batido, paredes de tecido, tipo choupana e o telhado era de palha. Daí minha mãe saía pra trabalhar e deixava eu com os menores e de lá a gente foi se virando. Ela foi conseguindo empregos melhores... minha mãe foi muito batalhadora. Ela criou a gente tudinho sem a gente ser influenciado por nada e nunca fez a gente ter ódio do pai... Depois ela conheceu o pai das meninas [segundo casamento]. Eu tinha uns 17 anos e minha mãe foi morar em Belém do Pará, eu fiquei com os irmãos. Desse segundo casamento ela teve duas filhas, uma que nasceu em Belém e outra que nasceu em Manaus, porque eles voltaram. Do meu pai nós só tivemos notícias há uns 10 anos atrás, porque minha cunhada trabalhava no hospital e viu um homem muito parecido com meu irmão, o Júnior, daí falou pra nós... estava em coma, sem documento, quando chegaram lá pra ver... era meu pai. Daí minha mãe foi pra lá, deu amparo pra ele e daí uns 8 meses ele morreu. Demos cuidado, custeamos fraldas, tudo pra ele, até o enterro. A minha mãe nunca deixou ter ódio dele, ela justificava que talvez fosse a criação dele, o jeito dele... ele morreu nos braços da minha mãe, meu padrasto ficou "p da vida"! Mas foi ele que amparou minha mãe quando ela estava grávida, sozinha... sem abrigo, vagando. Meu pai era uma pessoa muito boa só que o problema deles era a bebida e o ciúme dele. No fundo eu gostava dele, mas ele nunca conseguiu se aproximar de mim. (Salvina- terceira geração).²³

Ao narrar as experiências de sua mãe, Salvina recompõe um ideal de maternidade, tanto que na reconstrução da morte do pai sua mãe é descrita como uma Pietà, abrigando-o nos seus braços no momento derradeiro. O pai, apresentado como distante, austero e violento, é narrado como o contraponto da mãe, que sofreria calada, aguardando um momento para se libertar. Ao longo da entrevista, ficou evidente como Salvina constrói uma imagem materna de coragem e ternura. Em todas as entrevistas, sentimentos como admiração, amor e respeito foram uma constante na reconstrução das memórias acerca da figura materna. Contudo, Araújo e Moura (2004) destacam que tal elaboração discursiva compõe parte das condições de maternagem e das características que o amor materno assumiu no período contemporâneo. Nesse sentido, a construção do papel da mulher no cuidado com os

²³ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 04 de maio de 2013.

filhos incorreu na seguinte relação: tornou-se tanto mais exclusivo quanto menor se tornava a determinação biológica para a maternidade. Assim, quanto menos filhos as mulheres gestavam, mais exclusivos deveriam ser seus cuidados para com eles. Tal fato seria parte de uma configuração social específica, na qual a mãe deve ser o exemplo a ser seguido e sobre ela não deve haver mácula alguma.

Autores como Chodorow (1990), por meio da análise dessa redefinição contemporânea da maternidade, acabaram por criar um conceito, “a mãe moral”, ou seja, a infalível.

[...] o período capitalista inicial produziu uma ideologia da ‘mãe moral’: as mulheres burguesas deviam agir ao mesmo tempo como educadoras e modelos morais para seus filhos, assim como alimentadoras e guias morais para seus maridos na sua volta do mundo de trabalho imoral e competitivo. (CHODOROW, 1990, p. 19).

Nesse sentido, o ideal da “mãe moral” foi representado pelas atitudes da mãe de Salvina, que, durante alguns anos, procurou compreender as atitudes agressivas do marido para com os filhos. Salvina narra que viviam em uma casa com luxo, com empregada doméstica e que frequentemente seus irmãos ganhavam brinquedos, ou seja, pertenciam a uma camada beneficiada economicamente no Amazonas do período dos anos de 1960 e início da década de 1970. Todavia, a configuração específica de violência, e mesmo a austeridade com os filhos, fez com que a mãe rompesse com o casamento, fugindo do marido.

A “mãe moral” descrita por Chodorow (1990) deveria ser uma espécie de guia para o marido, que, endurecido pelas lides do trabalho e do mundo de competitividade, deveria encontrar nela o refúgio e o norte para agir corretamente com a família. Todavia, na família de Salvina, a mãe não obteve sucesso em “guiar” as atitudes paternas e, assim, a solução encontrada para manter o ideal de boa mãe foi abandonar o luxo, a empregada, o marido. A mãe de Salvina fugiu com os filhos, foi trabalhar fora e os deixava sozinhos enquanto trabalhava, usando o velho esquema das famílias pobres nas quais as filhas mais velhas cuidavam dos irmãos mais novos.

Tal atitude materna poderia, *a priori*, soar como um rompimento com os modelos estabelecidos para a “boa maternidade”, pois a mãe de Salvina rompeu com os laços conjugais. No entanto, ocorreu justamente o reforço da concepção de “mãe moral”, na medida em que esse rompimento foi justificado como a única forma

de livrar os filhos do sofrimento. Ela fugiu do marido por amor aos filhos, na narrativa de Salvina. Ao mencionar que o pai comprava brinquedos para os outros e não para ela, e também que o pai espancava seu irmão a ponto de deixá-lo de cama, Salvina automaticamente justifica a atitude da mãe e reforça a ideia de “mãe heroína”, que se submete ao trabalho, suporta as adversidades morando numa casa de chão batido para criar os filhos longe da violência do marido. Outro aspecto importante a ressaltar em sua narrativa é como ela mantém o arranjo familiar, dizendo que sua mãe assumiu metaforicamente o lugar do pai, indo trabalhar, e ela o lugar da mãe, cuidando dos irmãos mais novos enquanto sua mãe trabalhava.

Outro exemplo no qual a bondade e o heroísmo da mãe aparecem em oposição à rudeza do pai é a narrativa de Regiane, nascida em 1974, na localidade de Barra do Encontro, na zona rural do município paranaense de Reserva.

Ao aceitar conceder entrevista, Regiane fez apenas uma ressalva: “Eu falo, mas você tem que esperar eu terminar o serviço. Não consigo pensar e trabalhar.” (Regiane- terceira geração).²⁴ Após um dia trabalhando como diarista, ela se sentou ao meu lado à mesa e iniciou sua narrativa onde o desejo de filho ainda é uma constante. Ela quer ter um filho, ela ainda pode ter um filho pelos modos tradicionais, sua menstruação ainda vem e ela tem um namorado, mas não aceita a hipótese de engravidar sem estar casada, e não pode casar porque além das lides como diarista, ela é a filha que ficou responsável pelo pai que está doente, há anos na cama, requerendo constantes cuidados.

Ao rememorar sua vida e recompor com as significações da atualidade, Regiane, assim como Salvina, constrói a figura da mãe heroína. O pai, que hoje necessita dela para comer, tomar banho e todas as demais atividades corriqueiras da vida, é apresentado com certa distância emocional e ressentimento. O pai severo e a mãe bondosa são os principais personagens na construção narrativa elaborada por Regiane em seus sonhos de um dia ser mãe.

A mãe era bão [sic]. O pai sempre foi uma pessoa rígida, não deixava a gente sair. Você ia pra escola, se passasse de 5 minutos [do horário estipulado para a volta] você levava uma surra. Agora por causa disso hoje ele tá pagando, porque o pai não foi fácil. O pai era ruim pra mãe... às vezes ela não podia nem trabalha na roça porque tava doente mas tinha que ir trabalhar porque senão o pau quebrava. As vezes ele ameaçava de bater nela... bater a gente nunca via ele bater, né... mas... ele judiava da mãe. A mãe incentivava a estudar, o pai não. Ele dizia assim “ pra que estudar, pra ser burro?” eu tenho vergonha de falar que tenho só até a 4° série minha

²⁴ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de junho de 2013.

filha, o que é a 4º serie, não é nada. Eu, minha filha, não tive gosto de brincar de boneca. Quando ganhei uma boneca eu tinha 14 anos, que era da minha irmã. Porque quando eu queria, que era criança eles não compravam porque não tinham dinheiro. Desde os meus 8 anos eu cuidava da casa. Lavava, passava e cozinhava... lavava até roupa, não tive o gosto de brincar. Porque eu tinha dó da mãe... porque ela ficava o dia inteiro trabalhando na roça e daí chegar em casa e ter tudo pra fazer. Eu ficava em casa e eu fazia o que eu vencia fazer... porque tinha dó da mãe. (Regiane-terceira geração).²⁵

A figura da mãe é narrada de forma quase “mítica” e, nessa narrativa, o amor materno ganha uma retribuição, o amor filial. Regiane busca transmitir a ideia de que todo o seu esforço em assumir os cuidados com a casa e até abrir mão de sonhos infantis como o fato de não ganhar uma boneca, se justificam em prol de algo maior, em nome da mãe.

É a devoção à mãe que faz Regiane narrar sua infância em função dela. Quando narrou que a mãe era obrigada a trabalhar na roça, mesmo doente, seus olhos lagrimaram. A memória de uma mãe, hoje já falecida, compôs um ideal de maternidade que se articulava perfeitamente com o sofrimento, com a dedicação e com o enfrentamento da pobreza e da rudeza do marido para conseguir criar os filhos. Uma mãe que apesar da violência paterna, conseguiu criar os filhos e uma filha, a qual apesar de ter sofrido pela rudeza do pai hoje cuida dele, ou seja, mãe e filha estão unidas pelo dever e pela resignação.

Relendo as memórias de Salvina e de Regiane, a respeito de suas mães, à luz do ideal de maternidade estabelecido pelo discurso produzido pela revista *Pais e Filhos*, destaca-se a reportagem de dezembro de 1976 sob o título “Estou sozinha. Como criar minha filha?”. (ANEXO 3)

Gostaria que Pais e Filhos publicassem uma matéria sobre o problema das mães que têm de criar seus filhos sem a assistência dos pais. Sou solteira e tenho uma filha linda. Quero criá-la com todo o afeto, mas sem excessos, para não prejudicá-la. Não sei como lhe dizer que não tem pai. Mas, além das dúvidas que tenho em relação à criação de minha filha, sinto uma espécie de rejeição por parte das outras pessoas. Por que a sociedade nos marginaliza? R.C. Salvador-BA. (PAIS E FILHOS, dezembro de 1976, p. 47).

A reportagem é elaborada a partir de outras histórias de vida de mulheres solteiras ou que romperam com seus companheiros e ficaram sozinhas cuidando dos filhos. Desde o início, a revista constrói a argumentação de que “[...] as crianças

²⁵ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de junho de 2013.

devem saber sempre toda a verdade. Por isso nada pode ser omitido.” (PAIS E FILHOS, dezembro de 1976, p. 48).

Indo ao encontro da “mãe heroína” que encontramos na narrativa de Salvina, também a *Pais e Filhos* ajudou a difundir essa ideia, quando informa a história de Ana Maria, uma contadora de 30 anos, mãe solteira de uma menina de 4 anos. O heroísmo apresentado como exemplo a ser seguido em nome dos filhos segue a mesma linha de raciocínio que ajuda a construir a nova figura de mãe e o modelo contemporâneo de maternidade. Tal afirmação pode ser vista no depoimento de Ana Maria, apresentado pela revista:

Ao dar a notícia ao meu noivo, o pai, só me lembro de ter visto um olhar de espanto, sem nenhuma alegria. Uma semana depois, veio me perguntar de quanto precisava para me desfazer da criança. Isso me deu uma revolta que nem posso explicar. Disse-lhe que nunca mais queria vê-lo. Passei a desprezar aquele homem. Tratei de trabalhar e de me cuidar para que a criança nascesse sadia e eu tivesse forças para levar a vida só. (PAIS E FILHOS, dezembro de 1976, p. 48).

Essa imagem de maternidade não ficou vinculada a uma representação idealizada de família nuclear, mas se perpetuou com o vínculo inabalável entre a mãe e o filho. Esse é o elo central para se analisar a maternidade como instituição social. É evidente que influências sociais, econômicas e até de políticas públicas interferem na concepção de um ideal de maternidade. Todavia, mesmo em contextos diferenciados, o reforço no “vínculo inquebrantável” entre a mãe e os filhos permanece intocável.

Por meio desse exemplo da reportagem, pode-se verificar que a ausência paterna, na argumentação da revista, não afeta a capacidade de ser “boa mãe”. O vínculo, a luta, o amor pela criança é que são os elementos centrais desse modelo de maternidade da época contemporânea, da mesma forma que nos relatos das entrevistas. Nada pode ser obstáculo ao amor das mães, nem maridos violentos, nem companheiros irresponsáveis.

Badinter (1985) aborda não apenas a construção da ideia de amor materno e instinto materno, mas também a construção desse modelo de mãe (a nova mãe). Para a autora, esse vínculo que na atualidade nos é apresentado como atemporal e irrefutável, teve sua historicidade vinculada aos discursos insistentes e repetitivos, proferidos desde a época de Rousseau por moralistas, romancistas e médicos.

Todavia, a incorporação desses discursos pelas mulheres foi um processo paulatino e inconstante que perpassou os séculos XIX e XX.

As “provas de amor” maternas se iniciam com as práticas de aleitamento e se estendem para o fato de que “[...] o bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela.” (BADINTER, 1985, p. 202).

Dessa forma, a sobrevivência e todo o futuro do bebê passaram a depender exclusivamente dos cuidados maternos e, em maior ou menor grau, encontramos tal ideia presente nas entrevistas e nas reportagens da revista *Pais e Filhos*.

As raízes dessa vinculação, encontradas no século XVIII, se relacionam com as práticas de maternagem amplamente difundidas em diversas páginas da *Pais e Filhos*. O vínculo do amor, do sacrifício, do desejo que o “filho viva, e viva melhor”, faz parte da idealização desse novo modelo de mãe.

Em outubro de 1972, a revista publicou uma reportagem que reforça o vínculo. Sob o título “Mãe e Filho: uma linguagem de amor”, (ANEXO 4) a reportagem é ricamente ilustrada com fotos de mães e filhos se abraçando, se tocando, se olhando. O argumento de que cabe à mãe, e praticamente só a ela, o desenvolvimento emocional e psicológico da criança dá o tom da reportagem:

No aconchego do colo, a pele morna e macia, o bebê vive suas primeiras emoções. A segurança do abraço, a surpresa das grandes descobertas, o peito que reconforta a dor. Fonte inicial de sua vida, a mãe é agora ponte para o mundo. Plena de ternura, sensibilidade e carícias. E o futuro do bebê depende desta comunicação com a mãe. (PAIS E FILHOS, outubro de 1972, p. 8).

Amar, tocar, proteger, beijar, eis algumas das atribuições da mãe contemporânea e, se por acaso não se desse assim, todo o futuro da criança estaria em risco. Nesse sentido, a obrigação de amar intensamente foi fortemente vinculada às mulheres e a partir do momento em que se tornavam mães deveriam estar para sempre ligadas aos seus filhos, pois, segundo a mesma reportagem, “[...] mesmo após cortado o cordão umbilical, mãe e filho ainda permanecem interligados.” (PAIS E FILHOS, outubro de 1972, p. 10).

Nas reportagens da revista *Pais e Filhos*, se percebe a construção de um modelo para as mães ou futuras mães, um modelo de amor e de cuidados, ou seja, um modelo materno. Tal empreitada é feita não apenas por meio de frases destacadas nos textos, mas também de formas mais sutis e variadas, como as

expressões de felicidade ou de dor nos rostos de modelos que posam para as fotos das matérias. Dentro das concepções historiográficas vinculadas às abordagens da chamada “virada linguística”, onde se evidenciou um retorno da narrativa ao próprio texto histórico, as ideias e os valores analisados nesta tese por meio das revistas ultrapassaram as fronteiras do que foi dito, pois, como destacou Antoine Prost (1998, p. 130), “[...] interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam.”. Seguindo essa linha interpretativa, cabe destacar que a análise também inclui os interditos, os silêncios e mesmo as imagens que ilustram as reportagens da revista. Todo esse conjunto de coisas ditas, não ditas e imagéticas acaba por compor um modelo de maternidade, formas de comunicação subliminares entre o ideal historicamente construído do arquétipo de mãe, ou de supermãe, e a sociedade.

É interessante notar que na reportagem intitulada “Sou mãe solteira: Devo dar meu filho?”, publicada em março de 1969, ou seja, quando a revista tinha apenas sete meses de periodicidade, encontramos uma carta de leitora e uma resposta de uma psicóloga para tal carta (ANEXO 5).

Darci, uma jovem de, então, 22 anos, moradora da cidade de Belo Horizonte, recorreu aos especialistas da revista *Pais e Filhos* para tentar solucionar um drama pessoal que estava vinculado à maternidade.

Tenho 22 anos, solteira, fui criada por estranhos e portanto vítima de uma formação que não gostaria que alguém tivesse. Tenho um filho de três meses. Embora tenha completado o ginásio, e já tenha sido auxiliar de enfermagem e datilógrafa, trabalho como doméstica, pois não tenho quem cuide da criança. O meu ordenado é a conta para sua assistência médica e boa alimentação. Aconselharam-me a dar meu filho. Eu não concordo e continuo resistindo às pressões porque acho que a mulher que tem um filho, tem o dever de criá-lo, seja qual for sua situação. Eu sofri muito entre pessoas estranhas e temo que o mesmo possa se repetir. Além disso é o único bem que possuo, não conheço meus pais, não sei se tenho irmãos. Talvez eu fosse capaz de renunciar a ele se tivesse a certeza absoluta de que será feliz longe de mim. Por isso peço seu conselho. A criança pode se sentir complexada pelo fato de não ter pai e ser registrada só em nome da mãe? Será que ela daria mais valor a um lar e nome adotivo, do que a compreensão da mãe verdadeira? Tenho medo que mais tarde meu filho sinta desprezo por mim, mesmo que eu leve uma vida correta e honesta. [...] o que responderei quando perguntar pelo pai? Digo que morreu? Que nós nos separamos? O pai lhe fará falta? A pobreza pode ser alguma influência má para ele? Sinto que não posso dar aquilo que não recebi, não consigo aceitar a ideia de entregá-lo a pessoas estranhas. [...] Quero fazer dele um homem normal, com uma boa formação moral, e tentar fazer com que ele seja mais feliz do que eu tenho sido [...]. (PAIS E FILHOS, março de 1969, p. 96).

Para a editoria da revista, o caso de Darci deveria ser analisado e respondido por uma psicóloga. E, assim, ao longo das duas páginas seguintes, a psicóloga da revista responde aos anseios da “mãe solteira”.

Essa reportagem apresenta poucas fotos, apenas a fotografia da psicóloga e uma foto de uma mão feminina escrevendo, ou seja, a mulher, mãe solteira, não foi representada por nada além de sua própria escrita. Nenhuma modelo sorrindo, nenhum bebê na reportagem, apenas uma mão, uma caneta e um papel.

Ao iniciar a resposta, a psicóloga enfatiza o sofrimento vivido por Darci e menciona o fato de que um filho fora do casamento ainda constitui um problema em virtude de restrições e desprezos sociais que essa mulher sozinha com seu filho terá que suportar. Todavia, argumenta que a situação em geral da “mãe solteira” vem mudando no país. A argumentação para que tal mudança seja realmente evidenciada é o “amor”. Novamente, o amor da mãe pelo filho seria capaz de recompor a dignidade social de Darci, na opinião da psicóloga da revista. Para a revista, a mãe solteira seria mais respeitada socialmente se estivesse disposta a aceitar o filho e arcar com as “[...] responsabilidades do ato que cometeu.” (PAIS E FILHOS, março de 1969, p. 96). Para a revista, é a aceitação do filho e de todas as dificuldades que o acompanham, assim como o amor materno dispensado por essa mãe em detrimento das adversidades da vida, que seriam os responsáveis por fazer a sociedade dar uma chance para Darci, ou seja, de respeitá-la.

Aquele ato leviano- a relação sexual fora do casamento- é reparado com a mais profunda das responsabilidades: a tarefa de educar e orientar uma criança, assumindo sozinha todo o encargo emocional e econômico que esta educação acarreta [...]. A moça que quer um filho acima de qualquer preconceito e contra todas as desvantagens que a situação provoca começa a ser, então, prestigiada. [...] Você pergunta se é melhor dar seu filho a outras pessoas que pudessem criá-lo em melhores condições financeiras. [...] Mas você conhece alguém capaz de amá-lo tanto quanto você o ama? (PAIS E FILHOS, março de 1969, p. 96).

Para Forna (1999), a sociedade atual vem mudando a passos largos em diversos segmentos, mas os temas referentes à maternidade e à criação de filhos ainda são enquadrados em representações idealizadas de “boas mães”, ou mesmo de “boa família”. A autora afirma que as mulheres das camadas populares, com ou sem filhos, continuam trabalhando porque precisam e, no caso daquelas que possuem filhos, as crianças são deixadas aos cuidados de outros, sejam avós, parentes ou mesmo de estranhos. Nesse sentido, a orientação dada pela revista é

praticamente impossível de ser cumprida por uma mãe que trabalhava como empregada doméstica. Assumir sozinha os encargos sociais e econômicos da criação de um filho para, só assim, ganhar respeito social, comporta uma punição contra a mãe trabalhadora, afinal ela cometeu “um ato leviano”.

Seja com a ajuda de estranhos, de amigos ou de creches, o fato é que seguramente ela precisaria de ajuda, pois o mercado de trabalho não permite que uma mulher leve seu filho para o espaço das atividades laborais.

Segundo Nancy Chodorow (1990), a ideia de um vínculo “único e insubstituível” com a mãe é uma construção histórica. Em outros tempos e sociedades, as crianças eram criadas por diversas pessoas e nem por isso apresentavam um desenvolvimento inferior ao esperado socialmente delas. Dessa forma, não se pode traçar uma regra geral para o que vem a ser “uma boa maternagem”, sendo que tal prática sociocultural decorre de contextos específicos.

Destarte, o ideal de maternidade exclusiva e intensiva, construído como um vínculo peculiar entre a mãe e o bebê, acaba por causar problemas para as mulheres que, não conseguindo alcançar tal plenitude de tempo e amor constante para destinar à criança, acabam por se considerar como “mãe imperfeita”.

Outro ponto que merece destaque é a repressão sexual vinculada à ideia de sexo fora do casamento. A psicóloga da revista classifica a história sexual de Darci, que resultou nessa criança, como “ato leviano”. Nesse sentido, o fato de Darci ter tido relações sexuais com o antigo namorado a tornaria leviana e, para se recuperar de tal acusação social, a única alternativa seria o sacrifício do amor materno incondicional e a total responsabilidade para si dos cuidados com a criança.

Embora, em linhas gerais, a reportagem da revista *Pais e Filhos* afirma compreender as condições de vida de Darci e valorizar suas dificuldades como mulher solteira, pobre e mãe, ao longo do texto as frases marcadas pela ideia de compreensão estão vinculadas à ideia de amor compulsório: “O que possibilita um desenvolvimento emocional satisfatório é o amor que a criança recebe na infância, principalmente o existente na relação mãe-filho.” (PAIS E FILHOS, março de 1969, p. 97). Novamente se ressalta a obrigação materna de amar para que a criança se desenvolva, se torne um ser humano melhor. Portanto, o “cordão umbilical”, em seu sentido metafórico, não deveria ser cortado no parto, como afirmou a reportagem anteriormente examinada. Cabe à mãe cuidar, alimentar, amar e educar, sendo que tais tarefas seriam capazes por si só de estabelecer certo “perdão social” para o

caso das mães solteiras e para as casadas mostrariam a dignidade e o valor da mulher.

Aceitar a maternidade plenamente e sem vacilar deveria ser a atitude das mulheres, pois, para a *Pais e Filhos*, essa seria a demonstração de amor mais sublime: “Diga-lhe que sua vontade de tê-lo foi tão grande, que você o quis mesmo sem o pai estar de acordo.” (PAIS E FILHOS, março de 1969, p. 97). Portanto, para a revista, é o amor da mãe que vence as dificuldades.

Aproximando discursivamente as narrativas e provas de amor materno presentes na *Pais e Filhos* com os relatos das entrevistas de mulheres que não foram mães, o que se nota é a reiteração da representação de “boa mãe”. Ernestina, nascida em 1934, na localidade de Tereza Cristina, interior do município de Candido de Abreu/PR, usa poucas palavras para descrever a relação com os pais, em especial com a mãe. Via de regra, as entrevistadas com mais idade, implicadas aqui no que denominei como a primeira geração de mulheres, falaram bem menos do que as entrevistadas mais jovens. Respostas curtas e objetivas, porém ricas em significados e representações. Nesse caso, Ernestina relata da seguinte forma a relação que tinha com seus genitores:

Eram os melhores pais do mundo. O meu pai faleceu com 76 anos, era resmungão bastante. A mãe era uma santa, faleceu com 60 anos... caiu morta, deve ter sido coração. Brincavam um pouco...e trabalhava em tudo, na roça, cuidava da casa. Eu ajudava a mãe... (Ernestina – primeira geração).²⁶

Embora Ernestina diga que ambos eram os melhores pais do mundo, descreve o pai como resmungão, ou seja, de certa forma ela deixa claro que algo lhe incomodava no pai. O adjetivo resmungão pode ter vários significados, que vão desde a extrema exigência com tarefas cotidianas até mesmo à insatisfação com a família. A mãe, descrita como uma santa, solicitava seus auxílios nas lides da casa e da roça, e ela a ajudava de bom grado. Durante a entrevista, Ernestina em momento algum demonstrou tristeza por ter que ajudar os pais na lavoura e se privar de brincadeiras e mesmo do estudo. A vida era assim e ajudar a mãe era o esperado de uma boa filha, numa relação na qual se misturam poder, amor e obediência.

Essa imagem idealizada da mãe está presente nas entrevistas realizadas com as mulheres das três gerações. Ernestina, representante da primeira geração,

²⁶ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vazquez, em 03 de junho de 2013.

descreve a mãe como santa. No extremo oposto em termos de idade, Carolina, uma representante da terceira geração de mulheres não-mães, ao se referir à mãe e à complexa relação que teve com ela, a descreve da seguinte forma:

Meus pais eram extremamente preocupados. Dedicados e superprotetores. Embora eu tivesse vivido uma infância com muitos conflitos entre o casal [entre o pai e a mãe]. Minha mãe é viúva faz 3 anos. Minha mãe sobrevivia, não era infeliz nem totalmente feliz... essa é a lembrança dela. [...]. A psicóloga falou que eu tenho medo da maternidade porque o exemplo de mãe que eu tenho é a minha mãe... porque ela é uma mãe heroína e sempre passou uma imagem que ser mãe é sofrer. (Carolina – terceira geração).²⁷

Carolina narra uma pequena parte de sua infância e, ao fazê-lo, lembra da relação com a mãe. Ao longo da entrevista, a figura de sua mãe é retomada várias vezes, é a mãe que inicia uma empreitada comercial com ela, é a mãe que lhe ajudou quando sofreu um aborto natural, é a mãe que mesmo em conflito com o pai suportou o casamento até a morte do companheiro.

Retomando as ideias apontadas anteriormente, neste tópico, a mãe heroína é narrada aqui novamente em sua plenitude, inclusive sendo nomeada assim pela entrevistada. Carolina não chega a culpar a mãe pelo seu “medo de maternidade”, mas ao afirmar que a figura da mãe sempre lhe pareceu forte e sofredora, acaba por dizer que existe dentro de si uma espécie de “medo” da maternidade, pois não sabe se conseguiria ser “tão forte” ou tão resignada quanto a mãe foi ao longo da vida.

Nesse sentido, aqui se estabelecem todas as representações sociais vinculadas à ideia de boa mãe. Mesmo tendo problemas conjugais desde o início do casamento, a mãe de Carolina optou por manter essa relação. Os motivos podem ser os mais variados. Não temos como saber, pois Carolina não chegou a mencioná-los, apenas diz que mesmo com os conflitos a mãe não se separou, e hoje, na condição de viúva, pode-se dizer que “cumpru” o dever traçado socialmente para ela, pois manteve o casamento até a morte do marido. Seja pelos filhos, seja por condições financeiras, ou mesmo por dependência emocional, o fato é que essa mulher, chamada por Carolina de “mãe heroína”, representava a força e o amor que ela admirava, levando a pensar na contra face dessa representação, a mãe sacrificial, tão solidamente enraizada em nossa cultura.

²⁷ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 08 de maio de 2013.

Ao mencionar o fato de que sua mãe passou a imagem da mãe sofredora, ela reforça a ideia da “mãe heroína”, ou seja, aquela que sofre, que se sacrifica e que muitas vezes permanece calada para conseguir um benefício, não para si, mas para os filhos, ou, então, para a família. O sofrimento e o sacrifício são a condição para o engrandecimento do ato heroico.

Ser mãe, para Carolina, era ser como sua mãe foi. Ela, todavia, já havia passado por separações, já havia passado por um aborto natural e em diversos momentos da vida adulta precisou recorrer à mãe, da mesma forma como o fez na infância. Carolina considerou que não seria forte o suficiente, heroína o suficiente e nem queria ser sofredora o suficiente, como foi sua mãe. A recusa ou o medo da maternidade expressam sua dúvida ou mesmo sua negação de não conseguir ser como sua mãe foi, de não conseguir suportar todas as coisas que ela suportou. Aqui percebi que existem diferentes formas de resistências sutis ao modelo de maternidade traçado e disseminado na contemporaneidade. O medo de maternidade que Caroline menciona pode ser entendido como uma tensão, uma discordância em relação ao modelo de mãe que lhe foi apresentado. Quando ela diz “Ela é uma mãe heroína e sempre passou a ideia de que ser mãe é sofrer.”, está demonstrando que abre mão do “heroísmo” vinculado à maternidade, ela não quer sofrer e tem o direito de assim querer. De certa forma, Carolina percebeu que o ideal de felicidade articulado com a figura de “mãe heroína” é praticamente impossível de ser atingido em suas condições de vida. Ela desejou ter filhos, tentou engravidar recorrendo até aos saberes médicos, mas ao final da entrevista concluiu que era feliz e não precisou de um filho para isso.

Não acho [que teria uma vida mais feliz se fosse mãe]... eu acho que ela [vida] teria sido menos feliz. Tudo gira em torno da responsabilidade ...isso é um peso que pra minha personalidade é muito incomodativo. Isso [maternidade] é um peso. É sufocante. Se viesse um filho eu ia encarar com toda a responsabilidade do mundo, mas sofreria. (Carolina – terceira geração).²⁸

Carolina tentou engravidar no primeiro casamento, não conseguiu por dificuldades espermáticas do marido e, em outro relacionamento, decidiu não ter filhos. Ela percebeu que o amor esperado e, muitas vezes, cobrado das mães não era, como todo sentimento humano, um amor com falhas ou mesmo inconstante, mas, usando suas palavras, “é sufocante”. O amor das mães e as relações entre a

²⁸ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Hei Vázquez, em 08 de maio de 2013.

mãe e os filhos foi constituído como núcleo central do exemplo da mãe heroína, da mãe-sacrificial, e nem todas as mulheres conseguem ou almejam essa doação plena de si. Seja por meio das reportagens analisadas, ou mesmo pelas memórias de algumas das mulheres não-mães que se dispuseram a narrar suas histórias, a maternidade e a figura da mãe estão carregadas de sentimentos e de expectativas supra-humanas.

Amar mais do que a si mesma, enfrentar o mundo, estar sozinha e se sentir forte, cuidar plenamente dos filhos, ser responsável não apenas por seu sustento material, mas também por seu desenvolvimento afetivo, psíquico e social. Todas essas obrigações maternas e as lembranças de mães santas, mães heroínas, mães guerreiras e até mães fujonas para proteger os filhos, acabam por reforçar a ideia de que ser mãe é difícil, é nobre e é “quase divino”.

Todavia, embora em menor proporção, também é possível encontrar narrativas de mulheres que confessam certo desconforto com a mãe. Mesmo a revista *Pais e Filhos* chega a se aproximar desse assunto, ou seja, é possível que exista desamor. A ausência, a severidade ou mesmo a incompatibilidade entre a mãe e os filhos é um tema difícil de ser tratado, pois, via de regra, quando tal situação foi relatada nas entrevistas apareceu vinculada ao poder, palavra que parece destoar do amor materno, porque o poder das mães é um poder relacional e amoroso. Analisar os poucos vestígios dessa possibilidade de desamor é o que faremos a seguir.

1.3 SOBRE A MÃE QUE TIVE E SEU DESAMOR

A histeria é o leite coalhado da maternidade.

(Karl Kraus)

As mulheres que, de alguma forma, não se encaixavam nos modelos pré-estabelecidos para a figura da boa mãe, da “mãe heroína”, ou então aquelas que não levaram a cabo a experiência de cuidar de seus filhos, também fazem parte do que poderíamos chamar de “história da maternidade”, ou então “história do amor materno”. É certo que elas não figuram entre as representantes mais gloriosas da

função de mãe e muitas vezes foram descritas como pessoas frias, severas, cruéis ou, simplesmente, atarefadas demais para a maternidade. Mas, como ressalta Badinter (2011), a experiência da maternidade não é sempre igual e, tampouco, desejada por todas as mulheres em qualquer momento da vida. Para a autora, antes da década de 1970, os filhos eram compreendidos como uma espécie de consequência natural de um casamento. Dessa forma, as mulheres casadas e em condições de engravidar o faziam sem muitas perguntas ou reflexões. Essa consequência natural do casamento foi tão pouco debatida que em muitas áreas, como a psicologia, ainda é possível encontrar ecos do discurso universalista sobre a maternidade. Ao tratar dos conflitos e ambivalências da maternidade, Badinter (2011) analisou um dossiê da revista *Psychologies Magazine*, publicado em maio de 2009. Nesse documento de ampla circulação no meio de acadêmicos da área de psicologia em diversos países, a filósofa francesa encontrou a afirmação: “O desejo de ter filhos é universal. Ele nasce das profundezas do cérebro [...] do motivo por que somos feitos: prolongar a espécie.” (BADINTER, 2011, p. 17).

Contestando a concepção de que existe um instinto e um desejo universal por filhos, Elisabeth Badinter argumenta que esse desejo não é constante, pois existem múltiplas situações afetivas e de vida material que interferem na decisão de ter filhos, ou mesmo de manter uma gestação. Dessa forma, existe a escolha e não um desejo universal inflexível.

A escolha por ter filhos, pressupõe algum grau de reflexão e de opção. Tais questões, ao contrário do que se disseminou no senso comum, não estão estritamente relacionadas com o amor incondicional da mãe, mas sim com um complexo segmento de desejos e deveres que a revista *Philosophie Magazine* de março de 2009 procurou mapear e que foi também objeto de análise de Badinter (2011).

Por acreditar que a escolha por um filho não resulta obrigatoriamente em um amor incondicional, considerei pertinente replicar a “tabela de filhos”, publicada na obra de Badinter, que teve a sua elaboração e publicação pela primeira vez na revista francesa de filosofia, *Philosophie Magazine*.

A pergunta que a revista fez ao público foi “Por que fazemos filhos?”. Homens e mulheres da França responderam:²⁹

²⁹ Pesquisa feita por TNS-Sofres, de 2 a 5 de janeiro de 2009, a partir de uma amostra nacional (França) de mil pessoas. As pessoas consultadas poderiam dar várias respostas.

TABELA 1 – POR QUÊ TEMOS FILHOS?³⁰

Um filho torna a vida cotidiana mais bonita e alegre	60%
Permite fazer a família perdurar, transmitir valores e história	47%
Um filho dá afeto, amor e faz com que sejamos menos sós na velhice	33%
É dar de presente a vida a alguém	26%
Torna mais intensa e mais sólida a relação do casal	22%
Ajuda a se tornar adulto, a assumir responsabilidades	22%
Permite deixar parte de si na terra depois da morte	20%
Para permitir que o filho faça o que não pudemos fazer	15%
Ter filho é uma nova experiência	15%
Para satisfazer o parceiro	9%
É uma escolha religiosa ou ética	3%
Outras respostas- não sugeridas	4%
Você teve um filho sem motivo especial, por acidente	6%
TOTAL	
Têm filhos, desejam ou desejariam ter	91%
Não têm filhos e não desejam ter	9%

Fonte: *Philosophie Magazine*, n. 27, março de 2009.

Badinter, ao analisar a tabela, observa que 48% das respostas estão associadas ao amor, 69% ao dever, e 73% ao prazer. Dessa forma, a autora argumenta que não existe uma razão específica para o fato de termos ou desejarmos filhos, e a presença de uma criança na vida de um casal ou de uma mulher não é vista sempre de forma exclusivamente positiva.

Nesse sentido, compreendo que seja necessário debater justamente o outro lado da maternidade. Um lado pouco estudado e que nos leva a refletir sobre a noção histórica de imperfeição dos sentimentos humanos. Mães, como todas as outras pessoas, são seres humanos e, embora as narrativas possam apresentá-las como santas, plenamente amadas pelos filhos e bondosas, elas também possuem “defeitos”. Aqui tratarei daquilo que a sociedade ao longo do século XX acabou por classificar como a pior distorção vinculada às mulheres, o desamor ou o desinteresse pelos filhos.

Em detrimento à toda a campanha levada por diferentes discursos, dentre eles o religioso, o médico e até mesmo o pedagógico, algumas mulheres simplesmente não se sentiam realizadas com a maternidade, ou então suas filhas e filhos não conseguiam enxergar nelas as figuras heroicas que acreditavam poder sempre encontrar em uma mãe.

³⁰ Tabela publicada originalmente no Brasil em: BADINTER, E. *O Conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 18-19.

Desse modo, se construiu socialmente a ideia de que o “pecado” mais grave das mulheres era, além do desregramento sexual, o desinteresse pelo filho. Para muitos, não amar um filho era uma atitude inexplicável, pois a maternidade e o amor que devia acompanhá-la estariam inscritos desde sempre na “natureza feminina”. Desse ponto de vista, a mulher foi feita para ser uma boa mãe. Qualquer distorção dessa norma foi categorizada como exceção patológica. Tal caracterização se consolidou primeiramente no discurso médico, propagado por diferentes livros e teses nos quais as mulheres que não aceitavam a maternidade, ou aquelas que demonstravam desamor pelos filhos, foram diagnosticadas como loucas, desumanas e cruéis. Tais mulheres que, de algum modo, fugiram à representação oficial de maternidade, se constituíram como o avesso da maternagem. (VÁZQUEZ, 2014).

O século XX se consolidou como “o século da criança”³¹ e, nesse sentido, a maternidade não deveria ser definida apenas como um fenômeno biológico, mas antes da questão de continuidade da espécie se levantou o argumento da afetividade, do amor materno e incondicional, como já visto nos tópicos anteriores.

Todavia, nem sempre foi possível amar cegamente a prole e, sabendo dessa possibilidade, a revista *Pais e Filhos*, em seu primeiro exemplar, colocado nas bancas em setembro de 1968, já mencionou a questão da “dificuldade de amar”. No caso que foi abordado, referente às limitações e necessidades de amor materno, a reportagem intitulada “Seu filho sabe que você o ama?” foi assinada por uma psicóloga, reforçando a autoridade da profissional para falar às mulheres-mães sobre o amor (ANEXO 6).

Em uma reportagem de três páginas inteiras aparecem poucas fotos e algumas propagandas de latas de leite em pó. A maior parte da reportagem é constituída pelo texto com função pedagógica a respeito do amor e do desamor materno.

Já no início da reportagem, lê-se a ideia de que o amor materno é o grande responsável pela personalidade dos futuros adultos. Assim, o desamor seria um erro, na medida em que comprometeria não apenas o bom desenvolvimento psíquico daquela criança, mas também o desenvolvimento de toda a sociedade, pois

³¹ O século XX é o século da descoberta ou criação da especificidade do infante. Valorização em termos econômicos e sentimentais, defesa e proteção da criança. No século XX, formulam-se os direitos básicos vinculados à infância, reconhecendo-se, então, que a criança é um ser humano especial, com características específicas e que tem direitos próprios. Não é um adulto e, portanto, deve ser tratada de forma privilegiada, pois, cabe aos adultos protegê-las.

uma criança sem o amor materno estaria condenada a ser infeliz e perturbada. A revista inicia a discussão a respeito desse desamor da seguinte forma:

Amar um filho é algo mais do que cercá-lo de conforto e carinho. Cada criança é uma individualidade, que precisa ser compreendida. Não será exagero afirmar que, se você tem três filhos, seus filhos têm três mães. Cada um deles a vê de uma forma distinta, tem sua maneira própria de assimilar as coisas, de reagir diante delas. De como for tratado na infância, da maneira como resolver seus primeiros conflitos, vai depender o homem que será no futuro e sua capacidade de relacionar-se com os outros seres humanos. Explicações e conselhos não podem modificar seus sentimentos. Mas a maneira de expressá-los, o uso que se faz deles. A compreensão de como eles podem ser benéficos ou prejudiciais, isso se pode aprender, como se aprende a cultivar o amor. (PAIS E FILHOS, setembro de 1968, p. 12).

Esse trecho possui singular importância para a análise do desamor. Em primeiro lugar, porque afirma que as carícias físicas não são o suficiente para amar um filho. Nesse sentido, caberia à mãe muito mais do que beijar e abraçar, ela deveria compreender esse pequeno ser que, entre limitações e traquinagens, só espera dela devoção afetiva. A mãe que a revista recomenda é uma mãe que se divide sem deixar de lado nenhuma de suas crianças. A ideia de que para três crianças deverá haver numa só mulher três mães diferentes não significa dizer que será mais presente ou mais afetuosa com um filho do que com outro. Ao contrário, tal afirmação constrói a capacidade que a boa mãe deve ter de se desdobrar. Aprender a ser muitas sem deixar de lado nenhum dos filhos e respeitá-los em suas individualidades.

Além disso, esse trecho também alerta as mulheres para o perigo do desamor, pois, segundo a psicóloga, a maneira como essa criança for tratada na infância – especialmente pela mãe, visto que a matéria aborda o amor e o desamor materno – é capaz de moldar o futuro cidadão. Nesse sentido, a revista, compactuando com outros discursos presentes na sociedade, acaba por responsabilizar quase que de forma exclusiva as mulheres e seus sentimentos pelo futuro dos filhos. O perigo do desamor ou mesmo do descuido materno deveriam ser diagnosticados (visto que estariam no plano do patológico) e “tratados” em termos psicológicos. Aprender a cultivar o amor, eis a ambição da reportagem que tratava da imperfeição materna.

Germaine Greer (1987) aborda a questão do desamor no primeiro capítulo de seu livro *Sexo e Destino: a política da Fertilidade Humana*. Ao tratar do

nascimento de crianças no Ocidente e verificar que a natalidade vinha caindo vertiginosamente no final do século XX, Greer diz que tal acontecimento não se liga somente à preocupação com a explosão demográfica, com o futuro do planeta ou com o caos social e a violência. Para a autora, via de regra, as mulheres do Ocidente evitam filhos, ou evitam o número elevado de filhos, também pelo fato de que podem não desejarem uma criança em suas vidas. Mesmo que os Estados incentivem políticas de natalidade e estimulem sua divulgação junto à mídia e outras instituições sociais, o impulso “anti-criança” existente no estilo de vida do Ocidente é bastante presente.

Ao mesmo tempo em que o século XX consolidou uma série de direitos necessários para as crianças, acabou por separar as esferas dos “adultos” e da “infância”. Segundo o raciocínio de Greer, existe uma convicção de que as crianças desempenham um “papel parasitário” (GREER, 1987, p. 14) na família e mesmo na sociedade em geral. Assim, elas acabaram por constituir um mundo à parte, um “mundo de crianças”, fantasioso, impreciso e chato. Estabeleceu-se uma lógica de que os adultos não podem e não devem se divertir enquanto as crianças estiverem por perto. Em contrapartida, o mundo dos adultos possui pouco acesso para as crianças, pois existem restrições de tempo para a criança frequentar as rodas de amizades dos adultos e a criança não deve, na concepção Ocidental, ingressar na realidade do adulto, mas numa espécie de “terra de ninguém de comunicação fática”.³²

As reflexões de Geer (1987), embora limitadas a alguns modelos familiares, foram importantes para a relativização da ideia de que todas as famílias formadas no século XX desenvolveram o que pode-se chamar de “infantolatria”. A criança vista como o centro da família e o norte de atenção e amor não foi uma constante em todas as mães.

Quando retornamos à análise da reportagem “Seu filho sabe que você o ama?” (PAIS E FILHOS, setembro de 1968), encontramos a recomendação de confirmar para a criança que ela é amada. Para a revista, seria necessário que houvesse essa confirmação constante, justamente para que a criança não alimentasse dúvidas sobre o amor que a mãe sente por ela. A educação e os

³² É necessário frisar que esta é uma imagem que Greer constrói a partir de certas sociedades ocidentais e que não pode ser generalizada. Da mesma forma, é importante lembrar que na atualidade esta separação não se efetiva por completo, muito pelo contrário, há uma grande permissividade em relação às crianças.

ensinamentos sobre a vida feitos de forma rigorosa, embora pudessem ser necessários, eram vistos com receio pela *Pais e Filhos*, e, dessa forma, deveriam ocorrer acompanhados pelo afeto:

A criança é censurada frequentemente, obrigada a fazer o que não quer, tendo que comer mesmo sem ter fome e dormir quando quer ver televisão, tomar banho quando quer brincar e brincar quando quer ouvir a conversa dos adultos, precisa mais ainda dessa confirmação [de amor]. Muitas crianças não estão certas do amor dos pais [...]. É um direito e um dever dos pais ensinar seu filho a amar, amando-o durante a sua infância. (PAIS E FILHOS, setembro de 1968, p. 12).

Se há a necessidade da recomendação de amar é justamente porque o desamor existe e a *Pais e Filhos*, ciente disso, já em seu primeiro exemplar aborda o tema.

A revista, ainda na mesma reportagem, caracteriza o que seria um comportamento hostil da mãe com a criança. Para a *Pais e Filhos*, a mãe pode ter consciência ou não de sua hostilidade, mas em ambos os casos ela trata o filho com movimentos bruscos, pouco afetuosos e incorre em uma série de outros “erros maternos”, tais como não verificar a temperatura do alimento para oferecer ao filho, não compreender suas necessidades e etapas de desenvolvimento e até mesmo obrigar a criança a “comer demasiadamente para que fique gorda”.

Já em outra reportagem, datada de abril de 1973, a revista toca em outro tema central para se analisar o desamor. Em uma reportagem curta, a revista traz a foto de uma criança solitária, em um ambiente escuro, com um olhar de tristeza e de desencanto. O título da reportagem nos remete à complexidade do tema: “Mamãe gosta mais dele?” (ANEXO 7).

Novamente aqui, a revista reconhece a inconstância do amor materno e a total incapacidade de enquadrar as mulheres nos modelos de mãe perfeita que a própria revista ajudou a disseminar. No início da reportagem, o texto afirma que os filhos chegam a competir de diversas formas pelo amor “dos pais”, embora no título da reportagem o amor em questão seja o materno.

Segundo a *Pais e Filhos*, as crianças conseguem identificar desde muito cedo qual é o filho predileto da mãe e dá um conselho às mulheres: “[...] você que é mãe, não se culpe por isso, pois as preferências são naturais. Mas também não hostilize a criança menos amada.” (PAIS E FILHOS, abril, 1973, p. 78).

Procurando minimizar o problema do desamor, a revista aponta caminhos para que tal situação seja parcialmente resolvida. O primeiro passo deveria ser a procura das causas dessa diferença entre os afetos dispensados aos filhos. Posteriormente, a mãe deveria procurar descobrir que tipo de atenção o filho “menos querido” deseja dela e, na medida do possível, atendê-lo. O impulso de negar o problema e simplesmente responder para a criança que gosta de todos os filhos de forma igual, na concepção da revista, não funciona, pois a criança percebe que a resposta não é verdadeira.

Ao longo da reportagem, a revista traz a história de Marcela:

Marcela, nos seus miúdos seis anos, já sentiu, lá no fundo, que entre ela e mamãe as coisas não correm tão bem como para Guilherme. Mesmo que os pais relutem em admitir o fato, Marcela já deixou bem claro. [...] Marcela e Guilherme estão sempre se atracando pelos motivos mais insignificantes: o direito de entrar primeiro no carro, de comer o último pedacinho de bolo ou de tirar um cochilo na cama dos pais. As brigas são infundáveis e sem solução. Porque o que eles estão disputando não é nada tangível. Querem, na verdade, se assegurar da posse do afeto. (PAIS E FILHOS, abril de 1973, p. 80).

Segundo a revista, Marcela percebeu que, embora tivesse tantos brinquedos como o irmão e fosse às festinhas de crianças como ele, as coisas na verdade não eram dirigidas a ela: “Descobriu quando se deu conta da força que mamãe fazia para fazer de conta que os dois eram iguais.” (PAIS E FILHOS, abril de 1973, p. 80).

No entanto, a *Pais e Filhos* não cobrou das mulheres o igual amor entre os filhos, pois, desde o início da reportagem, deixa claro que ter preferências é normal. Todavia, a revista abordou a obrigação que a mãe tem de atender os filhos em suas diferenças. Nesse sentido, o tratamento com igualdade não se justifica, pois os filhos não são iguais. Tentar fazer os filhos iguais em necessidades e afetividades deveria ser abolido dentro das práticas de maternagem, segundo a revista.

Ao buscar a origem das causas do desamor da mãe de Marcela, a *Pais e Filhos* acaba por relatar o que classificou como “narcisismo da mãe”.

Quando ela nasceu sua mãe deu-se conta de que a musculatura do abdômen e dos seios tinha sido fortemente atingida. E lhe trouxe um aspecto de flacidez até então inexistente mesmo já tendo passado por uma primeira gravidez. O que para algumas mulheres teria sido motivo, apenas, de uma série de exercícios físicos ou massagens, para a mãe de Marcela foi um verdadeiro ataque a sua pessoa. Despreparada para o desempenho do papel de mãe, colocou todos os encargos da vida de um segundo filho nos problemas que a gravidez de Marcela lhe trouxe. Era preferível culpar Marcela, nem que fosse silenciosamente, do que ter que reconhecer suas dificuldades. (PAIS E FILHOS, abril de 1973, p. 81).

Assim, de maneira bastante convencional, a revista explicou a questão do desamor como uma atitude egoísta da mãe. Embora afirme que amar os filhos de forma diferente seja uma atitude compreensível e normal dentro das vivências da maternidade, não amar por motivos estéticos era condenável. Exemplo de narcisismo e até futilidade, o caso de desamor entre Marcela e sua mãe foi apresentado como tendo um único motivo, o desgosto da mãe com seu próprio corpo somado à imaturidade da mãe. Em nenhum momento, durante a reportagem, a mãe falou diretamente, não há citação. A narrativa da história é feita por jornalistas, e outras questões como o cotidiano dos cuidados com os filhos ou mesmo as particularidades psicológicas de cada um e sua identificação ou não com a mãe não foram mencionados pela revista.

Badinter (1985) fala sobre as distorções entre o mito da maternidade e a realidade ou a vida cotidiana da maioria das mulheres. Para a autora, desde a publicação de *O segundo Sexo*, por Simone de Beauvoir, em 1949, e, mais especificamente, a partir dos feminismos da década de 1960, surgiram novos discursos feministas que tiveram por finalidade central questionar o mito freudiano da “mulher normal” e junto a ele “[...] as teorias da mãe naturalmente devotadas, nascidas para o sacrifício.” (BADINTER, 1985, p. 332). Assim, teorias consagradas dentro da psicanálise, como a fundamental importância das distinções entre os papéis paterno e materno para o bom desenvolvimento da criança, também foram questionadas.

Junto a esses questionamentos de ordem teórico-política, Badinter (1985) argumenta que o papel destinado à mãe, longamente construído e cultivado desde meados do século XVIII, também ruiu para boa parte das mulheres. Contudo, a revista *Pais e Filhos*, pelos exemplos apresentados, continuou moldando a figura materna em seu antigo “ideal rousseauiano”, pois caberia à mãe o maior número de cuidados e de tempo dispensado aos filhos.

A *Pais e Filhos* cobrou, durante muito tempo, uma espécie de devotamento feminino para as crianças. O prazer de amar um filho é narrado como uma obrigação, ou seja, as mulheres carregariam em si mesmas a figura da mãe natural e deveriam assumir o “fardo do amor”, que, tratando-se de maternidade, se articulou com a concepção de “fardo dos cuidados”.

Na reportagem que narra a história da menina Marcela (PAIS E FILHOS, abril de 1973), a possibilidade de amar de forma diferenciada os filhos é tolerada. Em momento algum, ao longo da reportagem, a revista menciona o fato de que as mães devem amar de forma igual, pois entende que as especificidades de cada filho existem, bem como as necessidades de cada momento. Todavia, o fato de não amar é intolerável. A explicação para o desamor não provém de questões psicológicas mais profundas ou “sérias”, mas, ao contrário, a revista apresenta a “motivação fútil” da estética. A mãe de Marcela não a ama porque seu processo gestacional ocasionou flacidez. Com essa argumentação, a revista constrói uma representação materna vinculada a futilidades, ou mesmo à imaturidade. Nesse sentido, o desamor não se vincula à relação em si, aos laços entre mãe e filha, mas a uma questão de vaidade.

Quando busquei, nas entrevistas com mulheres não-mães, narrativas que tratam do desamor ou da severidade materna não encontrei muitos relatos relevantes. Via de regra, as mães são apresentadas como dóceis ou sofredoras. São apresentadas como mulheres nas mãos de um homem (o pai), que as machucam constantemente. Todavia, algumas poucas entrevistas mencionam o distanciamento que pode existir entre a mãe e suas crianças. Esse é o caso da entrevista de Maria Luiza, nascida em 1941, na cidade de Prudentópolis/PR.

Ela foi abandonada pela família biológica e adotada por uma família da cidade de Reserva/PR, ainda quando era bebê. Quando questionada sobre a mãe biológica, simplesmente disse: “Não sei nada dela e nem quero saber.” (Maria Luiza segunda geração).³³ Mesmo quando falou sobre a mãe adotiva, embora sempre demonstrasse gratidão, mencionou a rigidez com que foi criada. Maria Luiza também faz o contraponto entre a mãe e o pai, todavia, para ela, o pai é narrado como o “porto seguro” e o que demonstrava mais amor.

Meus pais não eram muitos severos... meu pai nunca surrou os filhos. A mãe um pouco mais severa... toda vida o pai era calmo, tranquilo. A mãe era mais brava... Agora, a mãe tem que ser brava mesmo, né. Ela tem que tomar as rédeas... (Maria Luiza – segunda geração).³⁴

Um ponto importante que foi observado nas entrevistas é que quando a figura da mãe das entrevistadas não se articula com a representação de “mãe

³³ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

³⁴ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

heroína” ou de “mãe sofredora”, os relatos eram extremamente breves. Essa constatação também pode ser observada na entrevista de Maria Luiza, que descreve o pai como tranquilo, calmo, e menciona o fato de ele nunca ter batido nos filhos. Quando a questioneei se a mãe costumava bater, ela apenas sorriu timidamente, não respondeu à pergunta de forma direta. Apenas reiterou aquilo que já havia falado, “a mãe era brava”.

Quando abordou memórias maternas, Ana Paula Vosne Martins (2005) constatou que, via de regra, mulheres mais idosas não narravam seus partos e suas experiências com a maternidade com sentimentos intensos. Ao contrário, a autora percebeu que, para as mais idosas, a maternidade significava “trabalho”. Também as mães das mulheres entrevistadas pela autora foram lembradas de maneira distante, como alguém a quem deviam respeito, mas não devoção. Para Martins, as mulheres que nasceram antes de 1930 e, portanto, tiveram suas experiências de maternidade em meados das décadas de 1940 e 1950 (como é o caso da mãe adotiva de Maria Luiza), a propaganda a respeito de um modelo ideal de maternidade ainda não estava plenamente consolidada.

Nesta pesquisa, também verifiquei que as entrevistadas mais jovens narram suas mães como heroínas, como sofredoras e lutadoras, porém as de mais idade apenas descrevem rapidamente a severidade e o distanciamento da mãe, construindo discursivamente suas mães quase que exclusivamente como “trabalhadoras” na lavoura ou nos serviços domésticos.

Poucas palavras para descrever sentimentos confusos e conflitantes, sentimentos que abarcam a gratidão e que ao mesmo tempo demonstram a dificuldade em lidar com a severidade materna.

Retomando a entrevista de Maria Luiza, percebi que ela justifica tal severidade com a afirmação de que a mãe deveria ter as rédeas da casa em suas mãos, ou seja, caberia à mãe controlar os filhos com o intuito de educá-los. A severidade pedagógica como necessária às mães faz parte de um amplo conjunto de imagens não romantizadas sobre a maternidade, que, assim como o amor materno, passaram a ser divulgadas em meados do século XVIII.

Desde a idade moderna, com a formação e consolidação dos Estados Nacionais, era necessário que as grandes cidades se constituíssem como “unidades”, tornando possível uma organização do corpo urbano de modo coerente,

homogêneo, que dependesse, então, “[...] de um poder único e bem regulado.” (FOUCAULT, 2000, p. 47).

Boa parte dos países ocidentais promoveu uma mudança profunda nos mecanismos de poder: ao invés de um poder que se apropria da vida para suprimi-la, tratou-se de exercer uma espécie de poder positivo sobre ela, enfatizando mecanismos capazes de gerar, multiplicar, ordenar a vida e regular seu conjunto. Dessa forma, esse novo procedimento de gerência sobre a vida das populações foi se desenvolvendo desde meados do século XVII com os mecanismos de adestramento, ampliação de aptidão, extração de forças produtivas de um corpo útil e dócil. Foi no final do século XVIII que esses mecanismos foram reforçados como tecnologias de controle do corpo social. (FOUCAULT, 2000).

Assim, paulatinamente, foi se fortalecendo o princípio econômico de produzir cidadãos, e estes sendo vistos como uma das riquezas do Estado. Garantir a sobrevivência e a educação rígida das crianças constituía-se em um novo valor e, dessa forma, se iniciava um processo de incentivo às famílias com destaque para a figura da mãe e os cuidados com a infância, pois a condição contemporânea de maternidade não existe sozinha, ela só tem sentido numa relação interdependente com a noção de infância.

Para operar uma espécie de “salvamento” daqueles infantes, recém-formulados como “sujeitos-infantis”, seria preciso convencer cada vez mais as mães a se aplicarem naquelas tarefas que até então estavam esquecidas ou afastadas de seu cotidiano. Era fundamental, portanto, o entendimento e a proliferação de discursos que associavam as palavras “amor” e “materno”, mas articuladas à noção de “educação familiar”. Tal modificação não significava apenas a promoção de um sentimento, mas a importância considerável que a mulher passava a assumir dentro da esfera privada da família. A maternidade torna-se valorizada na medida em que a mulher-mãe assumia o papel de uma “agente” vital do bio-poder. A família passou, então, a adquirir “[...] uma figura material, organiza-se como um meio mais próximo da criança, tende a se tornar para ela, um espaço imediato de sobrevivência e evolução.” (FOUCAULT, 2000, p. 199).

Obviamente, o papel da mãe obtém um sentido maior, tornando-se um sujeito passível de valor a ser cultivado, ensinado, domesticado, na medida em que a criança passa a ser vista como um indivíduo inocente, vulnerável e merecedor de cuidados específicos.

A mãe passa a ser a disciplinadora, pedagoga por excelência, é ela quem deve produzir esse futuro cidadão que está sobre seus cuidados maternos. Para tal ação pedagógica, muitas vezes se fazia necessário o uso da força corretora ou da severidade, mas a sociedade caracterizou essa atitude materna não como “violência”, e sim como ensinamento, amor necessário, embora algumas vezes exercido com força.

Dessa forma, a ausência de amor ou a severidade ao amar não são entendidos da mesma forma ao se avaliar o comportamento. A ausência de amor é descrita como inadequação e sugere algo de errado com a personalidade da própria mãe. Nesse sentido, frases como “ela não ama os filhos porque é imatura” ou, então, “ela não ama os filhos porque é narcisista” compõem discursos sobre a maternidade, que visam combater qualquer tipo de “desvio” do que deveria ser o sentimento maternal. Em contrapartida, a “severidade ao amar” é narrada pela *Pais e Filhos*, ou mesmo lembrada pelas entrevistadas, sendo reconstruída como sendo algo inerente a esse tipo de amor. Ser severa era algo também esperado da mãe moldada a partir do século XVIII. Ser severa e demonstrar essa severidade, muitas vezes com constrangimento físico e palavras duras, fazia parte dos atributos da mãe preocupada com o futuro dos filhos, que eram também potenciais “cidadãos de bem”, tudo dependendo da forma como ela os criava.

Entretanto, o amor, objeto central da discussão deste capítulo, não possui apenas a versão maternal. Ele é complexo e múltiplo, como a maioria dos sentimentos. Junto com essa pedagogia, onde se vinculam amor e severidade, disciplina e normalização, surgem também novos “tipos de amor”, e, dentre eles, um dos mais significativos é o “amor próprio”. Esse sentimento se articula com os debates desta tese, na medida em que propõe uma “pedagogia do amar-se”, que se vincula às questões do cuidar de si.

Tal relação é vista como consolidada quando se analisam os saberes médicos articulados aos artigos publicados pela *Pais e Filhos*, que versam sobre os cuidados com relação ao corpo. Tais cuidados e amores deveriam ser desenvolvidos no corpo grávido, evidentemente, mas também estão presentes em questões relacionadas aos processos de “imperfeição” na procriação. Amar um corpo imperfeito, estéril, que não pode gerar filhos, ou então que tem dificuldades para tal. Amar-se apesar da infertilidade, da esterilidade, do aborto mal feito, do aborto bem-sucedido.

Para que tal amor pudesse se consolidar, foi necessário, antes, uma ampla “investigação” sobre o corpo, seus limites e potencialidades. Essa investigação se associa diretamente ao desejo de conhecer e intervir no corpo. Amá-lo variando entre extremos que vão desde a intervenção radical na busca da transformação da imperfeição, ou então amá-lo a ponto de aceitá-lo, “imperfeito” como é.

Esse desejo de conhecimento, de transformação ou de aceitação está diretamente vinculado a um saber específico, o saber médico-clínico sobre os corpos. Entender como tal saber tratou os “corpos imperfeitos” e como a revista *Pais e Filhos* construiu discursos a partir desse saber direcionado às mulheres, incentivando-as a amar a “imperfeição” de sua limitação com relação à gravidez bem-sucedida, compõem os temas tratados no próximo capítulo.

2 DO DESEJO DE CONHECER: MÉDICOS, REVISTAS E CORPOS FEMININOS

A mulher mãe é a mulher completa; a mulher jovem, bella, rica, invejada de todas as mulheres e desejada de todos os homens, rainha do mundo e dos corações, não é, e não póde ser feliz, se nella não palpitam a maternidade.

(Mantegazza, 1924)

Neste capítulo, analiso o desejo de conhecer. O objetivo é entender como o corpo feminino, grávido ou impedido de engravidar, foi objeto de investigação e de preocupação por parte da ciência médica. Sendo assim, este capítulo debate o sentimento do desejo de conhecimento.

Busca-se compreender como o saber clínico, por meio de teses médicas apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, construiu verdades acerca do corpo feminino e da maternidade, e se articulou, posteriormente, com o campo discursivo das revistas que tratavam do tema da maternidade décadas mais tarde, mais especificamente a revista *Pais e Filhos*.

Procurro mostrar como ocorreu a consolidação de uma rede de saberes e práticas médicas que, tomados como verdades, foram se propagando por diversos segmentos sociais e paulatinamente modificando os costumes e construindo novas formas de entender o corpo e a maternidade, ou a ausência de maternidade.

O desejo de conhecimento sobre o corpo feminino, articulado à “função reprodutiva”, é datado de meados do século XIX, com a consolidação da ginecologia e da obstetrícia. Entender como se organizou o desejo, desvendar, explicar, classificar, denominar e, nos casos que envolvem a infertilidade, o desejo de curar é necessário para a compreensão do interesse médico sobre os corpos femininos. Cabe sublinhar que esse campo do conhecimento médico ganhou fôlego em meados do século XIX e se consolidou ao longo da primeira metade do século XX. A transição do parto doméstico para o parto hospitalar, a entrada dos médicos nas cenas de parto, de abortos e de tratamentos para a esterilidade ou infertilidade, bem como o estudo sistemático do aparelho reprodutor feminino são indicativos da

consolidação do conhecimento médico/clínico sobre a reprodução humana e principalmente sobre os corpos femininos. (MARTINS, 2000).

É importante destacar ainda que paulatinamente, a partir da segunda metade do século XX, ocorreu uma intermediação entre esse conhecimento médico e as mulheres. Um dos exemplos dessa intermediação foi, no Brasil, a própria revista *Pais e Filhos*. Sendo um órgão midiático de grande circulação, vendida também em lojas de livros e revistas usadas por preços mais acessíveis, tal revista se tornou um importante veículo de divulgação do saber médico. Dos 384 números analisados para esta tese, em todas elas encontramos artigos, colunas e matérias, de capa ou secundárias, de médicos ou com consultoria médica para questões da reprodução humana, da amamentação, ou mesmo do corpo da mulher ou da criança.

Essa importante atuação da revista no que poderíamos chamar de divulgação dos saberes do conhecimento médico, acabou por desenvolver uma nova situação: a revista tornou-se um arauto de conhecimento sobre os corpos das mulheres e a maternidade, um guia de informações para encontrar a solução de problemas, e até uma espécie de modelo, no estilo “faça você mesmo”, sendo compreendida aqui como um veículo de intermediação entre o saber médico e as mulheres. Tratando de temas relacionados à maternidade, à reprodução humana e aos sentimentos despertados pela chegada dos filhos ou por sua ausência, a revista *Pais e Filhos* se tornou referência no mercado editorial voltado para a maternidade.

Médicos, revistas, normas e saberes. Múltiplas esferas sobre o desejo de conhecer o corpo e os sentimentos das mulheres que não conseguem ou não desejam ser mães. Desejo de compreender as transformações, as limitações e as potencialidades desse “corpo de mulher” durante a gravidez, o parto, o puerpério ou da impossibilidade de ser mãe.

2.1 OS MÉDICOS, AS TESES, AS MULHERES

O corpo é um artefato cultural permeado por diferentes saberes e discursos. Jean-Jacques Courtine (2008) diz que foi no século XX que o corpo se tornou objeto de investigação das Ciências Sociais e Humanas.

No século XX, se apagou a linha divisória e estanque que havia sido desenhada entre o corpo e a “alma”, o que possibilitou a inter-relação do corpo com a subjetividade dos indivíduos. Com essas modificações sobre as interpretações a respeito do corpo, pode-se perceber como é ele atravessado por diferentes marcas, não apenas biológicas, mas também socioculturais.

O corpo feminino, em particular, foi colocado no coração dos debates culturais e assim se compreendeu que sua existência material se relacionava com demarcações de gênero, de classe, de etnias e de intervenções variadas (COURTINE, 2008), sendo que tais marcas não poderiam mais ser apagadas de sua compreensão.

Entre o fim do século XIX e ao longo do século XX, o corpo humano foi intensamente penetrado pelas “tecnologias médicas”. Consolida-se, então, a ideia de um corpo espetáculo, um corpo demarcado por fronteiras médicas entre o “normal” e o “patológico”, com imagens e detalhes sobre os procedimentos a serem desenvolvidos, ganhando grande detalhamento.

Anne Marie Moulin (2008) demonstra que a história do corpo no século XX é a de uma medicalização sem precedentes. Para a autora, a medicina, e em especial a medicina ocidental, tornou-se

[...] o principal recurso em caso de doença, mas também um guia de vida concorrente das tradicionais direções de consciência. A medicina promulga regras de comportamento, censura os prazeres, aprisiona o cotidiano em uma rede de recomendações. (MOULIN, 2008, p. 15).

A justificativa do discurso médico a respeito desse receituário sobre o corpo é de que a medicina, com seu desejo de conhecer, acabou por consolidar progressos significativos a respeito dos saberes e poderes de cura. Assim, o conhecimento sobre o funcionamento do organismo, e a vitória, parcial ou total, sobre as enfermidades, com o objetivo de aumentar a longevidade e também proporcionar melhoria na “qualidade de vida”, foram e são usadas como justificativas plausíveis para a sujeição, em alguma medida, dos corpos aos saberes médicos.

Em termos gerais, pode-se dizer que o século XX foi o período em que as enfermidades se diluíram e isso modificou radicalmente a experiência do corpo com a doença/enfermidade. (MOULIN, 2008). Dessa forma, a impossibilidade de um corpo feminino gerar filhos, caracterizada pelos médicos como enfermidade, também foi diluída.

As doenças que antes do século XX eram vivenciadas publicamente no corpo, com rituais e dores públicas, geravam a expectativa também pública da cura. Segundo Moulin (2008), a partir de meados do século XX, a experiência da doença é mantida cada vez mais à distância da sociedade e, junto com esse movimento, se instaura um novo sentimento: a gratidão pelo médico. Esse profissional passa a controlar os rituais de cura no isolamento, na vida privada ou nos hospitais, mantendo o isolamento dos doentes em quartos, longe das vistas das pessoas em boa parte do tempo.

Assim, a infertilidade ou a esterilidade passaram cada vez mais para um campo do saber médico e privado. As frustrações sobre o desejo de uma gravidez que não se efetiva, ou a dificuldade em manter uma gestação, são martírios narrados para o médico confidente, o escolhido para acompanhar e curar a impossibilidade do filho. No corpo do século XX, Moulin (2008) argumenta que não há mais espaço para o exibicionismo de nenhum tipo de doença. A doença, a limitação, a “imperfeição”, são demarcadas e classificadas pela ótica médica, e o corpo é o lugar onde a pessoa deve revelar sua saúde, seu bem-estar, sua felicidade. Sendo assim, a doença, a incapacidade total ou parcial, o defeito, passaram a ser integrados à rubrica da infelicidade, do confidencial, do privado.

No que tange especificamente à ausência da experiência de maternidade, pode-se mencionar que no século XX se intensificou a ideia de que as mulheres não-mães estavam doentes. A experiência social da ausência de maternidade se tornou uma experiência médico/clínica entre paciente e médico, sendo que a palavra final era dada pelo médico.

Para entender o debate sobre o corpo, em especial o corpo de mulheres inférteis, me amparo nos estudos culturais e feministas. Dessa forma, os apontamentos de Michel Foucault são importantes justamente porque permitem compreender o corpo como uma construção linguística e sociocultural, produto de uma espécie de saber/poder permeado por relações sociais. Assim, os múltiplos processos pelos quais os corpos femininos passaram a ser relacionados com a

maternidade são produtos dessa relação de saber/poder. Conceber, gestar, parir, amar, maternar, abortar ou mesmo lutar contra o corpo para alcançar tais intentos são percebidos aqui como práticas culturais, abarcadas por formas de regulação moral e social e mergulhadas em relações históricas que nos possibilitam compreender que as subjetividades não se encontram fora dos processos sociais e sobretudo da ordem discursiva que as produzem.

Margareth Rago (2009), dialogando com Foucault, menciona o fato de que os discursos (aqui destacado o discurso médico) são fundamentais para a composição da subjetividade e da intersubjetividade, tendo em vista que os indivíduos não estão isolados. Dessa forma, analisar a construção médica discursiva sobre as práticas de maternidade ou de sua impossibilidade significa destacar que o discurso não é uma simples imposição, pois os indivíduos podem aceitá-los, incorporá-los ou rejeitá-los, e, dessa forma, o discurso ajuda a construir a visão de mundo, ou seja, constrói parte da própria subjetividade do indivíduo. Com isso, não se pretende afirmar que existe uma única normatização para o corpo social, mas sim que não existe objeto pré-discursivo e que, portanto, é necessário elaborar novos e diferentes discursos para que existam novas e diferentes formas de existir e viver.

Ao propor a análise do discurso médico sobre o corpo feminino e as práticas de maternidade ou de sua ausência, acabei por me deparar com a emergência de uma lógica de educação de corpos. Isso se deu pelo fato de que a modernidade e seu projeto civilizador elegeu os corpos como meio de sociabilidade e fonte de produção das riquezas do Estado-Nação (FOUCAULT, 1999), assim a produção de indivíduos saudáveis era vista como fundamental para a prosperidade geral. A saúde da população passou a se tornar política de Estado, e os corpos dos sujeitos e cidadãos, em especial os corpos femininos em sua função reprodutiva, ganharam uma dimensão amplificada pela lógica normativa do discurso médico.

O médico passou a ocupar lugar de poder na relação dos indivíduos com seus corpos. Mulheres que possuíam alterações no “padrão” de organismo adequado para suas “funções naturais”, como a reprodução, despertaram interesse dos médicos. Além disso, os médicos também se inquietavam com mulheres que deliberadamente evitavam engravidar e, portanto, rejeitavam a maternidade. Assim, acredito que a análise de parte do saber médico produzido sobre as mulheres é fundamental para compreender como a ausência de filhos foi tratada socialmente, no Brasil, ao longo do século XX.

Ao propor a análise de teses médicas vinculadas às dificuldades para engravidar, à esterilidade, aos órgãos reprodutores femininos ou “doenças femininas” que acabariam por dificultar o processo gestacional, objetivo compreender o discurso clínico que posteriormente foi adaptado e divulgado pela revista *Pais e Filhos*, quando se propõe explicar a infertilidade e apontar caminhos para resolvê-la. O saber médico se apoderou de determinados temas sobre a gravidez e a ausência de gravidez, e reduziu essa experiência ao âmbito do biológico. É, por exemplo, esse o caso de ginecologistas que acabaram por consolidar sua área de atuação como sendo médicos “especialistas em mulheres”.

Matos aponta que, distantes da imagem aterrorizante de cirurgiões cheios de dúvidas, os médicos do século XX paulatinamente adquirem respeitabilidade diante de sua clientela. Essa valorização do saber médico sobre as mulheres foi reforçada por meio do “cientificismo-higienista” que permitiu “[...] aos médicos expandir o controle sobre a família, normatizando os corpos e os procedimentos, disciplinando a sociedade, ordenando o sexo e os prazeres.” (MATOS, 2000, p. 92).

Segundo Ana Paula Vosne Martins (2000), o interesse em conhecer e escrever sobre as especificidades do corpo feminino ganhou fôlego a partir da segunda metade dos oitocentos. Isso é verificado pelo fato de que a prática referente ao diagnóstico e ao tratamento de enfermidades do corpo feminino recebeu o estatuto de especialidade dentro da medicina. A nova especialidade médica foi definida como a “ciência da mulher”. (MARTINS, 2000, p. 113-116). Foi, portanto, nas últimas décadas do século XIX, que a mulher passou a ser reconhecida como uma categoria específica entre a clientela dos médicos, definindo-se, a partir de então, como um conjunto característico de pacientes, cujas particularidades exigiam zelos e serviços de um profissional que a notasse como um todo. Ainda segundo Martins (2000), esses novos especialistas dedicados ao estudo do corpo e da sexualidade feminina observaram que a natureza não havia criado um “macho imperfeito”, como fora representada a figura feminina até então, mas sim um ser com uma natureza própria e, principalmente, com uma função sociocultural determinada: a maternidade.

Dessa forma, compreendendo que o discurso médico teve um papel preponderante na consolidação da maternidade como norma essencial à vida da mulher, e sabendo da supremacia política de tal discurso sobre a vida, acredito que analisar, por meio das teses médicas, como esses profissionais construía

verdades e receituários sobre os corpos inférteis e as mulheres que procuravam evitar a gestação seja importante para compreender posteriormente como esse saber médico/clínico se disseminou socialmente.

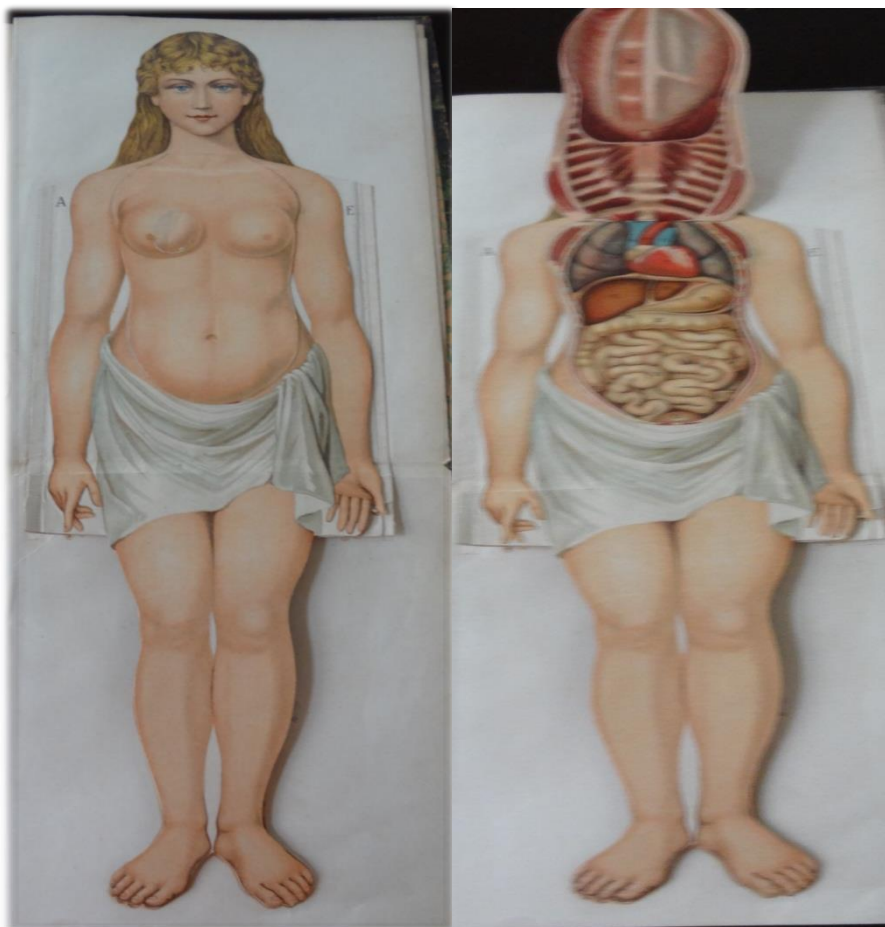
As teses foram produzidas e publicadas pelos formandos em Medicina. Nesta pesquisa, me propus a analisar teses médicas vinculadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, atualmente encontradas na Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, no setor de obras raras da Biblioteca de Manguinhos.

Ricas em juízo de valor sobre as mulheres e a maternidade, as teses usadas neste capítulo estão vinculadas às cadeiras de Higiene e de Ginecologia e Obstetrícia. Elas informam também partes de relatos de “clínica médica”, ou seja, relatos de atendimentos realizados pelo autor da tese em enfermarias femininas. Esse fato possibilitou analisar a estrutura das teses em si e também articular os discursos e as práticas em se tratando da ausência de maternidade ou de abortos.

A primeira tese encontrada nos arquivos da FIOCRUZ sobre o corpo feminino datada do século XX foi a obra intitulada *La Femme*, do médico francês Galtier Boissière, publicada em 1905.³⁵ O livro consiste em uma descrição detalhada do corpo feminino e de suas “funções maternas”. Além de detalhar e ilustrar, por meio de desenhos, partes do corpo feminino, como mãos e pés, essa obra procurou materializar o corpo da mulher e destacar as modificações ocorridas por meio da gravidez. As gravuras coloridas enriquecem a obra e mostram o crescente interesse médico pelo corpo da mulher, em especial pelos órgãos reprodutores, conforme as figuras a seguir:

³⁵ Essa obra não é classificada como tese médica, e sim como um livro. O médico em questão procurou detalhar com informações e gravuras os estudos sobre o corpo feminino. Não se trata aqui de um aluno de Medicina que redige um trabalho para obtenção de nota e aprovação, mas sim da publicação de um médico já renomado. A inclusão desse livro se deu pelo fato de encontrarmos informações que seriam posteriormente usadas pelos alunos de Medicina acerca do corpo feminino. Outra explicação é que a obra compõe o corpo documental da Biblioteca de Obras Raras de Manguinhos – FIOCRUZ.

FIGURA 1 – CORPO FEMININO



FONTE: BOISSIÈRE, Galtier. *La Femme*. Paris, 1905.

Fabíola Rohden (2003), ao debater sobre o conhecimento médico acerca do aborto, do infanticídio e da contracepção no início do século XX, demonstrou que os médicos se apresentavam como uma espécie de legisladores morais, que construíram ou reforçaram padrões e normas vinculados ao corpo feminino e principalmente ao comportamento sexual reprodutivo das mulheres.

A fecundidade do corpo feminino era entendida como uma “bênção da natureza” e, em contrapartida, a esterilidade ou infertilidade foi paulatinamente sendo caracterizada como uma falha daquele corpo pelo discurso médico.³⁶

Para Vieira (2008), os médicos que se dedicavam aos estudos do corpo feminino, da fecundidade e da contracepção vão adquirindo um novo papel desde o

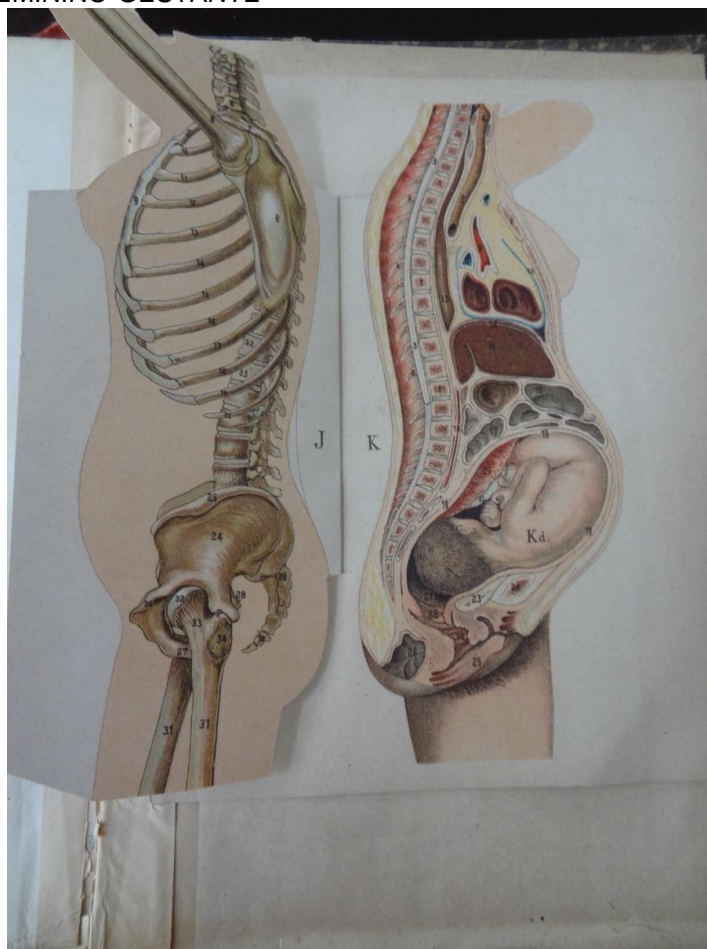
³⁶ Cabe destacar a tese do médico Guilherme Augusto Guimarães (que não compõe o conjunto de fontes deste trabalho, por ter sido redigida e publicada em 1872), que exemplifica essa valorização médica da maternidade, bem como a dificuldade de analisar e compreender a mulher por si só. Nas páginas iniciais da tese, encontramos a seguinte redação: “A mulher incompreensível à primeira vista explica-se por sua missão especial, uma e única, embora complexa [...]. É que a mulher foi criada para ser mãe.”.

início do século XX. Esses doutores se transformam em educadores e guardiões da moral, à medida que o projeto de medicalização social se amplia. Dessa forma, o exercício da maternidade passa a ocupar um lugar de destaque para o saber médico, e tal fato justifica a produção de livros e teses que versavam sobre o corpo feminino e sua função reprodutiva.

Segundo o livro *La Femme* é possível verificar que o grande diferencial apresentado entre os corpos masculinos e femininos é a procriação. O detalhamento da reprodução é feito de forma a auxiliar os alunos, futuros médicos, a compreenderem as especificidades do corpo feminino e da gestação que nele ocorre.

A Figura 2 apresenta a exemplificação da valorização médica do corpo feminino grávido, conforme segue abaixo:

FIGURA 2 – CORPO FEMININO-GESTANTE



FONTE: BOISSIÈRE, Galtier. *La Femme*. Paris, 1905.

O desejo de conhecer o corpo da mulher e compreender suas funções reprodutivas, suas doenças e mesmo suas potencialidades, se materializava na redação de teses desde meados do século XIX, encontradas em maior número no Brasil a partir do século XX. Embora a documentação encontrada na casa de Oswaldo Cruz seja extremamente diversificada quando analisada minuciosamente, as que versam sobre mulheres, doenças femininas, reprodução, sexualidade e maternidade são em número expressivo. Dessa forma, quando se busca pelas teses que tratam dos cuidados maternos, receituários de médicos para mães ou mesmo sobre partos, o número de estudos é bastante significativo. Todavia, os trabalhos que tratam das dificuldades para engravidar, da esterilidade ou mesmo do desejo de evitar filhos, são em número mais reduzido. As quinze teses selecionadas para a análise me possibilitam traçar os modelos discursivos usados pelos médicos para tratar das questões relacionadas à ausência de maternidade.

Para os médicos, era função e dever da mulher dispor de seu aparelho reprodutor de modo a manter a perpetuação da espécie, cabendo à sociedade, à justiça e à medicina zelarem por isso. (VÁZQUEZ, 2014).

Adentrando nos conteúdos propriamente ditos das teses, percebemos que desde o início do século XX existia uma maior vinculação entre a chamada “revisão bibliográfica” sobre as temáticas escolhidas pelos autores, e o que poderíamos chamar de registros de observações clínicas. Assim, as teses apresentavam observações e intervenções dos alunos nas enfermarias, atendendo diversas mulheres em casos de dificuldades para engravidar, perda involuntária do feto ou mesmo questões diretamente relacionadas à infertilidade.

Nas teses da primeira metade do século XX, a experiência de maternidade aparece como “essencialidade”, e a reprodução como o “destino” para todas as mulheres. Os médicos comungavam das ideias propagadas desde a época da publicação e divulgação das obras de Rousseau a respeito da maternidade, para a educação da criança e para o futuro da sociedade. Nesse sentido, conforme apontou Costa (1979), o processo de gravidez e sua manutenção com todos os cuidados possíveis eram apenas o início do longo caminho que as mães deveriam percorrer. As responsabilidades que envolviam as mulheres iam além de “segurar” crianças nos ventres, pois se relacionavam com a educação de seus filhos, o que levou ao processo de politização da maternidade.

Para Costa (1979), a figura da mulher-mãe compôs parte de uma espécie de missão civilizadora dos Estados Nacionais, e isso também foi amplamente utilizado no Brasil. A produção de indivíduos e corpos saudáveis para o progresso da Nação era uma das funções destinadas aos médicos e estes viam na mulher e na maternidade uma “área de atuação”, um “campo de embates”, onde as tradições e credences deveriam ser substituídas por saberes clínicos e racionais, com vistas à elevação social e moral do país.

Nesse sentido, a maternidade e os cuidados infantis fazem parte de um projeto civilizador que articula discursos e práticas para um suposto avanço da espécie humana. Com a consolidação dessa ideia ao longo do século XX, a ausência da maternidade, seja por escolha seja por impossibilidade física, passou a compor o espaço do patológico.

Elza Berquó (2003) organizou um trabalho sobre o panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Nesse projeto, a médica Elisabeth Moloni Vieira, professora do Departamento de Medicina Social da USP, traçou um histórico das políticas públicas de contracepção no Brasil. Para Vieira (2003), a reprodução humana colocada como uma escolha só viria a acontecer mediante o desenvolvimento de ideias sobre contracepção. Tais ideias se ligam a um duplo movimento social que envolveu os médicos. Num primeiro momento, as inovações e mudanças de valores que ocorrem predominantemente até a década de 1960, e no segundo, após a segunda metade do século XX, a contracepção passou a ser objeto e assunto médico.³⁷ Vieira argumenta que o século XX pode ser dividido, em termos de planejamento familiar, nesses dois grandes momentos, e percebe uma interferência maior do saber médico nesse segundo momento.

Todavia, acredito que as teses médicas produzidas desde o século XIX, mas sobretudo as produzidas na primeira metade do século XX, que compõe parte da documentação desta tese de doutorado, demonstram que, mesmo tendo argumentações de cunho mais social do que clínico, o saber médico já se ocupava da reprodução ou de sua ausência muito antes do desenvolvimento e da comercialização da pílula. Essa reflexão se alinha com os debates que compreendem o saber e o conhecimento médico como fontes de produção de determinadas verdades sobre os corpos e os comportamentos. Sendo assim, a

³⁷ Vieira (2003) aponta que o primeiro hormonal oral foi produzido no final da década de 1950. O nome comercial do produto era Enovid.

pílula representa sim um divisor de águas sobre a reprodução humana, mas os enunciados médicos sobre as mulheres e seus corpos proferidos anteriormente ao seu desenvolvimento e comercialização também desempenharam papel de destaque na construção das representações de mulher mãe e de mulher não-mãe. Foi esse conhecimento que consolidou a infertilidade como uma doença, pois, embora a atuação médica sobre a infertilidade/esterilidade tenha se dado com maior força apenas no final do século XX, a mesma periodização não se verifica para o estigma moral da mulher que não conseguia engravidar ou então daquelas que por opção evitavam a gravidez por prolongado tempo.

No início do século XX, o medo da queda drástica de população fez com que os médicos se preocupassem com a maternidade e o desejo feminino em ter um filho. Em minha seleção documental, encontrei duas teses que tratam do chamado malthusianismo, e, em ambas, os ditos “perigos” da ausência de crianças são analisados por médicos, não do ponto de vista clínico da infertilidade, mas do ponto de vista moral.

Em 1913, o médico recém-formado João de Miranda Costa apresentou tese à Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, intitulada “A restrição da Natalidade”. Por meio desse documento, pude observar a importância dada à instituição social da maternidade, pois a restrição à gravidez foi caracterizada como perigosa não apenas para o futuro da mulher, mas também para o futuro da Nação.

A primeira frase da tese apresentada por Miranda Costa reforça o ideal de maternidade: “Abramos luta contra a restrição da natalidade! Depois da liberdade de pensar, diz Fiessinger³⁸, só a liberdade de procriar!” (COSTA, 1913, s/p). Nessa obra, é possível perceber claramente como a procriação e os cuidados maternos estavam articulados com um ideal de nacionalidade e desenvolvimento nacional.

Ao se referir sobre o controle de natalidade argumenta:

Tentemos, pois, lutar contra este mal deplorável que invade o socialismo moderno, corrompendo a moral, a família e a sociedade contemporânea! Uma sociedade que trabalha e que luta em um mundo de progresso e civilização nunca poderá deixar-se vencer por um desejo implacável e absurdo de querer voluntariamente restringir a procriação. A estrutura moral e a coesão social a isso se opõem tenazmente. (COSTA, 1913, s/p).

³⁸ Médico francês que viveu no início do século XX.

Por meio desse tipo de articulação discursiva, os médicos demonstravam estar em concordância com outros discursos, como o religioso e o jurídico. Percebe-se o surgimento e a consolidação de uma lógica educativa para os corpos, em especial os corpos femininos, que por diferentes motivos deveriam necessariamente vivenciar a gestação, o parto, o puerpério e se desdobrar em cuidados maternos. Assim, a “invenção” da necessidade feminina de maternidade³⁹ foi construída como projeto da modernidade ocidental e amplamente difundida e consolidada pelo discurso médico desde o século XIX, mas principalmente a partir das primeiras décadas do século XX.

Ao se ler a tese de João Miranda Costa, nota-se como a recusa feminina à maternidade, não importando os motivos, causava um certo espanto e questionamento. Uma “mulher normal” deveria desejar ardentemente ser mãe e amar de forma plena e incondicional a vida do feto e depois a criança nascida. Misturando elementos discursivos da esfera religiosa e da esfera científica, esse médico argumentou em sua tese que as mulheres não-mães estavam condenadas à infelicidade, bem como os seus maridos.

Jacob tinha por mulheres as duas irmãs Léa e Rachel. Quando Rachel viu que não tinha filhos, mandou Léa a Jacob e disse-lhe: “Dae-me filhos ou morreréi” (Gen. Cap. XXX). A Bíblia, que nos narra todos esses factos e ainda outros análogos, nos mostra claramente com que anseio naqueles tempos se invocava a fortuna de ter um filho! A dor da infertilidade sobrepujava todas as outras dores, inclusive a da morte, e, por isso mesmo, a procriação era o ideal de todos os povos, o sonho de todas as mães! (COSTA, 1913, p. 9).

Dentro da lógica da maternidade compulsória articulada pelo discurso médico, as mulheres que não passaram por essa experiência foram representadas de um modo caricaturesco, e até mesmo estigmatizadas. Por ser o século XX um período de extrema valorização da criança, a maternidade foi vista como a verdadeira essência da mulher, ou seja, estava inscrita na própria natureza feminina.

Para aquelas mulheres que não quisessem ou não pudessem ser mães, os médicos e a sociedade eram implacáveis nas acusações e na marginalização. Eram vistas como seres incapazes.

³⁹ Utilizo a ideia de invenção da necessidade dialogando com Badinter (1985; 2011), Aries (1981) e FORNA (1999) que abordam a maternidade da forma como a conhecemos hoje, como uma invenção da modernidade.

Ainda na mesma tese, observamos o seguinte trecho que materializa essa lógica da maternidade compulsória:

No mundo animal, o amor dos sexos e o instinto reproductor, são como uma lei universal de todos os seres, que se abraçam e se confundem no horizonte da vida! São os comportamentos que consolidam a base do lar e a vida superior da alma, estatuidando a segurança íntima e harmoniosa da família. É a natureza viva, enfim, que brota adormecida no coração da mulher o sagrado instinto da procriação. Assim, a geração seria o fim principal do casamento e a união conjugal não seria somente a união de dous corpos, o acordo de duas inteligências, a fusão de dous corações! O filho seria o centro de todas as idéias, o ideal de todos os prazeres [...]. (COSTA, 1913, p. 11).

Seguindo a linha que procura estabelecer a maternidade como condição da “natureza feminina”, o médico estabeleceu duras críticas para qualquer tipo de controle da reprodução humana, pois, para ele, existia um dever moral de procriação em todas as mulheres dado pela natureza. Percebe-se, portanto, que ao construir como verdade científica a educação dos corpos para a maternidade, o discurso médico do início do século XX condenou o sexo e o prazer sem a vinculação com a procriação. Segundo o médico:

Infelizmente, porém, o sentimento humano transgride com a moda dos tempos e os cônjuges longe de manter a sua preservação [sic] praticam a sua fraude, violando a procriação com a esterilidade voluntária. [...] Assim, a redução voluntária das gravidezes, determinando a diminuição da natalidade, produz forçosamente o enfraquecimento total das nações. O homem, sob o ponto de vista social, não tem o direito de restringir a natalidade, uma vez que não lhe é dado aniquilar uma função da natureza, que, por assim dizer, não é sua e pertence a sociedade inteira. (COSTA, 1913, p. 13).

As palavras do médico antecipam as considerações desenvolvidas por Fernando de Magalhães, o “pai” da obstetrícia no Brasil. No livro *Obstetrícia Forense*, lançado em 1933, Magalhães argumenta que o “aparelho sexual” da mulher na realidade não pertence à ela, mas sim à espécie humana. Nesse sentido, ela deveria apenas zelar para que seu corpo produzisse as boas crianças necessárias ao fortalecimento da família e da nação.

Todavia, um fato peculiar parece ter ocorrido na sociedade em relação a ter filhos, pois ao mesmo tempo em que se verificou a constante valorização da gestação, da maternidade e da criança, se processou um paulatino declínio na taxa de natalidade, principalmente na segunda metade do século XX em diversos países do mundo, incluindo o Brasil. A família brasileira se transformou. Segundo os dados

do IBGE (Censos 1940 a 2000), a taxa de fecundidade vem diminuindo sistematicamente, pois nas décadas de 1940-1960 estava em torno de 6 filhos por casal. Todavia, demógrafos e peritos em estudos de população começaram a notar o declínio da fecundidade na década de 1970, o que vem se acentuando até o início do século XXI. Em 1970, de acordo com os dados do IBGE, a taxa de fecundidade das brasileiras girava em torno de 4.2 filhos por casal. Ainda segundo o Instituto, a taxa caiu para 2,8 entre os anos de 1980 e 1990, e em 2000 o registro foi de 2,44 filhos por casal. Além das mudanças quantitativas, também mudou a natureza das relações e, ao despontar do século XXI, a fórmula tradicional – pais e filhos morando sob o mesmo teto –, embora ainda seja majoritária, deixou de ser o único modelo familiar. (THERBORN, 2006).

Debatida amplamente por diferentes segmentos da sociedade, a natalidade passou a ser encarada como política de Estado. A grande e soberana nação necessitava de indivíduos para ter continuidade. Segundo Therborn (2006), para grande parte dos países da Europa Ocidental, a fim de se manter uma boa quantidade de população, era necessário que as mulheres tivessem em média dois filhos por casal: um para substituir o pai e outro para substituir a mãe depois da morte de seus progenitores.

O contexto sociopolítico que auxiliou na redução da natalidade se vincula à compreensão da reprodução humana como uma escolha e não como um destino, como foi amplamente propagado pela medicina brasileira até os primeiros anos do século XX. Segundo Vieira (2003), a queda da fecundidade no Brasil não ocorreu como uma consequência de política nacional deliberada para tal fim, mas sim como um processo de política implícita de controle populacional. Enquanto países europeus estavam limitados territorialmente, o Brasil tinha vastos espaços desabitados. Dessa forma, o Estado Nacional não precisou incentivar diretamente a queda de natalidade. O processo, todavia, ocorreu, mas o caso brasileiro é ilustrativo, pois trata de uma política nacional que colocou no mercado contraceptivos orais com preços acessíveis e facilitou a esterilização feminina.⁴⁰

⁴⁰ André J. Caetano defendeu tese de doutorado na University of Texas, no ano 2000, demonstrando que existia compra de votos na região nordeste do país em troca de realização de cirurgias de esterilização: CAETANO, Andre J. *Sterilization for votos in the Brazilian Northeast*. The case of Pernambuco. Tese. (doutorado), University of Texas. Austin, 2000. Elza Berquó publicou resultados de pesquisa na revista *Estudos Feministas*, onde aponta para a existência de inquéritos com o objetivo de esclarecer as origens das esterilizações em massa no Brasil: BERQUÓ, E. Brasil. Um

As mulheres, de um modo geral, foram muito férteis até a metade do século XX. A cultura de valorização da família numerosa, assim como a inexistência de práticas anticoncepcionais eficientes, assegurava o grande número de filhos nas famílias do período. Porém, a década de 1960 apresentou-se como um divisor de águas na política da fertilidade humana. A chamada “Revolução Sexual” que veio acompanhada do advento da pílula e, posteriormente, de outros métodos contra a gravidez aumentou o controle feminino sobre seu próprio corpo, diminuiu o número de crianças, e as mulheres passaram a ter maior controle sobre sua sexualidade, chegando a, em alguns casos, optar por nunca ter filhos.

Para se entender esse fenômeno da “transição demográfica” a respeito da natalidade, é preciso investigar o fato de que, muito antes da “invenção da pílula” ou da chamada “revolução sexual”, os médicos já estavam preocupados com a opção pela não maternidade ou mesmo pela redução no número de filhos.

Esse é o caso da tese apresentada por Luiz Gonzaga Vianna Barbosa à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1911. O título escolhido pelo médico foi *Malthus no Brasil* – prophylaxia da depopulação. Desde o início de seu texto, Luiz Gonzaga argumenta sobre a necessidade de incentivar o crescimento populacional no Brasil para preencher o chamado “vazio demográfico”, pois, segundo ele, o território comportaria cerca de 500 milhões de habitantes, e no início do século as estatísticas aproximadas davam conta de informar que o território dispunha de cerca de apenas 20 milhões de habitantes. Esse número foi motivo de preocupação para o médico não apenas por questões relacionadas à saúde pública ou por dificuldades clínicas em engravidar, mas principalmente por questões de ordem moral e patriótica, como pode-se observar na transcrição do trecho abaixo:

Mas há necessidade de usarmos aqui toda a franqueza: este crescimento [populacional] – muito vagaroso e muito indolente, não satisfaz em absoluto. D’ahi o perigo de d’uma hora para outra, o nosso grande paíz- que de tantos braços necessita- descambar para a cachexia desoladora da depopulação! E não foi sem argumentos legítimos que levantamos esta hypóthese. Estados existem no Brasil, cujo número de habitantes diminui a cada anno. (BARBOSA, 1911, s/p).

Ao longo das argumentações de sua tese, Luiz Gonzaga Barbosa fala da importância das “correntes migratórias”, ou seja, dos imigrantes que desde meados

do século XIX se aventuraram em terras brasileiras. Para o médico, a crescente onda de imigração branca europeia para o país só traria ganhos em termos populacionais e progresso, todavia, ainda não seria suficiente para povoar adequadamente a nação.

No capítulo quatro de sua tese, o médico inicia uma espécie de receituário para evitar a diminuição da população. Após debater e contestar longamente a teoria malthusiana e sua aplicação no Brasil nos primeiros três capítulos, Luiz Gonzaga Barbosa inicia esse seu quarto capítulo justamente tentando demonstrar as formas de se aumentar a população, com vista ao fortalecimento nacional. A primeira grande regra enunciada pelo médico é com relação às crianças, mais especificamente com relação à mortalidade infantil, mencionando as causas naturais, acidentais e criminosas que eram amplamente praticadas no país para eliminar crianças.

Dialogando com o médico argentino Emilio Coni, que pesquisou a mortalidade infantil em Buenos Aires, Barbosa afirmou que a primeira profilaxia para evitar a morte de crianças seria a “legitimidade”. Nesse sentido é que argumenta que, para além de questões clínicas, a infertilidade e a ausência de maternidade por opção definitiva ou temporária vão além do aspecto médico e penetram aspectos morais. Assim, o médico segue com as sugestões de como evitar os perigos do malthusianismo no Brasil pela valorização da infância e da maternidade. Para ele, era urgente:

1º Combater a ilegitimidade, favorecendo o casamento, e suprimindo da legislação actual os obstáculos que o impedem;

2º Estabelecer pequenos asylos de maternidade, com fim de cuidar das mulheres pobres, que mostrem repugnância pelo Hospital; ou ainda para assistir em domicilio solicitando para isso o concurso das casas de caridade;

3º Estimular o aleitamento materno vulgarizando as regras de aleitamento mixto e do aleitamento artificial;

4º Estabelecer uma sabia e prudente vigilância sobre o aleitamento mercenário;

5º Criar sociedades protectoras da infância, cujos fins seriam análogos aos que existem em outros paizes [...];

6º Estas sociedades devem auxiliar as mães pobres no aleitamento de seus filhos, distribuindo com profusão pequenos opusculos sobre a hygiene domestica, nos quaes estariam explicados de um modo claro e ao alcance das massas as regras de hygiene da alimentação, asseio, vacinação, etc. do recém-nascido;

7º Fundar estabelecimentos com o nome de creches para receber durante o dia as crianças de um a dois annos, enquanto que as mães pobres executam o seu trabalho cotidiano;

8º Animar por meio de leis protectoras a construcção de cidades operárias reunindo as condições de hygiene necessárias;

- 9º Adotar disposições enérgicas para obter isolamento das moléstias infecciosas;
 10º Decretar vacinação e revacinação obrigatórias;
 11º Combater a propagação das moléstias venéreas e syphiliticas, perseguindo a prostituição clandestina. (BARBOSA, 1911, p. 105).

O médico ainda segue mencionando a necessidade de palestras e outros trabalhos informativos para a proteção da infância, assim como o incentivo à gestação e à “maternidade consciente”, que seria a mãe educada e educadora. No que tange à décima primeira recomendação do médico para se evitar o declínio populacional, percebe-se que a sífilis, doença do “submundo” da prostituição e da boemia no início do século XX, merecia destaque no discurso médico do período, principalmente quando envolvia a gestação e, portanto, o crescimento populacional.

Sobre esse assunto, é importante mencionar a tese de Arnaldo Cavalcanti de Albuquerque, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1913. O título *A sífilis e a prenhez* já possibilita perceber a articulação existente entre o discurso médico e argumentações morais a respeito da sexualidade feminina e, principalmente, da maternidade.

O médico lista uma série de fatores que poderiam agravar a doença, e a gestação é um deles. Ao longo do texto, é sempre destacada a grande quantidade de crianças natimortas que a sífilis produzia e, ao final do texto, ele apresenta uma longa lista de observações médicas realizadas em maternidades cariocas a respeito de partos onde a sífilis estava presente. Chama a atenção a forma de classificação feita pelo médico ao analisar as mulheres puérperas. Num total de 15 casos analisados pelo médico, encontram-se mulheres casadas e solteiras, brancas, negras e pardas. Também as classificadas pela nacionalidade, como brasileiras, portuguesas e uma turca, porém todas elas pertencentes às camadas populares e a grande maioria trabalhava como doméstica. A classificação era detalhada, como demonstra o exemplo abaixo:

Observação II
 (Pessoal) M. F.

M.D. – parda, 22 anos, solteira, s. doméstico, moradora à R. Pinto de Almeida, n. 1. Entrou para a maternidade da Faculdade no dia 10-3-1913.
 ANTI HEREDITÁRIOS – Pais mortos: o pai, em consequência de uma afecção cardíaca e a mãe devido a infecção puerperal. Não tem irmãos.
 ANTI PESSOAIS – Teve coqueluche aos 5 anos e sarampo aos 14. Aos 13 anos foi menstruada pela 1ª vez, durante 3 dias, com algumas dores. Seu

amigo⁴¹ era sargento do exército e não gozava de muita saúde, porquanto sofreu duas operações. Apenas nos disse que alguns meses depois, ele esteve com o corpo coberto de pintas e uma ulcera na perna direita. Queixava-se muito de reumatismo e cefaléia com paroxismo noturno, chegando mesmo a passar noites sem poder dormir.

GESTAÇÕES – A 1ª feto á termo, vivo, do sexo masculino, o qual ainda vive. A 2ª, á termo, feto vivo, menina e ainda vive. A 3ª, actual, feto de 8 mezes presumíveis, morto, do sexo feminino, que apresentava os seguintes diâmetros: O M-11; OF-9; SOB-9 1/2; SMB-10 1/2; BP-7 1/2; BT-9; BA-10; S O F-9 1/2. Comprimento, 40 c; circunferência 28 c; pezava 2 kilos, 300 grammas.

O feto apresentava-se bastante avermelhado, com equimoses bem pronunciadas nos flancos, no abdômen e nos membros inferiores, flictemas cutâneas e pênfigos sífilítico. (ALBUQUERQUE, 1913, p. 10).

Além dessas observações, seguem algumas outras com o peso da placenta e do cordão umbilical da moça classificada como M. D. Com a coleta de dados, o suposto pai da criança nem é mencionado. Aparece apenas como um amigo, tendo em vista a moça ser solteira. É curioso que ao longo da tese não se fala em algum tipo de tratamento que as gestantes ou puérperas que procuravam o hospital da Faculdade de Medicina se submetiam para curar a sífilis, ou mesmo orientações sobre como evitar a transmissão. Apenas são relatados os casos nos quais os bebês nascidos de pais com a doença faleceram, demonstrando assim a extrema valorização da infância e a campanha em prol da maternidade desenvolvida desde o início do século XX, no Brasil.

Ao final da tese, o médico colocou um desenho (gravura) de uma criança com a doença, nascida morta. A estratégia funcionava como uma espécie de alerta para os médicos de como a doença poderia atrapalhar a natalidade e o desenvolvimento da infância.

A imagem é colocada de forma absolutamente solta na tese, sem legenda ou descrição. Apenas aparece na última página do texto, supostamente como uma conclusão visual dos “perigos contra a maternidade”.

⁴¹ “Amigo” foi a expressão usada pelo médico para denominar o pai da criança que a paciente deu à luz e com quem manteve relacionamento.

FIGURA 3 – CRIANÇA COM SÍFILIS



FONTE: ALBUQUERQUE, Arnaldo Cavalcanti de. *A Sífilis e a prenhez*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1913.

Também é significativo que das quinze crianças registradas pelo médico com sífilis nascidas no hospital da maternidade no período de seu estágio, a classificação foi feita exclusivamente com relação à mãe. Mesmo nos casos de mulheres casadas e sendo o esposo também portador da doença, a ênfase nos dados pregressos, no histórico familiar de doença, nos aspectos físicos e até morais se deram majoritariamente sobre a mãe.

Scavone (2001) aponta que existiu no Brasil, assim como na maioria dos países que pretenderam entrar numa simbólica “modernidade”, uma extrema maternalização das mulheres. Esse processo, datado do século XVIII, foi amplamente analisado por Badinter (1985; 2011) e foi sendo estendido para diversos âmbitos da vida social. A maternidade cuidadosa, higiênica, pedagógica, foi se alastrando como um projeto de modernidade e, como verificado aqui, foi amplamente divulgada pelo discurso médico. Nesse sentido, os debates médico-morais sobre os cuidados com a infância, o combate às doenças e os cuidados

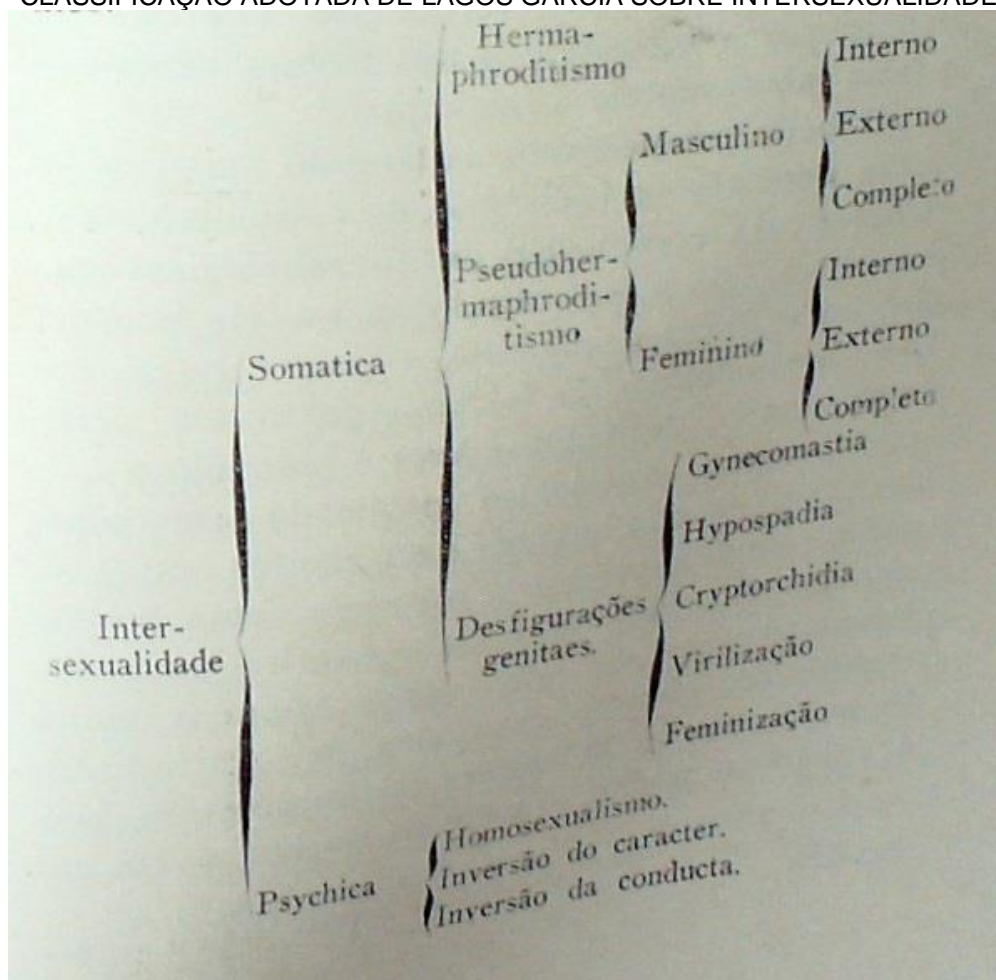
puerperais ajudam a compor um cenário de valorização da mãe em detrimento às mulheres que, por diferentes motivos, não são mães.

Ainda segundo Scavone (2001), o processo de maternalização das mulheres se desenvolveu em dois eixos centrais: o primeiro relacionado mais especificamente com a medicalização da maternidade na tentativa de controlar os abortos, infanticídios e mesmo a mortalidade infantil; e o segundo se caracterizou pela eficaz tentativa de transformar as mães, seus hábitos e até seus sentimentos em algo sempre positivo em relação à criança em seu ventre e, posteriormente, em sua vida. Esse segundo eixo se relacionou com o processo de instrução das mães, uma espécie de pedagogia da maternidade com vistas à depreciação em alguma medida das mulheres não-mães.

A construção de um “corpo adequado” para a maternidade, ou apenas para a feminilidade, pode ser verificada com uma tese do médico Alberto Aulicino. Única no sentido da temática que abordava, Alberto José Aulicino apresentou como tema o trabalho intitulado *Em torno de um caso de intersexualidade*, no ano de 1929. Considerei significativo abordar esse caso justamente para demonstrar como a ausência de algumas “características femininas” ou mesmo “órgãos femininos” que propiciam a gestação podem ser tratadas de forma depreciativa pelos médicos.

No capítulo dois da tese, o médico analisa as características gerais da sexualidade, falando longamente como, em termos biológicos, as pessoas são classificadas como homem ou mulher. Já no terceiro capítulo, Alberto José Aulicino trata das características da intersexualidade e inicia o capítulo com uma classificação para diagnosticar suas causas, fato que impossibilitava a reprodução e a maternidade.

FIGURA 4 – CLASSIFICAÇÃO ADOTADA DE LAGOS GARCIA SOBRE INTERSEXUALIDADE



FONTE: AULICINO, Alberto José. *Em torno de um caso de intersexualidade*. Tese. Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, 1929.

É significativo observar que as causas ditas “psicológicas” são apresentadas como simples “inversão de caráter”, ou mesmo de “conduta”, demonstrando, portanto, a análise pejorativa existente na classificação.

Porém, a tese é significativa porque trata de uma moça que, sem menstruar e tendo apenas os órgãos externos femininos, procurou o serviço médico da faculdade para retirar uma hérnia que se caracterizava com aparência de testículo. As operações realizadas na jovem foram descritas detalhadamente, e diversos testes psicológicos foram feitos antes da sua realização, que deveria abrir o canal vaginal, tornando-a, portanto, “mais mulher”, embora sem poder ter filhos, devido à ausência de útero.

A paciente foi amplamente fotografada. Além da posição de nu frontal para demonstrar que externamente “era mulher”, a paciente também foi fotografada em

posição ginecológica, demonstrando a existência de grandes e pequenos lábios, assim como mencionando o tamanho desses e constatando a ausência total de pelos pubianos. O olhar médico pretendia compreender, alinhar e normalizar gênero e sexo, pois, segundo ela, se sentia mulher apesar de possuir também testículos atrofiados e rudimentares. Era necessário, para ela e para o médico, criar uma “normalidade”. No caso específico, uma normalidade na medida do possível, tendo em vista a ausência de útero e de ovários.

Ao tratar da intervenção médica na reprodução humana assistida, Marlene Tamanini (2003) problematiza acerca da inter-relação da natureza com a tecnologia, por meio de discursos médicos e de casais que buscaram ajuda na medicina para conseguir o filho “naturalmente”. Embora as reflexões de Tamanini tratem de questões contemporâneas, considere que são fundamentais para entendermos como esse saber médico disciplinador de “corpos desviantes” foi sendo construído e compreendido como única verdade possível sobre os corpos, a sexualidade e a reprodução humana.

Segundo Tamanini, existe uma materialização das diferenças sexuais que modelam e remodelam os corpos, tornando-os os mais adequados possíveis dentro de uma lógica de poder que visa à normalidade pela procriação. No caso analisado por Alberto José Aulicino, a normalidade plena não se concretizaria pela impossibilidade de procriação devido à ausência de órgãos reprodutores internos. No entanto, era possível a retirada do testículo rudimentar e a criação de um canal vaginal, o que possibilitaria um aspecto de normalidade na paciente, tendo, a partir de então, um corpo adequado ao gênero.

Antes de realizar as operações⁴², a paciente foi submetida a testes psicológicos para ajudar a verificar seu “verdadeiro gênero”, sendo confirmada a sua feminilidade.

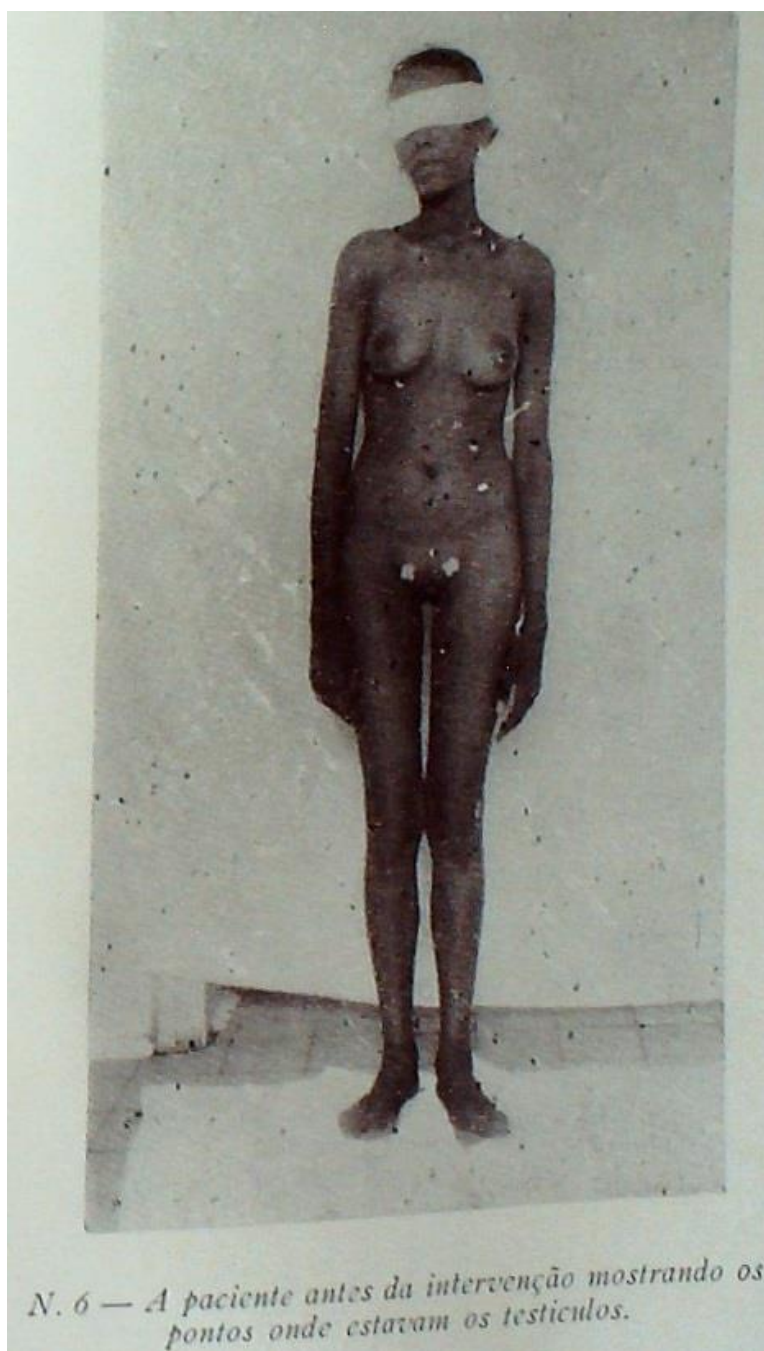
Destaca-se, por exemplo, o fato de que quando perguntado sobre sua irmã mais velha, a resposta da jovem foi: “Alice... – minha irmã, gosto muito dela, que

⁴² Foram realizadas duas intervenções cirúrgicas na paciente. A primeira para retirada de uma hérnia que na verdade por exames posteriores se revelou como o testículo atrofiado. Para realização desta operação foram necessários 10 dias de hospitalização. A segunda intervenção foi no canal vaginal para que a paciente pudesse “depois de casada” ter relações sexuais. É necessário destacar que a equipe médica relutou em realizar a segunda intervenção, pois se tratava de algo perigoso para o período (1929) e a operação só foi realizada depois da autorização da irmã mais velha da paciente (tendo em vista esta ser órfã) que já era casada e com filhos e de outro irmão. O risco de morte foi relatado à paciente que, segundo o médico afirmou que preferia morrer a não ser “uma mulher completa”.

estará fazendo agora; aprontando o jantar para o marido, e as crianças chorando.” (AUCINO, 1929, p. 85). Por essa e por outras respostas, a moça foi classificada como psicologicamente mulher e foi operada como era de sua vontade.

Como já mencionado, a paciente foi fotografada em nu frontal para análise de seu caso.

IMAGEM 1 – PACIENTE CLASSIFICADA COMO INTERSEXUAL – 1929



FONTE: AULICINO, Alberto José. *Em torno de um caso de intersexualidade*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1929.

A busca pelo conhecimento médico, nesse caso, partilhava da ideia de remodelação da materialidade do corpo para adequá-lo à sua “natureza”, ou seja, daquilo que mais se aproxima com a natureza, mesmo que fosse impossível a procriação. Tamanini argumenta que “[...] o natural é o corpo fértil. Trata-se de remodelar corpos inférteis em corpos férteis, como efeito de uma dinâmica de poder que visa recontextualizar a fertilidade nos corpos e nas relações preferencialmente heterossexuais.” (TAMANINI, 2003, p. 204).

Nesse sentido, foi possível perceber como o saber médico se debruçou com afincos nos corpos inférteis, gerando o que hoje conhecemos como novas tecnologias reprodutivas que visam a geração de crianças a qualquer preço, conforme bem demonstram os estudos de Tamanini. Dessa forma, qualquer tipo de alteração, de distúrbio ou de desvio do que vem a ser clinicamente um corpo sexuado e saudável para a reprodução, acabava por comprometer toda uma lógica de natureza perfeita dos corpos e, nesse caso, somente a intervenção médica poderia ajudar.

Dentro dessa perspectiva, encontramos algumas teses que tratam especificamente da infertilidade, com grande destaque para a infertilidade feminina. Durante a primeira metade do século XX, não se verificou nenhuma tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em que a infertilidade masculina fosse analisada. Todavia, eventualmente as complicações no aparelho reprodutor masculino são apontadas, geralmente vinculadas a doenças venéreas como a sífilis.

Na tese apresentada por Severino Vieira Cesar, no ano de 1924, apenas o corpo feminino infértil foi campo de investigação e análise. Com o título *Contribuição ao estudo da infertilidade na mulher*, a tese, aprovada com distinção na cadeira de ginecologia, teve como eixo central listar, classificar e analisar os diferentes motivos que tornavam uma mulher infértil, privando-a, portanto, da maternidade.

Para o médico, a justificativa para a escolha do tema se deu pelo fato de ser uma temática muito debatida entre os médicos nos anos de 1920 e, também, pelo fato de ser “[...] este thema a pedra angular que preside o futuro de nossa raça, o índice da natalidade, o progresso de nossa população e o engrandecimento de nossa pátria.” (CESAR, 1924, s/p). Novamente aqui se percebe o discurso médico articulado com as ideias de declínio demográfico e a necessidade de estímulo à maternidade.

É ainda significativo, nessa tese, o fato de as questões biológicas que “atrapalham” a maternidade não serem as únicas analisadas pelo médico. Além de capítulos técnicos sobre as disfunções e complicações hormonais, Severino Cesar aponta que existe outro tipo de infertilidade muito mais difícil de tratar, que seria aquela provocada pelo desejo feminino de evitar crianças.

Ao apresentar as formas como os médicos deveriam auxiliar na realização da maternidade, seja ela de escolha ou “compulsória”, o médico argumenta:

Como podemos evital-á? [a esterilidade]

Primeiramente dando ensinamentos precisos a estas criaturas que todo o dia nos chegam ao ambulatório hospitalar, manifestando o desejo ardente de se tornarem mães, sujeitando-se, a todos os meios que lhes foram indicados combater o seu mal.

Devemos instruir precisamente as jovens que desejam contrair o matrimonio fecundo, com mais razão as que são inexperientes no assumpto, lhes mostrando as grandes inconveniências, ou melhor, os grandes perigos que podem sobrevir após ter contraído uma moléstia infecciosa (...)

As mães de família teem, mais do que qualquer outra pessoa, a obrigação moral, de mostrarem às suas filhas, as transformações pelas quaes ellas passam, após, uma certa idade, pois isto póde fazer pelas suas experiências próprias. (CESAR, 1924, s/p).

Por esse trecho, se percebe que o eixo central da argumentação não é clínico, e sim moral. Assim, as doenças, a vida sem regras, ou mesmo a “ignorância” de algumas mulheres, deveriam ser combatidas pelo conhecimento médico e com a ajuda das mães devidamente instruídas por esse mesmo conhecimento.

Como afirma Schwengber (2006), ao redor dos corpos classificados como femininos, vai se consolidando paulatinamente um conjunto de práticas e saberes, além de políticas públicas e de aperfeiçoamento com vistas à maternidade e à maternagem. Tais debates compõem parte do que podemos classificar como um discurso médico sanitaria que visava convencer as mulheres de sua vocação natural para a maternidade, pois a própria fisiologia de seu corpo apontava para isso.

Todavia, nem todos os corpos estavam em condições de gestar e parir, assim como nem todas as mulheres desejavam ser mães. Tais indivíduos deveriam ser investigados, classificados e, por fim, curados, com vistas ao engrandecimento da espécie, da nação e da própria mulher. Essa era a forma como o conhecimento médico tratava a ausência de crianças nos corpos femininos.

Porém, quando trata das mulheres que por diversas razões evitam as crianças e até chegam ao ponto de tentar a esterilidade, o médico as classifica como

desafio lançado à natureza, pois estavam na contramão de tudo o que se acreditava como sendo “naturalmente” feminino. Para ele,

Os casos desta natureza são inumeráveis e o médico se acha completamente desarmado para combatê-la.

Infelizmente estas pacientes privam-se systematicamente das alegrias dos actos physiologicos da fecundação, indo de encontro das leis santas da natureza.

Pelo seu orgulho fútil e irrasoavel, meramente pela ideia vã e efhemera de ser sempre jovem e bella, a mulher se esquece do velho adagio sérvio, respeitado entre os Eslavos, que dizia: “A mulher não é mulher enquanto não tem filhos”. (CESAR, 1924, p. 15).

Severino Cesar segue em sua lógica de disciplinamento dos corpos, colocando em franca oposição esse grupo de mulheres classificadas por ele como fúteis, e as outras mulheres, consideradas sofredoras, pois desejavam a maternidade, sem, contudo, conseguir a “felicidade naturalmente” provocada pela gestação. Nesses casos, caberia sim uma intervenção médica para “ajudá-las” a realizar o sonho da maternidade. Essas mulheres inférteis, mas desejosas de filhos, eram descritas como vítimas, que precisavam ser amparadas pelos médicos. Para Severino Vieira Cesar:

Felizmente, uma cousa nos consola: enquanto umas com seu orgulho, outras, com sua ideia magnanime e altruística, teem o desejo ardente de ser mãe, sem ás vezes conseguir. Este desejo é tão grande ás vezes, que acontece tornar-se uma ideia fixa, concentrando todos os pensamentos levando-a quase a loucura, obrigando o médico a intervir, ás vezes, com grande sucesso. (CESAR, 1924, p. 15).

As mulheres são, portanto, classificadas nesses dois grandes grupos: as que optam ou evitam a maternidade, e aquelas que sofrem por não conseguirem engravidar. Ambos os grupos são patológicos, pois caberia ao médico tentar curar as inférteis desejosas de crianças e combater a queda da natalidade por meio de uma ampla educação moral, despertando na mulher o desejo de filho e a fazendo contribuir para os avanços da nação ao gerar filhos saudáveis e educá-los com dedicação. Para o médico, a escolha pela infertilidade é um dos atos “mais graves, dos mais ofensivos, e dos mais hediondos que a mulher pode apresentar na sociedade!... Ai de nós, se assim não fosse!...” (CESAR, 1924, p. 16).

Ao tratar da história da sexualidade, Foucault (1999) percebe a reprodução como uma das questões principais dos processos econômicos e políticos. Dessa forma, a sexualidade reprodutiva se caracterizou como um importante meio de

controle das populações. Nesse sentido, a preocupação com a saúde da população, em especial a saúde reprodutiva ganhou espaço nas áreas do conhecimento médico e nas políticas de Estado.

Para Schwengber (2006, p. 25),

[...] não eram apenas os corpos daqueles que trabalhavam que interessavam ao Estado Brasileiro, mas especificamente os corpos que iriam ser gerados. Reconheciam-se esses corpos como estratégicos, uma vez que poderiam melhorar e até aperfeiçoar a espécie.

Dessa forma, a medicina, ancorada no ideal de cientificidade, se coloca como a grande ordenadora social dos corpos, dos prazeres e da reprodução. Os médicos acreditavam (e acreditam) que seu verdadeiro papel também incluiu a orientação de mulheres, livrando-as de sua “ignorância” sobre a maternidade, e, sendo assim, tornaram-se os grandes agentes da politização da maternidade no início do século XX.

A partir de meados do século, esse saber foi paulatinamente se popularizando, no sentido de deixar de circular, especificamente nos círculos fechados das Faculdades de Medicina e dos textos científicos, passando a ser divulgado por diferentes meios, dentre eles as próprias políticas de Estado e, como analisado nesta pesquisa, nos meios midiáticos, especialmente na revista *Pais e Filhos*.

2.2 A INFERTILIDADE NAS PÁGINAS DA REVISTA *PAIS E FILHOS*

Passo, agora, a analisar os textos publicados sobre a infertilidade na revista *Pais e Filhos*, seja infertilidade masculina ou feminina. Em se tratando desse tema, cabe-me observar que respondem por 24 artigos daquele total de 134 já mencionados e selecionados para essa tese.

A revista, como toda e qualquer documentação, é composta por diversos discursos, sendo que destes se sobressai o discurso médico, mas encontramos também as opiniões de psicólogos e de outros especialistas. Nesse sentido, a revista promove, ao longo da segunda metade do século XX, o processo que Schwengber (2006) chamou de “redescobrimiento dos corpos”. Esse processo se

deu em articulação com os saberes e discursos médicos, tendo em vista a ampla participação dos médicos, seja prestando consultoria para as matérias seja como autores de artigos propriamente ditos. Porém, diferente do que acontecia no início do século XX, não era mais um saber altamente técnico falando com mulheres consideradas ignorantes e incultas. A forma de engendramento de saberes foi altamente sofisticada, pois vinculou os conceitos e as normas sobre o “cuidado de si”, desenvolvidos pelos médicos com um novo discurso, o jornalístico.

Assim, a revista pode ser entendida como uma espécie de ponte entre o conhecimento médico e as mulheres. Estas não são mais vistas como receptáculos de um saber/poder, mas percebidas como agentes de seus próprios corpos. Por meio da divulgação dos conhecimentos pela revista, cada mulher em potencial poderia dispor de seu corpo para corrigir imperfeições e desvios.

Segundo Schwengber (2006), a revista *Pais e Filhos*, desde seu início, difundiu a ideia de que o sujeito é seu próprio corpo. Assim, um corpo imperfeito para a maternidade era facilmente classificado como um corpo inferior, portanto deveria sujeitar-se aos saberes difundidos na revista e procurar auxílio para corrigir seu “defeito natural”. Para a autora, a reprodução humana passou a ser tratada amplamente nas páginas da *Pais e Filhos* como assunto político, e, para colocar em prática essa nova rede de conhecimento e normatização sobre os corpos, se formou uma significativa rede de propagação de saberes científicos. Saberes, porém, de fácil acesso e com informações complementares que levavam aos endereços de consultórios médicos especializados em reprodução humana.

Assim, a revista também ajudou a construir discursos sobre a materialidade dos corpos. Ao corpo biológico, os mecanismos sociais se sobrepõem com a atribuição de gênero e, assim, a maternidade é cuidadosamente elaborada como a grande opção de felicidade, e até como fonte de equilíbrio para as mulheres. Nesse sentido, por exemplo, ao nascer com um aparelho genital feminino, a mulher é exposta e, muitas vezes, até convencida de que deve agir de determinada maneira em virtude de seus órgãos sexuais e reprodutivos. (BUTLER, 2002). Esse processo de socialização do corpo é amplamente efetuado na revista, que, via de regra, reforça a ideia da “necessidade” feminina de maternidade, excluindo, portanto, da “normalidade”, as mulheres que não eram mães ou que não desejavam a maternidade.

É nesse sentido que se dá a materialização dos corpos, pois a partir das atribuições e papéis sociais de cada corpo é que paulatinamente vão se formando os sujeitos sociais. Como nos lembra Butler (2002), é por meio dessa articulada engrenagem de modelagem das mulheres que boa parte da sociedade acaba por dar uma “identidade social” aos corpos femininos, e é por meio dessa identidade que alguns corpos são socialmente aceitos, enquanto outros são marginalizados, corpos desviantes e, especificamente no caso aqui analisado, corpos descritos como patológicos, pois não conseguem gestar um bebê.

Dessa forma, é necessário compreender que a revista *Pais e Filhos*, com seu discurso de valorização da maternidade e apresentação de múltiplos caminhos para a ‘cura’ da infertilidade, não visava, em última instância, a normatização ou padronização geral das mulheres, mas sim se apresentava como um veículo de enunciação de discursos que, na maioria das vezes, refletiam simplesmente o senso comum sobre a ideia de felicidade plena feminina, vinculada exclusivamente à maternidade. Todavia, é necessário mencionar que em outros momentos a revista buscava romper, ao menos parcialmente, com tal verdade construída discursivamente. Essa afirmação pode ser verificada no artigo *Doutor, posso ser MÃE?*, de maio de 1972 (ANEXO 8).

A apresentação do artigo traz um grande olho feminino mirando o vulto de uma criança correndo e, em negrito, ainda na mesma abertura, as seguintes palavras:

É possível que este seja o seu caso: casada, feliz, aparentemente saudável, mas sem ter tido ainda a alegria de uma gravidez. Nos primeiros tempos, você não levou a coisa muito a sério, mas com o passar dos meses, começou a ficar preocupada. Quase em pânico. Começou a sonhar com bebê, brinquedos, caminhas, mamadeiras. Começou a ficar com medo de jamais ser chamada de mamãe, apesar de todos os esforços. (PAIS E FILHOS, maio de 1972).

É possível perceber, pela abertura da reportagem, que o ideal de felicidade feminina estava estritamente vinculado à maternidade, e a infertilidade ou a esterilidade seriam males que deveriam ser combatidos a todo custo (incluindo custo financeiro). Todavia, na mesma reportagem, a revista menciona:

O ter filhos não é mais hoje encarado, como já foi em outros tempos, como a única função da mulher neste mundo. E da mesma forma que um casal vive bem e se ama com filhos, pode também viver bem e se amar sem filhos. (REVISTA PAIS E FILHOS, maio de 1972).

A visão da revista a respeito da mulher e da fertilidade apresenta algumas sutilezas. Tânia de Luca (2005) nos lembra que a própria materialidade da fonte deve ser observada. Nesse caso, podemos ver que afirmações voltadas para o ideal de maternidade e realização feminina são ressaltadas de inúmeras formas. No título do artigo, a palavra mãe aparece em destaque, com letras em caixa alta, enquanto a imagem de capa apresenta o olhar desejoso de uma mulher em ter uma criança e, ainda no início da reportagem, as frases de chamada para o artigo relacionam explicitamente a ideia de realização feminina com a maternidade.

No mesmo artigo, há o depoimento de uma jovem de 26 anos que afirmou não ter tido maiores problemas ao lidar com suas dificuldades para engravidar, “[...] mas que só agora, depois de ser mãe se sente realizada, se sente uma mulher completa.” (PAIS E FILHOS, maio de 1972). E como título para esse depoimento que narra uma verdadeira maratona de exames e tratamentos médicos para ter um filho, encontramos a seguinte frase: “Eles venceram a esterilidade”.

Em contrapartida, a passagem que afirma outras possibilidades de realizações que extrapolam a obrigação de maternidade se encontra no meio de parágrafos que valorizam a maternidade, ou seja, seria como uma forma de consolo que a revista oferecia para aquelas “pobres coitadas” que não conseguem exercer o “dom sublime” da maternidade.

Ao se comparar os espaços destinados na revista para os trechos mencionados acima, chamo a atenção para o fato de que a materialidade dos impressos e seus suportes não se dão ao acaso. O uso de determinada letra, maiúscula ou minúscula, o que foi colocado em negrito ou o que está em formato diferenciado, tudo isso tem um significado e demonstra a intenção de destacar/reforçar um determinado discurso. Ao fazer isso, busco historicizar não só o tema em questão, mas também a fonte e, com isso, ter em conta as condições técnicas de sua produção, atentando principalmente para o que foi escolhido para ser colocado em destaque e o porquê de tal destaque. (LUCA, 2005).

Nesse sentido, observei que existe significativa diferença entre as reportagens de infertilidade/esterilidade feminina e masculina. Via de regra, as reportagens que tratam de questões relacionadas ao organismo das mulheres apresentam imagens de crianças, fotos de mulheres com o olhar voltado para o horizonte, como se estivessem refletindo, além de desenhos de partes do corpo,

como úteros e ovários, e até uma reportagem com a foto de um belo e enfeitado berço, porém vazio, sem nenhum bebê. Em contrapartida, as poucas reportagens encontradas sobre a infertilidade/esterilidade masculina não estão associadas às imagens de crianças ou berços. As capas e páginas das reportagens que tratam das complicações masculinas trazem apenas palavras, ou seja, apenas os títulos das matérias, com pouco ou nenhuma foto. Em duas reportagens, encontramos fotos: uma de 1977, em que aparece uma foto de homem com uma calça jeans justa e sensual, centrada na região da genitália; em outra, do ano de 1986, em que aparece um corpo masculino de costas e nu, também fotografado com sensualidade.

Ao analisar mais detalhadamente as reportagens, foi possível observar que até a linguagem utilizada era diferente. Esse é o caso da reportagem de março de 1977, em que a revista *Pais e Filhos* tratou do tema “vasectomia” (ANEXO 9). Diferente das demais reportagens selecionadas para se analisar a infertilidade, ocorreu uma “opção” pela esterilização. O título da reportagem era “Vasectomia: a esterilidade ao alcance do homem”. Em uma abordagem rápida, a matéria de apenas uma página procurava explicar que a operação em questão era rápida e indolor, mas o fato que chamou a atenção nessas informações foi a necessidade que a revista apresentou de diferenciar esterilidade com potência sexual:

Nos casos em que a mulher fica impedida de ter filhos, o médico comunica à cliente o seu estado e aí surge a hipótese da esterilização do homem. O que não é fácil. Quando ela é feita, quase sempre é mantida em segredo, pois na nossa sociedade a potência do homem reside no fato de ter filhos. E um homem estéril é quase considerado um impotente. (PAIS E FILHOS, março de 1977).

Esse discurso apresentado pela revista nos fez observar, que quando a infertilidade ou a esterilidade feminina eram o tema, não havia, em nenhum momento, vinculação com o desejo sexual. Em contrapartida, todas as vezes que a infertilidade masculina foi tratada, houve, em todos os períodos, a menção à potência sexual. Nesse sentido, a revista procurava deixar claro que o fato de um homem optar pela esterilidade (fazendo a vasectomia), ou possuir alguma limitação para engravidar uma mulher, não significava de forma alguma que esse homem não era viril, podendo, mesmo com a limitação vinculada à reprodução, ser um ótimo parceiro sexual e para a vida.

Nem de longe as reportagens sobre infertilidade feminina versavam sobre o desejo sexual, o que evidencia a dificuldade encontrada em desnaturalizar papéis

socialmente construídos. Todavia, é necessário que façamos essa “desconstrução desnaturalizante”, não como um simples desmontar ou destruir, mas sim como um repensar teoricamente a “identidade construída”.

Se aceitarmos a ideia de que os binarismos são necessários, acabamos por não problematizar o fato de que por ter nascido mulher a maternidade estaria no seu destino, como se existisse um destino biológico. Dessa forma, é preciso desnaturalizar a noção de sexo e também a de gênero, pois do contrário pode-se concordar com o fato de que as mulheres, sendo portadoras de um aparelho reprodutor complexo, estariam todas biológica e culturalmente destinadas à maternidade e à infelicidade caso tivessem problemas para engravidar.

Ao longo das vinte e quatro reportagens sobre infertilidade, não observamos qualquer questionamento da revista nesse sentido, porém, como bem demonstrou Butler (2000), a própria noção de gênero e tudo o que circunda tal conceito não é natural. O gênero, assim como a noção de sexo, foi discursivamente construído.

Quando a revista, por meio de suas reportagens sobre infertilidade, estabelece uma diferenciação binária, construindo a ideia de que os homens mesmo estéreis são viris e, em outro extremo, a ideia de que mulheres inférteis precisam de ajuda psicológica e médica para alcançar a cura para poderem sentir-se “completas”, está na verdade reforçando, ou até recriando, “o mito do natural”. Como bem alertou Tamanini (2003), as novas tecnologias reprodutivas são usadas para recriar com maior legitimidade o mito do natural, e isso acaba por reforçar uma visão binária sobre a sexualidade e a reprodução humana. Dentro dessa lógica conservadora, mulheres “completas” devem submeter o corpo e a mente às práticas de maternagem, enquanto o mesmo não é “cobrado” dos homens na mesma proporção.

A primeira reportagem da revista *Pais e Filhos* que tratou da infertilidade masculina é datada de fevereiro de 1969, ou seja, a revista ainda estava com poucos meses de circulação. Com o título “Homem também é estéril” (ANEXO 10), a revista dedica três páginas para tratar “do casal”. É de singular importância tal fato, pois quando tratou de questões relacionadas ao corpo feminino, as reportagens giravam em torno da “infertilidade feminina”. Todavia, quando o homem aparece na cena dos discursos sobre infertilidade, cria-se o conceito de “casal infértil”. A reportagem inicia, então, da seguinte maneira:

Se é verdade que a mulher continua a falar do marido estéril como se ele nunca tivesse existido – embora no íntimo encare o fato com uma certa dúvida e até com um sentimento de frustração-, a verdade também é que as últimas estatísticas afirmam que, em 1000 casos de esterilidade do casal, o homem tem de 30 a 50 por cento de responsabilidade. Pode acontecer que ele, como doador de sêmen, não esteja em condições de cumprir sua parte na fecundação. [...] O problema é que, na maioria das vezes, o homem não sabe que é estéril, porque, em geral, ele goza de boa saúde, tem aspecto saudável e não há qualquer dúvida quanto ao seu comportamento sexual. (PAIS E FILHOS, fevereiro de 1969, p. 28).

A reportagem segue informando sobre as questões médico/clínicas que podem dificultar a fertilidade e que são provocadas por pouca resistência, ou mesmo pouco líquido espermático. Ainda é apresentada uma série de questões nutricionais que poderiam afetar o organismo masculino e gerar a infertilidade, contudo, é no final da reportagem que fica evidente a articulação de fecundidade e potência para os casos masculinos. A revista descreve uma situação de consulta médica e afirma que tal história sintetizaria tudo o que envolve a infertilidade masculina:

Uma mulher chegou à Clínica de Fertilidade e contou ao médico que estava casada há quatro anos, sem conseguir filhos. Fôra várias vezes ao ginecologista, havia se submetido a todos os exames e acabara convencida de que seria capaz de conceber. Perguntou ao especialista se tinha o direito de pensar que a culpa cabia ao marido e, se isso fosse verdade, como convencê-lo a fazer uma consulta, porque, apesar de ser um homem de certa cultura, dava muito valor a sua virilidade. O médico aconselhou-a a não superestimular [sic] o orgulho do companheiro. Deveria tentar persuadi-lo a aceitar o fato com tranquilidade e a sujeitar-se as pesquisas necessárias, sem ficar ofendido na sua integridade masculina. Também propôs à mulher que deixasse de lado as incertezas e pudores e dissesse ao marido que, ao submeter-se aos exames, ele estaria dando provas de maturidade, estima e respeito mútuo. Em todo caso, se não obtivesse êxito, então seria melhor convidá-lo a uma simples conversa com o médico [...]. Um mês mais tarde a consulta foi marcada e, após alguma resistência, iniciados os exames [...]. O exame de urina revelou que havia piúria maciça, isto é, emissão de urina purulenta. E num estudo completo ficou provado que o paciente tinha tuberculose renal. Descoberta a causa da esterilidade⁴³ e fixado o tratamento, ele agora caminha para a cura completa. (PAIS E FILHOS, fevereiro de 1969, p. 30).

Outro ponto que merece ser destacado ao se analisar as reportagens sobre infertilidade, é a extrema valorização das tecnologias reprodutivas. Novamente, pesam sobre os corpos o discurso ligado à necessidade de submetê-los à maternidade, não importando o quanto isso custe em termos financeiros ou mesmo emocionais. Um exemplo disso foi a reportagem de setembro de 1978, intitulada

⁴³ A revista só fez a distinção entre esterilidade e infertilidade nos anos de 1990. Atualmente, sabe-se que a infertilidade pode ser tratada e a esterilidade não, necessitando de doador de material genético. Nesse caso apresentado em 1969, tratava-se de infertilidade, embora a revista tenha denominado como um caso de esterilidade.

“Cada vez mais casos de esterilidade têm um final feliz” (ANEXO 11). A matéria em questão trata do nascimento de Louise, o primeiro bebê de proveta do mundo, nascida na Inglaterra. A reportagem afirma:

A notícia é do conhecimento de todos. Louise, o bebê resultante de fecundação em um tubo de ensaio, já é personalidade mundial. Representa a esperança na maternidade, embora ainda longínqua para mulheres que tenham problemas de obstrução de trompas, um dos fatores de esterilidade. O fato do sucesso da façanha científica dos dois médicos ingleses poderia ser paradoxal num mundo em que se torna prioritária a questão da superpopulação, vaticinada nas próximas décadas. Mas a tecnologia é a musa do nosso tempo. Ademais, esse acontecimento científico vem de [sic] encontro a uma das inquietações do homem- perpetuar-se através da espécie. (PAIS E FILHOS, setembro de 1978).

Essa extrema valorização da tecnologia, de forma geral, e, aqui especificamente, da tecnologia reprodutiva, chamando-a inclusive de “musa de nossos tempos”, possibilita a reflexão sobre os limites, ou a ausência deles, sobre a submissão dos corpos ao poder médico/clínico. Assim, por meio da medicina dos tempos modernos, vamos construindo novos “ciborgues”, onde se estabelece a junção entre o organismo e a máquina, cada qual concebido como um dispositivo codificado com intimidade e poder sobre a sexualidade e os corpos, antes “apenas” humanos. A partir dessa nova situação de ciborgues, Donna Haraway (2000) demonstra que o próprio conceito de biopolítica, desenvolvido por Foucault, apresenta limites diante de um campo muito mais aberto, pois, na segunda metade do século XX, somos todos quimeras, híbridos, ou seja, misturas de tecnologias com organismos.

Possuímos, portanto, uma nova ontologia, uma “ontologia ciborgue” e, com isso, natureza e cultura são reestruturadas: uma não podendo mais ser objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. (HARAWAY, 2000, p. 40-41).

A perspectiva analítica e conceitual anti-conservadora de Haraway (2000) é oposta aos conceitos apresentados pela *Pais e Filhos*. A revista vê na tecnologia reprodutiva um caminho viável para a recriação do mito do natural, com os papéis sexuais claramente determinados e dentro de fronteiras discursivas muito bem traçadas. Ao apresentar o ciborgue como o humano atual, Haraway revela o poder que a medicina e as técnicas biomédicas em geral têm sobre os corpos, mas a essência de sua proposta é libertadora. Nesse sentido, a autora afirma que o ciborgue é uma criatura de um mundo pós-gênero, e que, portanto, não tem qualquer fascínio por uma totalidade orgânica. O ciborgue apresentado por Haraway

(2000) não integra qualquer narrativa que faça apelo a um estado original ou a uma “narrativa de origem”.

O discurso apresentado na revista *Pais e Filhos* é, em certa medida, universalista, pois tenta fixar a categoria mulher e, mais estritamente, a “mulher-mãe-feliz”. Haraway (2000), assim como Butler (2002), nos alertam para o fato de que as identidades são contraditórias, parciais e estratégicas. Partindo desse pressuposto, não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Aliás, é necessário até mesmo romper definitivamente com a ideia de “ser mulher”, pois é uma categoria complexa, construída por discursos morais, científicos e sexuais. Ao estabelecer tal desnaturalização da ideia de mulher, por extensão, precisa-se fazer o mesmo com o conceito de gênero. O gênero não pode ser uma identidade global (relação entre homens e mulheres – e estes como categorias tão bem definidas e delimitadas). Todavia, mesmo não se aceitando o gênero como identidade global, deve-se reconhecer sua intensa profundidade e amplitude nas relações humanas, haja vista a própria construção discursiva feita no final do século XX pela *Pais e Filhos* e por tantos outros meios de comunicação que acabam por influenciar na construção de papéis sociais para homens e mulheres.

Por inúmeras vezes, ao longo das reportagens que tratam de infertilidade e tal revista, percebe-se a articulação da ideia de que o corpo, e em especial o corpo feminino, deve se sujeitar à tecnologia médico/clínica. Nesse sentido, é significativa a reportagem apresentada em 1973 com o título “Novas descobertas na cura da esterilidade”, (ANEXO 12), onde são mencionadas as mais variadas e “modernas” técnicas para se obter sucesso na fertilização humana. A matéria trata de um congresso médico ocorrido na Grécia, onde os mais renomados especialistas mundiais em infertilidade apresentaram seus estudos.

Dentre as inúmeras “conquistas” médicas contra a esterilidade, a revista optou por destacar a do médico Rezso Gimes, do Departamento de Ginecologia da Universidade de Budapeste. A descoberta de Gimes foi tratada com entusiasmo e classificada como “a mais original no campo da inatividade ovariana”. Trata-se de uma técnica para estimular a ovulação que consiste em

[...] obter a ovulação através de estímulos elétricos no colo do útero. Em todas as pacientes, depois de algumas sessões de estímulos elétricos de baixa frequência, aplicados por um tempo variado entre 3 a 60 segundos, foi restabelecido o ciclo menstrual normal. Atualmente 9, das 16 mulheres que

receberam os estímulos elétricos no útero estão esperando um filho. (PAIS E FILHOS, janeiro de 1973, p. 18).

Tal declaração médica foi tratada com muito entusiasmo pela revista, que em nenhum momento da reportagem se questionou se a mulher que recebia “estímulos elétricos” no útero poderia ter alguma sequela ou dano para sua saúde futuramente.

Essa constatação vai ao encontro do que outras pesquisadoras que já se debruçaram sobre a *Pais e Filhos* puderam observar, ou seja, pelo menos até fins da década de 1970, o discurso médico era proeminente, definindo-se como um discurso que respondia de forma quase que absoluta pelo processo da gravidez e por sua ausência.

Mesmo quando a palavra não era dada a um médico, mas sim ao repórter responsável pela matéria, pode-se observar que as novidades da medicina constituíam a única forma eficaz para a mulher conseguir ser mãe. Na reportagem “Esterilidade: um mal que pode ser inteiramente curado” (ANEXO 13), percebe-se a interferência clínica na ausência de filhos. Dessa forma, a mulher necessita de “cura”, e essa cura provinha dos saberes médicos. A foto de capa dessa reportagem apresenta uma bela mulher, bem maquiada e usando joias, mas seu olhar e seu semblante são de desapontamento e de frustração. Logo abaixo dessa imagem, vem o texto inicial da matéria:

Contente, a mulher decide ter um filho. Os métodos anticoncepcionais são suspensos e toda a família vive a expectativa de vinda do herdeiro tão desejado. O tempo passa, e com ele a certeza de que ‘ainda não foi desta vez’. Mais algumas tentativas e novas decepções. Depois de muito sofrimento, ela acaba se conformando: ‘Não adianta, eu não posso ser mãe’. Para evitar que este fato seja aceito como definitivo, vamos mostrar que a esterilidade pode ser combatida e curada. Ao invés de cair no desânimo é só procurar um especialista quando surgem as primeiras suspeitas. (PAIS E FILHOS, setembro de 1973).

Fica evidente que a revista se articula como uma espécie de porta-voz de um saber médico. Assim, se estabelece uma nova relação com a sexualidade, o corpo e os poderes exercidos sobre ele, pois ao contrário de um poder centralizador que governa e normatiza corpos, a revista propõe uma nova dinâmica, onde os saberes médicos são disseminados para um público relativamente amplo, e as descobertas vinculadas à cura da infertilidade apresentadas nos mais recentes congressos de medicina ocorridos no mundo são acessíveis a todos os leitores da

revista, possibilitando, assim, que as leitoras procurem seus médicos e os questionem sobre as técnicas, os estudos e as práticas inovadoras que as podem auxiliar no combate à infertilidade.

Em julho de 1985, a revista propôs um debate entre seus colaboradores/repórteres e um médico, Elsimar Coutinho, então professor de Reprodução Humana da Universidade da Bahia e especialista em infertilidade. Coutinho foi alvo das críticas de segmentos do movimento feminista brasileiro devido a forma como entendia questões relacionadas à procriação e à esterilização de mulheres. Todavia, no meio acadêmico da década de 1980, o médico era visto como autoridade inquestionável nos assuntos relacionados à fecundação humana e à infertilidade, e, dessa forma, foi convidado pela revista *Pais e Filhos* para travar um debate com seus jornalistas sobre as dificuldades em engravidar e manter a gestação. Essa prática de debate foi justificada pela revista devido ao grande número de cartas que chegavam à redação, contando histórias de casais que tentavam, sem sucesso, ter filhos. Dessa forma, a revista, baseada nas cartas das “leitoras inférteis”, elaborou uma série de perguntas ao referido especialista que se comprometeu em responder com a maior exatidão possível.

O médico mencionou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) vinha tentando mapear a extensão do problema da infertilidade, ou seja, descobrir qual o número aproximado de casais que possuíam dificuldades para engravidar e necessitavam de auxílio médico. As estimativas publicadas pela revista davam conta de que cerca de 10% dos casais possuíam tal dificuldade.

Quando o médico foi questionado pela reportagem sobre se, especificamente no Brasil, havia alguma pesquisa nesse sentido, ele respondeu que realizou na Bahia uma pesquisa com mil casais de diversas camadas sociais, mas com predominância de camadas financeiramente menos favorecidas, e obteve a estatística de 3% de infertilidade.

Elsimar Coutinho mencionou ainda que pretendia realizar essa pesquisa em cidades chamadas por ele de “mais ricas”, como Rio de Janeiro e São Paulo, com o argumento de que o poder aquisitivo interfere na infertilidade, pois, segundo ele,

Minha impressão é de que a infertilidade é muito mais comum nas camadas de renda mais alta. O motivo é fácil de explicar: o ser humano descobriu maneiras de resolver o problema-até bebê de proveta a gente fez- mas elas são caras e nem todos possuem acesso a estas soluções. Nas camadas menos favorecidas, a mulher sofre, encerra a questão por falta de recursos

para repará-la e não transmite para suas filhas uma herança de infertilidade, simplesmente porque ela não vai ter filhas. Isso resulta, sem dúvidas, em um número menor de casos. (PAIS E FILHOS, julho de 1985).

Por essa fala, o médico constata e reafirma a influência da diferença de classes e a ideia de que os avanços médicos na área da reprodução humana não são para todos, mas somente para aqueles que dispõem de recursos financeiros para iniciar tal empreitada no campo da medicina reprodutiva. Quanto àquelas mulheres ou casais sem recursos, restava a resignação diante da natureza, ou então a adoção. Ao ser questionado sobre as crianças abandonadas e o pouco incentivo dado pela sociedade à adoção, o médico comentou:

Trata-se de um direito e de um dever. Todos nós temos o direito de ter filhos e todos temos também o dever de limitá-los para atender a uma exigência da comunidade. Se você tiver muitos filhos, na certa não poderá cuidar deles e acabará jogando esta responsabilidade nas costas dos outros. Da mesma forma acho que todas as famílias têm o direito de ter o filho que querem e cabe a nós, médicos, ajudá-los a realizar este desejo. (PAIS E FILHOS, julho de 1985).

A reportagem prossegue, e o médico é perguntado sobre a infertilidade masculina. Prontamente, responde sobre as inúmeras causas que podem gerar tal problema, indo desde varizes no saco escrotal até baixa produção de esperma ou mesmo doenças como a caxumba. Mas o que mais chamou a atenção foi o fato dele destacar que

[...] é bom lembrar ainda que a impotência e a falta de frequência nas relações sexuais podem estar originando a infertilidade. Quando o homem tem relações espaçadas demais, os espermatozoides vão se acumulando em sua vesícula seminal, tornando-se com o passar dos dias envelhecidos e com pouca vitalidade para a tarefa heróica da fecundação. (PAIS E FILHOS, julho de 1985).

Nesse ponto, o médico ressalta a importância de manter relações sexuais frequentes para o melhor desempenho da fertilidade masculina.

Durante o período aqui estudado (1968 a 2000), os médicos não chegaram a um acordo sobre o tempo que o casal precisa ficar “tentando engravidar”. Os números variam, mas em escala pequena. Alguns médicos consultados pela revista afirmam que com oito meses de relações sexuais frequentes e sem anticoncepcionais, o casal que ainda não conseguiu engravidar poderia se considerar infértil e procurar ajuda. Outros especialistas sustentam que o prazo de tentativas deve ser de um ano, já outros apresentam o prazo de dez a doze meses,

e alguns ainda optam pelo período de dois anos. Todavia, em um fator, todos os especialistas consultados pela revista concordam: para ser considerado infértil, deve-se estar tentando a gestação há algum tempo, sem nenhum tipo de controle e com o mesmo parceiro sexual.

A questão de se estabelecer como critério, para o diagnóstico de infertilidade, a necessidade de que as tentativas de gestação sejam com o mesmo parceiro é explicada pelos médicos devido ao fato de que a quantidade de espermatozoides expelida em uma ejaculação varia de homem para homem. Segundo a revista, quanto maior essa quantidade de espermatozoides, maior a facilidade desse homem engravidar uma mulher. Dessa forma, uma mulher que possui uma taxa de fertilidade baixa, mas em contato com um homem que possui uma taxa de fertilidade alta, terá maior chance de não enfrentar problemas para engravidar. No outro ponto, se a mulher que possui uma taxa de fertilidade baixa também estiver se relacionando com um homem que possua essa mesma característica, as chances de uma gestação sem ajuda médica são praticamente nulas.

Com esse argumento apresentado por diversas vezes ao longo das matérias referentes à infertilidade na revista, os médicos procuram incentivar a manutenção de relações sexuais vinculadas a um único parceiro para, então, se saber se existe algum problema de fertilidade.

Por meio da reportagem/entrevista com Elsimar Coutinho, assim como por outras várias passagens tratando de infertilidade e reprodução humana, verifiquei que as tecnologias de controle sobre si mesmo são “corporizadas” nos sujeitos, e estes entram em interseção com as macro instâncias que governam a produção de discursos socialmente reconhecidos como “verdadeiros” e cientificamente “válidos”. Contudo, não afirmo que as tecnologias do final do século XX, com destaque para as tecnologias de reprodução humana, são, *a priori*, algo que se oponha ou prejudique a humanidade. Porém, como nos lembra Rosi Braidotti (2001), as tecnologias vêm ultimamente cumprindo com o “destino biológico” do ser humano de uma maneira tão íntima que o orgânico e o técnico se completam e se adaptam um ao outro. Tal afirmação pode ser verificada não apenas quando tratamos de infertilidade, mas também de questões referentes ao aborto ou mesmo à forma física dos corpos cada vez mais padronizados e iguais.

O corpo se transforma, assim, em um objeto de proliferação de discursos e de conhecimentos, de modos de normatividade que interessam simultaneamente a diferentes campos, com destaque para o político e o científico.

Assim, ao refletir sobre como o tema da infertilidade foi tratado na revista *Pais e Filhos*, percebi que esse veículo de comunicação nunca foi neutro ou forneceu possibilidades diversas para mulheres e homens com dificuldades em ter filhos. Isso se confirma pelo fato de que sempre a revista articula como “cura” ou superação do “problema/defeito” de não ter filhos, um saber construído no campo médico e difundido por diversos meios, dentre eles, a *Pais e Filhos*. Assim, para tal revista, o corpo sadio era fértil, e se a gravidez não ocorresse de forma espontânea, os vários especialistas deveriam ser consultados e ouvidos, sendo esse o “fim” determinado para todas as mulheres.

Nessa perspectiva, a revista era uma peça sofisticada na maquinaria de produção de corpos educados, corpos dóceis.

As mulheres são instigadas, na revista, a um constante exercício de autodomínio, de vigilância sobre si para conseguir a gestação, ou seja, para “vencer a infertilidade”. Em várias passagens, encontrei afirmações do tipo: “É necessário se prestar atenção ao muco vaginal para se saber quando se está ovulando”, ou então, “É necessário seguir todas as regras e procedimentos ditados pelos especialistas”. Outra estratégia discursiva era a orientação “É necessário reconhecer o quanto antes a gestação no corpo” e, finalmente, “É necessário consultar um médico o quanto antes”.

Tais discursos acabam por legitimar o corpo feminino como sustentáculo do processo reprodutivo, e os efeitos desse disciplinamento constituem uma tecnologia de poder que proporciona a emergência de uma nova consciência sobre o corpo, assim, se produz nas mulheres, a partir de seus corpos, um controle de sua condição, e mais, se reforça a ideia de que existe uma “condição de mulher”, que seria a experiência da maternidade.

Estar grávida e ser mãe parecem ocupar uma posição de prestígio dentro do contexto da revista e, dessa forma, a infertilidade ou a esterilidade são apresentadas como fantasmas que amedrontam os casais, e as mulheres em especial.

Ao voltar o olhar para outros temas dentro da revista, como, por exemplo, a participação masculina no cuidado das crianças, percebe-se que a *Pais e Filhos* modificou significativamente o discurso, pois, a partir da década de 1980, ocorreu

uma incorporação da figura paterna em tais assuntos dentro da revista. Todavia, o mesmo não se verifica quando analisamos o tema da infertilidade.

Em se tratando de infertilidade e esterilidade, a revista manteve, durante todo o período estudado (1968 a 2000), o mesmo discurso, um discurso de limitação feminina pela ausência de maternidade, um discurso de “cura” e de “culpa”, buscando encontrar razões que justificassem essa “falha da natureza”. Tais razões poderiam vir da genética ou mesmo da vida cotidiana, como o estresse.

Mas para além de se encontrar razões e culpas, a revista se propunha a apresentar soluções para mulheres isoladas por seus “corpos imperfeitos”, aproximando-as dos médicos especialistas na área de reprodução humana.

Curar mulheres imperfeitas, essa era a lógica e o discurso da revista, no que tange à infertilidade, em consonância com o discurso médico consolidado desde o início do século XX.

E, ao longo daquele século, foram construídos saberes, exercidos poderes e elaborados discursos vinculados ao medo, à culpa e à imperfeição das mulheres. As possibilidades para ser feliz ainda estão bastante limitadas pelos discursos normativos, pois a maternidade ainda é vista como um destino, um dever, e poucas vezes é considerada como uma das muitas escolhas possíveis das mulheres.

Dessa forma, no capítulo seguinte, pretendo tratar as formas como as mulheres que foram por mim entrevistadas se relacionam com seus corpos, com suas lembranças a respeito da vida sem filhos e com seus companheiros. Considero que tal desdobramento do tema se mostra necessário, na medida em que a maternidade, ou a ausência dela, é pensada socialmente em termos de parceria afetivo-sexual. Assim, conhecer as histórias de vida dessas mulheres, suas relações familiares e suas vivências amorosas, possibilitará debater acerca da construção das subjetividades femininas, bem como discutir as formas como casais lidaram com a ausência de filhos em suas relações cotidianas.

3 “A PELE QUE HABITO”: VIVÊNCIAS, PAIXÕES E CASAMENTOS

O ato fundador da escolha é ao mesmo tempo o poder de sedução da afinidade e sua perdição. A memória da escolha, seu pecado original, tende a lançar uma longa sombra e a obscurecer até mesmo o convívio mais glorioso, chamado afinidade. A escolha, diferente da sina do parentesco, é uma via de mão dupla.

(Zygmunt Bauman)

Este capítulo tem como objetivo analisar as experiências e memórias afetivas das mulheres que não foram mães. Pretende-se desenvolver uma análise a respeito das lembranças das mulheres, destacando as memórias da infância e da adolescência, e também as suas memórias sexuais e afetivas.

Considerarei que tal desdobramento do tema se mostra necessário na medida em que a maternidade, ou a ausência dela, é pensada socialmente em termos de parceria afetivo-sexual. Assim, conhecer parte das histórias de vida dessas mulheres, suas relações familiares e suas vivências amorosas, possibilitará debater acerca da construção de suas subjetividades, bem como discutir conceitualmente a importância da memória e suas significações na vida cotidiana. Além disso, ao se analisar as narrativas amorosas das mulheres não mães, o capítulo possibilitará debater a ausência de filhos na relação afetiva, abrindo a discussão para a pluralidade, tendo em vista que a ausência da maternidade foi vivenciada de maneira singular pelos sujeitos, e, de certa forma, compartilhada pelos valores e as expectativas sociais.

Contrariando a ideia preconcebida de que o casamento sem filhos tende a ser infeliz, ou que todas as mulheres sofrem por não terem sido mães, as falas e memórias das mulheres que não foram mães mostram que a “patologização” não foi incorporada por boa parte delas, e que as suas escolhas, suas limitações físicas ou as de seus parceiros não interferiam em todos os relacionamentos afetivos de forma significativa. Ao afirmar isso, não pretendo criar campos de polarização, onde, de um lado, teríamos aquelas que se sentem tristes e percebem a ausência de filhos como algo patológico e, em outro extremo, aquelas que não incorporam a patologização. Acredito que os indivíduos transitam nesses espaços discursivos, pois, por diversas

vezes, em uma mesma entrevista pude observar momentos de desejo de filhos e momentos de satisfação por não os ter. Perceber isso acabou por confirmar a complexidade das escolhas e dos sentimentos, assim como interpelar os estereótipos ligados à maternidade.

3.1 MEMÓRIAS DA INFÂNCIA: VIVÊNCIAS, SOCIABILIDADES E SONHOS

26 de abril de 2013. Esther estava sentada em um banco na frente do prédio onde mora atualmente e me chamou: “Ei menina, você não vai fazer entrevista comigo nunca? Leve seu bebê. Eu falo com você e cuido dele, não tenho problema com criança. Eu sei que você não foi porque não tem com quem deixar a criança, então leve”.⁴⁴

Havia combinado em entrevistá-la várias vezes e diversos contratempos surgiram, mais de minha parte do que da dela. Nesse dia, aquela pacata senhora, nascida em 1929, demonstrou o desejo de falar. Não apenas sobre a ausência de filhos, mas sobre seu mundo, suas verdades e experiências. O pedido de Esther, da forma como foi feito, colocou por terra uma de minhas dificuldades em entrevistá-la: sempre que eu a via, estava acompanhada de meu filho, que naquela época tinha 10 meses. Ela reforçou o pedido para que eu e ele fôssemos entrevistá-la. No mesmo dia, fui até sua casa e pude compartilhar de suas memórias e de sua forma peculiar de narrar-se.

Enquanto eu arrumava o gravador e ligava meu computador, Esther e Davi brincavam pela casa. Quando a entrevista foi realizada, Esther estava com 83 anos e uma saúde impecável. Ela fazia questão de o tempo todo segurar a criança, brincar, dar mamadeira e cuidar. Todavia, em sua vida pessoal, acabou por não ter filhos e não adotar nenhuma criança. Mas fazia questão de deixar claro que sua escolha não significava dificuldade em lidar com um bebê. Num primeiro momento, tive muitas dúvidas se deveria levar um bebê para a entrevista, principalmente pelo assunto a ser abordado. Mas, atendendo ao pedido da entrevistada, o levei e acabei

⁴⁴ Esta fala não é literal de Esther. Reproduzi aqui a cena e os sons de minha memória para representar o momento em que ela me chamou e solicitou a realização da entrevista por tantas vezes planejada, reforçando que poderia levar meu filho na entrevista.

por iniciar uma das reflexões centrais desta tese com essa atitude: não existe um padrão para mulheres não-mães⁴⁵, embora o saber médico e mesmo a própria revista *Pais e Filhos* procurassem traçar um perfil para elas, mulheres como Esther fogem da possibilidade de classificação exclusivamente pela ausência de maternidade.

Longe da ideia de se tratar de pessoas “egoístas” ou mesmo de “coitadas”, como por algumas vezes o senso comum tentou representá-las, elas demonstraram nas entrevistas que a maternidade e a ausência de maternidade não as definiam de maneira absoluta.

Esther, assim como as outras duas entrevistadas que pertencem à primeira geração de mulheres, falou pouco. Esse é um dos fatos que mais diferencia as entrevistadas da primeira geração das demais entrevistadas, pertencentes à segunda e à terceira gerações de mulheres. Todavia, mesmo dando respostas mais curtas e objetivas, foi possível reconstruir pela memória algumas experiências da infância e da vida dessas mulheres. Considero que a diferença de idade existente entre nós foi relevante para que elas tenham mantido um certo distanciamento nas entrevistas. Dessa forma, pude observar que expressões como a usada por Esther – “ei menina” – para se dirigir a mim eram recorrentes. As mulheres pertencentes à primeira geração me responderam com objetividade, sem lágrimas ou lamentações. Poucas palavras para sintetizar vidas longas, com experiências e memórias que retrocediam aos idos de 1920 e 1930.

Optei por abordar também a infância de minhas entrevistadas, por dois motivos centrais. Em primeiro lugar, a infância é significativa para analisar o papel e as representações das mães elaboradas por minhas entrevistadas. Dessa forma, a infância auxilia na solução parcial de minha problemática de pesquisa na medida em que compreender as representações de maternidade também compõe o eixo de análise da tese. Em segundo lugar, abordar a infância foi considerada uma técnica significativa como modelo de entrevista. Como uma estratégia metodológica, iniciar a entrevista pelas memórias da infância rompia com a tensão inicial de falar sobre sua vida e seu cotidiano articulado à ausência de maternidade.

Essa estratégia foi particularmente necessária para a realização das entrevistas com mulheres pertencentes à primeira e à segunda gerações. Essas

⁴⁵ Assim como não existe um padrão para a experiência de maternidade.

mulheres, sendo mais velhas (nascidas nos anos de 1920, 1930, 1940 e 1950), demonstraram maiores reservas para falar de suas vidas e de seus sentimentos. Além disso, também demonstraram maior resistência em conceder a entrevista.

Ao abordarem a metodologia da história oral, Meihy e Ribeiro (2011) afirmam que existe uma “qualificação das partes”. Nesse sentido, para os autores, ao se realizar uma pesquisa que utilize a história oral, o pesquisador deve estar ciente de que se estabelecem relações pessoais entre o entrevistador e os entrevistados e, desse modo, gera-se um contato diferente daquele relacionado com a documentação escrita ou qualquer outra documentação pré-existente. Pela história oral, é o contato, a entrevista, o ato de falar, ouvir e interpretar que acabam por potencializar a formação de um corpo documental que possibilita a pesquisa.

Sendo assim, o acesso às memórias dessas mulheres só me foi possível pela mediação de outras mulheres, via de regra mais velhas do que eu, que serviram de ligação entre a “moça” e a “senhora”. As entrevistas são, em si, um cerimonial que transforma a ação da pesquisa em um evento social permeado de encontros, desencontros e curiosidades. Tendo isso em mente, a estratégia de começar a entrevista pela infância e as sociabilidades, a escola e os namoros de juventude, foi singularmente importante.

A resistência em conceder a entrevista e mesmo a curiosidade com os motivos da pesquisa não estiveram presentes apenas nas mulheres da primeira geração, pois mesmo as mulheres mais jovens também demonstraram desconforto em falar sobre o fato de não terem filhos, embora em menor proporção.

Ione, uma mulher pertencente à segunda geração, psicóloga, moradora da cidade de União da Vitória/PR, solicitou o projeto de doutorado antes de aceitar falar. Enviei, e ela me respondeu com um questionamento: “Por que você colocou no título a expressão ‘úteros secos’? Meu útero é molhado, ele sangra todo mês.”⁴⁶ Ela aceitou falar porque leu o projeto e percebeu que a tese proposta ali não definia as mulheres como “doentes”, mas sim procurava historicizar a experiência da ausência de maternidade num período histórico que valorizou tanto a geração de filhos.

Outro ponto que a fez aceitar falar foi justamente o fato de que as perguntas iam além das questões da ausência de filhos. Depois de questionar sobre como

⁴⁶ O título inicialmente proposto para a pesquisa no projeto de doutorado era: “Úteros secos e corações gelados? Memórias femininas sobre a ausência de experiência de maternidade”.

seria, em linhas gerais, a entrevista, disse que aceitaria porque “seria bom falar de si mesma e lembrar a vida desde a infância”.

Assim, aceitar falar é, em sua essência, uma “doação”. A experiência de troca e compartilhamento que a entrevista possibilita a torna um registro amplo, complexo e plural sobre o que é lembrado e o que é esquecido ou silenciado. (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

Doar-se pareceu-me mais complicado para as mulheres da primeira geração, que, desconfiadas sobre as perguntas e sobre a pesquisa, sempre mantinham maior reserva ao falar, muitas vezes preferindo silenciar.⁴⁷

Retomando a entrevista de Esther, que me convidou para entrevistá-la, vê-se que ela também demonstrou reserva para falar da vida e do cotidiano sem filhos. Assim, mesmo tendo aceitado prontamente conceder a entrevista⁴⁸, Esther manteve a “regra” de falar pouco, ou seja, o mínimo necessário para registrar parte de suas experiências.

Ao falar de seu passado, ela recordou os pais de forma terna e, ao longo da entrevista, sempre narrou a infância em Ireneópolis/SC como uma época positiva.

A minha infância foi ótima. Mamãe teve dez filhos então eu tenho nove irmãos. Isso é bom porque deu pra brincar, a gente brincava muito na infância, dentro e fora de casa. Antes dava pra brincar na rua. Não tinha diferença de menino e menina, a gente brincava junto. Hoje são dois [irmãos] falecidos, mas ainda somos unidos. (Esther- primeira geração).⁴⁹

A recorrência à infância como uma fase boa e positiva, e as lembranças dos pais como pessoas cuidadosas, esteve presente em todas as entrevistas da primeira e da segunda gerações de mulheres.

Ao trabalhar com relatos sobre infância e brincadeiras na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX, Maria Alice Silva (1989) destacou a

⁴⁷ Nas três entrevistas realizadas com mulheres pertencentes à primeira geração, todas silenciaram longamente em uma ou outra pergunta, algumas vezes simplesmente respondendo “não sei”, ou então, “não lembro”. Via de regra, as perguntas sobre a infância, a família e os namoros na juventude eram facilmente respondidas. Todavia, a vida atual, o cotidiano da casa e a chegada da velhice sem filhos foram questões mais silenciadas, respondidas vagamente ou mesmo não respondidas.

⁴⁸ Todas as entrevistas da primeira geração de mulheres não-mães aqui analisadas só foram possíveis pela interferência de outras mulheres, via de regra mais velhas. O primeiro contato com Esther também foi feito com intermediação de outras senhoras. Dessa forma, quando me cobrou a entrevista, ela já estava ciente e de acordo com a realização. Em nenhum momento consegui um contato direto, e nas vezes que tentei fazer o convite para entrevista ele foi recusado.

⁴⁹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 26 de abril de 2013.

importância da análise da infância. Para ela, os relatos da infância, embora individuais, nos trazem a vivência de cada pessoa com o coletivo e, portanto, as relações estabelecidas com o contexto social em que se encontravam. Considero significativo salientar que vários estudos com história oral advertem que a rememoração do vivido não traduz a existência de um dado imediato à percepção (efetivamente realizado), pois na verdade o que ocorre é um ato cognitivo por parte do indivíduo que está recordando situações vividas num momento anterior de sua vida, todavia encontrando-se numa posição de distanciamento perante aquele período. Assim, o ato de lembrar não significa reviver o ocorrido. Antes de tudo, lembrar é reconstruir com os valores e significados do presente os acontecimentos e sentimentos passados. Portanto, o resultado dessa rememoração configura-se como uma atribuição de sentido efetuada pelo indivíduo às suas experiências passadas. (BOSI, 1994).

Lembrar-se da infância como uma fase alegre estabelece um padrão de diferenciação entre “aquele tempo” e hoje. Ao estabelecer tal diferenciação, é bastante comum que a memória recrie “aquele tempo” como melhor e mais feliz. Dessa forma, nas entrevistas, sempre considerei que as narrativas que escutei foram selecionadas nas memórias das mulheres, ou seja, como bem destacou Silva, “[...] o que é importante está relacionado com o que é contemporâneo.” (SILVA, 1989, p. 15).

Uma questão interessante no relato narrado por Esther sobre sua infância é a menção ao fato de que não havia diferença entre brincadeiras de meninos e de meninas, pois, segundo ela, “A gente brincava junto”. O fato de ter vivido sua infância numa localidade pequena do interior de Santa Catarina auxilia a compreender a ausência de distinção de gênero nas brincadeiras. Maria Alice Silva (1989) fez um panorama geral sobre brincadeiras infantis ao longo dos tempos e constatou que nas localidades mais rurais, ou mais interioranas, as brincadeiras eram praticamente as mesmas para meninos e meninas. A autora cita como principais brincadeiras: “[...] cavalo-de-pau, cata-vento, pião, peteca, boneca, arco, miniaturas, bola.” (SILVA, 1989, p. 18). Esther destacou, em sua lembrança, a brincadeira em conjunto (meninos e meninas) e também um espaço, a rua. Dessa forma, as brincadeiras lembradas na entrevista foram mencionadas como algo positivo, de interação afetiva e social, destacando a ideia de uma infância feliz e livre.

Todavia, Esther fornece pistas de que sua infância não foi só de brincadeiras e igualdade entre irmãos e irmãs. Ela informa que, assim como suas irmãs, ajudava a mãe nas tarefas e cuidava dos irmãos mais jovens.

Eu cuidava dos meus irmãos, sempre cuidei desde bem pequena porque sou uma das mais velhas. Eu tinha que ajudar a mãe, então eu brincava, entretia eles. Eu não gostava de trocar as fraldas, mas tinha que ajudar no banho quando eles já eram um pouco maiores. Famílias antigas eram assim. (Esther – primeira geração).⁵⁰

Os trabalhos domésticos e os cuidados com os irmãos menores sempre ficavam sob a responsabilidade das meninas, o que demonstra que o tempo para as brincadeiras, ressaltado por ela no início da entrevista, não era exatamente igual para os meninos e as meninas da família.

Outro ponto destacado por Esther é sua relação com os irmãos. Ela relatou que eles sempre foram muito unidos, que se visitam e falam por telefone, procurando demonstrar que desde a infância a harmonia reinava na família.

Mas, tratando especificamente de uma de suas irmãs, ela reconstrói suas vivências demonstrando que havia espaço para tudo, inclusive para a disputa:

Eu frequentei a escola e sempre gostei muito, por isso me formei professora. Quando eu era criança eu tinha mágoa de minha irmã mais velha. Ela ia pra escola e eu não. Quando eu pude ir, já sabia ler e escrever porque ficava olhando ela, imitando, vendo como ela fazia a tarefa. (Esther – primeira geração).⁵¹

Considero que essa ambivalência de sentimentos, ora demonstrando a união entre os irmãos e a harmonia familiar, ora falando em mágoa da infância pelo fato de só poder ir à escola um pouco mais tarde, demonstra que a memória não é e nem precisa de uma coerência exata, de uma sequência singular de sentimentos e, principalmente, que as emoções escolhidas para serem narradas na entrevista não podem ser categorizadas dentro de modelos explicativos fixos. Elas são contraditórias, suas memórias e narrativas também o são e isto demonstra a complexidade de suas histórias, demonstra sua humanidade.

Em outra entrevista, Catarina, uma mulher oriunda do meio rural que nasceu em 1946, na cidade de Reserva/PR, e pertence à segunda geração de mulheres, também recordou a infância de forma idealizada.

⁵⁰ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Hail Vázquez, em 26 de abril de 2013.

⁵¹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Hail Vázquez, em 26 de abril de 2013.

Ela nasceu e cresceu em Reserva, e a família era proprietária de terras na região. Com isso, a vida de Catarina e de sua irmã Maria Clara (que também não teve filhos) sempre esteve ligada ao trabalho na lavoura e também ao trabalho doméstico familiar. Elas cuidavam da casa, ajudavam a mãe e atualmente moram somente as duas em uma casa situada num sítio praticamente dentro da cidade de Reserva.⁵²

Reforçando a ideia da criação de uma infância perfeita, ao relembrar e reconstruir essa etapa de sua vida, Catarina disse:

Nunca tomei nem um tapa... Na verdade eu nunca mereci. Eu obedecia o pai e a mãe de bom coração. Logo que a gente já podia era assim... meio dia na escola, meio dia na roça. A mãe era carinhosa, o pai também. Os dois eram iguais, foi uma infância boa. Acho que a mãe era um pouco mais carinhosa que o pai. (Catarina- segunda geração).⁵³

A irmã de Catarina, Maria Clara, nasceu em 1939 e pertence à primeira geração de mulheres. Ao relembrar a infância, assim como a irmã mais nova, ela relata o trabalho na lavoura, mas em momento algum esse trabalho é lembrado com tristeza. O fato de trabalhar desde criança na roça para ajudar a família é narrado com orgulho pelo dever cumprido. Interessante também observar que, apesar do pouco tempo que restava para a brincadeira ou o descanso, Maria Clara também reconstrói sua infância como tendo sido boa, como uma época feliz.

Da minha infância eu só tenho lembranças boas, tenho saudade. Só lembranças boas mesmo. A gente nunca brigava. Os irmãos sempre se davam bem. A gente trabalhava na roça, desde que eu me conheço por gente. Mas eu não ficava chateada, eu gostava... gostava mais do que de brincar. Porque eu sabia que tinha que trabalhar, né. Às vezes dava tempo de brincar, a gente gostava de brincar de boneca e de peteca, de tudo um pouco, né. (Maria Clara- primeira geração).⁵⁴

Cabe destacar que as duas irmãs nunca casaram ou tiveram namoros duradouros, sendo assim, desde a infância moram juntas na casa que ficou como herança após a morte dos pais. Essa residência está localizada em um sítio, e bem

⁵² As terras da família foram divididas entre os irmãos. As duas irmãs solteiras ficaram com um pequeno pedaço de terra que fica a poucas quadras da cidade. Este fato auxilia na locomoção das irmãs e faz com que elas possam ter uma vida parcialmente rural (criar galinhas, cuidar de porcos, ter alguma plantação, horta) e ao mesmo tempo estejam praticamente dentro da cidade para ter acesso a posto de saúde, hospital, mercado e também poder frequentar a igreja matriz.

⁵³ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

⁵⁴ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

próximo também estão os demais irmãos e irmãs de Maria Clara e Catarina, vivendo em outros sítios.

Assim, as memórias da infância acabaram por ajudar na consolidação de um sentimento de pertencimento. A ideia de família e de infância feliz compõe uma espécie de “identidade” coletiva familiar que fornece segurança e cria um espaço de interação entre a vida de hoje e a de ontem (da infância e do cotidiano em família).

[...] a "rememoração" [...] proporciona o sentimento da distância temporal; mas ela é a continuidade entre presente, passado recente, passado distante, que me permite remontar sem solução de continuidade do presente vivido até os acontecimentos mais recuados da minha infância. (RICOEUR, 1996, p. 8).

É evidente que, nesse processo de remontar o vivido e se deparar com a infância, nem sempre as lembranças são exclusivamente positivas. Todavia, a impressão que quiseram dar foi a de um momento de felicidade, apesar das dificuldades.

Enquanto estratégia metodológica, começar perguntando sobre a infância e os irmãos foi significativo e produtivo, ajudando a compor um novo espaço de investigação dentro da pesquisa: as experiências amorosas. A relação que se estabelece entre esses dois campos da vida, a infância e a vida sexual-afetiva, se dá na medida em que as entrevistas não se limitaram a saber sobre o filho que não chegou ou os motivos da ausência de maternidade. A infância e a vida afetiva são fundamentais para conhecê-las melhor, independente das questões vinculadas à ausência de filhos.

Retomando a infância, foi possível traçar um fio condutor da entrevista que estava centrada na mulher que falava e não no filho que ela não teve. Entretanto, quando as entrevistas abordavam os namoros, o casamento e mesmo a cobrança do filho ou descoberta da impossibilidade de engravidar, as questões se deslocavam das mulheres em si para o terreno da ausência de maternidade.

Analisar a pluralidade da vivência do amor nas memórias dessas mulheres é o que pretendo abordar a partir de agora.

3.2 O AMOR E AS SOLTEIRAS

Rogo que entres em tua vida.
Rogo que aprendas a dizer “EU”, quando te
questiono;
Pois não é parte, mas um todo. Não és parcela,
mas um ser.

(Ezra Pound)

Sempre que as entrevistas com mulheres não-mães foram realizadas, uma das temáticas centrais eram os relacionamentos amorosos. Nesse sentido, o amor antigo era de alguma forma revivido e redesenhado pela memória. As dores, tristezas e os momentos felizes foram narrados com maior ou menor emoção, mas sempre de forma a singularizar cada experiência amorosa e com ela deixar surgir outros sentimentos, muitas vezes contraditórios, sobre o namoro, o abandono ou a opção pessoal pelo rompimento do vínculo afetivo. Sentimentos que muitas vezes levaram algumas das entrevistadas às lágrimas ou, no extremo oposto, ao silêncio e ao uso de palavras formais para descrever relações de cunho tão pessoais.

Para abordar da forma mais ampla possível as entrevistas realizadas e as histórias de amor nelas contidas, optei por dividir as mulheres entre as solteiras, ou aquelas que nunca chegaram a coabitar com alguém, e as casadas, que conviveram maritalmente por algum tempo de sua vida. Dessa forma, estar casada no momento da entrevista não foi o único critério para que aquela entrevistada fosse analisada como “casada”, mas a convivência marital em algum momento da vida é que determinou a classificação no grupo das casadas.

Ao estabelecer essa classificação, foi possível verificar que, via de regra, as mulheres solteiras costumavam falar muito pouco sobre suas vivências afetivas. Não acreditamos que se tratou da ausência de experiência amorosa, mas sim que os namoros, as paqueras e as paixões não resultaram em algo que elas quisessem narrar.

Quando tratei das entrevistas das solteiras, pude observar que eram feitas de forma menos emocional, mais contidas. Dificilmente o nome de um homem era citado por iniciativa delas, pois elas falavam do amor em geral. Falavam dos

namoricos da juventude, mas não de um grande amor de suas vidas, e quando o faziam era, na maioria das vezes, sem demonstrar saudades.

É como se a vida fosse tomando outro rumo, outros afazeres que acabavam por impedi-las de seguir na busca de um amor, e elas aceitaram a condição de mulheres preocupadas com outras coisas.

O amor transferido para os familiares ou mesmo para alguns animais de estimação, acabou por se transformar em um detalhe da vida e não em um objetivo a ser alcançado.

Essas constatações podem ser observadas para as três gerações de mulheres aqui estudadas, mas destacadamente a primeira e a segunda foram as que demonstraram com mais intensidade essa característica.

Em artigo de 1989, Cláudia Fonseca analisa as “solteironas de fino trato”, ou seja, mulheres solteiras nascidas entre a última década do século XIX e a primeira do XX, pertencentes às camadas médias da população francesa. O trabalho, que no início esboçou relação entre a solteirice e a Primeira Guerra Mundial (tendo em vista a hipótese que muitas mulheres ficaram sem casar devido à baixa na população masculina decorrente da guerra), logo se mostrou mais complexo. A autora demonstrou que a solteirice as colocava numa situação de cuidadora, ou seja, as mulheres que não casaram acabavam ajudando a família como babás, guardiãs da memória familiar ou mesmo administradoras do grupo de parentela. Além desses afazeres, eram elas, as solteiras, que se responsabilizavam pelos cuidados com os pais nos momentos de velhice e morte.

Relatos de amores e namoricos são encontrados nas entrevistas analisadas por Fonseca (1989), mas são relatos vagos, “perdidos no tempo”, pois, via de regra, existia um reforço do espaço familiar, dos afazeres e dos cuidados com os demais membros da família. Dessa forma, a possibilidade de encontrar um marido não ocupou o centro da vida, pelo menos não no momento da narrativa para a entrevista.

Da mesma forma, as mulheres sem filhos e solteiras que me concederam entrevista construíram uma narrativa mais voltada para a memória familiar do que para a memória amorosa pessoal. Elas, cuidadoras de sobrinhos, de animais de estimação ou de si mesmas, narraram o amor de maneira formal, sem grandes sofrimentos, rancores ou mesmo desejos. Isso não significa que tais mulheres nunca se apaixonaram ou vivenciaram amores, porém significa que, no momento da entrevista a possibilidade do detalhamento de tais vivências não foi importante para

elas. Penso que não se trata de uma falha minha no fato de não insistir em detalhar tais memórias. Considerei que respeitar o limite oferecido pelas entrevistadas seria o melhor caminho para a entrevista. Além disso, como almejo problematizar sentimentos e subjetividades, verificar os silêncios, as respostas vagas e também as curtas, me pareceu tão significativo quanto me debruçar sobre longas linhas de narrativas amorosas. O silêncio também é loquaz e sua presença constante, em maior ou menor intensidade, nas falas sobre a vida amorosa das mulheres sem filhos apresentadas nesta tese pode, inclusive, auxiliar na compreensão histórica sobre as sociabilidades dessas mulheres ao longo do século XX.

Todas as mulheres que me concederam entrevista e pertencem ao que chamei de primeira geração são solteiras. Esther, nascida em 1929, Ernestina, em 1934, e Maria Clara, em 1939, nunca chegaram a coabitar maritalmente com um homem. Sendo elas “moças que ficaram sem casar”, a possibilidade de engravidar ou mesmo de adotar uma criança era praticamente impossível, tendo em vista os valores morais daquela época. Cláudia Fonseca (1989) percebeu, em suas entrevistas com francesas solteiras, que, embora nas primeiras décadas do século XX o dote já fosse considerado um costume ultrapassado, arrumar um “bom” marido ainda dependia de algum recurso financeiro para grande parte das famílias. A possibilidade de frequentar bailes, usar belos vestidos e mesmo circular em chás familiares, para assim estabelecer um flerte com alguém do mesmo nível social ou superior, eram fundamentais para se conseguir casamento. As entrevistadas de Fonseca consideravam que casar com “qualquer um”, ou seja, com alguém de nível socioeconômico ou escolar inferior ao delas, não parecia adequado. Não encontrar um marido “à sua altura” e as dificuldades em circular publicamente, seja pela severidade do pai ou pela falta de dinheiro para comprar roupas e frequentar bailes, foram parte dos argumentos discursivos usados pelas mulheres entrevistadas pela autora.

As mulheres que formam a primeira geração apresentada neste trabalho também viveram sua juventude e mocidade no início do século XX. Solteiras, todas mencionam o zelo excessivo do pai e narram a infância com algum grau de dificuldade financeira, ou então deixam claro que não havia luxo em suas vidas. Questões como dote ou tentativa de conseguir um marido do mesmo nível econômico ou superior não foram mencionadas por minhas entrevistadas. Mas certo afastamento do “mercado matrimonial” pode ser percebido nas entrevistas.

Quando perguntei a Maria Clara sobre seus namoros de juventude, ela me respondeu: “Tive namoradinho... só brincadeira, só. Uns dois ou três, mais ou menos... Mas nunca levei na casa, nunca namorei sério. Era só de olhar.” (Maria Clara- primeira geração).⁵⁵

Os motivos que tornaram esses namoros pouco sérios ou mesmo sem a possibilidade de se levar para casa e apresentar para a família, não foram apontados nem por Maria Clara. Respostas como “não dava certo”, “nem me lembro”, ou então “o pai não gostava”, foram bem frequentes ao longo da entrevista, e os namoradinhos pertenciam a algum canto da memória dessas mulheres, canto esse que não consegui penetrar, talvez porque não fosse importante ou porque era uma daquelas regiões da memória que não devem ser visitadas.

Nem o nome, nem o tempo de namoro, nem a intensidade do gostar me foram revelados. Desse modo, procurei conduzir a entrevista para a vida cotidiana sem filhos, e a pergunta que fez a ponte entre o amor e a ausência de filhos era: “Como era chegar na maturidade da vida e nunca ter se casado?”.

Maria Clara me disse vagamente que a vida foi se encaminhando assim e ela nada pode fazer. Porém, deixou claro não sentir tristeza pelo fato de não ter se casado, mas preferiu não falar muito sobre a maturidade sem a experiência do amor/paixão: “Sei lá, mas acho que ficar velha e sem marido não me deu tristeza, foi tranquilo assim... [silêncio].” (Maria Clara – primeira geração).⁵⁶

Já sua irmã Catarina, nascida em 1946 e pertencente à segunda geração de entrevistadas, demonstrou maior vontade de ter se casado, pois me disse: “Uma hora ou outra a gente pensa ‘se tivesse casado’ podia ser melhor a vida, né!” (Catarina – segunda geração).⁵⁷

Denis de Rougemont (2003), ao tratar do mito do casamento moderno, demonstra que todos os adolescentes que viveram na sociedade burguesa foram educados em alguma medida para o casamento. Não apenas para o “casamento-contrato”, mas sim para uma atmosfera de romantismo que passou a envolver o casamento a partir do século XVIII. Essa atmosfera foi reforçada por leituras de romance, por peças teatrais e mesmo por diversas referências cotidianas que

⁵⁵ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

⁵⁶ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

⁵⁷ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

compunham um sentido subliminar de que a paixão é uma experiência suprema da vida humana e, portanto, todos deveriam conhecê-la.

Catarina parece comungar dessa atmosfera romântica, pois ela não ficou restrita à burguesia. Em certa medida, ela projeta uma vida que nunca existiu e concede ao casamento, ou à ideia de ter um marido, a hipótese de poder ter tido uma vida melhor. Diferente de Maria Clara, que afirmou não sentir tristeza alguma pela ausência de matrimônio, Catarina admitiu que o casamento poderia ter lhe trazido mais felicidade do que na realidade ela teve.

Esther, nascida em 1929, também disse que a vida poderia ter sido melhor se tivesse se casado. Ela teve um relacionamento mais duradouro e por uma fatalidade não se casou. Seu noivo faleceu e Esther não quis mais se envolver emocionalmente.

Ela narra sua história de amor contando da paixão que sentiu e que não se concretizou em um casamento:

Eu tive namorados. Tive até vários namoradinhos, mas sério mesmo só um. E cheguei a ficar noiva dele. Nós namoramos por cerca de 8 anos mas ele faleceu. Morreu de infarto... Eu que levei ele pro hospital, mas quando chegamos lá ele já estava morto. Eu acho que tinha uns 30 anos quando ele morreu e ele tinha 30 e poucos anos. Era pouca coisa mais velho que eu. Foi difícil superar, na verdade acho que nunca superei. Depois desse namoro não tive relacionamento sério, somente namoro esporádico. Eu não quis mais ninguém. (Esther- primeira geração).⁵⁸

Apesar de mencionar o fato de nunca ter superado a perda de seu noivo, Esther compôs uma narrativa pessoal que a articula com a imagem de uma mulher muito bem resolvida no campo afetivo. Distante da imagem de “coitadinha”, ou mesmo de mulher solitária, ela revela, por meio de sua fala, que chegar aos 83 anos de vida sem nunca ter se casado não se tornou um problema para ela.

Chegar na maturidade e não estar casada pra mim é normal. O cotidiano na moradia é viver e ter algumas recordações. Eu leio muito, já li mais, depois dos 80 [anos] ando preguiçosa. Acho que ultimamente tenho um pouco de preguiça mental. Escolho textos e livros menos volumosos. [risos] Quando é texto muito grande leio um pouco, pulo um pouco. Pra mim ler é tipo de vício. Comecei a ler desde criança, os meus pais liam e a gente pegou o hábito da leitura. Mas viver sem marido dá nisso, tempo pra ler. [risos] Por exemplo, hoje eu fiz só um macarrão ao óleo porque dá preguiça de cozinhar só pra mim. Quando mais nova eu gostava muito de cozinhar. Sozinha nem adianta fazer muita comida, de repente azeda, mesmo na geladeira. Penso que você nunca morou sozinha, então quando fica com bastante pessoas você acostuma e depois que as pessoas vão embora

⁵⁸ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vazquez, em 26 de abril de 2013.

você acha falta. Mas quando se está acostumado sozinho, se vem muita gente te visitar acaba incomodando, ainda mais se ficam muito tempo. (Esther- primeira geração).⁵⁹

O casamento foi considerado historicamente como um importante meio de “amadurecimento”. Nesse sentido, por muito tempo, o fato de oficializar uma relação afetiva significou entrar plenamente “no mundo dos adultos” e compreender suas responsabilidades. Em contrapartida, não oficializar de nenhuma forma a união poderia implicar na exclusão total ou parcial do mundo das relações adultas familiares. (THERBORN, 2006). Sendo assim, muitas vezes as próprias entrevistadas se colocavam como excluídas de certas significações desse mundo do amor vivido pelo casamento.

Ainda tratando de entrevistadas que pertencem à primeira geração de mulheres, temos a narrativa de Ernestina, nascida em 1934. Para ela, o fato de ficar solteira era culpa do pai, o qual descreveu como muito severo.

Quando a questionei sobre seus namorados, Ernestina disse:

Eu tinha... foi uns dois ou três. Na base da brincadeira, o pai não deixava. Então nunca foi sério. Nunca levei um namorado pra casa. Era um namoro de zóio [sic], não sentava no sofá da sala. Não tiveram o gosto... O pai era turrão e queria segurar demais, né. No fim deixou nós [sic] presa. Aquele que ele queria a gente não queria. Daí ele fez eu ficar quase noiva de um rapaz... mas eu não queria... Desisti. Eu não gostava dele, não adianta. Ele [pretendente amoroso] era um galinha, ele queria, mas eu não queria. (Ernestina- primeira geração).⁶⁰

A figura do pai apareceu de maneira significativa nessa entrevista. As tarefas e cuidados que foram dispensados para o pai acabaram por suprir ou justificar a ausência do matrimônio. Ernestina ficou solteira e acreditou que teria mais tempo que os demais irmãos para cuidar do pai doente ou mesmo de seus sobrinhos.

Retomando a análise de Therborn (2006), é como se ela nunca tivesse entrado no mundo dos adultos, pois o fato de não ter se casado e não ter seus próprios filhos a colocava à disposição para atender as necessidades dos demais membros da família.

Um fato significativo no trecho da entrevista citada acima é a parcial autonomia que Ernestina mencionou. Mesmo afirmando que o pai era severo, ela recusou um pretendente que o pai lhe havia arrumado. Ao falar, ela demonstra o

⁵⁹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vazquez, em 26 de abril de 2013.

⁶⁰ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 03 de junho de 2013.

poder que o pai teve: “ele fez eu quase ficar noiva de um rapaz”, porém, conclui falando que “desistiu” porque, dentre outras coisas, não gostava do rapaz.

Com isso, Ernestina demonstrou que nem tudo era submissão e obediência. Ela não quis, decidiu romper e rompeu. No momento da entrevista, não demonstrou nenhum arrependimento pelo rompimento de seu único namoro sério. Considero que, em certa medida, ela optou por permanecer solteira a ter um casamento escolhido pelo pai. Nem todas as mulheres agiam assim. Algumas nunca encontraram um amor que pudessem classificar como sério e outras optaram por casar. Exemplo disso é observado na pesquisa de Claudia Fonseca (1989), quando uma das entrevistadas diz que não casou porque não encontrou marido, não encontrou o “verdadeiro amor”. Mas essa mesma entrevistada narra o casamento de sua irmã da seguinte forma: “Minha irmã admitiu para minha mãe antes de casar: ‘Não mamãe, não é uma grande paixão. Mas ele me ama, e talvez eu aprenda a amá-lo. E essa, é a minha oportunidade de casar e ter filhos’.” (FONSECA, 1989, p. 116).

Conseguir amar, casar e ter filhos, sonho buscado intensamente por algumas, mas não por todas as mulheres. Ernestina escolheu não arriscar a chegada posterior do amor, classificou seu pretendente como “galinha” e, nessas condições, preferiu esperar, ou não casar.

Sobre o fato de chegar à maturidade sem estar casada, ela comentou:

Nem pude pensar em marido. A gente sofria por ficar solteira, mas tinha o pai, que a gente estava lidando com ele. Ele sempre estava doente. Então não deu tempo de lembrar disso [casamento]. Mas que faz falta faz... até hoje... por pior que seja um homem ele é um companheiro. Fui ficando sozinha. Mas, pensando bem, antes sozinha do que mal acompanhada. (Ernestina – primeira geração).⁶¹

Ernestina cuidou do pai, dos sobrinhos, quando eram pequenos, e da irmã, que faleceu em 2012. Só começou a trabalhar fora de casa depois dos 50 anos, mais por necessidade financeira do que por decisão pessoal e no momento da entrevista, quando estava com 79 anos de idade, morava sozinha, sem mais desejar ou sonhar em encontrar um companheiro. Ela deixou claro na entrevista que a ausência de filhos não foi uma opção consciente, mas sim a consequência de não ter se casado. Fato peculiar é que ela destacou a ausência absoluta de experiência sexual, questão que as demais mulheres da primeira e da segunda gerações não

⁶¹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 03 de junho de 2013.

mencionaram. Não perguntei diretamente sobre a vida sexual, mas Ernestina, para explicar porque não teve filhos, me relatou: “Não tive filho porque não casei, só por isso. Porque eu nunca dei pra homem nenhum [risos]. Porque se eu tivesse dado pra algum aí eu tinha filho.” (Ernestina – primeira geração).⁶²

Mary Del Priore, ao traçar um panorama da história do amor no Brasil, menciona a articulação de saberes religiosos e médicos que “[...] acabavam por consagrar a ética do bom e do mau comportamento sexual feminino.” (PRIORE, 2006, p. 208). Nesse sentido, valorizar a falta de experiência sexual ajudava a compor uma imagem de bom comportamento para Ernestina, pois os diferentes discursos que tratavam da sexualidade feminina até meados do século XX acabavam por consagrar a virgindade e o regramento sexual como definidor da “boa mulher”. No extremo oposto, a vivência da sexualidade, o adultério, ou mesmo os pensamentos sobre o sexo, poderiam levar as mulheres à perda da honra, da reputação e mesmo da sanidade mental.

Valorizar a falta de experiência sexual foi a forma encontrada por Ernestina para narrar-se como mulher honesta e altruísta que abriu mão de parte de sua vida afetiva para cuidar da família.

Considero, ainda, ser significativo mencionar que a liberdade com que Ernestina falou sobre sua sexualidade, e mesmo o vocabulário usado por ela para mencionar o fato de se manter virgem, se deve ao fato de que possuímos uma relação de parentesco distante, mas que foi o agente facilitador da entrevista realizada. Amiga e comadre de minha avó materna, Ernestina respondeu com a intimidade conferida pela certeza de que poderia confiar alguns de seus sentimentos a mim. Mesmo assim, não foi uma entrevista longa, confirmando algo já mencionado aqui, as mulheres da primeira geração optaram por falar de modo mais geral, sem fazer uso de muitos detalhes sobre suas memórias.

Já nas entrevistas da segunda geração, não existe uma homogeneidade quanto ao estado civil. Catarina, nascida em 1946, é solteira, porém Maria Luiza, de 1941, e Ione, de 1954, foram casadas, mas no momento da entrevista estavam separadas. Portanto, nesse momento, a entrevista com Catarina é a única que mapeia a solteirice de mulheres nascidas entre os anos de 1940 e 1950.

⁶² Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 03 de junho de 2013.

Catarina vive atualmente com sua irmã (Maria Clara), em Reserva/PR, e, em sua entrevista, pude observar claramente esse distanciamento para falar do amor. Ao longo da entrevista, sempre demonstrou reservas para responder as perguntas, e elas se intensificaram quando foi questionada sobre o amor.

Com um sorriso tímido e tenso nos lábios, ela respondeu que teve namorados na juventude:

Eu tive, na verdade eu tive dois namorados. Mas eu nunca levei na casa, eu achava que o pai não ia gostar. [...] Não era pra casar mesmo, né... sei lá. Só comecei a paquerar quando eu tinha uns 24 ou 25 anos, mas não deu certo. Daí fui ficando sem casar, e sem namorar [risos]. (Catarina – segunda geração).⁶³

Embora o casamento fosse apresentado como um dos mais perfeitos destinos para uma moça que viveu sua juventude no final dos anos de 1950 e ao longo da década de 1960, Catarina demonstrou que aprendeu a lidar com sua solteirice, pois para ela “não deu certo” o casamento, e a explicação é simples e objetiva: “não era pra casar”. Todavia, quando a questioneei sobre se em algum momento da juventude chegou a se preparar para o casamento, como, por exemplo, fazendo enxoval ou pedindo para que sua mãe o fizesse, ela respondeu: “Eu nunca me importei de querer fazer enxoval. Nunca, não. A mãe às vezes fazia uma coisinha ou outra, uns bordadinhos de ponto cruz, né... mais coisa sem importância.” (Catarina- segunda geração).⁶⁴

Quando Catarina mencionou isso, além das palavras em si, sua expressão facial também revelou que a ideia do enxoval e da preparação para um casamento que poderia ocorrer algum dia realmente eram coisas sem importância. Franzindo a pele do rosto e gesticulando com as mãos de maneira a expressar a ideia de “deixa pra lá”, ela seguiu falando que o enxoval e o casamento não eram tão significativos para ela, ocupada demais com os afazeres da lavoura, no interior do Paraná.

Pouca coisa ela mencionou sobre o amor e o convívio com algum namorado. Quando lhe perguntei o nome dos dois namorados com que afirmou ter se relacionado durante a juventude, ela não conseguiu lembrar, ou preferiu não me confidenciar.

⁶³ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

⁶⁴ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

Mais empolgação, ela demonstrava quando contava que desde criança colhia feijão, ajudava na lavoura de milho, matava galinha e até ajudava a matar porcos. Mais vitalidade em sua fala e em seu olhar, ela manifestava quando falava dos afazeres para ajudar sua mãe em casa e, atualmente, ajudando a cuidar de seu sobrinho-neto do que ao falar de qualquer paixão dos vinte anos.

Quanto às mulheres mais jovens, pertencentes à terceira geração, ao falarem de seus amores e da ausência de casamento, percebi uma nítida diferenciação em relação às entrevistas das mulheres da primeira e da segunda gerações: elas namoram e têm, em alguma medida, um relacionamento amoroso duradouro. Casar ou não para elas não é uma imposição paterna ou mesmo uma fatalidade.

Esse é o caso de Patrícia, uma professora de matemática da Rede Estadual de Ensino do Paraná, nascida em 1970. Ela mencionou o fato de ser muito seletiva com namorados e, devido a isso, durante a adolescência praticamente não teve paqueras, só namoros. Todavia, Patrícia vive um relacionamento duradouro, contudo sem morar junto, com seu companheiro. Tal fato se deve a uma escolha de ambos. Segundo ela:

Não tive muitos namorados, sempre fui muito seletiva. Eu estou namorando há 19 anos... e nos damos muito bem. Eu já tenho a minha casa... eu vou namorar e vou brincar de casinha na minha casa. Eu quero ver se um dia eu chegar a morar lá se eu vou me sentir dona da casa. A minha casa é nos fundos da casa da sogra. Funciona assim: ele come e dorme na mãe dele e daí nós vamos assistir televisão na nossa casa. E eu volto pra casa da minha mãe (Patrícia – terceira geração).⁶⁵

Patrícia pode se casar, já construiu uma casa e vive uma relação estável, mas prefere apenas “brincar de casinha” do que assumir as dificuldades e possibilidades de um casamento.

Ela segue narrando sua longa história de amor e, mesmo depois de passados 19 anos de convivência, comenta que a relação foi estruturada e se manteve como um namoro e nada mais.

O que acontece na família dele é só ele que resolve e o que acontece na minha sou eu que resolvo. Nem financeiramente a gente tem ligação forte... somos só namorados há 19 anos. A única coisa que poderia falar de mais intimidade é que só eu que deposito dinheiro na conta dele. Porque ele não

⁶⁵ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

sabe nem mexer no banco... [risos]. Mas o dinheiro dele é dele, o meu é o meu (Patrícia- terceira geração).⁶⁶

Na fala de Patrícia, há um acento na sua independência, tanto financeira quanto emocional. Não cabe aqui analisar se essa independência é efetiva ou não, mas sim perceber a forma de narrar, a maneira como ela contou a sua história de amor. Nesse sentido, parece que as mulheres nascidas na segunda metade do século XX tiveram mais autonomia em seus relacionamentos afetivos/sexuais. É claro que não podemos afirmar que tal se deu em todas as histórias amorosas, mas é um indício de que, nessa segunda metade do século XX, começaram a surgir novas formas de relacionamento. A pluralidade na forma de vivenciar o amor, ocorreu em diferentes tempos históricos, mas foi apenas nesse período que familiares, médicos, vizinhos e, muitas vezes, os próprios casais começaram a aceitar outras formas de relacionamento. Patrícia não sentiu receio ou vergonha de contar que o casal optou pelo namoro e não se sente menos amada por seu parceiro, em virtude dessa escolha, pois não foi apenas dele, mas do casal.

Quando questionei sobre como foi ter chegado à maturidade sem estar casada, ela respondeu:

Foi maravilhoso... [gargalhadas]. E falo isso em todos os sentidos. Sem a responsabilidade de ser mãe ou de ser esposa. Porque eu cheguei na maturidade sendo filha, só filha. E mesmo sendo a irmã mais velha, sendo solteira, o bebê da casa sou eu... [gargalhadas] pois os outros filhos já casaram. Ainda mais eu assim... com esta cútis de maçã. Em nenhum momento eu desejei casar. Talvez quando eu tinha uns 15 anos... eu pensei, mas não aquela coisa obsessiva... quero casar... quero... isso não, nunca pensei em casar! (Patrícia – terceira geração).⁶⁷

Todavia, a posição de Patrícia não é comum entre as mulheres, tampouco entre as mulheres da terceira geração. Na entrevista realizada com Regiane, nascida em 1974 e que também vive em Reserva/PR, é possível observar que o desejo do casamento ainda é fortemente idealizado pelas mulheres.

Pertencentes à terceira geração de mulheres sem filhos, morando na mesma cidade e com apenas quatro anos de diferença de idade, Regiane e Patrícia convivem com a ideia de casamento de maneiras diferentes.

⁶⁶ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

⁶⁷ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

Enquanto Patrícia não sente falta das responsabilidades de ser mãe e esposa, Regiane sonha com o dia de seu casamento e com seus futuros filhos. Ela fala de seus namoros e de seu atual namorado com ideal romântico.

Eu tive poucos namorados. Era mais de ficar do que de ter namorado. O primeiro que levei pra casa é esse que tô namorando agora e tô noiva. Começou quando eu tinha 35 anos. Eu beijei na boca com uns 21 ou 22 anos... não era muito de namorar (Regiane- terceira geração).⁶⁸

Em outro ponto da entrevista, quando questionada sobre a maturidade e a ausência de casamento, ela comentou:

Eu me sinto só. Por motivo que sempre quando eu falava de casar minhas irmãs falavam assim, “você ficou pra cuidar do pai, mas não pra casar”. Elas acham que eu sou obrigada a ficar, porque sou solteira, só eu tenho que cuidar dele [pai]. Às vezes eu também acho isso... numa situação que tá agora eu sou obrigada a ficar. Se eu pudesse eu queria casar, mas o pai tá muito doente (Regiane- terceira geração).⁶⁹

A rotina de cuidados e afazeres é constante na vida de Regiane. Embora ela seja a filha responsável em cuidar do pai, também trabalha como diarista, de segunda à sexta-feira. Sendo assim, Regiane tem pouco tempo para pensar nos sonhos de casamento. Além disso, embora esteja montando uma casa junto com seu noivo, ela mesma reforça o fato de que não pode casar. A doença paterna e as dificuldades financeiras acabaram por impor um limite aos sonhos de casamento e maternidade de Regiane. Essa relação entre a filha solteira e os cuidados com familiares dependentes se manteve, portanto, nas três gerações de mulheres aqui estudadas. Ter tempo para cuidar dos doentes ou dos sobrinhos apareceu nas entrevistas como sendo um atributo construído acerca das mulheres sem filhos, porém intensificado para aquelas que além de não possuírem filhos também não mantêm um vínculo matrimonial.

As diferenças entre as falas de Regiane e de Patrícia são grandes. Uma forma de tentar explicar como mulheres que nasceram na mesma época, na mesma cidade e que vivem a condição de solteirice de forma tão distinta, pode ser a própria expectativa distinta que ambas possuem com relação à vida. Patrícia, com ensino superior completo, professora, teve e tem a possibilidade de realizar viagens, comprar coisas que deseja, ter algum patrimônio e ainda permanecer sob os

⁶⁸ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de junho de 2013.

⁶⁹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de junho de 2013.

cuidados financeiros de sua mãe. Regiane não vive nesse mundo de Patrícia, pois teve poucos anos de estudo e completou com dificuldades parte do Ensino Fundamental (antigo primário), em uma escola da zona rural de Reserva. Seus dias se dividem entre o trabalho como diarista e os cuidados com o pai, tendo em vista que “foi escolhida” entre os irmãos para cuidar do pai, pois “tinha tempo”. Assim, ela se levanta, troca as fraldas do pai e o alimenta e sai para trabalhar. No horário do almoço, volta caminhando para casa, alimenta o pai, troca as fraldas dele novamente e retorna rapidamente para continuar trabalhando, comendo apressadamente. Para Regiane, o casamento assume a dimensão de um sonho libertador, um espaço de autonomia e possibilidades, coisa que sua vida atual não oferece.⁷⁰

Assim, com diferentes falas e expectativas de vida, as mulheres sem filhos e solteiras não vivenciam a ausência do casamento e da maternidade da mesma maneira. Escolhas, caminhos e imposições são variáveis e tiveram maior ou menor peso em tal ausência.

Todavia, existe um complicador maior na perspectiva de ausência de filhos: o casamento.

Desse modo, procurar compreender como mulheres casadas, ou que o foram durante algum tempo, narram suas histórias amorosas e de ausência de maternidade, é o que desenvolverei a seguir.

⁷⁰ Esses dados foram colhidos em 2013. O pai de Regiane faleceu em 2014 e só depois ela decidiu sair da casa paterna. Atualmente (2015), Regiane vive com seu marido em uma casa na cidade de Reserva, trocou o emprego de diarista pelo emprego de vendedora em uma loja do comércio local e ainda não tem filhos.

3.3 DOS AMORES VIVIDOS E SOBREVIVIDOS: AS CASADAS

Em todo amor há pelo menos dois seres, cada qual a grande incógnita na equação do outro. É isso que faz o amor parecer um capricho do destino – aquele futuro estranho e misterioso, impossível de ser descrito antecipadamente, que deve ser realizado ou protelado, acelerado ou interrompido. Amar significa abrir-se ao destino, a mais sublime de todas as condições humanas, em que o medo se funde ao regozijo num amálgama irreversível. Abrir-se ao destino significa, em última instância, admitir a liberdade no ser: aquela liberdade que se incorpora no Outro, o companheiro no amor.

(Zygmunt Bauman)

Ao tratarmos de histórias de amor e casamentos no século XX, estamos tratando de um desejo de busca de felicidade. A união matrimonial, que por tantos séculos foi reduzida a acordos comerciais ou familiares, se transformou na ideia moderna de felicidade na idade adulta. Conhecer, amar, casar e conviver em harmonia deixaram de ser sonhos inimagináveis e passaram a fazer parte do imaginário social de boa parte de homens e mulheres. Dessa forma, a antiga visão de casamento como correção social ou infelicidade foi abandonada paulatinamente, e “O casamento só pode basear-se, a partir de agora, em decisões individuais. Ou seja, o casamento tem realmente por base uma ideia individual de felicidade.” (ROUGEMONT, 2003, p. 375).

Seguindo as considerações de Rougemont, ao se estabelecer a vinculação do casamento com um ideal social de amor, as pessoas na contemporaneidade buscam se tornar senhoras de sua própria felicidade. Esse novo modelo de felicidade conjugal está amplamente difundido na cultura de massas, nos meios de comunicação em geral e pelas próprias famílias. Sendo assim, criou-se a percepção de que é preciso adquirir a felicidade individual por meio de um bom e harmonioso casamento, e todo o desvio dessa regra implicaria em algum grau de infelicidade ou até de incapacidade pessoal: “Como resultado, essa propaganda nos deixa obcecados pela ideia de uma felicidade fácil, ao mesmo tempo em que nos torna incapazes de atingi-la.” (ROUGEMONT, 2003, p. 376).

Dessa forma, o sonho do casamento nem sempre se concretiza, e, embora seja possível se aproximar do ideal de amor romântico, a realidade matrimonial acaba por colocar em xeque essa idealização. O casamento torna-se, assim, um campo de estabilidade e segurança, ou um campo de angústia e tristeza. Lidar com essas variações do ideal de casamento é lidar também com variações e adaptações no ideal de felicidade, tarefa que nem sempre é fácil de ser realizada.

As entrevistas que usamos para construir este tópico revelam mulheres que vivem ou viveram uma relação matrimonial ao longo da vida, e narram exatamente esse conflito descrito por Rougemont entre o ideal de amor romântico da contemporaneidade e o cotidiano do casamento, com as dificuldades enfrentadas para a manutenção da relação.

Um dos pontos de maior dificuldade narrados pelas mulheres foi justamente a ausência de filhos. Embora constem, nesta pesquisa, também mulheres e casais que deliberadamente optaram por evitar filhos, a maioria das entrevistadas nos informou sobre tensões e negociações quando o casal se viu impedido de ter um filho ou mesmo quando decidiu não tê-los.

Muitas vezes, o fato de conviver sem filhos é reflexo de alguma dificuldade física de um dos cônjuges, articulado com uma vida matrimonial cheia de brigas ou mesmo traições. Assim é a história de Maria Luiza, mulher da segunda geração de entrevistadas, nascida em 1941, na cidade de Prudentópolis/PR.

Ao narrar seus namoros, ela me falou com saudosismo da juventude e de suas relações afetivas:

Não tive muitos namorados, não. Olha, namorado mesmo, antes de casar era [sic] dois só que eu tive. Antes era assim, sem pegar na mão... a gente não era acostumada andar de mão dada, tinha vergonha. Antigamente era assim... O primeiro que eu tive não ia na casa. O segundo ia, mas não entrava na casa, namorava na frente. Tinha um que queria tomar água, daí ele ia só na janela da minha casa. Daí o último, o terceiro era o Iran, este eu casei. Ele ia na casa... e entrava. Só que quando chegava às 22h a mãe dizia: “chega” [Maria Luiza grita com a suposta entonação de voz de sua mãe]. Antigamente a gente namorava só no sábado e no domingo, mas o Iran ia todo dia. Ele era “entrão”... [gargalhadas]. Eu casei com 25 anos, a minha mãe não queria o casamento. Ela dizia: “você vai sofrer... Olha, casou, você vai sofrer”. Ele não tinha profissão nenhuma, trabalhava por dia, não era registrado. Por isso que a mãe não queria o casamento. Quem que sustenta a casa? A mulher? Casei em 1967, daí fui pra Tibagi... Eu sempre que bancava a despesa da casa. Ele não parava em emprego. Depois que nos separamos daí deu certo na prefeitura em Ponta Grossa, mas agora ele tá com a outra. Eu rezava, fazia promessa e ele não parava em emprego. A gente brigava muito. Vivemos mais ou menos 12 anos na mesma casa separado, não vivia como marido e mulher [o período total de casamento foi cerca de 30 anos]. Ele vivia a vida dele e eu a minha, mas

vivia junto. Eu não saía da casa, ele também não saía... só isso que eu falo, enquanto é solteiro aproveite... mas as pessoas querem casar. Vêm os filhos, vêm problemas... eu como não tive filhos não tive esse tipo de problema. (Maria Luiza – segunda geração).⁷¹

A situação de instabilidade profissional do companheiro ficou evidente ao longo da entrevista, e Maria Luiza deixou bem claro que isso a incomodava bastante. Para além do desconforto financeiro gerado pela instabilidade profissional de Iran, havia o desconforto social. O casamento dela fugiu aos padrões estabelecidos, pois era ela que sustentava a casa. Esse fato, que despertava a piedade dos parentes e amigos próximos, também era motivo de deboche para alguns conhecidos. Sabendo disso, Maria Luiza procurou, ao longo de seus 30 anos de vida conjugal, “dar um jeito” no marido, encontrar um emprego que fosse do agrado dele e que finalmente ele pudesse “pôr comida na casa”.

Os obstáculos enfrentados por ela vão de encontro ao ideal de casamento:

O romance alimenta-se de obstáculos, de breves excitações e de separações; o casamento, ao contrário, é feito de hábitos de convívio cotidiano. O romance quer o ‘amor distante’ dos trovadores; o casamento, o amor do ‘próximo’. Por conseguinte, se nos casamos por causa de um romance que já se desvaneceu, é normal que à primeira constatação de um conflito de temperamento ou de gostos, nos façamos a pergunta: por que me casei? Também é natural que intoxicados pela propaganda universal a favor do romance, aproveitamos a primeira oportunidade para nos apaixonarmos por outra pessoa. É perfeitamente lógica a decisão de nos divorciarmos para encontrar um novo ‘amor’, que implica um novo casamento, uma nova promessa de felicidade, visto que as três palavras são sinônimas. (ROUGEMONT, 2003, p. 393).

Romance, amor, casamento. Três palavras que na modernidade começaram a ser tratadas como equivalentes, mas que dificilmente conseguem manter tal equivalência na vida conjugal. Nos tempos de namoro, Maria Luiza não concordava com as observações de sua mãe a respeito de seu futuro marido, e o fato dele não ter uma profissão definida, fato observado pela mãe dela desde os tempos de namoro, não a incomodava. Contudo, após o casamento, a instabilidade financeira do marido foi narrada com certa tristeza por Maria Luiza.

Ela nunca engravidou ou tentou engravidar ao longo dos 30 anos de casamento. O casal feliz e os filhos são os modelos valorizados na contemporaneidade, mas a história de Maria Luiza não foi assim:

⁷¹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 05 de junho de 2013.

Eu nunca tentei ficar grávida. É que assim... nunca tive aquela vontade de ser mãe. Ele, durante o namoro, dizia pra mim “você tem cara de que não vai ser mãe!”. Daí depois que a gente casou, um ano e pouquinho depois do casamento, daí ele contou que teve caxumba, que ficou muito doente e que ele não podia ter filho. Ele nunca procurou fazer tratamento. Ele queria adotar sempre. Eu no começo, assim....fiquei muito chateada, mas pensei, deixe, não deu, não deu. E nem que ele me contasse antes não ia adiantar porque eu queria casar com ele, mesmo com o problema. Ele não podia ter filho e eu me conformei... então nossa relação não mudou por causa de filho. Isso nunca interferiu na nossa relação. (Maria Luiza – segunda geração).⁷²

A fala de Maria Luiza sobre a possibilidade de ser mãe é complexa e merece uma análise mais detalhada. Ela inicia a fala comentando que nunca teve “aquela vontade” de ser mãe, todavia, quando foi informada por seu companheiro sobre a impossibilidade de ser pai devido a um problema de saúde, ela comenta que “ficou muito chateada”. Maria Luiza ressignificou a impossibilidade de filho ao “se conformar”, e por muitos anos continuou apostando ou também se conformando ao casamento.

Um ponto que pode ser levantado para essa ressignificação feita por ela é o fato, conforme apontado por Bauman (2009), de que os filhos estão entre as aquisições mais caras que o consumidor médio pode fazer ao longo da vida. Esse custo monetário que um filho acarreta na contemporaneidade pode ter pesado na decisão de Maria Luiza, primeiro ao se conformar com a ausência de filhos, tendo em vista os problemas do marido, e segundo ao fazer a opção por não adotar nenhuma criança, mesmo o marido sendo favorável à adoção.

Pelo fato dele não possuir um emprego fixo e nem conseguir sustentar a casa, Maria Luiza considerou que assumir um filho naquelas condições de vida e de trabalho não seria adequado:

‘Formar uma família’ é como pular de cabeça em águas inexploradas e de profundidade insondáveis. Cancelar ou adiar outras sedutoras alegrias consumistas de uma atração ainda não experimentada, desconhecida e imprevisível – em si mesmo um sacrifício assustador – que se choca fortemente com os hábitos de consumidor prudente. (BAUMAN, 2009, p. 60).

Quando questionei se o seu marido chegou a tentar algum tratamento médico para ela poder engravidar, Maria Luiza me disse que nunca fizeram nada e nem usavam qualquer método anticoncepcional. Posteriormente, perguntei se ela ou

⁷² Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 05 de junho de 2013.

ele haviam tentado alguma ajuda espiritual para conseguir um filho, e a resposta foi: “Não. Nunca pedi pra Deus isso, nunca pedi um filho. Pra Deus o que tô pedindo agora, depois de separada, é dinheiro [gargalhadas].” (Maria Luiza – segunda geração).⁷³

Novamente as dificuldades financeiras aparecem com veemência na narrativa de Maria Luiza. Ela tinha uma vida mais estável antes de casar, todavia a falta de segurança financeira de seu marido a fez repensar a maternidade e concluir que, financeiramente, um filho não seria razoável. Ela nos diz:

Ele sempre quis adotar, eu não. Eu sempre tive medo sabe... sei lá. Eu sempre tive que sair trabalhar. Aquela época não tinha creche na Santa Paula [bairro da cidade de Ponta Grossa]. Não podia arrumar empregada, eu não tinha dinheiro pra pagar. Ele sempre estava pra lá e pra cá...sem emprego fixo. Ele queria muito um filho, porque ele gosta de criança, eu nunca concordei. Eu também gosto de criança, mas tinha medo, mais um pra dar de comer. Como diz o ditado “criança é bonito no colo da mãe”. Mas hoje eu acho que devia ter adotado, mas muita gente acha que não... eu sinto falta, se tivesse condição pegava uns 4 ou 5. Assim como você quer bem os bichinho [sic], quer bem as criança né... Agora nessa idade, não dá mais [pra adotar]!⁷⁴ (Maria Luiza – segunda geração).⁷⁵

Fica evidente na fala de Maria Luiza que a recusa pela adoção não foi por medo da origem da criança, ou mesmo pela opção consciente em não ter filhos, mas por cálculo. Ela cancelou sua experiência de maternidade por considerar que financeiramente não teria condições de criar uma criança. Tendo que sair para trabalhar e sem poder contratar uma pessoa que cuidasse do filho, Maria Luiza ponderou que a maternidade não teria espaço em sua vida. Não se trata aqui de uma escolha segura em favor da carreira, mas sim de um cálculo racional no qual se pesa conscientemente a sobrevivência.

Ainda tratando das mulheres casadas e sem filhos da segunda geração, temos a história de Ione, psicóloga, nascida em 1954, na cidade de União da Vitória-PR. Ela foi casada durante 13 anos e nesse período houve um acordo entre o casal de que não haveria espaço para uma criança naquela união. Ione sempre trabalhou

⁷³ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 05 de junho de 2013.

⁷⁴ Hoje Maria Luiza mora sozinha em uma casa na cidade de Reserva pois suas irmãs vivem nessa cidade. Em sua casa cria vários gatos e cachorros. Ela não me deixou entrar em sua residência pois, segundo ela, “sinto vergonha de tanta bagunça e sujeira que os bichos fazem lá”. A entrevista foi realizada na área da lavanderia da casa de minha mãe, na cidade de Reserva. Maria Luiza também se recusou a entrar na casa de minha mãe, mesmo tendo sido professora dela no “primário”.

⁷⁵ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 05 de junho de 2013.

fora de casa, bem como seu marido. Além disso, possui duas graduações e especializações, e, dessa forma, construiu seu cotidiano com diversas tarefas vinculadas aos estudos e ao trabalho. Assim como Maria Luiza, Ione optou por não ter filhos por um cálculo profissional. Em sua vida, os sonhos relacionados com a vida acadêmica e a profissão foram considerados mais significativos e, de certo modo, não possibilitaram a chegada de um filho.

Ela me relatou que sabe exatamente o dia em que decidiu definitivamente que não seria mãe. Embora a decisão de não ter filhos seja algo que paulatinamente vai se moldando ao longo de uma relação afetivo/sexual, ou mesmo ao longo de uma vida, Ione menciona que o momento determinante foi quando comparou sua vida desgastante com a vida, também desgastante, de uma grande amiga que tinha filhos. Nessa comparação, ela concluiu que um filho não teria espaço em seu cotidiano:

Foi um dia, ao chegar em casa, quando lecionava em Curitiba. Eu habitualmente voltava da escola com uma colega que tinha três filhos. Nós voltávamos conversando e, na esquina, nos separávamos, ela ia para a casa dela e eu para a minha. Quando entrei em casa, morta de cansaço, senti o frescor e o silêncio do apartamento e, no mesmo instante, imaginei minha amiga entrando na sua casa e as crianças chamando por ela e querendo sua atenção e ela tendo que atendê-los... Ao pensar nisso, me imaginei completamente incapaz e assustada diante de tal condição e nesse mesmo instante se formalizou em minha cabeça: é isso que eu quero, silêncio e ficar só ao chegar em casa, quero descanso! Foi claro e nítido que eu não teria a menor condição de dar mais nada naquele dia e se, mais tarde, eu tivesse filhos, não poderia ter meu tempo quando chegasse em casa assim tão necessitada de ficar só e descansar. De lá para cá, muitas vezes me reporto a esse dia, foi um marco para mim, e vejo que fui muito lúcida ao fazer essa escolha, pois continuo pensando que hoje faria o mesmo. (Ione – segunda geração).⁷⁶

Esse momento específico de vida, esse dia cansativo no trabalho e essa necessidade de silêncio e frescor foram narrados por Ione como o instante exato que decidiu por uma vida sem filhos. É interessante notar que ela menciona o fato de que nesse dia se imaginou “completamente incapaz e assustada” diante da possibilidade de chegar em casa depois de um dia cansativo e ainda dar atenção a uma criança. Jeanne Safer (1997) analisou as experiências de mulheres sem filhos nos Estados Unidos. Partindo de sua vida pessoal e entrevistando cinquenta mulheres com idade entre 22 e 72 anos, Safer debateu experiências femininas “além da maternidade”, ou seja, experiências de mulheres que deliberadamente optaram por uma vida sem filhos.

⁷⁶ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 9 de abril de 2014.

Por meio das entrevistas, Safer concluiu que muitas mulheres acreditavam que tinham uma espécie de “substância errada para a maternidade” (1997, p. 90). Nesse sentido, as entrevistadas de Safer demonstraram algo muito parecido com o que lone deixou aparecer na entrevista que me concedeu, a ideia de que não tinham o “dom” necessário para se doar da forma que um filho iria exigir. Na entrevista com lone, por diversos momentos, ela mencionou o fato de que, de alguma forma, carecia de algumas das principais qualidades que algumas pessoas consideravam como “maternais”. O modelo de maternidade construído na contemporaneidade exige uma espécie de habilidade para colocar a si própria em segundo lugar por longos períodos e, dessa forma, adiar a carreira, suspender outros sonhos ou mesmo parar de trabalhar. Mulheres como lone e como Maria Luiza não queriam ou não podiam deixar de trabalhar, por questões de satisfação pessoal e também por necessidades econômicas, sendo assim, a maternidade foi colocada à margem de suas escolhas. Para elas, as exigências da maternidade eram inconciliáveis com as exigências da vida e, sem se sentirem capazes (ou sem desejarem) de se desdobrar entre o trabalho e a maternidade, optaram pelo trabalho e por uma vida sem laços de dependência com filhos, como foi a escolha de lone.

Cabe destacar que nem todas as mulheres casadas optaram por uma vida sem filhos por questões econômicas ou mesmo por exigências do trabalho e de estilo de vida. Muitas vezes as próprias configurações da relação afetiva acabaram por determinar a ausência de filhos.

Quando analisei as entrevistas com mulheres da terceira geração, percebi que o trabalho e as condições econômicas são fatores importantes, mas a própria forma como os relacionamentos são construídos podem determinar pela vida sem filhos. Essa característica, presente exclusivamente na terceira geração aqui estudada, demonstra que apenas nas últimas décadas do século XX, ou seja, apenas para as mulheres nascidas entre as décadas de 1960 e 1970 é que um casamento sem filhos passou a ser pensado, aceitado e até desejado. Isso não significa que todas as mulheres entrevistadas por mim e pertencentes à terceira geração optaram deliberadamente por uma união sem filhos, mas aponta que, pela primeira vez, essa possibilidade existiu desde o início de algumas relações afetivas e sexuais.

As mulheres da terceira geração falaram com mais detalhes sobre suas escolhas, seus parceiros e seus amores. Mesmo falando de relações mais curtas ou

que não resultaram em casamentos, as nascidas a partir de 1960 falam do amor com maior liberdade.

Assim foi a narrativa de Ana, nascida em 1974 e pertencente à terceira geração de mulheres, ela é original da cidade de Ponta Grossa/PR, mas migrou para Santa Catarina a fim de ingressar na faculdade de Direito. Fez graduação e especialização naquele estado e retornou ao Paraná para fazer seu mestrado. Atualmente, além de ser professora no Ensino Superior, também advoga em Ponta Grossa.

Ana sonhou em se casar e casou. Todavia, o casamento durou cerca de três anos e quando se rompeu foi por escolha dela. Ao narrar sua vida afetiva, Ana fez questão de destacar que suas experiências e seus sentimentos não foram limitados ao parceiro com quem se casou. Nascida em 1974, ela viveu a maior parte de sua juventude e mocidade ao longo da década de 1990, período de namoros mais livres e do “ficar”.⁷⁷ Porém, ela destacou que preferia namorar a “ficar”. Quando lhe perguntei sobre os namorados da juventude, Ana me respondeu o seguinte:

Tive uns duzentos mil. Tive a vida inteira. Não sei te dizer quantos namorados eu tive, mas a vida inteira eu tive namorados. Comecei namorar tarde... o primeiro foi com 17 anos. Sempre tive muito amigo e muita amiga. De ficar do meu lado o tempo todo e não ter que rolar nada. Quando namorava eu terminava e logo em seguida já namorava novamente. Era difícil eu ficar, eu gostava de namorar mesmo. Meus namoros nunca foram muito demorados, sempre períodos curtos..(Ana – terceira geração).⁷⁸

Ana ressaltou sua independência, inclusive financeira, tanto para fazer a festa de casamento como ao longo do casamento. Ela fez questão de falar sobre sua festa de casamento, os detalhes da decoração e a exuberância da festa:

Fiz uma puta festa. Trabalhava no INSS na época. Eu paguei tudo sozinha...ele pagou as bebidas só. Eu fiz uma festa de parar a cidade. Toda a decoração veio de Curitiba. Fiz com rosa colombiana, juta, trigo, e gérbera... foi maravilhoso. Fiz a saída da catedral com tocha iluminando até o Ponta [clube Ponta Lagoa], fiz no salão majestoso do Ponta. Eu contratei até as meninas que entregam as alianças. (Ana – terceira geração).⁷⁹

⁷⁷ Ficar significa flertar, beijar, conversar afetivamente e até manter relação sexual sem ter a necessidade de um vínculo público oficial. É possível manter uma relação “ficando” muitas vezes com a mesma pessoa. Sem contudo, estabelecer namoro ou compromisso de casamento.

⁷⁸ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 20 de novembro de 2014.

⁷⁹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 20 de novembro de 2014.

Contudo, o casamento com festa tradicional que Ana realizou não teve espaço e nem planejamento para filhos. Ela inclusive menciona que a possibilidade de ter filhos foi cogitada pelo seu ex-marido, mas foi refutada por ela. Embora no início do casamento acreditasse que um dia poderia ter filhos, com o cotidiano de trabalho e outros afazeres e, principalmente, com o desencanto pelo marido (que levou à separação), Ana decidiu que não teria como ser mãe naquelas condições:

Nem um momento eu tentei, nem pensava nisso [gravidez]. Eu pensava em curtir minha vida de casada. A gente estava com condição financeira boa, ele era gerente de banco. A gente não foi pro exterior nenhuma vez só porque estávamos guardando dinheiro. Sempre íamos pra praia, mas viagens curtas. Eu achava assim, casei! Vou ter filhos. Eu achava que era uma consequência natural. Até o momento que o nosso casamento começou a degradingolar... quando eu comecei a falar em separação ele começou a falar em filhos! Ele ficava batendo nessa tecla [filhos]. A resposta pra ideia de separação era “você precisa engravidar”! A mãe dele queria escolher até o nome do meu filho e essa situação me incomodou muito. Eu nem estava pensando em filho e a sogra queria escolher tudo. Nós queríamos ter uma estrutura antes... emocional e financeira. Daí eu fui adiando e as coisas foram acontecendo. Não tinha pensado em ter um filho... eu pensava em sair... curtir a vida de casado, não queria filho. (Ana-terceira geração).⁸⁰

Ana nunca cogitou a possibilidade de ficar em casa sem trabalhar na profissão que escolheu. Mesmo tendo se casado com um homem que possuía boa condição financeira, optou por viajar, trabalhar, estudar e adiou a maternidade. Contudo, o casamento de Ana se desfez e um dos pontos de tensão, segundo ela, foi a ideia de filho. Como ela mesma relata, não estava satisfeita com a relação, cogitava a separação e ele queria um filho.

Ana e seu marido se separaram. Ele seguiu seu rumo e ela o dela. Durante a entrevista, não demonstrou nenhum arrependimento em ter pedido a separação ou mesmo em ter optado por não engravidar.

Diferente foi a relação afetiva de Regina. Nascida em 1974, na cidade de Florianópolis/SC, ela considera que só manteve seu vínculo de união estável pelo consenso existente entre o casal sobre a ausência de crianças:

Nunca tentei engravidar. Ele concorda comigo, ele também não quer ter filhos. E isso, na verdade, é uma das coisas que nosso relacionamento dá certo. Ele nunca me viu como mãe, nunca me desejou como mãe. Se essa cobrança houvesse, a gente já não estaria mais junto. A decisão [de não ter filhos] foi muito natural...em conversas normais...eu sempre disse que não queria e ele também não quer. Nunca chegamos a discutir o assunto, porque eu sei que ele não quer ser pai e eu não quero ser mãe. Isso não foi

⁸⁰ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 20 de novembro de 2014.

uma decisão que eu tomei, eu sempre soube disso. Porque pra tomar uma decisão você tem que pensar na ideia, ponderar e tomar a decisão. Eu nunca pensei, nunca quis, nunca me ocorreu a ideia de imaginar um filho. Desde criança, como te falei, nunca gostei de brincar de casinha nem de boneca. (Regina- terceira geração).⁸¹

Regina diz que não foi uma decisão, porque nunca chegou a cogitar a possibilidade de ter filhos, nunca refletiu entre as opções de ter ou não ter filhos. Outro ponto levantado por ela na entrevista é a respeito de sua vida profissional. Ela conseguiu se formar e ingressar em um mestrado, dessa forma, a maternidade não foi pensada como uma condição para a realização pessoal ou para a felicidade. Quando a questioneei sobre a possibilidade de adoção de alguma criança, Regina ponderou:

Em adoção, sim. Se talvez um dia a gente sentir falta dessa coisa, assim... talvez, mas não por nós e sim por ele [adotado]. Pensamos em pra frente adotar uma criança maior. Ter filhos, não... mas se fosse pra adotar talvez... Não quero um bebê. Porque bebê todo mundo quer e as crianças que são maiores ninguém quer, que são as que mais precisam. São as que realmente ficam abandonadas. Mas eu não enxergo a adoção como algo concreto nos próximos 10 anos de minha vida. A adoção nunca foi um plano realmente. Foi só uma conversa que surgiu entre amigos... e eu e ele concordamos na hora, mas nunca conversamos sobre isso realmente, seriamente. Pode me chamar de egoísta, mas não tem espaço pra uma criança na minha vida hoje. A maioria das pessoas tem aquela coisa... “uma criança é tudo, é linda, é maravilhoso”. Tem gente que acha que tua vida tá uma baderna, mas se tiver um filho melhora tudo. Eu acho que é mais honesto eu dizer que na minha vida não tem espaço pra uma criança do que eu ter um filho e negligenciar. (Regina – terceira geração).⁸²

Ao observarmos as considerações de Regina, percebemos que as ponderações de Bauman (2009) são úteis para que as entendamos. Nesse sentido, ter um filho é, em sua essência, avaliar o bem-estar de outro ser que, via de regra, é mais frágil e dependente. Assim, na atualidade, o ato de ter um filho é abrir mão de seu próprio conforto em detrimento de cuidar dele: “Ter filhos, pode significar a necessidade de diminuir as ambições pessoais, ‘sacrificar a carreira’. [...] Mais dolorosamente, ter filhos significa aceitar a dependência da lealdade por tempo indefinido.” (BAUMAN, 2009, p. 60-61).

Para Regina, tal lealdade incondicional a um pequeno ser não estava nos seus planos. A adoção, possibilidade surgida em conversas tidas em churrascos entre amigos, nunca chegou a tomar forma de uma possibilidade real, e o chamado

⁸¹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de abril de 2014.

⁸² Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de abril de 2014.

“instinto materno”, ou mesmo o seu “relógio biológico”, tão divulgados pelos conhecimentos médicos a respeito da maternidade, para Regina nunca chegou a existir. Ela nos narra com convicção:

Nunca quis filho. Porque não consigo me ver como mãe. Não acho que não tenha preparo psicológico, emocional, pra ser mãe. Nunca quis e não quero ser responsável pela vida de outra pessoa. Não tenho preparo pra isso. Não tenho nada contra quem quer. Tenho uma grande amiga que acompanhei a gravidez inteira, a menina dela é linda, mas não serve pra mim. Eu não consigo me ver naquela situação, ter que cuidar de alguém o tempo todo. (Regina – terceira geração).⁸³

E segue dizendo que filho “[...] não faz diferença pra mim, nunca pensei nisso. Não sinto falta. Não dá pra sentir falta daquilo que tu nunca quis ter.” (Regina-terceira geração).⁸⁴ E foi justamente essa certeza de que não queria filhos que acabou unindo mais o casal, segundo ela. Regina e seu companheiro não sentem necessidade de vivenciar o cotidiano doméstico com crianças e, por isso, podem realizar outras coisas que teriam mais dificuldades em fazer se tivessem filhos.

Todavia, nem sempre o casal opta conscientemente por não ter filhos e muitas vezes essa ausência de criança pode ser um complicador para alguns casais.

Diferente de Maria Luiza, que o marido confessou não poder ter filhos por motivo de saúde, e de Regina, que optou junto com seu companheiro em não ter filhos, Ana Júlia queria ser mãe, mas seu corpo não possibilita isso, pelo menos por enquanto. Nascida em Tupã, no Estado de São Paulo, no ano de 1977, Ana Júlia ainda pode ser mãe, mas vem enfrentando uma série de dificuldades devido à endometriose.

Casada desde 2005, Ana Júlia teve um relacionamento tradicional. Namorou, noivou e casou, sempre com a expectativa de que um dia seria mãe.

Assim, ela narra sua festa de casamento:

Foi tudo o que eu sonhei, todos os detalhes, tudo deu certo na festa. Tudo o que eu queria foi possível fazer, meu pai e minha mãe fizeram tudo o que eu queria. Até um carro meu pai arrumou, porque eu não queria o carro branco do pai...porque era branco e não ia aparecer o vestido da noiva. Ele foi atrás de um carro preto, só vi que seria preto quando ele foi me buscar

⁸³ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de abril de 2014.

⁸⁴ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de abril de 2014.

no salão. A festa foi grande, pra 380 pessoas. Foi uma festa perfeita. (Ana Julia – terceira geração).⁸⁵

A festa passou e levou consigo o sonho de um casamento perfeito. Assim que Ana Júlia começou a desejar um filho, as coisas se tornaram mais difíceis, embora o marido, segundo ela, sempre lhe tenha dado apoio. Não havia um desejo intenso em ser mãe, mas a situação de interromper o método anticoncepcional (pílula) e não conseguir engravidar acabou por incomodá-la, o que a fez, então, procurar um médico:

Bom, tentar engravidar, antes nem passava pela minha cabeça. Criança não fazia parte dos meus planos. Isso durante os primeiros quatro anos de casados. O meu marido também nunca tinha falado nada. A gente achava que daria certo. Nunca fomos muito crianceiros... Só que há uns três anos que tava casada, minha menstruação começou a vir bem pouco, daí o ginecologista falou pra parar de tomar o anticoncepcional. Daí eu parei, e o tempo foi passando. Eu não queria engravidar, mas fazia tipo uma tabelinha, bem vagabunda... e o tempo foi passando, e quando eu me deparei, a gente nem atendia os dias certos [da tabelinha] e não estava acontecendo nada (gravidez). Daí eu fui procurar um médico e ele me pediu um monte de exames, pra mim e pro meu marido. Todos os exames normais. Na época ele me falou que eu deveria ter feito uma vídeo-laparoscopia, é um processo cirúrgico, porque ele suspeitava de endometriose. Nessa época eu achei que ele [médico] tava meio louco. Peguei os papeis da vídeo-laparoscopia e engavetei... passou um ano e meio... e daí eu mandei um e-mail pra ele pedindo se não podia pegar os papeis de novo pra fazer, porque a primeira que ele pediu eu não tinha feito. Daí em janeiro de 2013 eu fiz a vídeo-laparoscopia e deu endometriose. Eu não tinha feito da primeira vez porque achei que como não tinha cólica, não teria a endometriose. O médico ficou abismado na época, “como eu não tinha dor?”, porque a minha [doença] estava num estágio já de meio porte e em vários órgãos, ovários, útero e peritônio... então a causa dessa infertilidade é a endometriose. Por isso assim, essa ideia, ainda nem conversei com ele [médico] sobre fertilização artificial. Porque depois da cirurgia que fiz em janeiro, eu fiquei tomando um hormônio...e não menstruei neste período. A primeira menstruação que tive foi mês passado [maio 2013]. Daí ele falou que eu teria que ficar uns 6 meses, sem tomar nada, tentando engravidar... só depois disso pensar em fertilização... daí ir conversar com ele, pra ver preço, essas coisas... (Ana Julia – terceira geração).⁸⁶

Já no início de sua fala sobre a descoberta da endometriose, Ana Júlia flexibiliza a possibilidade de gravidez, pois reforça a ideia de que nem ela e nem seu companheiro eram muito ligados a crianças. No entanto, assim que o problema foi descoberto e na medida em que o tempo foi passando, a ausência de gravidez começou a provocar algum desconforto. No momento da entrevista, ela ainda não havia se submetido a nenhuma técnica de reprodução assistida, mas não descartava a possibilidade.

⁸⁵ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 07 de junho de 2013.

⁸⁶ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 07 de junho de 2013.

Bauman (2009) argumenta que na atualidade os médicos competem com o “*homini sexuali*” para ocupar papel central na reprodução humana e, sendo assim, se estabelece uma espécie de disputa entre esses dois atores sociais. Como resultado dessa disputa, agradece-se pelo que a medicina pode fazer, ou seja, com os avanços tecnológicos na área da genética e da reprodução humana existe a

[...] possibilidade fascinante que se encontra bem ali na esquina [...] de escolher um filho num catálogo de doadores atraentes quase da mesma forma como eles [consumidores contemporâneos] estão acostumados a comprar pelo correio ou por meio de revista de moda. (BAUMAN, 2009, p. 57).

A medicina, grande “musa” dos tempos modernos, pode ser usada não apenas para salvar vidas, mas também para salvar vidas de determinados tipos de frustração, sendo que a impossibilidade de gravidez é um desses tipos de salvamento.

Além disso, o casal também pode ser “salvo” com a ajuda médica, na medida em que busca a cura e submete o “corpo imperfeito” às práticas e técnicas médicas sobre a reprodução e a sexualidade humana. Ao tratar especificamente da dificuldade para engravidar, Ana Júlia menciona que o filho não é a base fundamental de seu casamento e, desse modo, mostra ter reservas com o domínio médico, bem como sobre a necessidade da fertilização *In Vitro* para sua felicidade. Segundo ela:

Como a notícia da endometriose é recente, ou eu consigo naturalmente, que é mais difícil, ou eu parto para fertilização artificial, que também é uma incerteza. Pode ser que dê certo e pode ser que não dê. Eu não vou fazer muitas...se eu fizer fertilização vai ser uma apenas, sei de mulher que chegou a fazer dez fertilizações, eu não faria isso. Por vários motivos. Um, pelo dinheiro. Segundo, porque tem que tomar vários medicamentos fortes e terceiro, parece que tudo tá [sic] mostrando que não é pra você ter filho desta forma. (Ana Julia – terceira geração).⁸⁷

Pela fala de Ana Júlia, percebemos que o saber médico com suas verdades não atinge de forma igual a todas as mulheres. Existem, portanto, diversos espaços de resistências e de flexibilidades sobre o domínio da ciência sobre o corpo e, em especial, o corpo feminino.

⁸⁷ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 07 de junho de 2013.

Para ela, não havia sentido em escolher um filho em um “catálogo”, como mencionou Bauman, e tampouco se sujeitar a todas as técnicas impostas pela necessidade de uma criança.

Para Ana Júlia, a felicidade possível no casamento não está obrigatoriamente na geração de outro ser humano, mas na convivência entre ela e seu companheiro. Quando questionei se se sentia realizada num casamento sem filhos, ela respondeu: “Eu me sinto... eu não acho que falta o filho. Se o filho vier vai ser um complemento, mas não que esteja faltando.” (Ana Julia – terceira geração).⁸⁸

Porém, nem todas as mulheres pensam como Ana Júlia, e algumas de nossas entrevistadas revelaram extremo desconforto em permanecer em uma relação conjugal sem filhos. Desse modo, fica evidente que a maternidade é desejada, sonhada e vivenciada, e, embora existam discursos que pretendam criar padrões de normalidade para o “desejo de ser mãe”, não é possível unificar as mulheres exclusivamente pela maternidade, fato que consideramos extremamente interessante para se pensar as subjetividades femininas.

Enquanto algumas lidam com relativa facilidade com o fato de adiar ou cancelar a experiência de maternidade, outras transformam a ausência de filho em um grande dilema e sofrem de diferentes maneiras por não conseguirem realizar a experiência da maternidade que foi desejada em algum momento da vida.

Esse é o caso de Carolina, que desejou muito um filho, conseguiu engravidar, mas sofreu um aborto espontâneo. Ao narrar sua vida afetiva, Carolina comenta que teve um namoro longo e sério:

13 anos de namoro, de companheirismo. Pra mim era normal, um dia a gente ia casar. A gente namorou muito porque eu achava que tinha que ter casa antes de casar e nisso eu fui chegar nos 28 anos. Vivi uma vida de namoro liberal, viajava com ele... mas só fui casar com 28 anos. Fiquei 12 anos casada. (Carolina- terceira geração).⁸⁹

O casamento, no entanto, não foi a serenidade que Carolina esperava. Inúmeras dificuldades apareceram e acabaram por separar o casal. No momento da entrevista, Carolina estava separada e vivia sozinha em uma confortável casa na cidade de Ponta Grossa. Quando lhe perguntei sobre a data do casamento, ela não conseguiu lembrar, disse apenas que foi no ano em que completou 28 anos de idade

⁸⁸ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 07 de junho de 2013.

⁸⁹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 08 de maio de 2013.

e, embora tenha feito uma comemoração para celebrar o matrimônio, no momento da entrevista não conseguiu lembrar em que data ocorreu.

O casamento passou a ser articulado com a ideia de ter um filho, ao ponto de realizar o ato sexual apenas para tentar engravidar:

Engravidei, tinha 30 anos. Sim... existiu uma pressão, existiu a relação sexual por obrigação. Não que chegasse a abalar a relação conjugal, mas que mudou, mudou... Durou uns 6 meses até eu conseguir engravidar. Na verdade passamos por pesquisa pra ver o que nós tínhamos. Daí descobriram um probleminha de vitalidade nos espermatozoides dele, fizemos um tratamento e eu já engravidei. Eu parei de tomar pílula... fiquei um ano e eu não engravidei... daí 6 meses pesquisamos sobre isso. (Carolina – terceira geração).⁹⁰

Ao refletir sobre essa parte da entrevista de Carolina, retomei as considerações de Germaine Greer (1987) sobre a infertilidade. Para a autora, em muitos casos o princípio do prazer sexual é suplantado pela exigência social e pessoal da fertilidade. O ato sexual, fonte de intimidade, prazer e cumplicidade acaba por se transformar em mera “ejaculação produtiva”, ou seja, em mera possibilidade ou não de fecundação do óvulo. Greer ainda aponta que tal deslocamento da potencialidade do ato sexual se vincula à consumação da fertilidade como uma das funções mais importantes da vida adulta.

Carolina queria ser mãe e sofreu durante algum tempo por não conseguir. Para realizar o sonho da maternidade, além do marido se submeter a um tratamento médico para estimular a produção de espermatozoides, ela também recorreu a uma ajuda espiritual:

Sim, eu busquei ajuda espiritual também, as pessoas levam a gente. Eu só não tomei as garrafadas porque eu parei de tentar [engravidar]. Eu fui num centro espírita. Não teve efeito em mim. Nem bom, nem ruim... Eu fui assim... na tentativa [risos], erros e acertos.⁹¹ (Carolina- terceira geração).⁹²

Embora não tenha dado muita importância para essa experiência espiritual, considere que somente o fato dela ter procurado ajuda em outra religião e ter tentado uma “cura” espiritual é revelador do quanto o filho foi desejado por ela.

⁹⁰ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 08 de maio de 2013.

⁹¹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 08 de maio de 2013.

⁹² Destaco que Carolina foi a única entrevistada que desejou engravidar e admitiu ter buscado também ajuda espiritual para isso. A pergunta era: “Em algum momento a senhora ou seu companheiro chegaram a procurar algum tipo de ajuda espiritual para conseguir um filho?”. Todas as demais entrevistadas responderam: “Não”.

Quando questionada sobre como o casal desistiu de tentar ter um filho, Carolina narrou que a decisão foi processual e dolorosa:

Ela [decisão de não ter filhos] foi bem paulatina. Quando eu perdi (fiquei grávida um mês e tive um aborto espontâneo), meu médico disse que “não era pra vingar... que quando acontece assim, aborta tão bem abortado igual você fez, é porque não tava legal”. Aí tinha que ficar 3 meses de resguardo e nisso comecei a me envolver com mestrado fora da cidade... aí além de estar me afastando dele fisicamente, estava também emocionalmente... eu comecei a achar dentro de mim que eu não deveria forçar uma gravidez. Que se fosse pra eu ser mãe Deus que mandasse. Porque eu sempre tive medo da responsabilidade... eu comecei a relaxar. Se Deus quiser mandar que mande. E cada vez comecei a acreditar que não tinha condições de ficar grávida e que era melhor não ficar. Isso não por conta de estar me afastando dele, mas por conta de uma convicção interior. Mesmo sem ele, depois em outra relação...só que daí eu estava com 38 anos... eu não me cuidei... se Deus quiser mandar que mande, e eu não engravidei [no segundo relacionamento – após o término do casamento]. Se eu me empenhar, for e fizer uma artificial ou outra forma de fertilização que existe eu vou realizar esse desejo de ser mãe, mas eu não fui suficientemente empenhada pra que isso se realizasse. Existe um desejo de ser mãe, mas não tão forte a ponto de eu me mobilizar artificialmente pra que isso se realize. Mas a natureza me chamou, eu não fui mãe não porque eu não quisesse ser mãe. Eu quis ser mãe, sem dúvida nenhuma. Eu tive o chamado da natureza entre os 28 e os 30 anos. No aborto eu nunca pensei que existe um choro tão chorado. (Carolina – terceira geração).⁹³

Carolina diz que foi “chamada” para ser mãe pela Natureza, mas não conseguiu e a sua primeira relação duradoura, seu primeiro casamento, contribuiu para isso. Embora o marido tenha aceitado prontamente tomar a medicação, ela não conseguiu levar adiante o processo gestacional e teve o aborto. Após esse momento em que ela diz ter vivido “o choro mais chorado”, a relação afetiva com o companheiro foi desmoronando cada vez mais.

Quando retoma às lembranças afetivas e sexuais de seu primeiro casamento, Carolina diz:

Eu não teria problema nenhum de retomar a vida sexual após o aborto... a questão é que eu já não tinha mais vida sexual decente com ele. Mas não foram as tentativas de gravidez que acabaram com nossa vida sexual. Porque antes, bem antes... isso já estava morrendo entre a gente. (Carolina- terceira geração).⁹⁴

A relação que já vinha morrendo, acabou por se encerrar totalmente após uma bela viagem realizada pelo casal:

⁹³ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 08 de maio de 2013.

⁹⁴ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 08 de maio de 2013.

O casamento já vinha mal há muitos anos. A gente conversava, era companheiro, viajava. Brigava pouco... mas só se amava fraternalmente. Cuidei dele, ele de mim... mas... não rolou esse lado de amor arrebatador. Fizemos uma viagem pra Cordilheira dos Andes entre 2005 e 2006, ficamos 15 dias viajando... foi muito boa a viagem, não brigamos, mas no dia 2 de janeiro de 2006, chegando no aeroporto de São Paulo eu pedi pra se separar... a definição nisso aconteceu no meio da viagem. Se eu não fizesse isso ele não ia fazer nunca. Quando pedi pra me separar não tinha ninguém, nunca trai ele, apesar de trabalhar fora [outra cidade] eu achava que estava acabada ali a minha vida emocional. Achava que nunca mais iria ter alguém, foi uma surpresa a quantidade de vida que ainda tinha pela frente, eu tinha 40 anos. Conheci o Paulo [namorado pós termino de casamento] em junho e fiz 40 em dezembro. Conheci em Guarapuava... (Carolina- terceira geração).⁹⁵

Para Rougemont (2003), o amor romântico vence uma série de dificuldades e obstáculos, mas dificilmente consegue sobreviver ao tempo. Carolina namorou cerca de 13 anos e comentou que viveu “um namoro liberal”, viajando com o namorado que posteriormente seria seu marido. Ficou casada por mais 12 anos, o que totaliza 25 anos de relacionamento. Nesse sentido, o tempo acabou por corroer parte desse amor de juventude.

Sendo o tempo um poderoso inimigo do amor, Rougemont (2003) aponta que existe uma grande contradição, pois o casamento foi feito para durar. Nesse sentido, para o autor, a grande crise ou transformação na ideia tradicional de família se relaciona ao fato de que tendo como ideal a durabilidade, os casamentos não resistem ao tempo. Os divórcios são cada vez mais frequentes justamente porque pretendemos basear o casamento em um tipo de amor instável, o amor romântico.

Todavia, assim como são múltiplas as formas de vivenciar a ausência da experiência de maternidade, também são múltiplas as formas de viver o fim de um relacionamento.

Enquanto para algumas o divórcio pode significar uma desordem na vida afetiva, pessoal e até financeira, outras pessoas podem perceber o divórcio como uma nova possibilidade de colocar a vida em ordem, uma nova possibilidade de livrar-se da solidão proporcionada por uma relação fracassada.

Entender a solidão e os diversos convívios sociais das mulheres não-mães serão os objetivos do próximo capítulo desta tese. Não apenas o casamento e o namoro, mas toda uma ampla gama de relações e ausências serão objetos de análise a partir das experiências narradas pelas mulheres que não foram mães.

⁹⁵ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 08 de maio de 2013.

4 MEMÓRIAS DE UMA AUSÊNCIA: AS MULHERES E OS FILHOS QUE NÃO EXISTIRAM

Por muito tempo achei que a ausência é falta.
E lastimava, ignorante, a falta.
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
A ausência é um estar em mim.
E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos
meus braços, que rio e danço e invento
exclamações alegres,
porque a ausência, essa ausência assimilada,
ninguém a rouba mais de mim.

(Carlos Drummond de Andrade)

Este capítulo trata do sentimento de ausência, da ausência de filhos. Propus o desenvolvimento dessa análise no sentido de compreender uma das questões centrais da problemática de pesquisa: “Como é viver sem filhos?”.

Cabe destacar que a ideia de “ausência” não é aqui entendida como uma experiência linear e constante na vida de todas as mulheres sem filhos, contudo, a cobrança ou o questionamento em torno dessa ausência foi comum para as mulheres entrevistadas. Em alguns casos, as próprias mulheres se colocaram diante da questão da ausência de filhos, e em outros, elas foram questionadas por familiares, amigos ou mesmo por seus companheiros, seus maridos. Neste capítulo, investigo a “presença de uma ausência”, ou seja, pretendo compreender como as entrevistadas lidaram com a ausência de filhos. Filhos que nunca existiram fisicamente, mas que chegaram a existir em desejo/vontade, para algumas, ou então em pressão/cobrança, para outras. Com isso, não pretendo criar uma oposição entre as mulheres sem filhos. Não se trata de dividi-las simplesmente entre aquelas que sofrem pela ausência de filhos e aquelas que sofrem pelas cobranças a respeito de filhos que não desejam ter.

Contudo, acredito que, a partir dessas duas situações, a princípio opostas, posso demonstrar as complexidades subjetivas que envolvem cada um dos campos. Num primeiro momento, quando da transcrição das entrevistas, acreditei que essas duas situações sobre a ausência de filhos estavam estabelecidas, contudo, ao ouvir as entrevistas novamente, comecei a perceber que não havia oposição. Os

interditos, os risos, os silêncios que pude “sentir” na escuta das falas demonstravam que as mulheres viviam a ausência de filhos de formas diferentes ao longo de suas vidas, e até mesmo durante as entrevistas. Não há constância e nem um ponto final em suas histórias. Elas sentiram, viveram e lidaram com a ausência de filhos de maneiras diferentes.

Tal variação foi, sem dúvida, um complicador teórico e metodológico, mas foi também a motivação para abandonar a ideia de oposição de experiências (umas não querem ter e são cobradas, outras querem ter e sofrem por, de alguma forma, não poderem). No lugar dessa oposição, operei com a ideia de multiplicidade de sentimentos, explicada pela complexidade contextual e subjetiva das mulheres entrevistadas.

O capítulo inicia pelo que a revista *Pais e Filhos* falava sobre as mulheres sem filhos e para as mulheres sem filhos. Dessa forma, com a análise de algumas reportagens de tal revista sobre a ausência de maternidade, procuro construir uma espécie de “estereótipo social” para as não-mães, principalmente no que tange as ideias de ausência e de solidão. Em um segundo momento, debato mais especificamente sobre as memórias das entrevistadas não-mães e a “ausência de filhos”, ou seja, suas recordações a respeito de como lidaram e viveram o cotidiano sem filhos.

4.1 MULHERES SEM FILHOS CONSTRUÍDAS NA REVISTA PAIS E FILHOS

Maio de 1971, em pleno “mês das mães”, a revista *Pais e Filhos* publicou a primeira reportagem questionando a ideia de “instinto materno”. No título, uma pergunta: “Você é obrigada a ter filhos?”, (ANEXO 14) e, ao longo da reportagem, a opinião dos médicos, psicólogos e sociólogos. Em dezembro de 1982, novamente uma reportagem inteiramente dedicada a analisar a respeito da “necessidade” da maternidade. Dessa vez, o título usado foi: “INSTINTO MATERNO: Existe esta força mágica que nos conduz a ser mães?”, (ANEXO 15) e, de forma pioneira, a revista cita o recém publicado livro de Elisabeth Badinter. Como ainda não havia uma tradução em português, a revista traduziu a obra com o título “Amor materno: mito ou realidade?” e fez uma espécie de resenha do trabalho de Badinter, novamente acrescentando comentários e argumentos dos discursos médico e psicológico.

Em janeiro de 1986, a revista volta ao tema, ao publicar a reportagem “Amor materno: frágil, imperfeito, belo”, (ANEXO 16) mencionando a obra de Badinter, naquele momento já traduzida para o português com o título “Um amor conquistado: o mito do amor materno”. A revista chega a fazer citação literal da obra e argumenta que a beleza do amor materno está justamente em sua imperfeição e dessa vez a reportagem é marcada por discursos filosóficos e sociológicos, deixando de lado as questões médicas e psicológicas.

Essas são as três únicas reportagens que debateram a questão da construção social a respeito da “obrigação” de maternidade. Embora significativas, elas não demonstram uma opção editorial de problematizar as múltiplas obrigações associadas à maternidade, e tampouco mostram uma mudança significativa no estilo discursivo da *Pais e Filhos* sobre a maternidade e o que um filho “pode” e “deve” representar na vida de uma mulher.

Na primeira reportagem, datada de maio de 1971, é significativa a fotografia de apresentação. Nela, pode-se ver de perfil uma imensa foto de mulher com um bebê nos braços, acalentado entre seu rosto e seu ombro. O detalhe é que não se trata de um bebê, mas sim apenas da sombra da silhueta de um bebê, ou seja, uma mulher real segurando nos braços uma sombra, um bebê imaginário. Partindo dessa imagem, a revista inicia a reportagem dizendo:

A pessoa só enfrenta a velhice com tranquilidade se houver tido um filho, plantado uma árvore ou escrito um livro. Pelo menos é isso o que diz um velho provérbio chinês, mas hoje em dia a mulher também se realiza em outros setores, pois a maternidade deve ser escolhida conscientemente. (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p. 39).

A revista chegou a questionar a ideia de que todas as mulheres nascem para ser mães, mas ao mesmo tempo demonstrou que existe uma espécie de tensão entre o questionamento do instinto maternal e as possibilidades de realização dessa nova mulher nos anos de 1970. A ideia de que existia, sim, a opção entre ter ou não ter filhos é comparada à ideia de que a maternidade deixou de ser “[...] uma função essencial para transformar-se em um de seus meios de realização.” (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p. 40). Dessa forma, ao mesmo tempo em que a revista destaca a opção, também deixa claro que a maternidade continuava sendo um meio de realização.

A reportagem segue com uma espécie de reprodução parcial da reportagem publicada na revista norte americana *Look*, a qual apresenta um ensaio com alguns psicanalistas sobre o “mito da maternidade”, enquanto a *Pais e Filhos* reproduziu no Brasil tais discursos sobre a necessidade de filhos. Embora ao longo da reportagem exista uma tentativa de demonstrar que a escolha pela maternidade é cultural e que, portanto, a ausência de filhos não seria percebida da mesma forma por todas as mulheres, em algumas passagens do ensaio, os psicanalistas apresentaram explicações “pouco culturais” sobre a maternidade. Isso pode ser verificado quando a reportagem afirma que: “Certos psicanalistas ainda pensam que as mulheres, frustradas por não terem pênis, são levadas a querer um filho para substituir o órgão ausente.” (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p. 40). Outros psicanalistas afirmavam que mulheres querem ter filhos para repetir o que ancestrais do mesmo sexo fizeram, ou seja, querem ter filhos porque suas mães tiveram filhos e assim seria para sempre.

A revista não trouxe um contraponto às argumentações desses especialistas, apenas as apresentou, mencionando as questões culturais que envolvem a escolha em ter ou não ter filhos, contudo, nenhum sociólogo ou historiador foi ouvido pela revista nessa reportagem.

Um ponto importante ressaltado pela reportagem é o fato de procurar desconstruir o estereótipo negativo que poderia ser vinculado à ausência de filhos:

Atualmente os dois valores coexistem: mito de maternidade e anticoncepção. A mulher pode decidir se vai ou não ter filhos sem se arriscar a uma sanção da sociedade. Não existe mais, principalmente em centros adiantados, quem considere a mulher sem filhos egoísta e fria. (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p. 42).

Com essa reportagem, a *Pais e Filhos* inicia, ainda que timidamente, uma ação discursiva no sentido de questionar os estereótipos sobre mães e não-mães. É evidente que o discurso médico apresentado e destacado ao longo dessa reportagem ainda enfatiza questões que remetem à naturalização da maternidade e, portanto, reforçam os estereótipos sobre as não-mães. Mas o fato dessa reportagem ser publicada, de ter como título um questionamento sobre a ideia de ter filhos, e de trazer alguns parágrafos mencionando a possibilidade de escolha, já me pareceu um avanço nos debates sobre a maternidade pela revista. A reportagem diz que mulheres sem filhos não são mais vistas como egoístas e frias, ao menos em alguns

centros urbanos. Tal afirmação me parece significar duas coisas: primeiro, as mulheres sem filhos já foram vistas dessa forma nos grandes centros urbanos; e, segundo, em algumas localidades “atrasadas” elas ainda poderiam ser vistas dessa forma.

Fria e egoísta são adjetivos que remetem a noções de distanciamento ou mesmo de certo isolamento social. Assim, a ausência de filhos foi motivo para que essas situações estivessem associadas à personalidade das mulheres. A não-maternidade poderia ser vista como um limitador para a vivência de alguns sentimentos e mesmo para a experiência de algumas formas de sociabilidade e de intimidade. Anthony Storr (1996) compreende que, em termos filosóficos, psicológicos e sociológicos, os seres humanos são definidos por suas capacidades de formar e manter relações em diferentes graus de intimidade.

A ideia de intimidade como uma qualidade na existência das relações entre as pessoas é relativamente recente, mas auxiliou a consolidar a noção de que a experiência de maternidade é uma forma de intimidade das mais intensas e capazes de fornecer uma espécie de “verdadeira intimidade”, que seria a intimidade existente entre mãe e filho. Assim, mulheres que não exerceram suas “funções maternas”, supostamente seriam mais “frias”, “egoístas”, distantes da noção contemporânea de intimidade, pois desconhecariam esse tipo de relação. Nesse sentido, mesmo vivendo com outras pessoas, seriam sempre marcadas pelo estigma da solidão, tendo em vista que o vínculo afetivo com um filho, esse vínculo descrito como intenso e único, não existiria.

Para Storr (1996), existe uma forte vinculação entre a noção contemporânea de intimidade e o modelo de conjugalidade que, predominantemente, vem acompanhado da ideia de filhos. Tais modelos acabam por relegar à solidão pessoas que não queiram ter filhos ou que não os possam ter. O autor argumenta que os seres humanos são dotados de diferentes formas de lidar com a solidão e, portanto, existem diferentes formas também de conexões. Dessa modo, a solteirice, a moradia individual ou a ausência de filhos não são situações que definam em absoluto a vida das pessoas, havendo outros arranjos de sociabilidade e de intimidade, não estando, por isso, condenadas ao isolamento social.

A suposta solidão que a não-maternidade traria para a vida pessoal de cada mulher foi parcialmente questionada nas reportagens que debateram o “instinto materno”. Ao apresentar e citar o livro de Badinter e mesmo as pesquisas

culturalistas da antropóloga Margaret Mead sobre a maternidade, a revista argumenta que existem muitas outras formas de relações, intimidades e possibilidades de realização pessoal para além da maternidade. Todavia, essa posição não é predominante na linha editorial assumida pela revista. A grande maioria das reportagens remete à maternidade como sendo um dom, instinto, uma vocação feminina.

Nessa linha, a reportagem de fevereiro de 1981, intitulada “Eu roubei um bebê”, (ANEXO 17) foi publicada na forma de depoimento em 1ª pessoa e narra a história de uma mulher que após ter abortos espontâneos e uma gravidez psicológica decide roubar um bebê na maternidade para “apresentar” ao marido.

Logo na abertura da reportagem, a revista publicou o seguinte: “O instinto materno é uma força poderosa a tal ponto que pode adoecer momentaneamente uma pessoa e dirigi-la a praticar atos que sua consciência normalmente reprovava.” (PAIS E FILHOS, fevereiro de 1981, p. 79).

Se na reportagem de 1971 a revista questionou a obrigação em ter filhos e a construção acerca do instinto materno, dez anos depois, em fevereiro de 1981, a mesma revista reforça a existência do instinto, afirmando que ele é tão poderoso a ponto de levar a mulher a cometer coisas ilícitas em nome do desejo de ser mãe, como roubar um bebê.

Nessa mesma reportagem, a revista *Pais e Filhos* dá espaço e destaque para o instinto materno e, ainda, reforça a fixação do padrão de conjugalidade articulado com a presença de filhos, ou seja, um casamento feliz deveria proporcionar a chegada de filhos ao casal. Quando trata da história de uma mulher sem filhos e sem nome⁹⁶, a revista publica uma narrativa de sofrimento, culpa e isolamento. Para a mulher sem nome, o não conseguir levar a cabo uma gestação era algo frustrante e limitador, principalmente pelo fato de que ela sabia que seu marido desejava uma criança. Quando o marido aparece na narrativa é como vítima, pois a mulher sem nome tinha um “problema” que o afetava e com o qual ele tinha de conviver.

A sensação torturante de não ter filho, então, começou a criar um enorme sentimento de culpa em meu marido. Ele se sentia culpado por,

⁹⁶ A reportagem narra a história de abortos espontâneos e sofrimentos vividos por uma mulher, mas não menciona seu primeiro nome. Tampouco existiu a preocupação de dar-lhe um nome fictício. Considerei importante chamá-la aqui de “mulher sem nome”, justamente para explicitar a forma como mulheres que não conseguiam engravidar apareceram nas páginas da revista *Pais e Filhos*.

inconscientemente, imaginar que eu não era uma mulher completa, já que não podia lhe dar uma criança. (PAIS E FILHOS, fevereiro de 1981, p. 82).

A noção de que “uma mulher completa” deveria dar ao marido um filho era amplamente difundida pela revista, pois, mesmo quando tratava das construções culturais sobre a maternidade, questionando o instinto materno, a revista *Pais e Filhos* acabava por reproduzir essa ideia.

O marido aparece como um “inocente torturador”, pois, segundo o depoimento, ele a culpava “inconscientemente”, e tal atitude mostrava a ela que sua união conjugal não estava completa como ambos haviam planejado. Novamente, aqui aparece o modelo idealizado de família monogâmica e nuclear, algo que Ortega (2002) classificou como uma espécie de “tirania da intimidade”, na medida em que o ideal de amor conjugal acabou por moldar um estilo de família, de intimidade e de sociabilidade familiar que envolve também as crianças. A possibilidade de uma intimidade plena do casal e da obrigação de geração de filhos para ampliar ainda mais essa intimidade acabou por “sufocar” outras formas de vivências para as relações afetivas e conjugais. Assim, amizades e sociabilidades diversas foram substituídas por uma concepção de intimidade pautada exclusivamente na manutenção de um par conjugal romântico e nos “frutos do amor”, ou seja, nos filhos.

A história da mulher sem nome que roubou um bebê termina com um processo de gestação psicológica que a fez ganhar peso, ter enjoo e fazer o enxoval do bebê. Seu marido viajou a trabalho por alguns dias e ela teve um sangramento nesse período. Foi até a maternidade e descobriu que viveu uma gestação psicológica. Em seguida, a mulher sem nome decidiu ir até o berçário onde pegou um bebê recém-nascido:

Quando, enfim, numa certa manhã recebi alta, apavorei-me com a ideia de chegar em casa sem barriga, sem qualquer sintoma de gravidez e – o que era pior- sem meu filho nos braços. [...] No íntimo sabia que alguma coisa estava para acontecer. Era hospital público e o berçário quase não comportava o número de bebês que ali eram colocados. Apenas duas mulheres tomavam conta de tudo aquilo e, certamente, não iam dar falta de apenas uma criança no meio de tantas... [...] fui impelida a um pequeno berço, onde estava um garotinho moreno. Tateei a cama, peguei-o e senti uma coisa que jamais esquecerei em toda a minha vida: a cabecinha dele no meu pescoço, o calor, os movimentos pequenos, a pele macia, a respiração rápida, a candura de sua expressão. Embevecida, cobri-o com um manto e desci as escadas que me separavam da rua, automaticamente. (PAIS E FILHOS, fevereiro de 1981, p. 84).

Ao chegar em casa, se deparou com as malas do marido que havia voltado da viagem. Apresentou-lhe a criança, dizendo: “Aqui está seu filho. Aqui está o Bruno – e deitei-lhe a criança roubada nos braços.” (PAIS E FILHOS, fevereiro de 1981, p. 84). Como a mulher passou por um longo período de gestação psicológica, todos acreditaram, inclusive o marido, que ela estaria por volta de 37 semanas de gravidez, ou seja, estaria entrando no nono mês. A criança roubada não causou surpresa. Ela então colocou a criança sobre uma mesinha para a primeira troca de fraldas. O marido ao lado assistia emocionado os primeiros momentos de Bruno em seu lar. Porém, nesse momento, a mulher percebeu que algo havia saído errado e ela não poderia manter a história de parto. Ao iniciar a troca de fraldas, o casal percebeu que a criança era uma menina e não um menino, como ela havia anunciado ao chegar em casa.

Segundo o depoimento, a mulher entrou em desespero, chorou muito e acabou por confessar ao marido que não estivera grávida, que ela própria havia se enganado com sua suposta gestação, que não foi nenhuma vez ao médico e que roubou a criança. O casal voltou ao hospital e, em conversa com a direção do local, devolveu o bebê. Como o roubo durou poucas horas, a polícia ainda não havia sido informada e, segundo a mulher, nunca chegou a ser. Em comum acordo, a criança foi devolvida e o hospital não informou a nenhuma autoridade o ocorrido.

Não vou entrar no debate se essa história é real ou ficcional, pois interessa seu efeito narrativo. A história desse casal termina com a saída de ambos do hospital e o consolo do marido à esposa. A revista limita-se a explicar o que é uma gravidez psicológica e, ao fim da reportagem, aconselha as mulheres que desejam ser mães mesmo sem poderem:

Uma maneira saudável de buscar um substituto que lhe permitirá canalizar seu legítimo e justo sentimento maternal: adotar uma criança, dedicar parte de seu tempo a uma entidade beneficente, realizar um trabalho produtivo são soluções que, se não representam a perfeição, pelo menos possibilitam desligar-se do estado de obsessão. Não são raros os casos de mulheres tidas por inférteis que engravidam logo em seguida a uma adoção, por exemplo. (PAIS E FILHOS, fevereiro de 1981, p. 85).

As sugestões da revista se apresentavam como uma espécie de manual para lidar com a ausência de um filho que nunca existiu concretamente, mas que existia no desejo daquelas mulheres. Desejar um filho e ser submetida

constantemente à ausência, provocou a gravidez psicológica da mulher sem nome narrada nas páginas da *Pais e Filhos*.

Na reportagem, a barriga da suposta grávida chega a crescer e aquela mulher realmente se prepara para a chegada de um bebê depois de tantos abortos e períodos onde a fecundação não foi possível. Quando apareceu um sangramento e a notícia que não havia uma gestação, a mulher viveu o que poderíamos classificar como um luto pela ausência da criança.

Vera Maluf (2008) demonstrou que o desejo por um filho e a impossibilidade (parcial ou total) da realização desse desejo pode causar profundo sofrimento psíquico e a experiência de luto.

O luto se relaciona ao sentimento provocado pela dor da perda, ou seja, pelo desejo de presença e constatação da ausência. Para Maluf (2008), essa experiência é vivenciada por diversos indivíduos em situações variadas. É, portanto, uma reação vital, e sua durabilidade e intensidade podem variar, dependendo do contexto social e interno das pessoas. Assim, a ausência que provoca o luto não é algo linear. Para a mulher sem nome, o luto pela perda do filho a levou a cometer um crime, a roubar uma criança. Essa foi a forma como lidou com a dor da ausência, pois ela, desejosa de filho, não queria voltar para casa sem barriga e sem criança.

Todavia, os sentimentos provocados por uma vida sem filhos não são únicos. No mundo da ausência de maternidade não existe apenas dor, existe também opção, escolha, outros desejos e ressignificação.

Para tratar das diversas formas de conviver com a ausência de filhos, tratarei, na sequência, de dois grupos femininos: as que sentem a ausência e gostariam de conviver com filhos; e aquelas que não sentem a ausência ou simplesmente nunca desejaram ser mães. Esses dois grupos de mulheres não constituem grupos opostos, apenas representam parte das possibilidades para se compreender a experiência da ausência de maternidade.

4.2 DO FILHO QUE QUIS E NUNCA TIVE

Oh, pedaço de mim
 Oh, metade arrancada de mim
 Leva o vulto teu
 Que a saudade é o revés de um parto
 A saudade é arrumar o quarto
 Do filho que já morreu...

(Chico Buarque)

As mulheres que narraram partes de suas histórias e que mencionaram um desejo impossível ou concretizado de ter filhos não me contaram apenas experiências de dor ou de solidão. Elas narraram desejos, possibilidades, tentativas e descompassos entre um sonho e o cotidiano.

Como todas e todos, em alguma medida, acreditam que poderiam ter algo a mais do que efetivamente faz parte de suas vidas. Mas suas histórias não são marcadas exclusivamente pelo peso da ausência de filhos.

Em alguma medida, então, todas elas deram novos significados para o fato de ter desejado ser mãe e de não ter conseguido realizar esse desejo. Com isso, não pretendo afirmar que elas deixaram de desejar uma criança, ou que esse assunto não lhes incomode de alguma forma. Apenas constatei que suas vidas não se limitaram e nem foram reduzidas pela experiência de não-maternidade.

A ausência, o desejo de engravidar, de ter uma criança para conviver no cotidiano faz parte de suas histórias, mas não impedem que tais mulheres construam novas e diferentes sociabilidades, e que planejem suas vidas e a busca de felicidade individual de maneira diversificada.

Salvina, nascida em 1960, que morou durante bastante tempo no Amazonas, desejou em diferentes momentos ser mãe. Mas sua vida foi tomando outro rumo e suas possibilidades de engravidar foram se tornando cada vez mais remotas devido à idade. Quando lhe perguntei se ela gostaria de ter tido um filho, um longo e perturbador silêncio tomou conta da pequena sala reservada na biblioteca onde a entrevista aconteceu. Depois de silenciar e de me olhar nos olhos, ela me respondeu:

No fundo eu queria ter um filho... mas, porque? Talvez eu tentasse dar pra ele tudo o que eu não tive... queria dar pai e mãe, que eu não tive, porque

eu sou mais mãe da minha mãe, do que ela de mim. Até hoje eu dou bronca na minha mãe, tenho que educar minha mãe. Eu tive minha madrinha, ela não teve filhos e me sufocou muito. Eu não tenho amigos, não converso com ninguém sobre minha vida íntima. Hoje tô conversando com você... Talvez ter um filho pra saber que era meu, que saiu de mim. Acho que é essa sensação porque quando olho pra uma mulher grávida penso: ai que coisa mais linda! Cuido dos meus sobrinhos, tenho sentimento e preocupação com eles... mas não sei o que é ser mãe de parir. Quando vejo a mulherada fico olhando pra barriga. Sinto falta de ter essa experiência. Se eu faço massagem na mulherada quando estão grávidas, nossa, que delícia. Eu falo... “Jesus, eu sou mãe”, porque fico fazendo massagem naquela barriga. Os bebês conhecem a minha voz, fez massagem nove meses e não vai conhecer a mão da massagista [risos], conhece de longe o bichinho. (Salvina- terceira geração).⁹⁷

Segundo Luci Helena Mansur (2003), a grande maioria das mulheres cria as concepções do que é ser mãe a partir das suas experiências com suas mães. Dessa forma, o ato de optar por não ter um filho, ou não conseguir ter um filho, pode significar cortar um vínculo com a própria mãe, diferenciando-se dela com relação à procriação e às afetividades. Cabe destacar que não existe uma relação simples e linear entre a experiência com a mãe, como a narrada por Salvina, e a não-maternidade. Salvina afirma que gostaria de ter tido filhos para dar a eles tudo o que não teve. Ela menciona que por diversas vezes teve que cuidar da mãe, aconselhar e até dar broncas.

Desse modo, num primeiro momento, supus que havia uma relação entre experiências familiares negativas e a escolha deliberada pela não-maternidade. Contudo, minhas impressões iniciais foram contrariadas em dois importantes momentos. No primeiro, quando me deparei com a pesquisa de Jeanne Safer (1997), cuja investigação sobre a ausência de maternidade por meio de entrevistas com cinquenta mulheres nos Estados Unidos constatou que as experiências familiares conturbadas são relatadas tanto por mulheres que tiveram filhos como por aquelas que não tiveram. Um ponto central nas reflexões de Safer (1997) diz respeito ao ato do filho como reparação. Algumas mulheres querem ter filhos justamente para reparar algo que consideraram incompleto ou imperfeito nas relações com suas mães. Tomar as relações mãe e filha como ponto central e explicação para a não-maternidade foi considerado pela autora como impreciso e talvez mesmo inadequado para interpretar experiências de vida tão plurais.

As conclusões de Safer (1997) me inquietaram e proporcionaram o refinamento de meu olhar e de minha escuta. Assim, num segundo momento de

⁹⁷ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 04 de maio de 2013.

revisão sobre minhas impressões iniciais a respeito da não-maternidade, percebi que “o campo”, ou seja, elas, as mulheres entrevistadas, não colocavam sobre suas mães o peso das escolhas ou circunstâncias que as levaram à não-maternidade. Percebi que as entrevistadas se aproximavam pelo fato de não terem filhos, mas eram muito diferentes os caminhos percorridos nessa experiência. Salvina, por exemplo, teve um pai violento⁹⁸ e uma mãe conivente com a violência por cerca de oito anos. Depois disso, a mãe fugiu com os filhos passando a enfrentar dificuldades financeiras, obrigando-a a trabalhar fora e deixar sobre Salvina a responsabilidade de cuidar dos irmãos. Portanto, as experiências familiares conturbadas na infância, e posteriormente na adolescência, não representaram uma opção pela não-maternidade. Ao contrário disso, Salvina gostaria de ter tido filhos e não os teve devido ao fato de que se casou mais tarde e de que só aos 48 anos iniciou as tentativas para engravidar, não conseguindo obter sucesso.

Ela pensa em adoção e admitiu que gostaria de adotar legalmente um filho, mas o marido sempre descartou essa possibilidade. Tal descompasso fez com que o casal seguisse sem o filho que Salvina tanto deseja. No dia que a entrevistei ela estava com 53 anos e ainda sonhava com a possibilidade de uma gestação da forma tradicional, sem nenhum tipo de interferência médica. Quando lhe perguntei se havia desistido de engravidar, ela me respondeu: “Eu acho que ainda é possível uma gravidez... se o outro faz um gol de placa ainda posso gerar. Eu tô envelhecendo na idade na pele... mas parece que dentro de mim eu não tô envelhecendo... eu não tô velha!” (Salvina – terceira geração).⁹⁹

Especificamente sobre a ausência, Salvina diz que nunca a sentiu porque sempre criou os sobrinhos, ajudando, inclusive com recursos financeiros, a sua irmã. As experiências e os cuidados que teve com os sobrinhos propiciaram a ela uma forma de maternidade, que ela mesma classifica como vivências fundamentais para que não se tornasse uma pessoa “amarga”. Quando lhe perguntei como descreveria uma mulher que nunca foi mãe, ela respondeu a partir da experiência de maternidade que teve com os cuidados dos sobrinhos:

Se ela [mulher que não foi mãe] não tiver a experiência que eu tenho, acho que ela será uma pessoa amarga, mal humorada, de mau humor, ranzinza, que se irrita com criança quando tá brincando, porque ela não teve o papel

⁹⁸ Parte da história de vida de Salvina foi apresentada no primeiro capítulo desta tese.

⁹⁹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 04 de maio de 2013.

de mãe, não teve a experiência de ver uma criança correr, chorar, cair... (Salvina- terceira geração).¹⁰⁰

Para Salvina, em sua vida não há ausência de maternidade, tendo em vista a intensa relação que tem com os sobrinhos. Ela ajudou a criar, moraram com ela por alguns anos e se sente plenamente responsável por eles. Antes da entrevista, cheguei a me questionar se a experiência que Salvina viveu com os sobrinhos não a havia tornado, em algum grau, mãe deles. Por vezes, ela se refere a eles como “o meu menino”, “a minha menina”. Contudo, embora a experiência de cuidados e afetos desenvolvida por Salvina com os seus sobrinhos tenha sido forte, não representou na vida dela, efetivamente, a experiência de maternidade. Durante a entrevista, ela diz: “eu não tive filhos”, “eles não são meus”; ou seja, existe a consciência de que outra mulher é a mãe deles e ela não se coloca como mãe, mas sim como uma tia superprotetora. Perguntei se a ausência de maternidade havia influenciado em alguma coisa na sua vida, e ela me responde com certa ironia: “Acho que não... Ausência da maternidade? Não. Tenho meus sobrinhos.” (Salvina-terceira geração).¹⁰¹

Ao longo da entrevista, ela ressalta fortemente a sua relação e dedicação com os sobrinhos, mas ainda assim insiste que gostaria de ter seus próprios filhos. Dessa forma, considero que, embora de maneira diferente, Salvina também viveu algum sentimento de ausência de maternidade. Vivenciou um desejo de filho, que ainda não pode realizar. Esse conflito entre o amor que sente pelos sobrinhos e o desejo de ter um filho nascido dela ficou evidente na fala abaixo:

Eu posso até não ter parido, mas sou tão mãe quanto as que pariram. Se alguma coisa tá acontecendo com a Lília e o Lucas [sobrinhos], eu sinto no meu coração. Essa é uma relação de mãe mesmo. Eu me sinto mãe deles, tanto que a Lília me chama também de mãe. O Lucas já não... É que a Lília ficou mais tempo comigo. Mas o que eu cobiço mesmo era aquele barrigão mesmo, aquele barrigão de mulher grávida. (Salvina – terceira geração).¹⁰²

A cobiça de Salvina é uma gestação e, portanto, a concretização de um processo de maternidade e do próprio imaginário da gravidez, daí sua cobiça pelo “barrigão”. As experiências maternas que ela teve e ainda tem com seus sobrinhos

¹⁰⁰ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 04 de maio de 2013.

¹⁰¹ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 04 de maio de 2013.

¹⁰² Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 04 de maio de 2013.

foram lembradas na entrevista. Porém, o fato de não ter conseguido engravidar deixou nela um desejo de filho que vai além dos cuidados e afetos que possui com os sobrinhos. Ela ainda sonha em ser mãe. Ao fim da entrevista, perguntei se ela acreditava que teria uma vida mais feliz se fosse mãe. Ela sorri e me responde: “Eu fui feliz. Talvez se eu tivesse [filho] eu seria mais feliz. Mas vamos supor... eu ainda posso engravidar. Esses dias fui no médico e ele olhou pra mim e disse: ‘olhe que útero mais lindo’.”¹⁰³ (Salvina – terceira geração).¹⁰⁴ Salvina não falou em solidão ou em sentimento de ausência. Ela sentia-se pertencente a uma rede familiar que lhe ajudava e a qual ela também ajudava. Essa rede pessoal lhe propiciou experiências maternas e outras tantas lembranças que, ao fim da entrevista, embora com a ausência de uma gravidez, ela afirmou terem lhe propiciado a felicidade, mesmo sem poder realizar seu desejo de maternidade até aquele momento.

Diferente é o sentimento relatado por Victória, também pertencente à terceira geração de mulheres, nascida em 1972. Para Victória, existe a vivência de uma ausência e o que chamo de “memória de uma ausência”. Ela quer muito um filho e lembra constantemente que não o tem. O sonho presente de uma maternidade ausente torna o fato de não ter filho uma lembrança constante na sua vida.

Ela mencionou que nem festa de casamento tentou organizar, pois estava com pressa de ter filho. Para ela, a maternidade era algo importante no processo da vida, uma forma intensa de amor e de relacionamento com o outro. Bauman (2009), ao abordar a sociabilidade, nos relata que os seres humanos se estendem na direção uns dos outros e se esforçam para transformar as presenças humanas em uniões, pois, de modo geral, anseiam pelo convívio. Nesse sentido, ainda segundo o autor, o casamento e a geração de crianças foram historicamente vistos como reforço na ideia de união. Os filhos representavam historicamente uma espécie de ponte entre a mortalidade e a imortalidade.

A vida individual é relativamente curta e, conseqüentemente, sua finitude induz à reflexão sobre a possibilidade de sua continuidade. Penso que a ideia de ter filhos represente para muitas pessoas, de forma material, essa ponte entre a mortalidade e a imortalidade destacada por Bauman.

¹⁰³ No momento da entrevista Salvina estava com 53 anos. Ainda menstruava e alimentava o sonho de uma gestação.

¹⁰⁴ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 04 de maio de 2013.

Victória falou de finitude, de dor e de ausência pelo fato de pensar em morrer e tudo acabar. Percurso da vida percorrido por todos em diferentes ritmos e com diferentes expectativas, a morte vinha acompanhada do fim efetivo e da “memória da ausência”, pois, segundo ela, se tivesse filhos, mesmo após a morte poderia, de alguma forma, continuar viva através deles. Quando lhe perguntei se ela gostaria de ter tido um filho, respondeu:

Sim. Com um filho dá impressão que não existiria mais solidão né... Porque é tão ruim ficar sozinha. Um filho é teu, teu mesmo. Esse ninguém te tira. O filho escreve a história sabe... a continuação de uma história. Porque comigo a história vai acabar comigo. Eu morri, acabou. Mas se eu tivesse um filho ia ser lembrada. Eu ia continuar né... assim, a mãe, a avó. Acho que é aquele negócio de ser teu mesmo, a única coisa que é teu mesmo... e que continua você. (Victória – terceira geração).¹⁰⁵

Ao analisar sua fala e as memórias que ela me permitiu conhecer, compreendi que a articulação entre mortalidade e imortalidade mencionada por Bauman acabou por tornar o filho e a maternidade, em alguma medida, como um “objeto” de consumo emocional.

A construção social feita a partir do filho como uma continuação de nossa própria existência torna a expectativa e o desejo de maternidade absolutamente funcional, ou seja, disseminou-se a ideia de que precisamos do filho para continuar a existir. Penso que um filho seja muito mais do que nossa própria continuidade, afinal, o filho é outro ser humano, com limitações e desejos próprios, muitas vezes idealizado e colocado no plano ficcional do amor incondicional.

A narrativa de Victória reforça a relação entre filho e imortalidade, de continuação dela mesma e demonstra a forma como esse tipo de estereótipo social ainda se entrelaça fortemente com as experiências, sociabilidades e subjetividades das mulheres. Pertencente à terceira geração de mulheres sem filhos, Victória idealiza a maternidade e a possibilidade de felicidade que uma criança lhe traria. Ao questioná-la sobre se acreditava que teria uma vida mais feliz caso fosse mãe, sem titubear respondeu: “Com certeza, pra compartilhar as coisas, ter com quem dividir as coisas... um futuro sabe, pensar num futuro. Talvez até mais força pra lutar contra as coisas, as incertezas, as derrotas.” (Victória- terceira geração).¹⁰⁶

¹⁰⁵ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de maio de 2013.

¹⁰⁶ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de maio de 2013.

Victória demonstra que se sente só. Ao longo da entrevista, por diversas vezes mencionou o fim de seu casamento, a morte do pai e da mãe e a relação com os irmãos que, embora presentes, é marcada por alguns conflitos. A solidão descrita por ela, sua queixa em não ter com quem compartilhar, não ter com quem sonhar um futuro, acabam por torná-la alguém que deseja uma vida diferente da que tem, mas que está, de algum modo, aprisionada à que possui. Victória admite que teve vontade de adotar uma criança e iniciar, assim, uma experiência de maternidade e também uma nova vida. Contudo, descartou a ideia de adoção quando descobriu que era portadora do vírus HIV. Para ela, o vírus representa uma situação real e uma potencialidade de morte que a impedem de adotar. Sente-se presa em uma realidade na qual a solidão se faz presente constante.

Quando Storr (1996) analisou a solidão, procurou, em diversos capítulos de seu livro, apontar maneiras positivas como as pessoas se relacionam com ela. Contudo, Storr debate sobre a solidão forçada, ou seja, uma solidão imposta por diferentes maneiras e que pode se apresentar de formas variadas ao longo das vidas humanas.

Para Storr (1996), a solidão forçada tem como principal exemplo as prisões, aqui falando no sentido literal, os diferentes asilos, abrigos e encarceramentos pelos quais as pessoas podem passar. Contudo, a prisão também pode ser usada num sentido de metáfora, ou seja, para representar uma situação de aprisionamento que impede a mudança. Victória sofreu com a descoberta do HIV, chegou a fazer dezoito exames de sangue para ter certeza de que era portadora da doença, e viu-se sozinha a partir de então. Seu companheiro, que lhe transmitiu a doença, saiu de casa rompendo com o casamento. Suas esperanças de filhos foram-se embora junto com o ex-marido e, devido a doenças e a incertezas que ela afirma enfrentar com relação ao seu estado de saúde, prefere não adotar nenhuma criança e permanecer só.

Sua solidão não é opcional, ao contrário, Victória desejou uma família com filhos. Projetou nos filhos imaginados o fim de seu sentimento de solidão e seu desejo de permanecer viva, de construir a “ponte” mencionada por Bauman. Contudo, sua vida seguiu por outros caminhos, e ela se viu forçada a abandonar a ideia de engravidar ou de conviver e ser responsável por alguma criança. Seu sonho de gestação começou a se distanciar da realidade quando ela parou de tomar o anticoncepcional e percebeu que não engravidava como planejado. Quando lembrou

os momentos de casada em que o filho ainda era planejado, Victória misturou expressões e sentimentos, gargalhou e lacrimejou para responder a mesma pergunta. Quando lhe questionei como foi o processo de tentar engravidar, ela narrou:

Tomei vários meses ativador de ovulação. Eu estava tentando, tentando... mudando de médico. Só que como sou hipertensa, o médico queria tratar a hipertensão. Daí tomei ativador de ovulação... Daí tentei mais um pouco e o médico mandou ele [marido] fazer um exame. Ele concordou. Daí ele fez exame e deu que ele tinha poucos “aptos”. Os espermatozoides dele não eram aptos para engravidar... [gargalhadas] Ficou louco, nossa! Pense num homem machista. Daí ele falou que o médico não foi com a cara dele, que ele dava conta do recado. Ele queria que eu trocasse de médico, e eu troquei. Só que eu nunca cobreí dele né... Ah, você não pode me dá filho. Isso nunca cobreí né... Mas ele me cobrava. Dizia que eu fui no médico que não era bom. Que ele não tinha problema, e que o problema era comigo. Nisso aí já fazia uns três anos que eu não tomava remédio pra evitar. Ele se recusou a fazer qualquer tratamento e ainda contou pros pais deles que era eu que não podia ter filho. Ele mentiu pros outros que era eu que tinha problema. Só que eu nem me preocupei... Não tinha o que fazer. Era só com inseminação artificial. Mas o próprio doutor falou pra mim repensar... porque ia ser uma gravidez de risco, porque eu já era hipertensa, já estava com 34 anos na época, pesava 118 quilos. Ele não me incentivou a fazer a inseminação. Era muito caro. Nós não ia ter condições de fazer. O médico disse pra rever, porque ia ser de risco, pra pensar em adoção. Daí a gente foi deixando de lado, pra gente não brigar... por causa da bebedeira dele. Porque quando ele bebia, ele falava assim “Ah, eu sou um infértil...”, e quando estava são, falava que a infértil era eu. (Victória- terceira geração).¹⁰⁷

É interessante destacar que Victória riu muito quando mencionou o fato dos espermatozoides de seu ex-marido não apresentarem condições favoráveis para a fertilização por vias naturais. Ao mesmo tempo, ela continuou com o olhar pesaroso ao explicar que, dessa forma, foi abandonando a ideia de tentar engravidar. Os obstáculos eram muitos: a idade que não era considerada pelo médico como favorável, o seu peso e a sua situação de hipertensa. Além disso, o maior obstáculo era a recusa do marido em fazer algum tratamento ou aceitar a ideia de inseminação artificial. Por diversas vezes ao longo da entrevista, ela ressaltou que procurou não culpar o marido nem pela sua baixa fertilidade e nem pela recusa em tentar algum tratamento. Ao invés de culpar o companheiro, Victória afirmou que sentia pena dele. A bebida é mencionada em vários momentos da entrevista. Segundo Victória, ocorria uma transformação no relacionamento e na afetividade de seu companheiro quando bebia e, para ela, foi a bebida e as constantes traições do marido que

¹⁰⁷ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 01 de maio de 2013.

acabaram pondo fim ao casamento, e não a ausência de filho ou a recusa do marido em adotar alguma criança.

Denise Jardim (2001), ao fazer um estudo etnográfico sobre performance, reprodução e produção dos corpos masculinos, observou que tais corpos também possuem como um de seus focos a construção de um pertencimento, que a autora classificou como “comunidade de destino”.¹⁰⁸ Ao entrevistar homens frequentadores de bares e botecos em Porto Alegre/RS, Jardim percebeu que um dos pontos ressaltados e valorizados pelos homens como um bom exercício de masculinidade, era o controle sobre a bebida. Beber e ser carregado, beber e cair ou beber e não pagar eram sempre apontados como elementos de exclusão do grande grupo de sociabilidades dos bares na capital gaúcha. Além disso, Jardim observou que os sentimentos e afetos permitidos a serem expressados nos bares pelos homens eram aqueles relacionados aos filhos. Fazer filhos e conseguir provê-los foram ações mencionadas pelos homens entrevistados por Jardim como um elemento central na construção de um “destino” masculino. Dessa forma, os problemas de família relatados a ela nos botecos eram sempre problemas com filhos. A paternidade foi mencionada como uma condição de ascensão na condição masculina. Assim, a condição de pai era o que determinava por completo a condição de homem.

Tal relação (masculinidade e paternidade) foi encontrada em todas as entrevistas realizadas pela autora ao longo do ano de 1991, em diferentes bares frequentados pelas camadas populares de Porto Alegre. Assim, ao relacionar as reflexões de Jardim com as lembranças de Victória sobre seu ex-marido, acredito que a “compaixão” que ela demonstrou em diferentes momentos, ao tratar das lembranças de seu casamento, se referem, em certa medida, a essa “incompletude” que acompanhava a masculinidade dele. Victória ressaltou que quando ele aparecia em casa bêbado ficava pelos cantos afirmando que era “um infértil”. Porém, nos momentos em que não estava influenciado pelo álcool, ele mencionava que era ela que apresentava problemas para engravidar, ou seja, nos momentos de lucidez,

¹⁰⁸ A autora articula os conceitos de masculinidades e destino a partir das reflexões de Bourdieu (1990). Para Jardim (2001) as identidades construídas socialmente podem se transformar na noção de destino. Não apenas um destino biológico que foi elaborado socialmente sobre o signo da diferença mas também as diferenças físicas e de condições físicas são percebidas nas “comunidades masculinas” como possíveis de produzir destinos. Por “comunidades masculinas” entende-se a partir do estudo de Jardim, os bares e botecos, onde os homens partilhavam experiências e demonstravam ou não o controle sobre seus corpos, especialmente se tratando sobre o controle da sobriedade depois de alguma bebida.

quando era necessário ou solicitado dar alguma explicação para amigos e familiares, ele espertamente optava por culpá-la pela ausência de filhos.

O descontrole do ex-marido com relação à bebida causava em Victória sentimentos contraditórios. Em certa medida, ela afirmou sentir pena de sua condição de alcoólatra, mas, por outro lado, se mostrou profundamente irritada quando lembrava as cenas de vexame que o ex-marido lhe obrigava a passar devido a sua dependência. Ela contou com detalhes as festas e eventos familiares em que era obrigada a se retirar para evitar a bebedeira, ou então as brigas que ele arrumava devido à bebida. A suposta piedade de Victória permitiu que ele mentisse para os amigos e familiares com relação a sua fertilidade e, segundo ela, “nem ligou” para este fato, pois via nele alguém frágil demais, ou seja, alguém que rompia com a “comunidade de destino” dos homens estudados por Jardim (2001). O ex-marido de Victória não atingiu a paternidade, não tinha controle sobre seus vícios (nem de bebidas e nem de mulheres) e não era o provedor da casa. Assim, ela o citava na entrevista com o sentimento de pena, mesmo sendo ele o transmissor do vírus HIV. Compaixão, pena e piedade foram os sentimentos citados por ela. Acrescento a estes, o sentimento de alguma indiferença, pois, na entrevista, Victória cita um namorado anterior ao casamento. Falou longamente sobre esse primeiro relacionamento, o noivado e o término da relação, mencionando o período que estiveram juntos e o seu nome. Já, quando narrou seu casamento, sempre se referiu ao seu antigo companheiro como “ele”, ou então “meu ex-marido”. Victória não citou sequer seu nome.

Contudo, apesar de relatar que “ele” foi o culpado pela transmissão de sua doença e também por dificultar sua realização de maternidade, compreende seu ex-marido como um coitado. Da mesma forma, Jardim (2001) identificou que homens sem filhos foram percebidos e descritos como inferiores, pois não possuíam a “marca de distinção” para a produção de uma autoimagem de virilidade, ou seja, não possuíam condições físicas ou econômicas de ter filhos.

A paternidade ainda é um campo de estudo em busca de pesquisadores. Pouco sabemos sobre as experiências de paternidade ou de infertilidade masculina analisada pelo viés das subjetividades e das interferências nas relações afetivas. Contudo, por meio da entrevista de Victória, percebi que padrões e estereótipos com relação à virilidade também se relacionam com a capacidade de produzir crianças. Ele, contudo, não foi descrito como um homem solitário. Viveu com Victória seu

segundo casamento e foi descrito como rodeado de amigos. Ela, todavia, se descreveu como uma mulher sozinha, apesar da presença dos irmãos e amigos. Vive em uma casa com seu irmão. Mas, por diversas vezes reclamou que lhe falta companhia, lhe falta alguém com quem dividir os sonhos e a vida. Porém, retomando a noção de prisão forçada desenvolvida por Storr (1996), Victória compreende que o fato de ser portadora do vírus HIV lhe impede de buscar um novo relacionamento afetivo. Sente-se aprisionada em uma solidão que não consegue, ou que não quer transpor.

Assim, ela evitou algumas aproximações amorosas e descartou por completo a possibilidade de adotar uma criança. Victória construiu sua narrativa demonstrando que o vírus, os cuidados com a saúde e os exames rotineiros tomam conta de boa parte de sua vida. Sendo assim, mesmo desejando e sonhando com a maternidade, ela preferiu abandonar a ideia de ter um filho. Sua abdicação foi narrada de forma altruísta, pois mencionou como centro de preocupação a vida da suposta criança adotada. Para Victória, não seria justo adotar uma criança que já passou por uma situação de abandono e conviver com ela por algum tempo. Porém, usando como argumento o contágio do HIV, ela evidenciou que pode morrer a qualquer momento, que pode não ter tempo para criar essa criança adotada e que novamente a criança seria abandonada. Alegando isso e chorando muito, ela disse com confiança que preferia não ser mãe, que preferia não adotar ninguém.

A solidão que Victória alega sentir e conviver lhe traz melancolia e algumas idealizações com relação à presença de um companheiro ou mesmo de um filho. De certa forma, considere que Victória, no momento da entrevista, quis mostrar que sofria de solidão. Contudo, nem todas as mulheres que não possuem filhos e que moram sozinhas pareceram-me incomodadas com a solidão.

Eliane Gonçalves (2009) desenvolveu pesquisa sobre mulheres que moram sozinhas na contemporaneidade, e argumentou que a percepção de solidão não deve ser obrigatoriamente vinculada às mulheres que vivem sós. Mesmo no caso de mulheres mais idosas, a solidão não apareceu em todas as entrevistas de Gonçalves e, tampouco, em todas as entrevistas realizadas por mim.

Viver só não significa viver em solidão. Essa afirmativa vale para as três gerações de mulheres estudadas nesta tese. Embora a ausência de filhos e, em alguns casos, de um companheiro, possam trazer, para algumas, sentimentos como

os que foram narrados por Victória, a queixa pela ausência de filhos ou a idealização não é uma constante.

Penso que todos nós, em diferentes momentos da vida, sentimos solidão, sentimos a ausência de alguém ou de algo. Portanto, as mulheres e as histórias que estão no próximo tópico não são imunes aos sentimentos aqui tratados. Considerei apenas que, no momento da entrevista, elas desejaram construir para mim uma imagem que as distanciasse do estereótipo de solitárias, sofredoras e desejosas de filhos a qualquer preço. Tais mulheres construíram novas redes de afetos, novas sociabilidades e traçaram novos objetivos, para além da maternidade. Dessa forma, o filho que não veio, ou o filho que nunca foi desejado, não foi o eixo central da vida e tampouco da entrevista. Elas não choraram, não se incomodaram com sua condição de não-mães e não se sentem solitárias pelo fato de nunca terem tido filhos.

4.3 NEM SÓ, NEM MAL ACOMPANHADA

Tendo conquistado o direito de ficar só [...], tendo se libertado da generalização de que os humanos estão condenados a sofrer de solidão, pode-se assegurar: vire-se a solidão de cabeça para baixo e ela se transforma em aventura.

(Theodore Zeldin)

A ausência de filhos foi sentida de maneira muito diferente pelas mulheres entrevistadas. Ficou evidente que as concepções arraigadas pelo senso comum de que mulheres que não são mães sofrem sempre, sonham sempre com crianças ou, então, são frias e solitárias, estão equivocadas. Essa constatação pôde ser percebida e sustentada quando analisei as entrevistas das três gerações de mulheres abordadas nesta tese.

Embora relatando o cotidiano e as ambições de vida de forma diferente, as três gerações apresentam mulheres que gostam da situação em que estão e, de certa forma, buscaram o lugar social de onde falam. Assim, a ausência de filho e a

suposta solidão que poderia lhes acompanhar na velhice não é percebida nem sentida de forma linear ou constante.

As mulheres pertencentes à primeira geração aqui estudada convivem com a solidão de maneira prática e objetiva. Não houve espaço para choros, grandes lamentações ou longas falas sobre ausência e solidão. Esther, Maria Clara e Ernestina, nascidas entre as décadas de 1920 e 1930, pouco se queixaram de solidão ou mesmo de ausência de filhos. Todas solteiras, não tiveram muitas opções para construir sociabilidades e afetos filiais, tendo em vista a ausência de matrimônio em épocas que um filho fora de um casamento poderia significar a “desgraça moral” de uma mulher. Embora em alguns momentos das entrevistas, a ausência de filhos fosse relatada com certo pesar, não se tratava de falta de ter embalado alguém, ou falta das noites em claro cuidando de bebês. Elas, idosas solteiras e sem filhos, falavam da ausência a partir de sua realidade atual, ou seja, do cotidiano caseiro aos 70 ou 80 anos sem ter um filho para quem gritar caso necessitem. É um sentimento de ausência percebido muito mais em termos de “utilidade em ter filho” do que em “afetividades com filhos”.

Não encontrei nas entrevistas com a primeira geração de mulheres nenhum sonho terno e suave de maternidade idealizada. Elas não foram mães e tratam desse fato com certa indiferença ou desimportância. Enquanto as mulheres da terceira geração podem ser divididas no grupo das que gostariam muito de ter filhos e não conseguiram e no grupo das que optaram por não ter filhos, as mulheres que fazem parte da primeira geração apresentam maior homogeneidade na narrativa sobre a ausência de maternidade. A vida foi caminhando pra isso e a solteirice impedia qualquer sonho de maternidade naquela época.

Esther, que me concedeu entrevista em 2013, com 83 anos e morando absolutamente sozinha, não lamentou a ausência de filhos. Tampouco supôs que a maternidade poderia modificar algo na vida ou na personalidade feminina.¹⁰⁹ Para ela:

¹⁰⁹ É interessante destacar aqui que todas as entrevistas pertencentes à terceira geração (mulheres nascidas nas décadas de 1960 e 1970), ao serem questionadas sobre se a maternidade poderia mudar algo na personalidade da mulher, afirmaram que “sim”. As mulheres que desejavam ter filhos, e não conseguiam, descreveram a maternidade como capaz de tornar as mulheres mais sensíveis, felizes e doces. Já as mulheres que não desejavam ter filhos ou que nunca tentaram engravidar, percebiam a maternidade como elemento capaz de mudar o cotidiano da mulher, além da personalidade. As mães supostamente teriam mais afazeres e menos tempo. Eram mulheres desdobráveis. A terceira geração de mulheres não-mães descreveu a maternidade como ternura, sensibilidade, agitação, dedicação, falta de privacidade. Todas as descrições vinham

A maternidade não muda a personalidade da pessoa, não muda o jeito de ser. A personalidade e o caráter nascem com a pessoa. Ser ou não ser mãe não muda quem você é. Eu na verdade nunca pensei em ser mãe, esse pensamento nunca me ocorreu. Acho que gostaria de ter tido um filho, porque todos gostam, mas nunca me ocorreu como uma possibilidade concreta. Sempre achei uma responsabilidade muito grande colocar uma pessoa no mundo, porque e se aquela pessoa não é feliz? E se eu não for feliz depois de ser mãe? A responsabilidade muito grande porque ter e deixar que viva ao Deus dará também não dá né. (Esther- primeira geração).¹¹⁰

A narrativa de Esther foi emblemática. Ela apontou sua carreira, suas viagens pelo Brasil e pelo exterior. Falou sobre as greves que enfrentou como docente da educação básica do Paraná, e nos instantes em que as questões eram direcionadas à maternidade e à ausência de filhos, ela se questionava se realmente algum dia quis ter filho. Nascida em 1929, no interior de Santa Catarina, em uma família de muitos filhos, Esther não estava plenamente convencida de que a falta de filho poderia trazer solidão ou algum sentimento de ausência.

Aminatta Forna (1999) escreveu que existem vários roteiros para a maternidade, destacando o incômodo que algumas mulheres sentem com a chegada de um bebê, ou mesmo as diferentes formas de se construir o amor maternal. Aqui se percebe que também existem diferentes caminhos e sentimentos para a não-maternidade. A ausência de filhos não é apenas dor. Aliás, a dor e as lágrimas apareceram muito pouco nas entrevistas.

Esther ponderou a responsabilidade de ter um filho e questionou se realmente seria feliz sendo mãe. Para as mulheres da primeira geração, a maternidade só seria possível acompanhada de um casamento. Como não casaram, o filho não foi algo desejado. Ele não fez parte dos sonhos possíveis para a vida.

Também a primeira geração apresentou outra característica peculiar. Nenhuma delas afirmou que passou por algum tipo de discriminação por não ter filho. Nenhuma disse que foi excluída parcialmente de conversas pelo fato de não ser mãe, e nenhuma pensou em adoção. Acredito que essas respostas reforçam a articulação entre maternidade e casamento que existia para essas mulheres nascidas nas primeiras décadas do século XX. Esther, Maria Clara e Ernestina

acompanhadas da constatação de que a maternidade muda a mulher (verdade para a terceira geração). Esse tipo de entendimento sobre a maternidade não foi constatado em todas as mulheres da primeira ou da segunda geração.

¹¹⁰ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vazquez, em 26 de abril de 2013.

tiveram e cuidaram de irmãos. Depois, em alguma medida, se responsabilizaram por sobrinhos e sobrinhas e, portanto, possuíam conhecimentos sobre partos, cuidados com filhos e mesmo com a maternidade.

Dessa forma, nunca sentiram, ou não relatam nenhum tipo de mal-estar quando as conversas nas rodas de amigos ou familiares caminhava para as lidas com as crianças, ou mesmo histórias de partos.¹¹¹ Sendo as três solteiras, o que se esperava delas era justamente o que forneceram: que cuidassem dos irmãos, irmãs e sobrinhos.

Goran Therborn (2006) argumenta que, no início do século XX, o casamento era, em essência, um importante arranjo de procriação. Dessa forma, era pelo casamento que se legitimavam os “frutos da sexualidade”. (THERBORN, 2006, p. 199). Com isso, somente com a efetivação de um casamento se poderia pensar numa descendência legítima e gloriosa. Solteiras, provavelmente se possuísem filhos seriam discriminadas.¹¹² Nesse sentido, tais mulheres também foram unânimes em relação à possibilidade de adoção. Nenhuma sequer cogitou a possibilidade de se responsabilizar legalmente por uma criança, ou mesmo de “pegar pra criar” criança de algum conhecido ou amigo.

Elas ajudaram suas mães e, posteriormente, ajudaram suas irmãs a criar sobrinhos, mas não pensavam em ser chamadas de mães. Tal fato é descrito nas entrevistas de maneira muito breve e objetiva. Quando questionei as mulheres da primeira geração sobre adoção, as respostas foram curtas: “não, nunca pensei”. Insistindo nas respostas, procurei saber os motivos que lhes afastava dessa possibilidade, e aí ocorreram algumas variações.

¹¹¹ As mulheres da terceira geração relatavam desconforto ou mesmo exclusão quando a conversa entre amigas caminhava para as atividades com filhos ou a maternidade em geral.

¹¹² Em meu estudo de mestrado também orientado pela professora Dr.^a Ana Paula Vosne Martins, e defendido em 2005, analisei mulheres envolvidas em casos de aborto e infanticídio. Tais mulheres eram sozinhas, ou seja, solteiras ou viúvas. Os processos e inquéritos são datados do final do século XIX até a década de 1970, e em todos os depoimentos das mulheres foi observado que a “honra” de tais mulheres estava em risco caso assumissem a gravidez estando solteiras. Como engravidaram, precisavam dar fim na gestação ou na criança para conseguir manter a moral, a reputação e mesmo a sobrevivência, tendo em vista que não tinham condições de manter uma criança sozinhas. Dessa forma, percebi que uma criança na vida de uma mulher solteira na primeira metade do século XX era motivo de desespero e não de “amor materno”. As entrevistadas da primeira geração (Esther, Maria Clara e Ernestina) até se mostraram surpresas, ou riam quando lhes perguntei se em algum momento sentiram-se discriminadas por não terem filhos. Sendo solteira, a ausência de filhos não causaria discriminação, mas a presença de filhos sim.

Esther, por exemplo, mencionou o fato de ter conhecido, na família, casos mal sucedidos de adoção. Esboçou que acreditava realmente na genética e que não conseguia sozinha dar conta de alguém que já viesse com problemas e traumas.

Maria Clara, por sua vez, fez menção aos sobrinhos que lhe enchiam a casa. Quando questionei sobre adoção, ela se levantou, pegou alguns dos vários retratos que possui espalhados pela sala, com fotos de seus sobrinhos, e disse: “Já tenho os sobrinhos, né... não sou sozinha. Depois não ia nem ter como criar uma criança minha nem adotada porque a gente trabalhava na roça, era tudo difícil, né... sozinha com criança não dá.” (Maria Clara- primeira geração).¹¹³

A ideia de maternidade para as mulheres da primeira geração se relaciona muito mais com trabalho do que com idealizações de amor ou de afetividade. Existiu, pelo menos nas entrevistas, uma ponderação maior sobre o que significaria uma criança na vida, principalmente nas falas da primeira e da segunda gerações. Dessa forma, as mulheres mais velhas se “culpam” menos pela ausência de filhos e, portanto, se justificam menos também. Não existiram longas narrativas sobre os caminhos percorridos até a velhice sem filhos, as falas mais objetivas e práticas demonstraram que elas não sentiram ausência ou dor pela ausência. Deram novos significados à vida a partir de sua condição de solteiras ou, então, de seus trabalhos e cuidados com familiares.

Nas entrevistas com a segunda geração de mulheres (nascidas nos anos de 1940 e 1950), encontrei um padrão de discursos muito parecido com o da primeira geração.

Catarina, irmã de Maria Clara, afirmou que em seu cotidiano não existe espaço para sentir solidão. Ela narrou seus dias da seguinte forma:

Eu moro com minha irmã. E a vida é assim, levantamos às 6 horas da manhã. Cedinho já estamos de pé pra tomar café. Daí vamos tratar a criação... eu vou na horta, as vezes pro mercado. Vamos na igreja, todo dia é a mesma coisa. A gente assiste TV um pouco, mas muito pouco... às vezes de manhã assistimos a Rede Aparecida, a missa, mas é mais a noite que assistimos. Não tem solidão, tem que lidar com criação e fazer coisas o dia inteiro. (Catarina – terceira geração).¹¹⁴

Como Catarina e Maria Clara vivem num pequeno sítio, muito próximo à cidade de Reserva, elas conseguem permanecer na propriedade e, ao mesmo

¹¹³ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

¹¹⁴ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

tempo, vivenciar sociabilidades da cidade como frequentar a igreja matriz ou mesmo festas religiosas e familiares. O cotidiano dessas mulheres foi narrado como repleto de atividades, e o fato de viverem juntas possibilita a companhia para conversar ao fim da tarde e também tomar um chimarrão.

Especificamente com relação à ideia de ter filhos, Catarina manteve a visão já trabalhada aqui de que mulheres não deveriam ter filhos estando solteiras. Além de descartar completamente a adoção e afirmar que jamais tal ideia lhe ocorreu, Catarina demonstrou acreditar que ter um filho sem estar acompanhada de um marido seria algo inadequado e, ao invés de lhe trazer companhia ou felicidade, poderia ser visto como um problema.

Para ela, filho sem marido não valia a pena:

Não teria filho não. Nunca nem pensei em ter um filho sozinha. Acho que não sendo casada não dá pra ter filho...Tem os sobrinhos que me respeitam como mãe, eu cuidava dos 5 filhos do irmão, já tá bom né! Hoje eles cuidam de nós como se nós [sic] fosse mãe deles. Do segundo banho em diante era eu quem dava. (Catarina – segunda geração).¹¹⁵

A narrativa de Catarina vai ao encontro das reflexões de Maria Izilda Matos sobre o questionamento da universalização de sentimentos. Quando perguntei a Catarina se ela gostaria, se fosse possível, de vivenciar a maternidade, ela me respondeu que sim. Disse que achava bonito ser uma mulher mãe e queria ter filhos, se possível. Todavia, devido a sua condição de solteira, mesmo tendo possibilidades financeiras, nunca considerou a possibilidade de engravidar ou adotar uma criança.

Para Matos (2005), é preciso discutir como os comportamentos, valores e sentimentos são aceitos em um determinado período/sociedade e como podem sofrer alterações, posteriormente, sendo até rejeitados por completo. Nesse sentido é que a autora aponta para a impossibilidade de universalização de desejos e de sentimentos, sendo que tais subjetividades são modificadas por meio das relações sociais e, portanto, históricas.

Enquanto mulheres da primeira e da segunda gerações, não cogitavam a possibilidade de ter filhos estando solteiras, devido, seguramente, a padrões morais estabelecidos socialmente, fortemente reforçados na primeira metade do século XX, as mulheres da terceira geração não relacionam a necessidade de casamento para a realização de gravidez ou de adoção.

¹¹⁵ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 02 de junho de 2013.

Mesmo tratando da história de Victória, que afirmou desejar um filho acompanhado dos “benefícios” que ele traria, ou seja, acompanhado de um marido para dividir atividades, pode-se perceber modificações significativas com relação às falas da primeira e da segunda gerações de mulheres.

Victória considerou a possibilidade de adoção e, mesmo após a separação matrimonial, afirmou que gostaria de adotar, porém, ponderou e recuou em sua vontade quando descobriu ser portadora do HIV. Não foi o fim do casamento ou a volta à solteirice que impediu Victória de engravidar ou de adotar, foi sim o vírus que, segundo ela, lhe impede de tomar tal decisão.

As nascidas entre os anos de 1960 e 1970 não tiveram filhos por motivos variados, desde a opção pela não-maternidade, a dedicação à carreira ou mesmo questões ligadas à infertilidade. Porém, solteiras, casadas ou separadas em momento algum afirmaram que não tiveram filhos por estarem sem marido ou pelo medo de ficarem sem marido.

Os caminhos, escolhas e possibilidades para as mulheres da terceira geração são mais amplos. Assim, a decisão de não ter filhos pode não gerar nenhum tipo de dor e ser, simplesmente, apenas mais uma das muitas escolhas da vida.

Jane, nascida em 1974 e moradora de União da Vitória/PR, escolheu não ter filhos. Na história de Jane, não existe nenhum problema de infertilidade, nenhum traço de vida solitário ou nenhum remorso ou tristeza por não ter filhos. Ela teve muitos namorados em sua juventude, casou em 2004 e permanece casada até hoje. Ela afirmou que se sente feliz e realizada no casamento e que na verdade nunca pensou em ter filhos ou que um filho deveria obrigatoriamente fazer parte de seu casamento e de seu mundo.

Nunca chegou a tentar engravidar, e na única vez que suspeitou estar grávida não se sentiu à vontade com a ideia. Segundo ela, felizmente não se tratava de uma gravidez, e sim de uma intoxicação alimentar. Mas, a simples possibilidade de engravidar lhe fez redobrar os cuidados, para que durante seu casamento isso não ocorresse. Para Jane, um filho não teria espaço em sua vida, pois:

Logo nos primeiros meses do casamento teve um dia que passei mal, com enjoo, mas foi por conta de uma intoxicação alimentar. Levamos um pequeno susto pensando que pudesse ser gravidez. Conversamos e dissemos que se fosse tudo bem, teríamos uma criança, mas que foi bom não ser. Estávamos terminando a faculdade, os dois. Não era hora. Pra

gente, se tivéssemos um filho gostaríamos de educar 'do nosso jeito', não queríamos ter uma criança para deixar na creche o dia inteiro, com babá ou avó a noite e ver de fato só no fim de semana. Não queríamos que a criança passasse por isso também. Fomos fazendo escolhas. Terminamos a faculdade, comecei a especialização, começamos a pensar em comprar casa, comecei a trabalhar na minha área de formação e me encaminhar para o mestrado. Gostamos de viajar sempre que possível nessa nossa vida corrida. Uma criança não fazia parte desse nosso mundo, desses nossos planos. Há pouco tempo, no ano passado, fui a um médico para uns exames de rotina e descobri que tenho propensão a hipotireoidismo. O médico alertou que isso se intensifica com uma gravidez e que pode gerar má formação no feto. Quando contei isso ao meu marido ele disse: 'viu só, tomamos uma decisão acertada na vida, mesmo sem saber. Não seremos responsáveis por colocar no mundo uma criança que pode sofrer'. Nunca descartamos a possibilidade de um dia adotar uma criança. Mas não temos essa intenção agora e nem pensamos nisso. (Jane- terceira geração).¹¹⁶

Jane não mencionou solidão ou sentimento de ausência. Para ela, a vida, a profissão e o casamento lhe ocupam os dias. Dessa forma, não existiu em sua narrativa nada que remetesse à ideia de sofrimento pela ausência de filhos.

Quando perguntei se nunca pensou sobre a maternidade como uma possibilidade concreta, ela respondeu:

Não. Se eu tivesse tido [filho], seria feliz por ter tido. Não tive e sou feliz sem ter tido. Me irrita profundamente quando dizem que mulheres que não são mães não conhecem o amor verdadeiro. Me poupem, amo verdadeiramente as pessoas. Não sei o que é amor de mãe, mas sei o que é amor de esposa, de filha, de irmã, de amiga, de madrinha, de tia, de professora e esses amores são verdadeiros. Não sinto falta de ter tido um filho. Não me sinto incompleta por não ter sido mãe, não sinto que deveria ter tido essa 'experiência'. Às vezes vejo até como muito egoísta mulheres desesperadas por terem um filho, por engravidarem quando por algum motivo não podem. Tudo bem, estou julgando e isso não é bom, mas olho pra isso e penso que é egoísmo porque estão pensando em si, numa vontade louca de ver a barriga crescer, de sentir uma criança se mexer dentro de si, o que para mim sempre pareceu ser uma experiência muito esquisita, querer ter uma criança parecida com a gente ou com o marido. Não pensam que tal criança pode sofrer nesse mundo doente e que tem crianças abandonadas por aí que precisam de mães. Nunca entendi esse desejo de 'ser mãe' tendo que engravidar. Até entendo a vontade de ser mãe, de acompanhar o crescimento de uma criança, de cuidar, de ver aprender as coisas... crianças são fofas e conheço algumas que nos fazem acreditar que a humanidade tem futuro. Mas não entendo porque esta criança não pode ser um filho adotado ou filha adotada. Quando me perguntam quem vai cuidar de mim quando eu envelhecer, eu penso novamente no egoísmo do ser humano, não só querem ter um bebê para satisfazer sua vontade de engravidar como querem traçar seu destino: terá que cuidar dos pais quando crescer. Quando eu envelhecer, se eu não conseguir mais cuidar de mim mesma antes de morrer vou para um asilo que vou pagar com minha aposentadoria. Não vou fazer ninguém cuidar de mim por conta de nenhum tipo de obrigação moral. (Jane- terceira geração).¹¹⁷

¹¹⁶ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 28 de abril de 2014.

¹¹⁷ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 28 de abril de 2014.

Ao ouvir a narrativa de Jane, tão determinada com relação à ausência de filhos e, principalmente, ao analisar a construção discursiva que ela criou para legitimar sua não-maternidade, relacionei suas falas e sentimentos com as reflexões desenvolvidas por Zeldin (2008), quando analisou a imunidade que algumas pessoas adquirem à ideia de solidão.

Zeldin (2008) abordou a história de Colette que, ao contrário de Jane, tem filhos, trabalha e prefere morar no centro da cidade para que todos a visitem. Segundo o autor, Colette afirma que nunca sofreu de solidão, justamente porque casou e tem filhos, além de uma carreira bem estruturada. Colette jamais aceitaria a possibilidade de ficar só. Para ela, estar só e a solidão são a mesma coisa e, portanto, gosta de viver rodeada de pessoas.

De acordo com as considerações de Zeldin, o medo da solidão funciona como uma corrente que impede uma vida mais plena. Fomos acostumados a reconhecer como legítima e única a história que desde sempre as pessoas vivem em famílias e tribos e, portanto, a possibilidade de um dia estar fisicamente só ainda causa certa repulsa em boa parte das pessoas. Pouco existiu, até meados do século XX, a possibilidade de nos pensarmos como indivíduos independentes, e isso acompanhava a ideia de sempre pensar em filhos, pois significaria sempre ter alguém que dependa ou que nos ajude. Para Zeldin, só conseguiremos nos relacionar com os demais de forma a manter o respeito mútuo se eliminarmos o medo de estarmos sós.

Jane conseguiu, ou fez parecer ter conseguido, abolir o medo de estar só. Quando afirmou que não pensava em filhos para cuidar dela na velhice, que aceitaria ficar num asilo pago com sua aposentadoria e que as pessoas, via de regra, têm filhos por motivos egoístas, ela demonstrou que rompeu com a ideia de que mulheres sem filhos são solitárias e tristes. Os outros amores que sentiu e sente ao longo da vida lhe possibilitaram felicidades e experiências ricas. Dessa forma, ela acredita que o amor de filho ou de mãe não são coisas imprescindíveis em sua vida. Além disso, ela não se sente só.

Carolina, nascida em 1966, também afirmou não sentir solidão. Ela teve vários namorados. Casou, separou-se e no momento da entrevista estava solteira, vivendo absolutamente sozinha em sua casa. A família foi uma constante em sua entrevista. Ela relatou longamente sobre sua irmã, seus sobrinhos e a própria mãe.

Contudo, manteve a escolha de morar sozinha após a separação conjugal, como forma de preservar sua intimidade.

Quando questionei como era seu atual cotidiano, me respondeu: “Eu moro sozinha e gosto. Tenho uma rotina particular, só minha. Não tem solidão...eu gosto de estar só. Eu convivo bem com a solidão, melhor, comigo mesma. Fiquei chata que Deus me livre. Homem ‘meia boca’ não quero.” (Carolina- terceira geração).¹¹⁸

Sem medo de sentir solitária, ela preferiu morar sozinha e resolver seus próprios problemas. Desejou uma gravidez, sofreu um aborto e, por fim, desistiu de engravidar e de manter a relação afetiva conjugal com seu par. As decisões tomadas por Carolina não foram resultado de um processo rápido. Decidir romper com o casamento demorou muitos anos para se realizar, pois havia dúvidas e questionamentos sobre como seria a vida depois da separação, ou seja, como seria viver só, pelo menos por algum tempo.

Percorrendo o tema da solidão através das memórias femininas nos Estados Unidos, Mara Sapon-Shevin (1993) argumenta que existem variadas mensagens e discursos que reforçam a ideia de que as mulheres devem temer a solidão. Isso vai desde a chamada solidão física, como estar sozinha na casa à noite, andar sozinha pelas ruas, viajar sozinha, ou mesmo a solidão afetiva, que significa estar sem um par. Romper com o medo da solidão que foi sendo construído e faz parte, em maior ou menor grau, da vida de todos nós, é um desafio. Para Sapon-Shevin (1993), sentir-se solitária pode significar sentir-se vulnerável às mais diversas formas de violência.

Assim, no imaginário coletivo, foi se consolidando a ideia de que filhos poderiam livrar mulheres da solidão. Porém, as mulheres da terceira geração já não associam filho com ausência de solidão. Aliás, acredito que nenhuma das gerações de mulheres aqui estudadas faz de forma majoritária a ligação entre maternidade e companhia.

Algumas desejaram e desejam filhos, outras optaram por vidas sem filhos, outras ainda foram conduzidas para uma vida sem filhos por ausência de casamento ou de um par afetivo. Porém, o que fica evidente em suas narrativas são as múltiplas formas de ser. Como disse no início desta tese, escolhi essas mulheres não pela classe social, ou pelo local de moradia. Tampouco as escolhi pelo grau de

¹¹⁸ Entrevista concedida a Georgiane Garabely Heil Vázquez, em 08 de maio de 2013.

escolaridade, pela etnia ou pela religião. *Eu as escolhi pelo que elas não eram.* As procurei, as mirei, as questioneei justamente porque elas não eram mães. Porém, esse “não ser” mostrou-se tão vasto, com experiências tão distintas e intensas, que encaminho minhas considerações finais refletindo sobre se existe realmente “um grupo” de não-mães. Afinal, quem são essas mulheres que não tiveram filhos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas quase ninguém diz violentas as margens que o comprimem.

(Bertold Brecht)

As reflexões finais para este estudo partem das belas palavras de Bertold Brecht. Utilizo-as, primeiramente, para buscar estabelecer uma aproximação entre a documentação utilizada nesta tese e as conclusões possíveis. Trabalhei com três tipos de documentos: as entrevistas com mulheres não-mães; os artigos da revista *Pais e Filhos*; e as teses médicas apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, referentes à infertilidade ou à prevenção de gravidez na primeira metade do século XX. Tratei, portanto, de discursos sobre a maternidade e sobre a ausência de maternidade, tendo em vista que um lugar de subjetivação se define a partir do outro. Portanto, parti da categoria “maternidade” para pensar a “não-maternidade”. O caminho escolhido e percorrido levou para diferentes discursos normativos que procuram moldar a maternidade como uma experiência fundamental na vida das mulheres. Tais discursos se proliferaram pela religião, mas também em outros lugares de enunciação considerados como mais “científicos”, ou mesmo mais “modernos”.

Desse modo, o saber médico, sendo socialmente construído como fonte de enunciação de verdades sobre os corpos e as práticas, foi um importante lugar de produção e divulgação de discursos sobre a maternidade e sobre a sua ausência. A constituição da ginecologia e da obstetrícia, em meados do século XIX, possibilitou que esse saber fosse paulatinamente incorporado como verdade para tratar de assuntos relacionados à reprodução humana e à sua impossibilidade. Assim, os médicos brasileiros, nas primeiras décadas do século XX, se voltaram com mais atenção para as questões do corpo feminino e de sua especificidade reprodutiva.

Médicos que estudaram na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro naquele período formavam o que podemos chamar de uma “elite intelectual”.

Quando me deparei com a documentação do acervo da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, observei como se constituiu um modelo discursivo a partir dos

corpos femininos que apresentavam alterações no sistema reprodutivo, no qual se buscava a cura, a normalização. Os médicos escreviam sobre a necessidade das mulheres serem mães. Muitas teses não tratavam de questões ligadas à clínica médica ou a estados patológicos, mas sim das implicações sociais da escolha deliberada pela não-maternidade. Eram teses morais mais do que clínicas, exaltando valores como a maternidade, e mais especificamente um modelo de maternidade.

Não bastava – e talvez ainda não baste – parir e cuidar. Era necessário a dedicação, a abdicação, o afeto, o amor incondicional. Esse era o modelo de maternidade valorizado pela medicina. Os médicos que escreveram sobre mulheres que não queriam ou que não conseguiam ser mães partiram de um modelo de mãe e de maternidade, compondo um modelo de não-mãe e de ausência de maternidade.

Nesse modelo discursivamente criado, as mulheres sem filhos eram descritas como sendo imperfeitas, incompletas e, portanto, infelizes. Para superar essa incompletude, as mulheres deveriam submeter seus corpos e parte de suas vidas ao aconselhamento médico. Embora não se possa falar em técnicas de reprodução assistida até o final do século XX, sabe-se que os médicos sempre procuraram meios de interferir e de estimular a gestação quando mulheres recorriam aos seus conhecimentos desejosas de filhos. Seja por meio de estímulos de ovulação ou até de ajuda psicológica, os médicos acreditavam que deveriam ajudar as mulheres a romper com aquela ausência.

O modelo de mãe e o seu oposto, a não-mãe, ganham uma amplitude de disseminação e reforço a partir da sua incorporação no mercado editorial brasileiro por meio da revista *Pais e Filhos*. Esse periódico mensal, lançado em setembro de 1968, foi o primeiro no país a tratar exclusivamente de maternidade, cuidados puerperais, gestação, filhos e, também, infertilidade, esterilidade e opção pela ausência de filhos.

Percebi que existe uma articulação entre as teses que representam parte do saber médico e a revista *Pais e Filhos*. Essa sofisticada engrenagem de discursos com pretensão de verdade sobre a maternidade se ancorou quase que exclusivamente no saber médico para construir um ideal de maternidade. A mãe e a não-mãe presentes foram modeladas na revista *Pais e Filhos*, a partir de um ideal médico sobre como deveriam ser. Além disso, é recorrente na revista,

principalmente nas reportagens que trataram da infertilidade, uma lista de consultórios médicos divulgando os nomes de “especialistas em reprodução humana”.

A *Pais e Filhos* disseminou e simplificou o discurso médico para um público mais amplo, possibilitou que mulheres se informassem sobre congressos médicos, novos tratamentos para infertilidade ou mesmo sobre como questões psicológicas podiam interferir numa gestação. Dessa forma, a revista funcionou, e ainda funciona, como uma espécie de ponte entre o saber médico/clínico e as mulheres consumidoras.

Nesse ponto, volto às primeiras palavras destas considerações finais. Brecht lembra que existe, por certo, uma violência em qualquer tentativa de controle e de normatização. Os padrões criados e disseminados construíram as mulheres não-mães como mulheres inacabadas, pois faltava o “essencial” à sua condição de mulher: a maternidade. Esse modelo de maternidade e de mulher é tão onipresente que acabou por jogar as mulheres não-mães no terreno da patologia. Muitas delas se sentiram e se sentem “doentes de infertilidade” e, em alguma medida, sofrem por isso. A violência desse modelo único de mãe e de não-mãe coloca as mulheres em campos de oposição, como se existissem categorias estanques para definir as mães e, por oposição, explicar a condição miserável daquelas que não foram mães.

Como já mencionei, parti desses modelos. Fiz primeiramente o levantamento da revista *Pais e Filhos* e li suas reportagens. Dessa forma, verifiquei que existia um modelo e que ele se pautava no conhecimento médico. Apenas posteriormente iniciei o trabalho de coleta de dados por meio das entrevistas, e por muito tempo tentei encontrar o “modelo da mulher não-mãe”.

O “problema” é que não consegui delimitá-lo. Esse modelo de mulher não-mãe foi facilmente identificado nos discursos das teses médicas. Lá elas eram doentes, tristes ou egoístas.

Quando me debrucei no modelo de não-mães na *Pais e Filhos* também o identifiquei com certa facilidade. Elas formavam duas grandes categorias: mulheres sofredoras que desejavam dar uma resposta ao “relógio biológico”, à procura de informação para se tratar e conseguir engravidar; e mulheres dedicadas à carreira, que sufocaram o instinto maternal em prol de outros afazeres.

Todavia, quanto mais entrevistas realizava e mais escutava as entrevistadas, mais parecia ser impossível construir a categoria “mulher sem filhos”.

Minhas entrevistadas não se encaixam plenamente nos modelos criados para “explicar” mulheres não-mães. Suas experiências, seus sentimentos e suas subjetivações são amplos, são múltiplos, são diferentes. Elas fogem, felizmente, a qualquer modelo.

Existe, sim, um modelo discursivo que procura definir mulheres sem filhos. Mas elas, as mulheres sem filhos, não se encaixam plenamente e de maneira não contraditória nesse modelo.

Ao terminar a tese, desisti de procurar características gerais que explicassem sua condição de não-mães e passei a procurar elementos de aproximação entre elas. Assim, a ideia de “dividi-las” em três gerações de mulheres foi profícua pela possibilidade de compreender algumas mudanças na concepção de maternidade e de ausência de maternidade ao longo do século XX. Porém, novamente, as mulheres me fizeram refletir sobre as múltiplas dimensões que compõem as relações entre contextos ou estruturas e as subjetividades.

Nós, historiador@s, somos de certa forma treinad@s para encontrar as mudanças. Dessa forma, elegemos um determinado período temporal e buscamos descrevê-lo, analisá-lo e mostrar como as mudanças ocorreram. Porém, poucas vezes observamos as permanências. Esta pesquisa mostrou que ocorreram mudanças em relação ao ideal de mãe e de mulher não-mãe, mas também muitas permanências.

Essa afirmação é pautada na análise das gerações de mulheres não-mães que foram entrevistadas. A ideia de geração de mulheres pode sugerir que ocorreram mudanças, perceptíveis na maneira como cada geração respondeu às perguntas, ou, então, pode parecer que cada geração possui um conjunto compartilhado de características. No entanto, isso não ocorreu.

Posso delimitar algumas diferenças e semelhanças entre as três gerações de mulheres aqui estudadas, mas não posso afirmar que uma geração se distingue por completo da outra. Existem mudanças e permanências na forma de enxergar o casamento, a maternidade e a vida sem filhos. Encontrei narrativas da primeira geração que ainda fazem eco nas narrativas de algumas mulheres da terceira geração. Portanto, a geração não é um dado estanque ou que explique por si só as narrativas das mulheres entrevistadas. É uma forma metodológica de organizar o tempo, e a partir dela me foi possível ouvir e constatar que não há um padrão. Existem sujeitos, agências, experiências de vida. Elas são, portanto, mulheres

plurais. O fato de não possuírem filhos não foi “fatal” para a constituição de suas subjetividades.

Em termos de diferenciação entre as gerações, é possível concluir que as mulheres sem filhos nascidas entre as décadas de 1920 e 1930 são majoritariamente mulheres solteiras. A ausência do par afetivo/sexual acabou por delimitar suas possibilidades de maternidade, pois não havia espaço para se cogitar deliberadamente a maternidade sem o casamento. Essas mulheres também afirmaram de forma categórica que nunca cogitaram adotar crianças, embora tenham mencionado que, se fosse possível, gostariam de ter sido mães. Dessa forma, a primeira geração articulava de forma intensa as vivências de maternidade com a necessidade de casamento. Não havendo casamento, não havia possibilidade de maternidade socialmente aceita. Assim, mesmo mencionando que desejaram ser mães, que “achavam bonito” ver a barriga crescer e que gostariam de ter filhos, elas ponderavam o “desejo de maternidade” quando lembravam que eram solteiras.

A segunda geração de mulheres apresentou variações quanto ao fato de não ter filhos. Nascidas nas décadas de 1940 e 1950, essas mulheres vivenciaram muitas mudanças sociais e comportamentais relacionadas à segunda onda do movimento feminista. Elas tiveram contato com a pílula anticoncepcional e, portanto, tinham maior possibilidade de escolher ser ou não ser mãe. Nesse grupo, encontrei mulheres como Maria Luiza, que conviveu maritalmente durante 30 anos e nunca teve filhos. As mulheres da segunda geração construíram narrativas parecidas com as da primeira. Elas viam no casamento um fator importante para o fato de poder ou não engravidar. Contudo, já havia para algumas, como Maria Luiza, a possibilidade de adoção, mesmo após o fim do casamento. Os fatos que determinaram a ausência de maternidade em seu caso foram financeiros e não por solteirice ou por escolha deliberada.

Quando mirei a terceira geração, as mulheres nascidas nas décadas de 1960 e 1970, percebi dois grandes grupos: as que desejaram ou desejam ter filhos e não conseguiram por limitações físicas, e aquelas que optaram por não ter filhos. Na terceira geração, há mudanças na relação entre casamento e maternidade, contudo, há mulheres que mencionaram o desejo de filho quando, e somente se acompanhado, de uma relação afetiva estável.

Essa terceira geração de mulheres não teve filhos pelos mais variados motivos. Pode-se citar a endometriose, a contaminação pelo vírus HIV, os problemas de infertilidade referentes aos maridos ou companheiros, as escolhas conscientes e até os adiamentos devidos à carreira ou à condição financeira. Essas mulheres narraram ter passado por algum desconforto quando, em rodas familiares ou de amigos, as conversas se encaminhavam para assuntos ligados à maternidade, aos partos, às “tarefas de mãe”. Um fato recorrente em suas narrativas foram os convites para festinhas de aniversário infantil. Muitas delas citaram as tais festas como um espaço que frequentavam, mas nos quais não se sentiam plenamente à vontade. Carolina comentou que sempre foi nas festinhas dos seus sobrinhos, mas que as músicas, os símbolos e os desenhos não faziam parte de seu mundo, e que muitas vezes se sentia como um “ET” no meio daquilo tudo.

É importante destacar que tal inquietude não foi narrada pelas mulheres da primeira e da segunda geração. Nenhuma das mulheres dessas gerações mencionou o fato de se sentir deslocada ou excluída de conversas sobre filhos. Em contrapartida, praticamente todas as mulheres da terceira geração afirmaram sentir esse desconforto.

Talvez não ser mãe na primeira metade do século XX não tenha sido tão sublinhado para as mulheres que viveram essa experiência. Percebi que, embora a possibilidade de escolha, a liberdade sexual e o próprio controle sobre a reprodução humana estejam mais presentes para as mulheres da terceira geração, elas idealizam muito mais o que é “ser mãe” e, da mesma forma, construíram justificativas mais elaboradas sobre o que é “não ser mãe”. Ou seja, não ser mãe é algo mais presente como um problema para as mulheres mais jovens.

Enquanto as mulheres da primeira e da segunda gerações tenham demonstrado, em sua maioria, não acreditar que a maternidade possa modificar a mulher, as da terceira geração acreditam que as mulheres mães são diferentes das não-mães, portanto, a maternidade modifica as mulheres.

Essas considerações não são estabelecidas para todas as entrevistadas. Como disse anteriormente, existem discursos que se repetem entre elas. Mas, estabelecendo o que foi comum para cada geração, verifiquei que as mulheres mais jovens idealizam muito mais a maternidade do que as gerações anteriores.

Talvez isso se deva porque os discursos sobre a maternidade criados e disseminados por diferentes meios e, dentre eles, a própria revista *Pais e Filhos*,

tenham alcançado maior êxito entre essas mulheres. Tal fato gera um paradoxo: ao mesmo tempo que as mulheres da terceira geração narraram com mais convicção os atributos de uma mulher mãe, reforçando os padrões criados para a maternidade, são elas, as nascidas nas décadas de 1960 e 1970, que puderam optar, deliberadamente, por não ter filhos.

O modelo de maternidade hegemônico acabou por afastar muitas mulheres do desejo de ter filho. Nenhuma mulher da terceira geração afirmou não gostar de criança. Contudo, muitas delas afirmaram que jamais seriam capazes de “cumprir” as obrigações que a maternidade exige. A recusa não está na criança em si, mas se trata de uma recusa ao modelo imposto.

Com isso, não afirmo que todas desejaram ser mães, mas sim que o modelo de mãe onipresente cria padrões excludentes, tanto para as mães como para aquelas que não são mães.

Todas elas contaram histórias singulares. Todas elas escaparam de rígidos modelos e categorias previamente definidas. Querer ter filho e não conseguir pode doer de maneira diferente. Pode não doer. O mesmo pode ser dito sobre ficar solteira ou morar sozinha. Escolher outras formas de afeto, de vida, de sonhos e ter que justificar a ausência de filhos pode incomodar de maneiras diferentes, ou nem incomodar. Maternidade, enfim, não é destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, Mirian; SILVESTREIN, Celsi B. *Coletânea Gênero Plural*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.
- AMARAL, L. Menopausa: uma crise de produção? In: ADELMAN, M. e SILVESTREIN, C. (org) *Coletânea Gênero Plural*. Curitiba: UFPR, 2002.
- AMORIM, N. F. *O estigma da mulher solteira*. Maceió: Ufal, 1992.
- ARDAILLON, Danielle. O lugar do íntimo na cidadania de corpo inteiro. In: *Revista Estudos Feministas*. Volume 5 nº 2/97. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997
- ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. *O Conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (org). *Tratado de Sociologia*. Tradução Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BARSTED, L. O campo político-legislativo dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. IN: BERQUÓ, E. (org) *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1995.
- BERQUÓ, E. (org) *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003.
- _____. Brasil: um caso exemplar. Anticoncepção e partos cirúrgicos à espera de uma ação exemplar. *Estudos Feministas*. V 1, nº 2, p 366-381, 1993.
- BLAY, Eva. Uma questão de ética: direito à maternidade voluntária. *Bioética*. Simpósio Aborto. V 2, N1, 1994.
- BRAIDOTTI, Rosi *Sujeitos nômades : Corporización y diferencia sexual em La teoria feminista contemporânea*. Buenos Aires: Paidós, 2011.
- BRETON, D. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOSSI, E. *Memória e Sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOZÓN, M. Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro,, v. 3, n. 1, p.122-135, 1995.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importam: sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paídos, 2002.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira L. *O copo educado: pedagogia da sexualidade*. 2ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

CANDAU, J. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CHODOROW, N. *Psicanálise da Maternidade*. Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CORREIA, S.; ÁVILA, M.B. Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos. IN: BERQUÓ, E. (org) *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003.

COSTA, J. F. *Nem fraude nem favor: ensaios sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. J. F. *Ordem médica e a norma familiar*. 4ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COSTA, Albertina; AMADO, Tina. *Alternativas escassas. Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina*. Rio de Janeiro: Carlos Chagas, 1997.

_____. *Direitos tardios. Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina*. Rio de Janeiro: Carlos Chagas, 1998.

COURTINE, Jean-Jaques. Introdução. In: ____ (et all) *História do Corpo*. 3ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DAUPHIN, C. Mulheres sós. In: PERROT, M.; DUBY, G. *A história das mulheres no Ocidente, o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991.

DEL PRIORE, Mary. *História do Cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

DONZELOT, J. *Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil* (orgs). São Paulo: Contexto, 1997.

FISCHER, Rosa M. B. . Mídia e produção do sujeito: o privado em praça pública. *Cadernos de História da Educação* (UFU), Uberlândia (MG), v. 1, n.10, p. 9-20, 2002.

FRAZER, J.G. *The myth of Adonis*. In: The Illustrated Golden Bough. Londres, 1978.

FERNANDES. C. As famílias e suas crianças. IN: TRAD, L.(org) *Família contemporânea e saúde. Significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína.(orgs) *Usos e Abusos da História Oral*. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

FONSECA, C. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do não-casamento entre pequeno burguesas no início do século. *Revista Brasileira de História*, v. 18, 1989.

_____. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. (Org.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos*: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FOUCAULT, M. A política da saúde no século XVIII. In: ____ *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GONÇALVES, Eliane. Nem só, nem mal acompanhada: reinterpretando a “solidão” das “solteiras” na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 189-216, jul./dez. 2009.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp, 1993.

GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

HAYS, Sharon. *Contradições culturais da maternidade*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARAWAY, Donna. *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Bolo Horizonte: Autentica, 2000.

HARDY, E. Climatério: implicações sociais. *Revista Feminina*, São Paulo, 1992.

JARDIM, D. F. Performance, reprodução e produção dos corpos masculinos. IN: *Corpos e significados: Ensaio de antropologia social*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

JENKINS, K. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2009.

JOAQUIM, T. Criação de humanos e/ou de conceitos. A questão da maternidade no O Segundo Sexo. In: CERRÊA, M.(org). *Cadernos Pagu*. Campinas: Editora da Unicamp, n12,1999.

JOUTARD, P. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

KOSLINSKI, A.P.Z. *O discurso PSI na revista Pais & Filhos durante as décadas de 1960 e 1970*. Monografia de graduação em história. Universidade Federal do Paraná, 2014.

LAQUEUR, Thomas W. Corpos, Detalhes e Narrativa Humanitária. In: HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEAL, Ondina Fachel. Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: _____(org) *Corpo e Significado: Ensaio de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

LOURO, G. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOYOLA, M. A. Sexo e sexualidade na antropologia. In: LOYOLA, M. A. (Org.). *A sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

LUCA, Tania. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla; ET AL. *Fontes Históricas* São Paulo: Contexto, 2005.

MALUF, V. *Fertilidade e Maternidade. O desejo de um filho*. São Paulo: Atheneu, 2008.

MANSUR, Luci Helena B. *Sem filhos: a mulher singular no plural*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

_____. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*. n 23 v 4, 2003.

MARTINS, A.P.V. *Dar a Luz. Experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o hospitalar*. Relatório de pós-doutorado. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2004.

_____. *A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia do século XIX*. Tese. Doutorado em História. UNICAMP, 2000.

_____. Memórias maternas: experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o parto hospitalar. *História Oral* (Rio de Janeiro), v. 8, p. 61-76, 2005.

MATOS, M. I. Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico- São Paulo 1890-1930. *Diálogos*. Maringá: UEM v 4, nº 4, 2000.

_____. *Âncora de Emoções – Corpos, subjetividades e sensibilidades*. Florianópolis: EDUSC, 2005.

MCLAREN, A. *História da Contracepção: da antiguidade à actualidade*. Lisboa:Terramar,1990.

MEIHY, J. ; RIBEIRO, S. *Guia prático de História oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

MITJAVILA, Myrian; ECHEVESTE, Laura. Sobre a construção social do discurso médico em torno da maternidade. IN: *Alternativas escassas. Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina*. Rio de Janeiro: Carlos Chagas, 1997.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, J; CORBIN,A. *História do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOURO, Solange Maria S. Rolin; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Revista Psicologia: ciência e profissão*. n. 24, p 44- 55, jan-jun, 2004.

ORTEGA, F. *Genealogias da amizade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

PEDRO, Joana Maria(org). *Práticas Proibidas: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v 2, n 3, 1989.

_____. Memória e Identidade. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 200-215, 1992.

PROST, Antoine. Verdade e função social da história. In: *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUEIROZ, R. *Dores e delícias de morar só*. Rio e Janeiro: Globo, 2003

RAGO, M. Dizer sim a existência. In:_____ (org) *Para uma vida não fascista*. Autentica, 2009.

RÉCHIA, Karem.Das senhoras dos “repolhos” e das “roças”: ou de como nasciam os bebês. IN: MORGA, Antonio. *História das mulheres de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2001.

RIBEIRO, M. *Temas de etnologia: Maternidade*. Lisboa: Livros Horizontes, 1990.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain Fraçois. Ed. Unicamp, 2006.

RODRIGUES, M. M. *A prevenção da decadência*. Discurso médico e medicalização da sociedade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

ROHDEN, F. *A arte de enganar a natureza. Contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

_____. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ROUGEMONT, Denis de. *História do Amor no Ocidente*. 2 ed. São Paulo: Ediouro, 2003.

SAFER, J. *Além da maternidade. Optando por uma vida sem filhos*. São Paulo: Mandarim, 1997.

SARLO, B. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SAPON-SHEVIN, M. Reclaiming the safety of solitude: being with, not hiding from. In: WEAR, D. (Ed.). *The center of the web: women and solitude*. New York: State University of New York Press, 1993.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogos com as Ciências Sociais. *Cadernos Pagu*. São Paulo: n 16, 2001.

SCHWENGBER, M.S.V. Distinções e articulações entre corpos femininos e corpos grávidos na Pais e Filhos. IN: *História: questões e debates*. Parto e Maternidade. N 47, ano 24. 2007.

_____. *Donas de Si? Educação de corpos grávidos no contexto a Pais e Filhos*. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Maria Alice. *Memória e Brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo: Cortez, 1989.

SIRINELLI, Jean- François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína.(orgs) *Usos e Abusos da História Oral*. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

STORR, A. *Solidão. A conexão com o eu*. São Paulo: Paulus, 1996.

TAMANINI, Marlene. *Novas Tecnologias Reprodutivas à luz da bioética e das teorias de gênero: casais e médicos no Sul do Brasil*. Tese. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, 2003.

THÉBAUD, Françoise (org). *História das Mulheres*. São Paulo: Ebradil, 1986.

_____. O medo do ventre. In: DUBBY, G. *Amor e sexualidade no Ocidente*. 2ed. Lisboa: Terramar, 1998.

THERBORN, Goran (org). *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. O declínio da fecundidade e o pró-natalismo político. In: _____. *Sexo e poder. A família no mundo*. 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

TORNQUIST, Carmen. A mão e a luva: o processo de medicalização do parto e o corpo feminino em Florianópolis. IN: MORGA, Antonio. *História das mulheres de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2001.

TRAD, L.(org) *Família contemporânea e saúde. Significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

VAINFAS, R. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1992.

VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. *Mais cruéis do que as próprias feras? Aborto e infanticídio nos Campos Gerais- Paraná entre o século XIX e o século XX*. Curitiba: Universo do Livro, 2014.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

VIEIRA, E. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

_____. Políticas Públicas e contracepção no Brasil. IN: BERQUÓ, E. (org) *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003

VILLELA, W.; ARILHA, M. Sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos. IN: BERQUÓ, E. (org) *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003

VINCENT-BOUFFAULT, A. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ZELDIN, T. *Uma história íntima da humanidade*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

A) PARTE GERAL

1) Parte Geral - Identificação

- a) Nome-
- b) endereço -
- c) data de nascimento –
- d) estado civil -
- e) local de nascimento -
- f) cidade de moradia-
- g) Quer escolher um nome fictício ou eu escolho?

2) Primeira Parte- Infância

- a) Pais . Como a senhora descreveria seus pais? Fale-me sobre a personalidade, o afeto...ou a severidade
- b) Gostaria que me falasse detalhadamente sobre sua mãe...a relação entre vocês.
- c) Irmão. Tem irmãos? Quantos? Como foi a relação com eles durante a infância? E agora?
- d) Costumava cuidar dos irmãos ou primos mais novos? Era de alguma forma responsável por eles. Como sentia, ou sente isso?
- e) Frequentou a escola? Até que período? Quais as principais lembranças que tem do período escolar?

3) Segunda Parte- Adolescência

- a) Teve namorados?
- b) Chegou a fazer enxoval?
- c) A senhora trabalhou fora de casa? Quando? Em que? Fale sobre seu trabalho...qualidades e desvantagens.

B) GRUPOS

1)CASADAS

- a) como foi o namoro e noivado?
- b) qual foi a data do casamento?
- c) Fez festa de casamento? Como foi?
- d) Chegou a tentar engravidar? Se sim, percebeu alguma mudança no relacionamento conjugal durante o tempo em que estava tentando engravidar?
- e) O casal chegou a fazer algum tipo de tratamento para tentar ter filho? Qual? Como foi isso?
- f) Com relação ao lado espiritual, o casal ou a senhora chegou a procurar ajuda religiosa para conseguir engravidar?
- g) Chegaram a pensar em adoção?
- h) Como foi a tomada de decisão de desistir de engravidar?
- i) Sente-se realizada com o casamento, mesmo sem filhos?
- j) Gostaria de ter tido um filho? Por que?

2) SOLTEIRAS

- a) Teve algum namorado/ marido ou chegou a morar com alguém? Como foi?
- b) Como foi chegar a maturidade sem estar casada?
- c) Mora sozinha? Com parentes? Como é o cotidiano em sua moradia?
- d) Mesmo sem estar casada, chegou a pensar em ter um filho? Se sim, por que optou por não tê-lo?
- e) Chegou a perceber mudanças no relacionamento com amigas ou parentes pelo fato de ser solteira? E pelo fato de não ter filhos?
- f) Já pensou em adotar uma criança?
- g) Em qual momento se convenceu que não seria mãe? Como foi isso?
- h) Gostaria de ter tido um filho? Por quê?

C- PARTE GERAL (PARA CASADAS E SOLTEIRAS)

- a) Para a senhora existe diferença entre uma mulher mãe e uma não-mãe? (a maternidade é determinante para a mudança na personalidade/ jeito de ser de uma mulher?).
- b) Alguma vez se sentiu discriminada ou excluída parcialmente de conversas por não ter filhos? Se sim, como foi ?
- c) Como a senhora descreve uma mulher sem filhos?
- d) A senhora tem algum tipo de conhecimento sobre a maternidade e cuidados com bebês e crianças?
- e) Já cuidou de algum bebê/criança? Como foi?
- f) Cuidou de alguma mulher durante a dieta (Logo após o parto)? Como foi?
- g) A ausência de maternidade influenciou em algum aspecto da sua vida? Qual/quais?
- h) Acredita que teria uma vida mais feliz se tivesse tido um filho? Por que?

ANEXO A- FOTOS USADAS EM REPORTAGENS DA REVISTA PAIS E FILHOS

ANEXO 1- REVISTA PAIS E FILHOS, MARÇO, 1976. REPORTAGEM “TITIA: ELA NÃO TEM FILHOS MAS TAMBÉM É MÃE”.



ANEXO 2- REVISTA PAIS E FILHOS, MAIO DE 1977. REPORTAGEM “O OFÍCIO DE SER MÃE”.



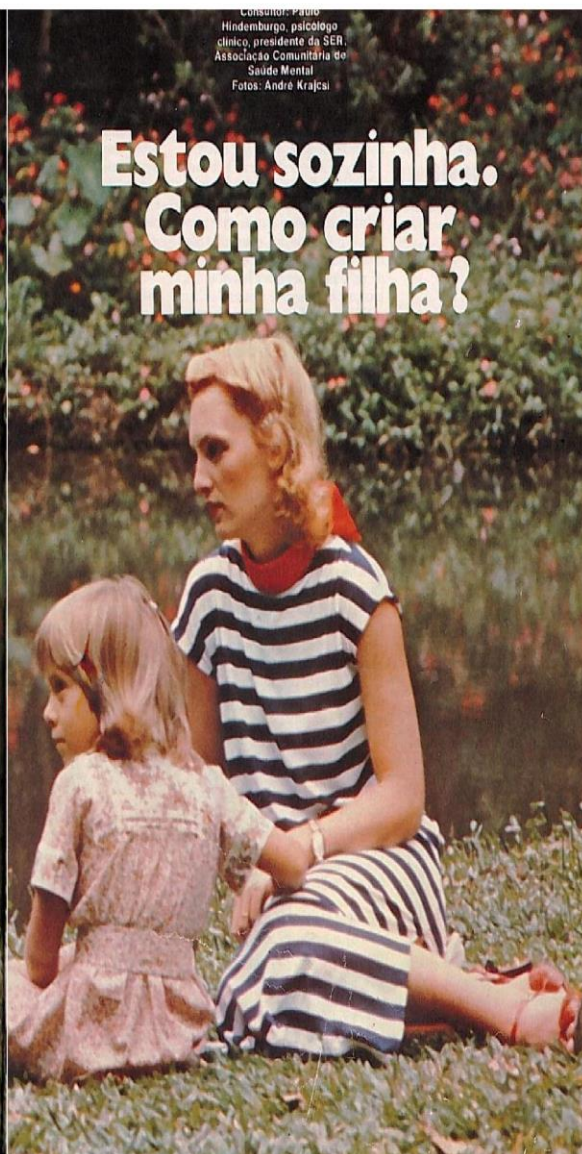
ANEXO 3 – REVISTA PAIS E FILHOS, DEZEMBRO DE 1976. REPORTAGEM “ ESTOU SOZINHA. COMO CRIAR MINHA FILHA?”

"Gostaria que PAIS & FILHOS publicasse uma matéria sobre o problema das mães que têm de criar seus filhos sem a assistência dos pais. Sou solteira e tenho uma filha linda. Quero criá-la com todo afeto, mas sem excessos, para não prejudicá-la. Não sei como lhe dizer que não tem pai. Mas, além das dúvidas que tenho em relação à criação de minha filha, sinto um espécie de rejeição por parte das outras pessoas. Porque a sociedade nos marginaliza?"
(R.C.— Salvador-BA).

Esta é uma nova seção de PAIS & FILHOS: reportagens sobre temas de interesse geral, inspiradas em cartas enviadas por nossos leitores.

Consultor: Paulo
Hindemburgo, psicólogo
clínico, presidente da SER,
Associação Comunitária de
Saúde Mental
Fotos: André Kraljai

Estou sozinha. Como criar minha filha?



ANEXO 4 – REVISTA PAIS E FILHOS, OUTUBRO, 1972. REPORTAGEM “ MÃE E FILHO: UMA LINGUAGEM DE AMOR”.



Mãe e filho uma linguagem de amor

Um diálogo mudo, a primeira chave para todas as emoções. Seu filho. Você. O contato com a pele, o calor do seu corpo, o ritmo do coração. Tudo transmite uma mensagem. Você não fala, mas ele compreende o recado. E responde, também sem falar. É desta linguagem sem palavras, feita de atmosferas, percepções e sensibilidade que seu filho vai retirar todos os elementos para o seu relacionamento futuro com o mundo. Que pode ser de medo, se o hoje for de angústia. E será de amor se o hoje for de paz.



ANEXO5- REVISTA PAIS E FILHOS, MARÇO, 1969. REPORTAGEM “SOU MÃE SOLTEIRA: DEVO DAR MEU FILHO?”



os problemas de pais e filhos

sou mãe solteira: devo dar o meu filho?

TENHO 22 anos, solteira, fui criada por estranhos e portanto vítima de uma formação que não gostaria que alguém tivesse. Tenho um filho de três meses. Embora tenha completado o ginásio, e já tenha sido auxiliar de enfermagem e datilógrafa, trabalho como doméstica, pois não tenho quem cuide da criança. O meu ordenado é a conta para sua assistência médica e boa alimentação. Aconselharam-me a dar meu filho. Eu não concordo e continuo resistindo às pressões porque acho que a mulher que tem um filho, tem o dever de criá-lo, seja qual for sua situação. Eu sofri muito entre pessoas estranhas e temo que o mesmo possa se repetir. Além disso é o único bem que possuo, não conheço meus pais, não sei se tenho irmãos. Talvez eu fosse

capaz de renunciar a ele se tivesse a certeza absoluta de que será mais feliz longe de mim. Por isso peço seu conselho.

A criança pode se sentir complexada pelo fato de não ter pai e ser registrado só em nome da mãe? Será que ela daria mais valor a um lar e nome adotivo, do que à compreensão da mãe verdadeira? Tenho medo que mais tarde meu filho sinta desprezo por mim, mesmo que eu leve uma vida correta e honesta. Não acha que ele terá o mesmo sentimento se um dia soubesse que o dei a pessoas estranhas?

Como estou mesmo quase resolvida a tomar conta dele, eu mesma, sinto que existem alguns problemas que surgirão e aos quais não terei resposta a dar. Por exemplo, o que responder quando perguntar pelo pai? Digo

que ele morreu? Que nós nos separamos? O pai lhe fará falta? A pobreza pode ser alguma influência má para ele?

Sinto que não posso dar aquilo que não recebi, não consigo aceitar a idéia de entregá-lo a pessoas estranhas. Desde que me vi nesta situação, venho tentando, através de leituras e pessoas amigas uma orientação. Quero fazer dele um homem normal, com uma boa formação moral, e tentar fazer com que ele seja mais feliz do que eu tenho sido.

Sei que existem milhares de mulheres na mesma situação que eu, por isso resolvi pedir a ajuda de vocês. Desde já, agradeço a resposta.

Abraços,

Darci
Belo Horizonte

ANEXO 6- REVISTA PAIS E FILHOS. SETEMBRO, 1968. REPORTAGEM "SEU FILHO SABE QUE VOCÊ O AMA?"

seu filho sabe que você o ama?

Lia Lerner: professora de Psicologia do Instituto de Educação do Curso de Formação de Professores do Ensino Normal (Rio)

Amar um filho é algo mais do que cercá-lo de conforto e carinho. Cada criança é uma individualidade, que precisa ser compreendida. Não será exagero afirmar que, se você tem três filhos, seus filhos têm três mães. Cada um deles a vê de uma forma distinta, tem sua maneira própria de assimilar as coisas, de reagir diante delas. De como foi tratado na infância, da maneira como resolveu seus primeiros conflitos, vai depender o homem que será no futuro e sua capacidade de relacionar-se com os outros seres humanos. Explicações e conselhos não podem modificar seus sentimentos. Mas a maneira de expressá-los, o uso que se faz deles, a compreensão de como eles podem ser benéficos ou prejudiciais, isso se pode aprender, como se aprende a cultivar o amor.

Erros que os pais cometem

Parece fácil demonstrar amor e talvez você julgue que esse sentimento nasce e cresce espontaneamente. Mas até o adulto maduro encontra num elogio, numa atenção, a satisfação de confirmar que é amado. A criança, que é censurada frequentemente, obrigada a fazer o que não quer, impedida de fazer o que quer, tendo que comer mesmo sem ter fome e dormir quando quer ver televisão, tomar banho quando quer brincar e brincar quando quer ouvir a conversa dos adultos, precisa mais ainda dessa confirmação. Muitas crianças não estão certas do amor dos pais. E esta é a maior certeza de que ela necessita para se tornar responsável, emocionalmente sadia e usar a inteligência de forma livre e criadora, abandonando o estado de dependência e passividade das primeiras idades. É um direito e um dever dos pais ensinar seu filho a amar, usar a inteligência de forma livre e amor dos pais.

Injustiças que praticam demonstram que não são infalíveis, mas as crianças não exigem que o sejam, desde que estejam certas de serem amadas.

A maneira de demonstrar que se ama depende de temperamento, de educação, de disposição de momento. Os pais que têm amor encontram sempre uma forma de expressar esse amor, seja com um gesto, um beijo, contando uma história de fadas, assistindo com o filho a uma partida de futebol, explicando ao nível de sua compreensão a situação política internacional, ou satisfazendo sua curiosidade sobre sexo. Responder com afeto é dar carinho, e cada qual pode consegui-lo a seu modo.

O interesse dos pais pelos seus interesses dão à criança uma medida de seu amor. Se o menino está contando como foi a partida de futebol no colégio, não é preciso interromper para saber como foi sua prova de Geografia. Alguns pais, por amor, empurram os filhos para serem logo grandes, impedindo que satisfaçam os interesses de cada idade. Os serviços de orientação escolar recebem frequentemente queixa dos pais porque a alfabetização não se inicia mais cedo e é muito maior a curiosidade deles sobre as notas escolares do que sobre as relações do filho com outras crianças da turma.

Se os pais se orientam pelos interesses dos filhos, perceberão que é através de uma atividade mais livre do jogo e brinquedo que ele se desenvolve, descobre o seu papel, experimenta seus limites e possibilidades, forma um conceito mais real de si mesmo, aprende a se relacionar com o mundo. É, portanto, uma prova de amor respeitar a atividade lúdica da criança, pois é através dela (e não através de sermões e explicações) que a criança aprende a distinguir seus interesses de cada idade.



Deixando que a criança escolha seus amigos, brinquedos, local e hora de usá-los, permitirá que ela resolva muitos conflitos com o ambiente e consigo mesma. Saber ouvir também é uma prova de amor. Não só com carícias, mas se ocupando de seus interesses, você se comporta de modo que ela sinta isto.

Mesmo que seu filho gagueje ao falar, se excite demais, repita palavras, ou cometa erros de concordância, é preciso ouvir até o fim. Não existe amor sem diálogo. E este só é possível quando cada um tem liberdade de se expressar livremente. A mãe que ouve com paciência está manifestando mais afeto do que a que responde com longas declarações de amor.

É um ato de amor a aceitação da criança tal como ela é (e não como a mãe gostaria que fosse). E isto se traduz no fato de respeitá-la e ajudá-la a crescer, sem cercar e mutilar sua personalidade, num esforço de conduzi-la a um esquema que não é o dela. Não faça comparações com outras crianças, esqueça de vez em quando algumas regras, ria-se junto com os filhos por algo que não saiu como "manda o figurino" e eles se sentirão importantes.

Lembre-se que, se você tem quatro filhos, eles são todos diferentes, mas saiba também que eles vêm em você quatro mães diferentes, pois cada um possui sua visão própria do mundo. Aceitar é saber o que esperar de cada criança em diferentes idades, dentro de suas possibilidades, e seu filho sabe que você o ama na medida em que se sente aceito por você.

Como o filho sente o amor

Inicialmente, a criança sente esse amor, através de estímulos que satisfazem suas necessidades sensoriais: o calor do colo, o leite materno, a voz

da mãe, o ato de sugar. A mãe que tem dentro de si a capacidade de dar amor, ainda que seja uma pessoa inculta, percebe que o modo de lidar com a criança é tão importante quanto a quantidade de leite que ela ingere e os cuidados materiais que recebe. A mãe carinhosa cria em torno da criança uma atmosfera de confiança, base de todo desenvolvimento ulterior. É capaz de entender os sinais corporais que a criança emite, de acordo com as exigências do momento, sem privá-la dos estímulos de que necessita, mas sem exceder-se solicitando demais. Toma o bebê nos braços fora das refeições durante alguns instantes e percebe aquilo que hoje os cientistas afirmam: a criança que é tratada de forma impessoal, ainda que bem alimentada e limpa, é frustrada em seu desenvolvimento mental e emocional (enfermidades psicóticas).

Seu amor não impede que a criança tenha as pequenas frustrações até conseguir melhor adaptação.

Mas é respeitá-la, o fato de evitar horários rígidos que não levem em conta as suas características, seu "ritmo vital". A criança não sente o amor da mãe, se esta a acorda a horas certas, tenha fome ou não, ou se a deixa chorar demasiadamente porque ainda não é hora da comida.

Problemas das mães hostis

A mãe hostil (consciente ou inconscientemente) trata o filho com movimentos bruscos, não lhe dá o alimento na temperatura e quantidade desejadas: pode desejar que coma excessivamente para engordar, compensando desse modo seus sentimentos agressivos.

Em lugar de oferecer as bases da confiança, exacerba um sentimento de ambivalência da criança que sente ódio e amor dirigidos à mesma pes-

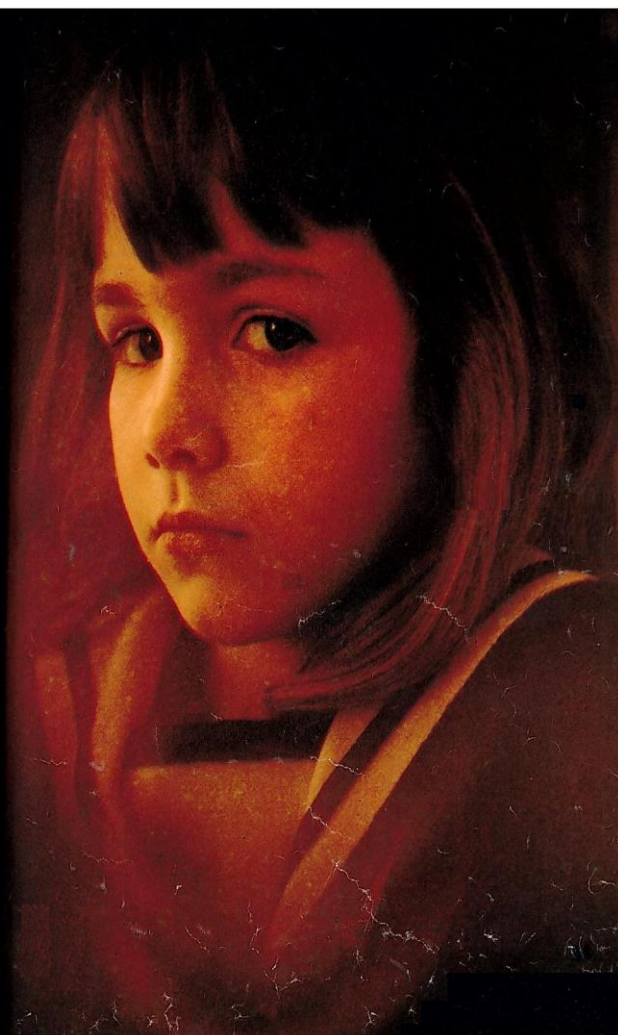


ANEXO 7- REVISTA PAIS E FILHOS, ABRIL, 1973. REPORTAGEM “MAMÃE GOSTA MAIS DELE”.

Texto: Halina Laufer
Foto: Three Lions

Mamãe gosta mais dele

Nenhum outro amor é disputado com mais pureza e espontaneidade que o dos pais. Por ele, os filhos chegam a competir. E bem cedo percebem qual é o predileto. Você que é mãe não se culpe por isso, pois as preferências são naturais. Mas também não hostilize a criança menos amada, pois ela, quando reclama, está sendo honesta. A primeira medida para resolver uma questão tão sensível é procurar as causas da diferença de afetos. Depois, descubra que tipo de atenções o menos querido espera de você. E se possível, atenda-g



ANEXO 8- REVISTA PAIS E FILHOS, MAIO, 1972. REPORTAGEM “DOUTOR, POSSO SER MÃE?”.

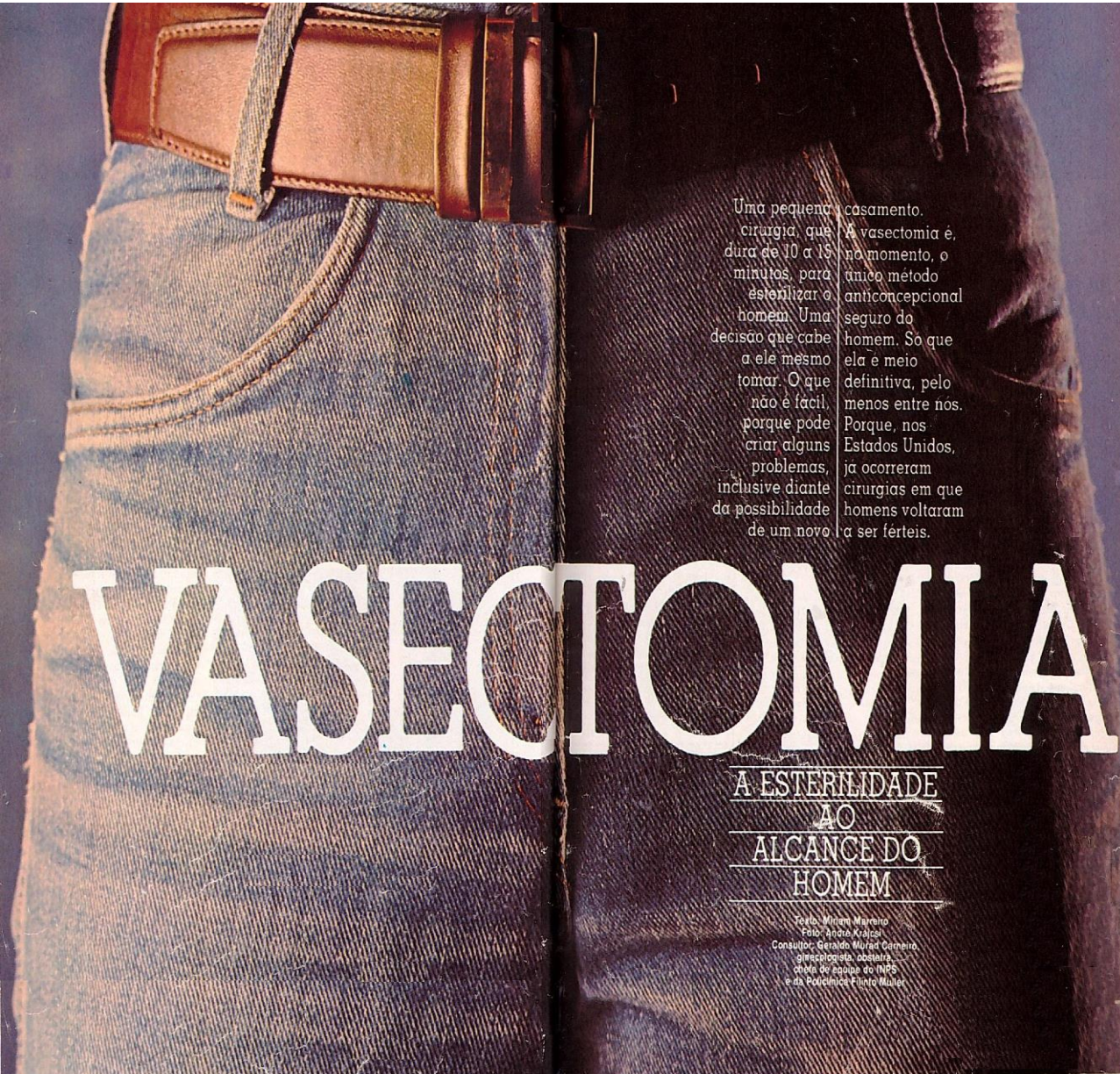


DOUTOR, POSSO SER MÃE?

Reportagem: Maria Costa Pinto
Fotos: Frederico Mendes
Consultor: Simão Coslovsky,
ginecologista

Nos primeiros meses saudáveis, mas sem ter tido ainda a alegria de uma gravidez. Nos primeiros tempos, você não levou a coisa muito a sério, mas com o passar dos meses, começou a ficar preocupada. Quase em pânico. Começou a sonhar com bebês, brinquedos, caminhas, madeiras. Começou a ficar com medo de jamais ser chamada de mamãe, apesar de todos os esforços. Já é hora de você começar a enfrentar o problema com calma e equilíbrio. É tempo de procurar um especialista e submeter-se, com seu marido, a um tratamento minucioso. Você vai ver que a medicina já descobriu muita coisa e pode resolver o seu problema. Afinal, somente 10% dos casais são definitivamente estéreis. E esse pode não ser o seu caso.

ANEXO 9 – REVISTA PAIS E FILHOS, MARÇO, 1977. REPORTAGEM
“VASECTOMIA”.



Uma pequena cirurgia, que dura de 10 a 15 minutos, para esterilizar o homem. Uma decisão que cabe a ele mesmo tomar. O que não é fácil, porque pode criar alguns problemas, inclusive diante da possibilidade de um novo casamento.

A vasectomia é, no momento, o único método anticoncepcional seguro do homem. Só que ela é meio definitiva, pelo menos entre nós. Porque, nos Estados Unidos, já ocorreram cirurgias em que homens voltaram a ser férteis.

VASECTOMIA

A ESTERILIDADE
AO
ALCANCE DO
HOMEM

Texto: Miriam Marinho
Foto: André Kralci
Consultor: Geraldo Murad Carneiro
ginecologista, chefe da
divisão de pesquisa do INPS
e da Policlínica Filinto Müller

ANEXO 11- REVISTA PAIS E FILHOS, SETEMBRO, 1978. REPORTAGEM “CADA VEZ MAIS CASOS DE ESTERILIDADE TEM UM FINAL FELIZ”.



Texto: Lúcia Magalhães.
Consultor: Dr. Jean-Claude Nahoum, professor titular do Departamento de Ginecologia e Obstetria da Faculdade de Medicina e Cirurgias, docente de Ginecologia da Faculdade de Medicina da UFRJ e de Obstetria da EMCRJ.

Cada vez mais casos de esterilidade têm um final feliz

O nascimento de Louise, o primeiro bebê resultante de uma fecundação em tubo de ensaio, trouxe de novo à tona a questão dos mais modernos tratamentos contra a esterilidade. Esses tratamentos chegam a solucionar atualmente cerca de metade das esterilidades por fator ovariano, trinta por cento das causadas por fator uterino, vinte por cento das que têm fator tubário e cerca de trinta por cento dos casos em que o homem é estéril. Porque, na verdade, a esterilidade conjugal é um problema que tem diversas causas.

A notícia é do conhecimento de todos. Louise, o bebê resultante de uma fecundação em um tubo de ensaio, já é personalidade mundial. Representa a esperança de maternidade, embora no momento ainda longínqua, para mulheres que tenham problemas de obstrução de trompas, um dos fatores de esterilidade.

O fato do sucesso da façanha científica dos dois médicos ingleses poderia ser paradoxal num mundo em que se torna prioritária a questão da superpopulação, vaticinada para as próximas décadas. Mas, a tecnologia é a grande musa do nosso tempo. Ademais, esse acontecimento científico vem de encontro a uma das inquietações do homem — perpetuar-se através momento ainda longínqua, para mulheres que tenham problemas de obstrução de trompas, um dos fatores de esterilidade.

Os egípcios costumavam, na diagnóstico-la, ministrar certas poções compostas da mistura de melão com leite proveniente de uma mulher que tivesse concebido um filho homem, àquele que desejasse saber se era estéril. Se a bebê provocasse vômitos ela seria fértil, mas se lhe ocorressem reações intestinais sua esterilidade estaria definitivamente comprovada.

Hoje, porém, a ciência já pode tratar a esterilidade e as suas causas por métodos mais precisos que os dos egípcios, bem como tratá-la em muitos casos com resultados favoráveis. Entretanto, esgotados todos os recursos, resta ainda aos casais portadores de esterilidade reversível, determinada por certo tipo, sua esterilidade estaria definitivamente comprovada.

ANEXO 12- REVISTA PAIS E FILHOS, JANEIRO, 1973. REPORTAGEM: NOVAS DESCOBERTAS NA CURA DA ESTERILIDADE.

Fotos de LOIZ GRAMIDO
Produção de WANDA CARRILHO



Novas descobertas na cura da

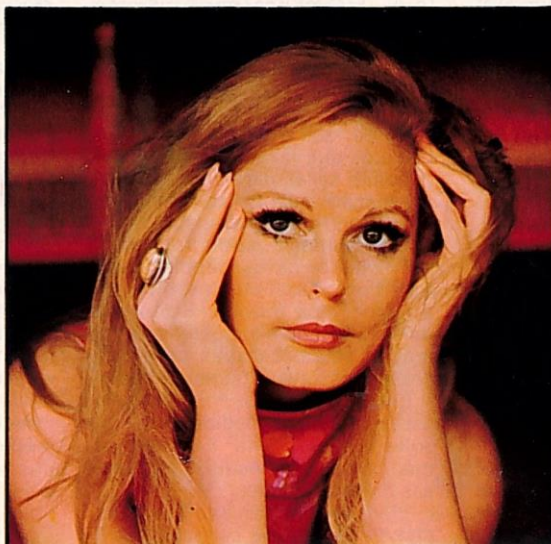
ESTERILIDADE

Realizou-se em Atenas, no mês de novembro, o 3.º Congresso Mundial de Esterilidade. Sua importância, entre leigos, pode ser medida pelos números: 1.500 especialistas presentes, 49 países representados, 343 relatórios lidos. E se isto ainda não for o bastante, acrescenta-se um dado sensibilizante: no Brasil, como em qualquer parte do mundo, 20% dos casais são estérteis. A impossibilidade de ovulação, o aborto precoce, a anomalia dos espermatozoides e as barreiras psicológicas, tanto no homem como na mulher, foram vencidos pelas novas experiências. Já se pode falar em soluções definitivas para o problema da reprodução. O tratamento à base de gonadotrofina, que até há pouco tempo

causava o parto de numerosos gêmeos (uma italiana deu à luz 15 fetos, todos mortos), foi o tema inicial, defendido pelo cientista sueco, Prof. Gemzel. Na mulher, esta substância produzida pela hipófise age sobre os ovários e os estimula a produzir outros hormônios: os estrogênios, chamados de **hormônios da feminilidade**, e a progesterona, o **hormônio de proteção da gravidez**. Mas em 20% dos casos este estímulo não funciona: a hipófise não produz ou produz pouca quantidade de gonadotrofina, fazendo com que os ovários permaneçam inativos. As mulheres que sofrem deste tipo de deficiência não têm ovulação e, consequentemente, não pode ocorrer a fecundação. »

ANEXO 13- REVISTA PAIS E FILHOS, SETEMBRO, 1973. REPORTAGEM
“ESTERILIDADE: UM MAL QUE PODE SER INTEIRAMENTE CURADO.”

Esterilidade: um mal que pode ser inteiramente curado



Texto: Auri Braga
Foto: Luiz Garrido
Consultora:
Dra. Maria Luiza
Malheiros de Castro,
ginecologista e
obstetra, assistente
da cadeira de
Clínica Obstétrica
da Faculdade de
Medicina e
Cirurgia (Rio).

Contente, a mulher decide ter um filho. Os métodos anticoncepcionais são suspensos e toda a família vive a expectativa de algum sinal de vida do *herdeiro* tão desejado. O tempo passa, e com ele a certeza de que “ainda não foi desta vez”. Mais algumas tentativas e novas decepções. Depois de muito sofrimento, ela acaba se conformando: “Não adianta, eu não posso ser mãe.” Para evitar que este fato seja aceito como definitivo, vamos mostrar que a esterilidade pode ser combatida e curada. Ao invés de cair no desânimo, é só procurar um especialista quando surgirem as primeiras suspeitas



ANEXO 14- REVISTA PAIS E FILHOS, MAIO, 1971. REPORTAGEM “ VOCÊ É OBRIGADA A TER FILHO”.



ANEXO 15. REVISTA PAIS E FILHOS, DEZEMBRO, 1982. REPORTAGEM "INSTINTO MATERNO: EXISTE ESTA FORÇA MÁGICA QUE NOS CONDUZ A SER MÃE?"



Pais e Filhos

INSTINTO MATERNO

Existe esta força mágica que nos conduz a ser mães?

texto: Simone Fernandes Fotos: Dario Zalla Produção: Zilamar Rosa

A discussão é muito ampla: o instinto materno existe ou é um mito? Somos programadas biologicamente para cuidar e amar nossos filhos? Ou o amor materno é condicionado por outros fatores? Entre uma posição e outra, entra a questão do sentimento de culpa que se impõe à mulher quando ela não segue os modelos tradicionais de uma boa mãe. E por que nos interessa esse debate? Talvez para tornar nossa relação com os filhos algo mais natural e menos carregado de ansiedade.

QUANDO nos vimos pela primeira vez, Juliana, a situação não era muito favorável. Eu estava exausta e você, assustada. Mesmo assim, você sorriu pra mim. Com algum esforço, retribuí seu sorriso, achei lindo seu jeitinho espertalhão, mas... confesso que estava apática. Esperei... Haviam me dito que, nesse momento, a gente sente uma coisa mágica, insinuava, um amor absoluto, uma vontade de acarinhar. Por que isso não me aconteceu? Não sou uma mãe de verdade, pensei. E depois disso vieram dias muito difíceis. Você, muito exigente, percebia minha dificuldade e me cobrava uma atenção constante. Sou a principal responsável pela vida dessa criança, eu pensava com certo pavor. E não me sentia capaz de assumir tanta responsabilidade. Nós duas choramos muito nessa fase. Até que um dia, ao colocá-la no berço, vi que você se esforçava para me olhar nos olhos. Foi a primeira vez que nos vimos de verdade. Você sorriu, talvez agradecida pela minha vontade de te amar. E eu sorri entre as lágrimas. Começou assim uma longa história de amor. E hoje eu posso dizer, com toda segurança, que te amo, minha filha." Muitas mulheres poderiam se identificar com esse depoimento. Pelo menos uma vez na vida, toda mulher já

ANEXO 16. REVISTA PAIS E FILHOS, JANEIRO, 1986. REPORTAGEM: "AMOR MATERNO: FRÁGIL, IMPERFEITO, BELO.

País e Filhos

AMOR MATERNO

FRÁGIL, IMPERFEITO, BELO

Texto: Márcia Ludmila

ALGUMA coisa nos leva a desejar intensamente um filho, a aceitar as mudanças que ele nos impõe, a viver com a maior alegria do mundo a espera, depois a descoberta de cada novidade, de cada pedacinho de seu corpo, a compreensão de um único gesto, de um olhar, um simples murmúrio. Alguma coisa nos leva a este estado de graça que é ser mãe. Há quem diga que se trata de uma contingência social, aquela que nos obriga a cumprir as normas vigentes. Outros apostam no instinto, o mesmo que leva as fêmeas de várias espécies a guardarem e alimentar seus filhotes. Entre uns e outros, preferimos abrir a questão e discutir com vocês o assunto.



5

ANEXO 17. REVISTA PAIS E FILHOS, FEVEREIRO, 1981. REPORTAGEM “EU ROUBEI UM BEBÊ”



FONTES

LISTAGEM DE REPORTAGENS DA REVISTA PAIS E FILHOS.

ARQUIVO: BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

DOCUMENTAÇÃO: REVISTA PAIS E FILHOS

PESQUISADORA: GEORGIANE GARABELY HEIL VAZQUEZ

PERÍODO DE DOCUMENTAÇÃO PESQUISADA- 1968- 2000

1968

ANO	ANO DA PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/CONSULT.
1968	1	1	Set	Seu filho sabe que você o ama?	Léa Lerner psicóloga
1968	1	1	Set	O que toda mulher deve saber quando espera um bebê	Jean Claude Nahaim (ginecologista da UFRJ) e Jorge de Maraes (Direito do trabalho-UFRJ)
1968	1	2	Out	Como garantir filhos perfeitos	Andre Pinheiro (com vários consult. - área médica)
1968	1	2	Out	Os pais podem ser ternos diante dos filhos?	Maria Ignes Duque Estrada com consult. Psico.
1968	1	3	Nov	Chame um médico se for o caso	Sonia Nolasco Ferreira com consult. Medica
1968	1	3	Nov	Eu sou a madrastra	Gloria Nogueira com consult. Psicológica
1968	1	3	Nov	Você ainda tem 30	Psicóloga
1968	1	4	Dez	Meu filho que eu não tive	Isabel Pitta

1969

ANO	ANO DA PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/ CONSULT.
1969	1	6	fev	Homem também é estéril	Evandro Pinho com consult.médica
1969	1	6	fev	A mulher já não sabe o que fazer da amamentação	Laís Gama e Silva
1969	1	7	março	Quando a mãe imita a filha	Elice Munerato com consult psicológica
1969	1	7	março	Sou mãe solteira. Devo dar meu filho?	Maria Alice Lisboa – psicóloga
1969	1	8	abril	Não tenha medo de ter filhos	Norma Marzota com consult. Obstétrica
1969	1	9	maio	O que me falta para ser uma boa mãe?	Lila May Bueno- com consult psicológica
1969	1	10	jun	Como evitar filhos sem anticoncepcionais	Magda Sparano com consult. Obstétrica
1969	1	12	agost	Ano 2000- as crianças no poder	Sonia Nolasco Ferreira com consult. Pedagógica e psicológica
1969	2	2	out	Tenho 38 anos e quero ter filhos	Elice Munerato com consult. Ginecológica

1970

ANO	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/CONSULTORIA
1970	2	6	Fev	Os pais cruéis	Vera Ritter sem consult
1970	2	7	Mar	A história do parto	Marcia Lobo
1970	2	11	Jul	O bebê que não chegou	Elianne Pires do Rio com consult. Gineco e obstétrica
1970	2	12	Agos	A família esta morrendo?	Sergio Lemos – sociólogo
1970	3	4	Dez	O senhor bebê e seus problemas	-----

1971

ANO DE PUBLICAÇÃO	ANO DA REVISTA	NUMERO DA REVISTA	MÊS DA REVISTA	TÍTULO DO ARTIGO
1971	3	6	Fev	Ser mãe é mais importante
1971	3	8	Abril	Seção : Os conselhos do Dr. De Lamare
1971	3	9	Maio	Você é obrigada a ter filhos?
1971	4	3	Novembro	Ele não tem culpa se você queria uma filha
1971	4	4	Dezembro	Guia da futura mamãe
1971	4	4	Dezembro	Seção- casos que servem como exemplo. Ela roubou a identidade da filha

1972

ANO DA PUBLICAÇÃO	ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO DO ARTIGO
1972	4	6	FEVEREIRO	Se você não pode ajuda-la como mãe, procure ajudá-la como mulher.
1972	4	9	Maio	Doutor, posso ser mãe?
1972	4	9	Maio	Ser mãe é padecer no paraíso?
1972	4	11	Julho	Aborto, um tema adulto?
1972	5	1	Setembro	Escolha seu bebê: adoção ou inseminação?
1972	5	2	Outubro	Mãe e filho uma linguagem de amor

1973

ANO DA PUBLICAÇÃO	ANO DA REVISTA	NÚMERO DA REVISTA	MÊS DA REVISTA	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR E CONSULTORIA
1973	5	5	JAN	O amor depois do Bebê	Luiza Helana com consultoria ginecológica e psicológica
1973	5	5	Jan	novas descobertas na cura da esterilidade	Wanda Carrilho – não fala em consultoria
1973	5	8	Abril	Mamãe gosta mais dele	Halina laufer- não fala em consultoria
1973	5	8	Abril	Uma escola que ensina a ser mãe	Neide Ricosti s/cons
1973	5	9	Maio	Amor demais faz mal a criança?	Sem autoria
1973	5	10	Jun	Proteja-se: não deixe o bebê nascer nervoso	Margarethe Elias c/consult neuropsiquiátrica
1973	6	1	Set	esterilidade	Auri Braga c/consult. ginecologica
1973	6	4	Dez	Elas se preparam pra ser Mães	Halina Laufer e Neide Ricosti s/consult.

1974

ANO DE PUBLICAÇÃO	ANO DA REVISTA	NÚMERO DA REVISTA	MÊS	TÍTULO	AUTOR/CONSULTORIA
1974	6	5	jan	Aborto- a visão mundial do problema	Paulo Murillo s/consult.
1974	6	7	mar	Depressão após o parto	Margarethe Elias com consult. ginocologica
1974	6	11	jul	Menino ou menina? Novo método para possibilitar a escolha do bebê a ser gerado	Sem autoria
1974	6	12	agost	A mãe e a filha	Sem autoria
1974	6	12	agost	A mulher pode engravidar, mesmo com útero virado (condenada a não ter filhos?)	Sem autoria
1974	7	1	set	Mãe aos 30 anos	Marcia Azevedo sem consult.
1974	7	1	set	Esterilidade: já se trouxe mais luz a um velho drama	Sem autoria
1974	7	4	dez	Será que vou ter um filho normal	Depoimento Lila May Bueno

1975

ANO DA PUBLICAÇÃO	ANO DA REVISTA	NÚMERO DA REVISTA	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/CONSULTORIA
1975	7	6	FEV	Esterilidade um problema que já tem solução	Selma Chvidchenko com consul. Ginoco
1975	7	8	ABR	Inseminação artificial	Ciléia Gropillo com consult gineco e jurídica
1975	7	8	abril	Tire seu filho da redoma (super mãe)	Vera Dantas consult pediátrica
1975	7	9	maio	Ela declara guerra ao mundo: é uma supermãe	Cileia Gropillo consult psicologia e psiquiátrica.
1975	7	9	maio	JORNAL FOLHA AMARELA natalidade os riscos de um controle	

1976

ANO DE PUBLICAÇÃO	ANO DA REVISTA	NÚMERO DA REVISTA	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/CONSULTORIA
1976	8	5	jan	Teste : você sabe educar seu filho	Sem autoria
1976	8	6	fev	Gravidez tardia cheia de riscos e muitas alegrias	Thereza Jorge consult gineco e obstétrica.
1976	8	7	mar	Titia: ela não tem filho mas Também é mãe	Lilian Newlands consult psicológica
1976	8	7	mar	Esterilidade psicológica	Talita Cavalcanti com consult obstétrica
1976	8	9	maio	O milagre de ser mãe	
1976	8	9	maio	Outra vez- desligue as trompas pode ser mãe	Thereza Jorge
1976	8	11	jul	Mãe, o indispensável lazer	Thereza Jorge consult psicológica
1976	9	4	dez	Estou sozinha. Como criar minha filha?	Talita Cavalcanti consult. Psicológica

1977

ANO	ANO PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/CONSULTORIA
1977	9	5	março	Vasectomia: a esterilização ao alcance do homem	Mirian Mareiro c/ consult. ginecologica
1977	9	7	maio	O ofício de ser mãe	Ciano Noroes sem consultoria
1977	9			Para ser mãe a idade da razão nem sempre é a melhor idade	Ciano Noroes com consultoria geneticista
1977	10	2	Out	Primeiro filho depois da depressão: um tempo de muita paz	Ilvaaneri Penteadó com consult. Ginecológica e psicológica

1978

ANO	ANO PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/CONSULTORIA
1978	10	6	FEV	Ser mãe: um aprendizado constante	Lenira Alcuire com consult. Psicológica
1978	10	8	Abril	Como assegurar uma gravidez tranquila (gravidez interrompida)	Marilena Belaciano com consult. Obstétrica
1978	10	10	Jun	Os riscos da gravidez depois dos 30 (primiparas idosas)	Mirian Marreiro com consult. Ginecológica.
1978	11	1	Set	A mãe só	Lenira Alceu com consult. Psicológica e obstétrica
1978	11	1	set	Esterilidade	Lucia Magalhães com consult. Ginecológica e obstétrica

1979

ANO	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/CONSULTORIA
1979	12	2	Out	Dificuldades em engravidar	Maria Regina Martinez com consultoria ginecológica

1980

ANO	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/CONSULTORIA
1980	12	8	abril	A esterilização do homem	Lygia Gay com consult. urologista
1980	12	10	Jun	Rejeição à gravidez	Simone Fernandes com consultoria psicológica
1980	12	12	agost	Esterilidade: três casos vitoriosos	Simone Fernandes com consult. Ginecológica e andrologista
1980	13	1	Set	Por que o rosto do bebe nos entenece	-----
1980	13	4	Dez	Mae/ filho: uma história de amor	Liana Fortes sem consult.
1980	13	4	Dez	Esposa e mãe: o difícil equilíbrio	Simone Fernandes com consult. psicanalista

1981

ANO	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/ CONSULTORIA
1981	13	6	Fev	Eu roubei um bebe	depoimento
1981	13	7	março	Puerpério: um momento delicado	-----
1981	13	9	maio	Como aprendi a amar meu bebê	Depoimento
1981	13	10	Junho	Quando a mãe trabalha	Amelia Gonzales com consult. Psicológica
1981	13	12	agost	No decálogo da boa mãe: um manual pra você	Simone Fernandes

1982

ANO	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/CONSULT.
1982	14	6	Fev	Mae também pode rejeitar	Simone Fernandes com consult. Psicológica
1982	14	7	Marc	A melhor idade para engravidar	Angela Couto com consult. gineco
1982	14	9	maio	Infertilidade: um problema para ser resolvido a dois	Angela Couto com consult. Gineco.
1982	14	11	julho	O que existe de mais novo no combate a esterilidade	Simone Fernandes com consult. Gineco e obstétrica
1982	14	11	julho	Aborto retido: a maternidade ameaçada	Obs-reportagem arrancada da revista
1982	15	2	Out	Os requisitos básicos para ser mãe	Sylvia Leal Fernandez com consult. Psicológica
1982	15	4	Dez	Instinto materno: existe ou não	Simone Fernandez sem consult.

1983

ANO	ANO DE PUBLICÇÃO	NÚMERO	MÊS	TITULO	AUTORIA/CONSULTORIA
1983	15	5	Jan	Depressão pós parto: uma fase a ser enfrentada	Amelia Gonzalez com consult. Psico.
1983	15	5	jan	Mãe e filha-uma relação muito especial	Simone Fernandez com consult. Psico.
1983	15	10	junh	Amor de mãe é sempre igual?	Bia Falbo com consult. Psicolog.

1984

ANO	ANO DA REVISTA	NUMERO DA REVISTA	MÊS	TÍTULO	AUTORIA/CONSULTORIA
1984	16	8	Abril	DR Moysés Paciornik Aprenda a ter filhos com as índias	Entrevista realizada por Sylvia Leal Frenandes
1984	16	10	junho	Um balanço dos 25 anos da pílula	Simone Fernandes com consul. Simão Coslovisky
1984	16	11	julho	Vantagens e desvantagens da gravidez após os 35 anos	Eliane Sondermann com consul. Obstétrica e psicológica

1985

ANO	ANO DA REVISTA	NÚMERO DA REVISTA	MÊS	TITULO	AUTOR/CONSULTORIA
1985	17	5	janeiro	Aborto: ele apenas adia o sonho de ser mãe	Ilvanere Penteado com consult. Obstétrica
1985	17	9	Maio	Mãe e filho: o amor acima de tudo	Dalva Ventura
1985	17	11	julho	A cura da infertilidade	debate

1986

ANO	ANO DA PUBLICAÇÃO	NÚMERO DA REVISTA	MÊS	TITULO	AUTOR/CONSULTORIA
1986	18	5	janeiro	Existe mesmo instinto materno	Marcia Ludmila sem consultoria
1986	19	1	setembro	Infertilidade	Patricia Kogut com consult. Medica especialidade
1986	19	4	dezembro	Meu projeto para 87: um filho	Amélia Gonzalez

1988

Ano	ANO DA PUBLICAÇÃO	NÚMERO DA REVISTA	MÊS	TÍTULO	AUTOR CONSULTORIA
1988	20	9	MAIO	Esterilidade I – os recursos que a medicina oferece	Claudia Werneck com consult. Gineco e obstétrica.
1988	20	10	Junho	Esterilidade II- A causa pode estar nos ovários	Idem
1988	21	1	setembro	Esterilidade III- quando a causa esta no útero	Idem
1988	21	2	outubro	Esterilidade IV- quando a causa esta no homem	idem
1988	21	3	novembro	Esterilidade V- causas raras	idem
1988	21	4	dezembro	Fertilização in vitro ao alcance de todos	-----

1989

ANO	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTOR/ CONSULTORIA
1989	21	5	Janeiro	Bebê de proveta: dez anos depois	Telma Alvarenga-entrevista Jean Cohen
1989	21	6	fevereiro	quando o bebê não é desejado	Sheila Moura com consultoria psicanalista
1989	21	11	Julho	A melhor idade para engravidar	Denise Moraes
1989	22	4	dezembro	O perigo do aborto	Myrian Coutinho com consult. Gineco e obstétrica.

1990

ANO	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTOR/CONSULTORIA
1990	22	7	Março	Depois dos 30, por que não?	Maricy Guimaraes com consult. Ginoco. E obstétrica.

1991

ANO	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTOR/CONSULTORIA
1991	23	8	Abril	O desejo de ter um filho	Zilamar Rosa
1991	23	11	Julho	Monique e seu bebe de proveta	Claudia Werneck
1991	24	4	dezembro	Amor de mãe também se conquista: um sentimento que nasce da convivência.	Regina Stella Braga com consult. Pediátrica e sociológica

1992

ANO	ANO DA PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTOR/CONSULTORIA
1992	24		Junho	A MELHOR IDADE PARA ENGRAVIDAR 20, 30 ,40. Os pros e os contras	Georgia Serrão

1993

ANO	ANO DA PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTOR CONSULTORIA
1993			Janeiro	Aborto: as formas de evitar- por que ele acontece e como prevenir	Regina Stella Braga com consult. Ginoco e obstétrica
1993			abril	Simplesmente mãe	Claudia Werneck sem consultoria
1993			junho	Masculino X feminino, a conquista da identidade	Regina Stella Braga com consult. Psiquiátrica e psicanalista.

1994

ANO	ANO DA PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTOR/CONSULTORIA
1994			abril	Mãe, ninguém esquece esse amor- como se forma o vinculo afetivo entre você e o bebe	Alessandra Vória com consult. Psicóloga
1994			agosto	Mães e filhas: as várias versões desse amor tão delicado	Maribei Suarez com consult. Psicanalista
1994			outubro	Seção SAUDE- Esterilidade masculina	Maribel Suarez com consult. Andrologista e endocrinologista
1994			novembro	Depoimento- A gravidez que não estava no programa	Depoimento

1995

ANO	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTOR/CONSULTORIA
1995		323	setembro	ESPECIAL-ser mãe hoje, uma mistura de mulher moderna com a figura tradicional da mãe.	Andre boechat com consúl. Psicológica e terapeuta familiar.

1996

Ano	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTOR/CONSULTORIA
1996		337	novembro	Técnicas modernas de vencer a infertilidade	Regina Stella Braga com consult. gineco

1997

ANO	ANO PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTOR/CONSULTORIA
1997		340	Fev	Conheça quem aceitou o desafio de ficar grávida aos 40	Andrea Coelho com consult. Psicológica
1997		347	Set	Como nasce o amor entre mãe e filho	Aline Rabello com consult. De psicanalista

1998

ANO	ANO PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TITULO	AUTOR / CONSULTORIA
1998		351	Janeiro	Bebês de proveta- em 20 anos...	Emilse barbosa
1998		351	janeiro	Mãe e bebê- uma relação de profundo amor	Andrea coelho com consult. psicanalista

1999

ANO	ANO DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	MÊS	TITULOS	AUTOR/ CONSULTORIA
1999		373	Dezembro	Especial-século da criança – grandes transformações	Simone Jucá com consult. psicanalista

2000

ANO	ANO PUBLI.	NÚMERO	MÊS	TITULO	AUTOR/ CONSULTORIA
2000		374	janeiro	Depois dos 30: seu sonho com segurança	Tais facina
2000		377	abril	Quando o aborto é inevitável	Sandra moura espec. medicina fetal

TESES MÉDICAS

ARQUIVO: CASA DE OSWALDO CRUZ- FIOCRUZ
SETOR DE OBRAS RARAS- BIBLIOTECA DE MANGUINHOS
PESQUISADORA: GEORGIANE GARABELY HEIL VÁZQUEZ

ALBUQUERQUE, Arnaldo Cavalcanti de. *A sífilis e a prenhez*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1913.

AULICINO, Alberto José. *Em torno de um caso de intersexualidade*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1929.

BOISSIÈRE, Galtier. *La Femme*. Paris, 1905

CAMPOS, Araújo. *Contribuição ao estudo das causas de esterilidade no Rio de Janeiro*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1912.

CESAR, Severino Vieira. *Contribuições ao estudo da esterilidade da mulher*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1924.

COSTA, João de Miranda. *A restrição da natalidade*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1913.

FERNANDES, Clemente Medrado. *Placentação Anormal*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1925.

GODIN JUNIOR, Pedro Monteiro. *Da esterilidade da mulher e seu tratamento*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1911.

LIGIÉR BARBOSA, Luiz G. Vianna. *Malthus no Brasil*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1911. O, Manoel. *Algumas considerações sobre o Neo-Malthusianismo como factor Eugenico*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1930.

PAVEL, Manoel B. *Das prenhez ectópicas*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1931.

SILVA, Pedro Cardoso. *Interrupção Therapeutica da gravidez*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1922.

SOUZA, Heitor Rodrigues de. *A involução uterina*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1919.

VIEIRA, José Geraldo. *O instinto Sexual*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1919

VIEIRA, Miguel B. *O tratamento da Prenhez Ectopica*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1915.

ENTREVISTAS COM MULHERES (nomes fictícios)

Primeira Geração- nascidas nas décadas de 1920 e 1930

- a) . Esther, solteira, nascida em 27 de julho de 1929 no município de Ireneópolis/SC
- b) Ernestina, solteira, nascida em 14 de janeiro de 1934 no município de Cândido de Abreu/PR.
- c) Maria Clara, solteira, nascida em 22 de agosto de 1939 no município de Reserva/PR

Segunda Geração- nascidas nas décadas de 1940 e 1950

- a) Maria Luíza, casada/ separada, nascida em 26 de janeiro 1941 no município de Prudentópolis/PR.
- b) Catarina, solteira, nascida em 17 de fevereiro de 1946, no município de Reserva/ PR.
- c) Ione, casada/separada, nascida em 08 de setembro de 1954, no município de União da Vitória/PR.

Terceira Geração- nascidas nas décadas de 1960 e 1970

- a) Salvina, casada, nascida em 19 de janeiro de 1960 no município de Manaus/ AM.
- b) Carolina, casada/ separada, nascida em 08 de dezembro de 1966 no município de Ponta Grossa/PR.
- b) Ana, casada/ separada, nascida em 02 de novembro de 1974 no município de Ponta Grossa/ PR.

- c) Patrícia, solteira, nascida em 28 de março de 1970 no município de Reserva/PR.
- d) Victória, casada/ separada, nascida em 21 de setembro de 1972 no município de Ponta Grossa/PR.
- e) Regiane, solteira, nascida em 10 de janeiro de 1974 no município de Reserva/PR.
- f) Flávia, casada, nascida em 23 de fevereiro de 1974, no município de Telêmaco Borba/PR.
- g) Jane, casada, nascida em 30 de abril de 1974 no município de União da Vitória/PR.
- h) Regina, casada, nascida em 14 de outubro de 1974 no município de Florianópolis/SC
- J) Ana Julia, casada, nascida em 02 de julho de 1977 no município de Tupã/ SP.
- k) Renata, casada, nascida em 20 de novembro de 1976 na cidade e Cambé/PR.